



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

LUÍS MIGUEL DA COSTA TABORDA FERNANDES

D. José do Patrocínio Dias,
o homem, o militar
e o bispo restaurador da diocese de Beja (1884-1965)

Dissertação Final
sob orientação de:
Doutor David Sampaio Barbosa

Lisboa
2014



+ Josi de Putescini, Arhiepiscop Bejrut

ÍNDICE

SIGLAS	5
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	
O homem: “Filho das montanhas, descido das serranias dos Hermínios”.	9
1.1 Nascimento, ambiente familiar e formação escolar (1884-1902).	12
1.2 Aluno da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra (1902-1907).	24
1.3 Escolha da vida sacerdotal e primeiros trabalhos pastorais (1907-1917).	38
a) A acção político-social.	45
b) A acção pastoral: pregador, pároco e professor.	50
c) A sua espiritualidade sacerdotal.	53
CAPÍTULO II	
O militar: “Lado a lado vivi com os nossos soldados”.	58
2.1 Chefe dos capelães militares do CEP na Flandres (1917-1918).	61
a) Adaptação ao ambiente militar.	68
b) Capelão-chefe entre os capelães: a missão de orientar.	73
c) Da batalha de La Lys ao Armistício: “O que eu vi!”	84
2.2 O regresso a Portugal e a continuação da vida sacerdotal na Guarda (1919-1920).	92
CAPÍTULO III	
O bispo restaurador da diocese de Beja:	
“Enviado para o meio de vós pela mão providencial de Deus”.	104
3.1 A entrada Solene na diocese de Beja e as primeiras acções pastorais.	116
3.2 O Seminário diocesano:	
“Dar vida ao Seminário é operar a ressurreição da Diocese”.	126
a) Seminário de Nossa Senhora de Guadalupe, em Serpa (1925-1936).	129
b) Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Beja (1940).	139

3.3 A Congregação das Oblatas do Divino Coração: <i>“um pequenino escol de corações”.</i>	147
a) Da “Obra de Jesus” à Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino.	153
b) Da Pia Sociedade à Congregação das Oblatas do Divino Coração.	162
CONCLUSÃO	174
BIBLIOGRAFIA	177
APÊNDICE DOCUMENTAL	190
APÊNCIDE FOTOGRÁFICO	198

SIGLAS

AAS	Acta Apostolicae Sedis
AC	Acção Católica
ACMF	Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças
ACODC	Arquivo da Congregação das Oblatas do Divino Coração
AHDB	Arquivo Histórico da Diocese de Beja
AHM	Arquivo Histórico Militar
APPCJ-Lx	Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus-Lisboa
APPISD	Arquivo da Província Portuguesa da Irmãs de Santa Doroteia
ARC	Assistência Religiosa em Campanha
ASM	Arquivo do Seminário de Beja
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
BI	Batalhão de Infantaria
CADC	Centro Académico da Democracia Cristã
CCARC	Comissão Central de Assistência em Campanha
CCO	Círculo Católico de Operários
EM	Estado-Maior
HS	Hospital de Sangue
JCF	Juventude Católica Feminina
OE	Ordem do Exército
OS	Ordem de Serviço
PS	Posto de Socorros
QG	Quartel-General
SSCR	Secretaria Sacrae Congregationis de Religiosis

INTRODUÇÃO

A presente dissertação final do Curso de Mestrado Integrado em Teologia a que me propus, sob o tema: “D. José do Patrocínio Dias: o homem, o militar e o bispo restaurador da diocese de Beja (1884-1965)”, enquadra-se no contexto da história da Igreja contemporânea em Portugal. As qualidades deste prelado, que ao longo da vida foi respondendo aos vários desafios, contribuíram para a definição da sua personalidade, e a sua acção de recristianização da fragilizada diocese de Beja, tornaram-no, sem dúvida, uma figura ímpar e exclusiva do episcopado português nos inícios do século XX.

Foram vários os motivos que me levaram a realizar este trabalho: a admiração progressiva que fui tendo por este bispo; os trabalhos de organização e tratamento de documentos do Arquivo Histórico da Diocese de Beja; e o incentivo e a vontade de muitos em conhecerem a vida, espiritualidade e obra de José do Patrocínio Dias atendendo à proximidade do cinquentenário do seu falecimento (2015). Já no ano lectivo 2011-2012, no Seminário temático da Faculdade de Teologia «As Aparições de Fátima (1917-1930) – mensagem e recepção», sob a orientação do Prof. Doutor David Barbosa, realizei um pequeno trabalho que serviu de ensaio à dissertação e que se intitulava: “A Diocese de Beja e Fátima”, no qual me propus mostrar a proximidade deste prelado e, sucessivamente, da sua diocese ao fenómeno de Fátima. Inscrevendo-me para o Seminário de Dissertação na área de teologia histórica, recebi também o encorajamento do mesmo Prof. Doutor David Barbosa, para concretizar este projecto, do qual já tinha alguns esboços.

Deste modo, para além de vários estudos de referência, mormente a conhecida obra de J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado* (União Gráfica, Lisboa, 1958), procurámos fazer uma pesquisa cuidadosa, quer no arquivo histórico da diocese, quer mediante algumas solicitações feitas a outros arquivos, de modo a conseguir maior rigor científico, e aproveitando alguns dados fornecidos pela referida obra, descobriremos mais

concretamente os caminhos e as conquistas do «Bispo-Soldado». Assim sendo, construímos este trabalho em três capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado “O homem: ‘Filho das montanhas, descido das serranias dos Hermínios’¹”, procuraremos analisar, atendendo às circunstâncias sociais, culturais e religiosas na viragem do século XIX, as primeiras três décadas da vida de José do Patrocínio Dias: o ambiente familiar, a vida de colegial em S. Fiel, o estudante-leigo da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, a decisão para o estado eclesiástico e os seus primeiros trabalhos pastorais nos mais diversos âmbitos.

No capítulo seguinte, “O militar: ‘Lado a lado vivi com os nossos soldados’²”, iremos analisar, com a participação de Portugal na I Guerra Mundial e a dificuldade em autorizar a assistência religiosa aos soldados portugueses, a sua decisão de se alistar no Corpo Expedicionário Português como capelão militar; a sua intervenção como capelão-chefe perante as circunstâncias de adaptação ao ambiente militar e a missão de orientar os outros capelães; e a sua acção em prol dos soldados, nomeadamente aquando da batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918. Neste mesmo capítulo aludiremos ainda à influência benéfica que, ao regressar de França, essa experiência militar conferiu ao seu carácter.

Por fim, no terceiro capítulo “O bispo restaurador da diocese de Beja: ‘Enviado para o meio de vós pela mão providencial de Deus’³”, evidenciaremos a mudança repentina ocorrida na vida do cónego Patrocínio Dias com a sua elevação ao episcopado. Depois de uma breve introdução, em que analisaremos as razões da herança «non grata» para a qual fora nomeado, iremos referir as circunstâncias da sua entrada Solene na diocese e os inícios da sua acção apostólica. Explanaremos com algum detalhe os dois meios primordiais escolhidos pelo prelado para a restauração da diocese: o Seminário, primeiramente em Serpa (1925-1936) e depois construído em Beja (1940), alicerce que lhe garantirá cooperadores segundo o seu projecto pastoral; e, como consequência da recusa de várias Ordens e Congregações religiosas

¹ D. J. P. DIAS, *Verdade, Amor, Paz - Alocução Pastoral*, A Tipografica, Lisboa, 1922, 8.

² *Ibidem*, 7.

³ *Ibidem*, 1.

em fixarem-se no Baixo Alentejo, a fundação, mediante um grupo de senhoras que acompanhava espiritualmente, da Congregação das Oblatas do Divino Coração, como colaboradoras na obra de evangelização da sua diocese.

CAPÍTULO I

O homem: “Filho das montanhas, descido das serranias dos Hermínios”.

A 10 de Setembro de 1883 na Igreja Paroquial de S. Pedro da Covilhã, uniam-se pelo vínculo matrimonial Claudino Dias Agostinho e Rosa e Claudina dos Prazeres Presunto, professores de instrução primária nessa cidade⁴. Claudino Dias, natural da freguesia de S. Matias (Monte dos Matos) no concelho de Nisa, nasceu em 16 de Outubro de 1861, filho de António Agostinho e de Maria Dias⁵. Após completar as habilitações para o magistério primário, foi colocado na Covilhã, onde conheceu a professora Claudina Presunto, filha de José Nave Catalão e de Maria de Jesus, natural da freguesia da Conceição dessa cidade, nascida em 11 de Abril de 1859⁶.

O estilo de vida essencialmente doméstico da Covilhã transformou-se, no fim da primeira metade do século XIX, num pólo de progresso e aperfeiçoamento da indústria em Portugal, sendo por isso elevada à categoria de cidade, pelo Rei D. Luís, em 1870⁷. A “Manchester Portuguesa”⁸, apelido que lhe fora atribuído devido às suas laboriosas fábricas de lanifícios, tornou-se ao mesmo tempo no terceiro contribuinte do país, suportando impostos pesados que prejudicaram a população maioritariamente fabril e que rondava cerca de 17.000 habitantes⁹. Assim sendo, não tardaram a formar-se «movimentos socialistas» que, apoiados pela Maçonaria, influenciavam o proletariado a reagir contra o regime, divulgando,

⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante (1883-1938)* – 19C, 1) Cópia do assento de casamento dos pais de D. José. Na obra de J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, União Gráfica, Lisboa, 1958, 62, encontram-se duas imprecisões quer na Igreja Paroquial onde se realizou o casamento, quer no sacerdote oficiante, pois não correspondem à informação do assento.

⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 1a) Cópia do assento de baptismo de Claudino Dias Agostinho e Rosa; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 62.

⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias (1920-1965), *Documentação importante*, 1b) Cópia do assento de baptismo de Claudina dos Prazeres Presunto.

⁷ A. M. FERNANDES, *25 Anos servindo a Igreja na Covilhã e na Região*, Oficina Gráfica do Notícias da Covilhã, Covilhã, 1991, 71.

⁸ “COVILHÃ”, in A. COSTA, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. V, Tipographia Privada do Diccionario Chorographico, Villa do Conde, 1936, 909; “Covilhã”, in M. LEMOS, *Encyclopedia Portuguesa Illustrada*, vol. III, Lemos&C.º, Porto, S.d., 411-412.

⁹ A. H. de Oliveira MARQUES, “O surto industrial”, in J. SERRÃO / A. H. de Oliveira MARQUES (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 134-135; “Covilhã”, in M. LEMOS, *Encyclopedia Portuguesa Illustrada*, vol. III, 412; A. M. A. de MORAIS, “O Concelho da Covilhã”, *A Guerra* 36 (1928) 791-791; J. ALÇADA, “A industria de Lanifícios da Covilhã”, *A Guerra* 36 (1928) 799-800; J. V. SERRÃO, *História de Portugal*, vol. X – A queda da Monarquia (1890-1916), Editorial Verbo, Lisboa, 1996, 344-345.

ao mesmo tempo, sentimentos de anticlericalismo e «anticongregacionismo»¹⁰. No entanto, é de ressaltar que o distrito de Castelo Branco (onde se insere a Covilhã) foi um dos pontos fracos do movimento maçónico¹¹. Uma das razões, talvez a mais evidente, atribui-se aos esforços do bispo da Guarda, D. Tomaz de Almeida¹², nomeadamente ao publicar uma carta Pastoral pela qual, mesmo não tendo o beneplácito régio, divulgou a encíclica de Leão XIII sobre as seitas maçónicas (*Humanum Genus*)¹³. Nela, entre outros assuntos, o prelado frisou o cuidado especial que deveria ser dado à pastoral do meio operário, principalmente frente às doutrinas maçónicas. Ora tal apelo teve imediata repercussão na Covilhã que, sendo “uma cidade católica, com povo de firmes crenças”, iniciou um acção pastoral operária apoiada em grande parte pela Companhia de Jesus, como provam as várias missões aí realizadas e das quais resultou a abertura duma residência da Ordem e a reconstrução da antiga igreja de S. Tiago, dedicada em 1877 ao Sagrado Coração de Jesus¹⁴. Desde então, a influência dos jesuítas aumentou consideravelmente no ambiente religioso daquela cidade, não só pelos meios adequados que diligenciavam na pastoral, mas também graças à sua formação humanística e teológica¹⁵. Profundamente ligada a esta Ordem, no domínio espiritual, encontramos também na Covilhã do século XIX a presença da Congregação das Irmãs de S.

¹⁰ J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981, 232-234. É de ressaltar que um dos primeiros historiadores da Maçonaria em Portugal era natural da Covilhã, o ex-jesuíta Manuel Borges Graíña (Cf. *Ibidem*). Segundo R. Ramos, todos os historiadores são conformes em atribuir uma ligação entre a organização maçónica e a republicana: “Um pouco antes da revolução republicana, alguns maçons [sic] tentaram espalhar a Maçonaria pelas províncias, de modo a fazer dela uma organização paralela à Igreja e mais militante.” (Cf. R. RAMOS, “A segunda Fundação”, in J. MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*, vol. XII, Lexicultural, Rio de Mouro, 2002, 92-93).

¹¹ Na verdade, a Maçonaria nunca conseguiu neste distrito uma estruturação perfeita, localizando-se apenas uma “oficina” em Alpedrinha (Cf. J. SERRÃO, “Programação e Estrutura Política”, in J. SERRÃO / A. H. de Oliveira MARQUES (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, 434-436).

¹² D. Tomaz Gomes de Almeida (Castelões, 25.II.1836 – Guarda, 25.XI.1903) apresentado em Abril de 1883 para bispo da Guarda, foi confirmado pelas letras apostólicas de 14 de Agosto do mesmo ano. A sua entrada Solene deu-se no mês seguinte, começando desde logo uma acção pastoral considerável, visitando todo o bispado, organizando os serviços diocesanos e paroquiais, bem como os estudos eclesiásticos. A referida Pastoral foi um acto de extrema coragem, mantendo-se firme no direito de a ter emitido, apesar da perseguição política que teve de suportar (Cf. J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 172; 234-238).

¹³ *Ibidem*. Embora a nível distrital a Covilhã pertença a Castelo Branco, a nível do território eclesiástico faz parte da diocese da Guarda.

¹⁴ A. R. ASSUNÇÃO, *O movimento operário da Covilhã*, vol. I (1890-1907), Gráfica Almondina, Torres Novas, 453; J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 233-334; A. ARAÚJO, / A. LOPES, “JESUÍTAS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de Vida Consagrada em Portugal*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2010, 199; A. G. BORGES, *História da Freguesia de S. Pedro da Covilhã*, Edição da Junta de Freguesia de São Pedro, Covilhã, 2009, 25-26; L. G. de AZEVEDO, *Proscritos*, vol. II, Tipografia E. Daem, Bruxelas, 1914, 96-97. Criaram-se inclusivamente semanários de índole contrária à Maçonaria, sendo um dos mais destacáveis composto na Covilhã, o jornal *O Rebate* (Cf. A. T. PROENÇA, *Beira Baixa Periódicos Religiosos, Artísticos, Informativos, Noticiosos, Literários, Científicos e Políticos (1500-2000)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2001, 254-255).

¹⁵ J. A. R. de CARVALHO, “Jesuitismo e catolicismo em Portugal e a sua contestação nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórica”, *Brotéria* 168 (2009) 247.

Doroteia, que vinda para Portugal em 1866, inaugurou nessa cidade o *colégio de Nossa Senhora da Conceição*, já anteriormente a funcionar como escola para meninas pobres¹⁶. Este colégio não só contribuiu ao futuro desenvolvimento da Congregação no país, mas também muito serviu para satisfazer as necessidades das famílias que desejavam uma educação esmerada para as suas filhas¹⁷.

Quanto aos movimentos laicais existentes na Covilhã, o Apostolado da Oração assumiu particular influência; graças à sua divulgação, mormente pelos Jesuítas, somaram-se ao todo 11.259 associados¹⁸. Também as Conferências de S. Vicente de Paulo tiveram uma presença relevante nesse meio e com um dinamismo de tal ordem superior à da capital do Bispado – comprovado pelas três Conferências fundadas entre 1899 a 1905 – que receberam de Paris, antes desta, a sua carta de agregação¹⁹. Em virtude do ambiente operário, é ainda de mencionar a acção social dos católicos covilhanenses, quer no desenvolvimento de movimentos de mutualismo e socorro mútuo, quer no crescimento de associações operárias,

¹⁶ M. L. B. MOURA, “As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 8/9 (1996-1997) 248; 251-252; J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 335; 344; A. ARAÚJO / D. BARBOSA, “DOROTEIAS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens...*, 393; A. G. BORGES, *História da Freguesia de S. Pedro da Covilhã*, 67-72. O colégio foi inaugurado em 1870. Dez anos depois foi-lhe feita uma inspecção de cariz «anticongregacionista», na qual se registou precisamente a relação daquelas religiosas com os jesuítas: “A comissão tem motivos [...] para afirmar que n’este collegio a direcção moral e religiosa é feita por jesuítas” (Cf. J. A. S. REFOIOS, *O Collegio de S. Fiel no Lourçal do Campo e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã*, Coimbra, 1901, 36; 39).

¹⁷ Este facto foi confirmado logo após o primeiro ano de abertura, com trinta alunas internas e cento e dezoito alunas externas (Cf. M. L. B. MOURA, “As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação”, 255; 271; A. ARAÚJO / D. BARBOSA, “DOROTEIAS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens...*, 393-394).

¹⁸ J. P. GOMES, “GUARDA, Diocese da”, in C. M. AZEVEDO (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 317; IDEM, *Dom Manuel Martins Manso Bispo do Funchal e da Guarda (Escritos Pastorais)*, Edição do Autor, Lisboa, 1996, 54. Um dos associados e mais tarde zelador do Apostolado da Oração na Covilhã foi o pai de D. José, como deixou escrito no seu testamento: “Desejo também levar a fita de zelador do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias (1920-1965), *Documentação importante*, 59) Cartas da Família (1921-1938)). Na verdade, a centralidade que esta espiritualidade foi tendo na devoção popular, levou a que o bispo da Guarda, D. Manuel Martins Manso, consagrasse a diocese ao Sagrado Coração de Jesus (em 1873), tornando-se na primeira diocese portuguesa onde se realizou tal acto (Cf. J. P. GOMES, *Dom Manuel Martins Manso...*, 52; 173-178; IDEM, “GUARDA, Diocese da”, 317).

¹⁹ M. A. P. CÔRTE-REAL, *A História da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*, vol. I, MM, Lisboa, 2000, 295; *Ibidem*, vol. I, 103. É ainda de salientar, a presença do pai de D. José do Patrocínio Dias na Conferência Vicentina de S. Pedro da Covilhã (uma das três), da qual era presidente em 1908 (Cf. *Ibidem*, vol. I, 228-229; *Ibidem*, vol. III, 108). A existência das Conferências de S. Vicente Paulo na Covilhã também se explica pelo “aspecto atrasado” e pelas “actividades económicas sem produção positiva: tabernas, prostíbulos, servidoras domésticas em constantes perigos” que a influência militar imprimiu nesse ambiente social, no qual nascerá mais tarde a “Obra de Santa Zita”, fundada pelo P. Joaquim Alves Brás (Cf. J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda (1905-1916) e Bispo de Portalegre (1916-1920)*, Gráfica Eborense, Évora, 1995, 49). Assim, graças a este movimento, foram criados na Covilhã, em 1900, o Albergue dos Pobres e o Asilo da Infância Desvalida (Cf. IDEM, *História da Diocese da Guarda*, 392).

não só para ultrapassar situações e responder à «questão social», mas também para fazer frente a outras associações eivadas pelas doutrinas socialistas e pelo ateísmo²⁰.

1.1 Nascimento, ambiente familiar e formação escolar (1884-1902).

Foi neste meio eminentemente operário e religioso, onde se conjugavam harmonicamente “os sinos das nossas Igrejas e as sirenes das nossas fábricas”²¹ que o jovem casal de professores marcou gerações pelo carácter ilustrativo e dedicado do seu ensino.

Claudina dos Prazeres Presunto foi umas das 6 primeiras alunas do colégio da Conceição da Covilhã, “sobresahindo das suas companheiras por uma conducta modelar e devotada applicação”²². Filha de uma família ao tempo com escassos meios de fortuna, foi-lhe incumbida a sustentação dos seus, abrindo para isso uma aula particular que, não conseguindo os resultados desejados, a fez decidir habilitar-se ao magistério primário em Castelo Branco. Os seus exames foram “brilhantes demonstrações do seu muito saber”, comprovado nos 29 anos de leccionação, quer no Asilo da Infância Desvalida, quer na escola primária da freguesia de S. Pedro na Covilhã, dos quais recebeu “dinstinctos louvores e attestados honrosos”²³.

²⁰ J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 392; A. R. ASSUNÇÃO, *O movimento operário da Covilhã*, 1º vol., 438; 442-444; 455. São de mencionar a Associação dos Artistas e Classes Laboriosas Covilhanenses (1861), a Associação de Socorros Mútuos Protectora dos Operários da Covilhã (1882), o Apostolado Social das Senhoras da Covilhã e a Associação Religiosa de Beneficência de Santo António ou o “Pão de Santo António” (1911). Todas estas associações eram fortemente apoiadas pelos jesuítas, que após as greves registadas na Covilhã em 1902 e depois de algumas tentativas de criação, conseguiram formar, em 1904, o Círculo Católico de Operários da Covilhã (Cf. M. B. da CRUZ, “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”, *Análise Social*, vol. XIV (55), 1978 - 3.º, 535). Este CCO da Covilhã foi um dos mais activos dos 15 existentes na época (Cf. M.-C. VOLOVITCH, “As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1207).

²¹ A. M. FERNANDES, *25 Anos servindo a Igreja na Covilhã e na Região*, 195.

²² *A Guarda*, Guarda, VI/256, 20 Fev. 1910, 4.

²³ *Ibidem*; *Correio da Covilhan*, Covilhã, II/88, 30 Jan. 1890, 3. É ainda de sublinhar a existência de diversas vocações na família materna de D. José do Patrocínio Dias. Segundo as informações transmitidas pela família, bem como dados recebidos do ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DA COMPANHIA DE JESUS-Lisboa (APPCJ-Lx), Claudina Presunto teve do lado materno um tio sacerdote, Pe. António Pereira Cadêncio, um primo jesuíta, Pe. João Pereira Presunto Cardona, duas primas teresianas e duas carmelitas (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais (1902-1920)* – 19D, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 3). Do lado paterno de Claudina Presunto, D. José teve também um primo sacerdote, Pe. António Catalão (Cf. IDEM, carta 16) Cartas para o Seminário do Mondego (Out.-Dez. 1907) - cartas várias, carta 2).

Quanto a Claudino Dias Agostinho e Rosa, embora a documentação sobre a sua infância seja muito escassa, sabe-se que ao ser colocado na escola primária da freguesia de S. Pedro da Covilhã, rapidamente ocupou cargos de responsabilidade como inspector interino, examinador, delegado dos professores no movimento associativo ou em diversos congressos sendo ainda, anos depois, eleito presidente do Centro Escolar do Concelho da Covilhã, bem como regente e inspector das Escolas Centrais da Covilhã²⁴. Tudo isto resultou das suas virtudes de “profissional competente e escravo do cumprimento do dever”²⁵, atestadas por si próprio anos mais tarde: “[...] trabalho mais talvez do que deveria. Mas as necessidades da vida e a minha reputação que não desejo agora decaída a isso me obrigam”²⁶. No respeitante à vida espiritual, embora fosse um homem de carácter convicto, Claudino Dias era um pouco indolente. Graças à piedade e incentivo da esposa²⁷, bem como ao apoio do Pe. José da Costa Pinto²⁸, operou-se nele uma mudança significativa que se repercutiu no meio social, tornando-se “sempre e em todas as circunstâncias um «cristão prático»”, comprovável pela dedicação

²⁴ *Novidades*, Lisboa, LVIII/15241, 22 Mar. 1943, 4; *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2; R. DELGADO, *História da Covilhã (1800-1926)*, vol. 2 - Instrução e Cultura, Câmara Municipal da Covilhã, Covilhã, 1992, 151-152, 231; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 6) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1905), carta 8: “No proximo domingo há ahi [Coimbra] uma reunião de professores primarios [...] fui convidado e instado para assistir, na qualidade de presidente do Centro Escolar d’este concelho”.

²⁵ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 62.

²⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 3) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1902), carta 3. Esta sua dedicação ao ensino seria recompensada no fim de 50 anos de ensino com a concessão do oficialato na Ordem de Instrução Pública por parte do Ministério da Educação Nacional (Cf. *Novidades*, Lisboa, LVIII/15243, 24 Mar. 1943, 1; *Noticias da Covilhã*, Covilhã, XXXI/1196, 28 Mar. 1943, 1; *Noticias de Beja*, Beja, XVII/782, 27 Mar. 1943, 1).

²⁷ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 62. Sendo Claudina ex-aluna do referido colégio, é de sublinhar que uma das finalidades da educação promovida pelas Doroteias era formar esposas e mães cristãs: “Quantos esposos [maridos] que vivem no esquecimento de Deus e da fé podem ser retirados do vício e da desordem, e reconduzidos à virtude, mediante os exemplos, os cuidados, a sabedoria, a doçura e as orações de uma esposa solidamente cristã!” (Cf. M. L. B. MOURA, “As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação”, 247).

²⁸ Mons. José da Costa e Oliveira Pinto era irmão de dois Jesuítas (um dos quais, o Pe. António da Costa e Oliveira Pinto, professor e cientista na Colégio de Campolide) e desempenhou o seu ministério sacerdotal na Covilhã, apoiando o apostólico jesuíta Pe. Nicolau Rodriguez e ajudando o colégio das doroteias como seu capelão (Cf. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 344; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 6) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1905), carta 23; *Mensagem do Coração de Jesus*, XLII/490, Jun. 1924, 277). Sabe-se também que, quando a diocese de Beja ficou vaga por morte de D. António Monteiro (1906), terá sido convidado para o suceder. Porém, segundo acrescenta um jornal da época: “se não fossem as lagrimas com que muitas vezes pediu [que] o dispensassem, era-o hoje” (Cf. *O Petardo*, Porto, VII/153, 1 Nov. 1908, 1; 4). A proximidade do professor Claudino com Mons. José Pinto deve-se talvez a Claudina que o terá encaminhado a este sacerdote. Em 1890, Claudino oferecer-lhe-á o seu primeiro retrato de família, denominando-o de “padrinho e particular amigo” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 3) Primeiro retrato da Família Dias). É ainda de sublinhar que o pai de D. José foi também «protector» das doroteias do colégio, tratando várias vezes das suas habilitações escolares como “professoras particulares”, retribuindo, deste modo, aquelas “a quem devo favores” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 7). Numa das suas cartas dirigidas ao filho para Coimbra, testemunha a proximidade destas religiosas, bem como de Mons. José Pinto, com os jesuítas de S. Fiel ao afirmar: “o Snr. Pe. José e as Snr.^{as} lá estão em S. Fiel há 15 dias e demoram-se até ao fim do mez ou mais alem ainda”, o que faz supor que estariam a realizar Exercícios Espirituais (Cf. IDEM, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 15).

ao Apostolado da Oração e às Conferências Vicentinas²⁹. A sua conversão influenciou até o modo de leccionação, transformando-se num “psicólogo que sabia escolher e apontar para o sacerdócio rapazes que educava na sua escola”³⁰.

Este casal de “professores primários de vida exemplarmente cristã”³¹ soube desde cedo imprimir na sua casa um “meio tão impregnado de piedade e sentimento cristão”³² que rapidamente se abriu ao dom da vida com o nascimento do seu primeiro filho, José do Patrocínio Dias Presunto, nascido na Covilhã a 23 de Julho de 1884 e baptizado na paróquia de S. Pedro da mesma cidade no dia 7 de Agosto³³. Um facto a salientar e testemunhado décadas depois, ocorreu na Páscoa do ano seguinte quando, ao realizarem-se conferências pedagógicas dos professores primários na Subinspecção do Círculo Escolar da Covilhã, os professores Claudina e Claudino Dias levaram consigo o seu filho com um ano incompleto. Um dos professores, que era também sacerdote, ao pegar no menino terá dito: “Filho de professores e tão pequenino já a assistir a conferências pedagógicas, não pode deixar de ser um dia um grande mestre”³⁴. Em 1888 nascia o seu irmão Álvaro da Cruz Dias que, mais tarde, descreverá o ambiente familiar do seguinte modo:

“Era um lar de vida religiosa intensa, onde se creou o Snr. Bispo e onde recebeu os primeiros ensinamentos da vida Cristã que muito contribuíram para despertar a sua vocação para a vida

²⁹ A expressão «cristão prático» fora-lhe atribuída pelo arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, aquando das suas exéquias solenes na Catedral de Beja, a 29 de Março de 1943 (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, XVII/783, 3 Abr. 1943, 4).

³⁰ IDEM, XVII/782, 27 Mar. 1943, 1; *Mensageiro do Coração de Jesus*, Braga, LXI/719, Jul. 1943, 319-320.

³¹ *Notícias da Covilhã*, Covilhã, LIII/2412, 30 Out. 1965, 2.

³² *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2.

³³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 6) Matrículas e certidões relativas a José do Patrocínio Dias (1902-1905) enviadas pelo Arquivo da Universidade de Coimbra (Liv. 42/152) para Beja em 4 de Junho de 1984; J. M. A. COELHO, “D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado e Restaurador de Diocese de Beja”, *Eborensia*, Évora, XVIII (2005) 36, 170. A origem do nome «José do Patrocínio» deve-se à grande devoção a S. José transmitida pelos Jesuítas em toda aquela região, nomeadamente ao criarem para homens a Congregação de S. José, no colégio de S. Fiel, em finais do século XIX. Esta congregação tinha como festa anual a solenidade do Patrocínio de S. José, que se celebrava no 3.º Domingo depois da Páscoa. Os seus membros eram considerados pelos párocos como os melhores cooperadores e cristãos exemplares (Cf. APPCJ-Lx, *Carta do P. Guilherme Vilas Boas S.J. ao P. Alves, 18-VIII-1912* (transcrição), 3-4; IDEM, *Relação do P. António Borges Vieira sobre o Colégio de S. Fiel* (transcrição), 1). Embora não hajam dados que atestem a filiação de Claudino Dias na dita congregação, temos o seu testemunho em várias cartas onde garante ao seu filho a grande devoção que tinha a S. José. Na estampa de óbito de Claudino Dias (22.III.1943) figura a imagem deste santo com a seguinte afirmação: “A sua devoção predilecta” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 14; carta 15). Quanto à origem do nome «Presunto», segundo as informações dadas pela família, advém do seu bisavó materno Diogo José Rodrigues, apelidado na Covilhã por «Diogo Presunto», pois era presumido/presunçoso da sua elevada estatura. De tal maneira ganhou estima a esta alcunha, que a quis perpetuar no nome da maioria dos seus filhos.

³⁴ *Acção Escolar*, Lisboa, V/381, Nov. 1965, 3 (suplemento das *Novidades*, Lisboa, 80/23271, 9 Nov. 1965, 5-6).

sacerdotal. A Mãe, senhora instruída e duma santidade invulgar, teve um papel importante na formação espiritual do Snr. Bispo. Os seus primeiros passos na vida, foram guiados por seu pai, homem de hábitos austeros e patriarcais, que o habilitou para a instrução primária”³⁵.

Outro pormenor a salientar na vida religiosa daquela casa é a imagem do Sagrado Coração de Jesus, uma das prendas de casamento dos pais, que foi entronizada na sala principal, desde então chamada “Sala do Coração de Jesus”, onde José do Patrocínio foi iniciado nesta devoção e à qual seria sempre fiel:

“Minha boa e piedosa mãe nunca me deixava sair de casa com longa ausência, que me não levasse primeiro à «Sala do Coração de Jesus» e aí me consagrasse ao Senhor. O mesmo se repetia, quando eu voltava. Por isso, a entranhada devoção que me prende ao Coração Divino foi minha mãe que ma infundiu no coração”³⁶.

Ao mesmo tempo que o pai lhe ensinava as primeiras letras, preparando-o para o exame de instrução primária, tanto ele como Claudina confiaram a educação religiosa do seu filho às doroteias, como ele próprio dirá:

“devo às Irmãs de Santa Doroteia os inícios da minha formação religiosa. Tive a felicidade, em pequeno, de frequentar os cursos de catequese paroquial que elas dirigiam, de modo que d’elas recebi as primeiras noções do catecismo”³⁷.

Em 21 de Junho de 1895 fez a sua primeira comunhão na capela do referido colégio, ficando identificado nas páginas do *Diário* como “um Menino, que tendo de fazer neste dia também a sua primeira Comunhão, veio fazel-a a nossa Capella”³⁸. Esse dia ficou bem

³⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Livro “D. José do Patrocínio Dias – Bispo-Soldado” de Gonçalves Serpa, 1958 (original) – 1B / Correspondência relacionada*. O autor desta obra, J. G. SERPA, alterou em muito o sentido da carta original enviada pelo irmão de D. José (Cf. *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 63).

³⁶ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 63.

³⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 39) Discurso pronunciado na reunião das antigas alunas, na Av.^a das Fontes n.º 8 presidida pelo Em. Snr. Patriarca de Lisboa no 1.º Centenário do Instituto de Santa Doroteia, 4; IDEM, *Conferências, Exercícios Espirituais - 19D, 5a* Caderno de 1934-1942, 8; ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DAS IRMÃS DE SANTA DOROTEIA (APPISD), *Diário do Lar Universitário da Sagrada Família – Lisboa, Diário (13.III.1934 – 31.XII.1934)*, 8 de Dez. 1934: “À tarde teve lugar uma sessão deveras interessante em que falaram o Sr. Bispo de Beja, que amavelmente se apresentou como ex-aluno das Irmãs Doroteias nas Catequeses da Covilhã”.

³⁸ APPISD, *Diário da Casa da Covilhã, Diário (10.IV.1895 – 31.X.1904)*, 8-9. Em 1934, já como bispo de Beja, no discurso que fez sobre 1.º centenário das doroteias em Portugal pôs a descoberto esse facto: “[...] ao passo que os meus pequeninos companheiros da doutrina iam á Igreja Paroquial fazer a sua 1.ª Comunhão, a mim, para ser antecipada alguns meses, coube-me fazel-a na Capela doméstica do Colégio de N.ª S.ª da Conceição da Covilhã n’uma das festas mais solenes de 1.ª Comunhão q. se celebráram para as alunas [...]” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Conferências, Exercícios*

marcado na memória de José do Patrocínio, de tal modo que, futuramente afirmará, ter sido o primeiro dos grandes dias da sua vida³⁹. No mesmo ano realizou o seu exame de instrução primária, recebendo um dos prémios instituídos pela da Câmara Municipal da Covilhã para os alunos que mais se distinguiram nos resultados⁴⁰.

Apto para iniciar o curso de preparatórios, foi matriculado em Outubro de 1895⁴¹ no *colégio de S. Fiel*, fazendo parte da primeira geração que estudou pela reforma educativa do conselheiro João Franco⁴². Esse colégio, situado no Louriçal do Campo, distrito de Castelo Branco, fora confiado aos jesuítas em 1863, a instâncias de Fr. Agostinho da Anunciação⁴³ que anteriormente o tinha fundado como *colégio de Órfãos* (1852)⁴⁴. A par da educação

Espirituais, 5a) Caderno de 1934-1942, 8). A justificação deste facto deve-se a duas razões: a primeira, como justifica o Diário do Colégio, porque era “6.ª feira, dia do SS. Coração de Jesus” e a segunda porque um dos carismas destas religiosas nos inícios dos anos 70 do século XIX era a preparação e solenidade dadas à 1.ª Comunhão das crianças, que antes se celebrava apenas de modo particular (Cf. M. L. B. MOURA, “As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação”, 271). Na obra de J. G. SERPA (*D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*) há uma imprecisão no ano da primeira comunhão, sendo afirmado primeiramente que a realizou em 1894 (p. 64-65) e mais à frente afirma que foi em 1895 (p. 449).

³⁹ Em 1922 numa alocução de Primeira Comunhão na Covilhã, ele próprio confessou: “Tambem eu já fiz a 1.ª Comunhão! Que saudade, saudade longínqua! [...] Se um dia tive de ordenação sacerdotal e outro de ordenação [sic] episcopal, eu não entrevejo menos claro e saudoso o dia 1.º da comunhão eucarística!” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 2) Alocuções de Primeira Comunhão, Covilhã, Junho de 1921, 2-4). O mesmo atesta no referido discurso do centenário: “[...] n’uma palavra o primeiro dos tres grandes dias da minha vida a que se seguiram o da ordenação e o da Sagração episcopal, passe-o ao bafo carinhoso do Instituto” (Cf. IDEM, *Conferências, Exercícios Espirituais*, 5a) Caderno de 1934-1942, 8). É ainda de acrescentar que D. José guardou sempre a fita e o *papilon* dessa solenidade conservados actualmente na Casa Geral das Oblatas do Divino Coração, em Beja.

⁴⁰ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 64-65; *Novidades*, Lisboa, 80º/23257, 25 Out. 1965, 5; *Ação Escolar*, Lisboa, V/381, Nov. 1965, 3 (suplemento das *Novidades*, Lisboa, 80/23271, 9 Nov. 1965, 5-6); *Mensageiro*, Braga, LXXXIII, Dez 1965, 41.

⁴¹ *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2; *A União*, Lisboa, II/63, 4 Jun. 1921, 4. Na obra de J. G. SERPA (*D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 65) é afirmado que José do Patrocínio entrou no colégio de S. Fiel em Outubro do mesmo ano em que fez a sua 1.ª comunhão, com 10 anos, que o autor deduz como sendo em 1894. No entanto, trata-se de um erro cronológico, pois observando a lista de prémios atribuídos aos alunos de S. Fiel no ano lectivo de 1896-1897, José do Patrocínio Dias Presunto aparece como aluno do 2.º ano, o que significa que entrou em S. Fiel no ano lectivo de 1895-1896 (Cf. COLLEGIO DE S. FIEL, *Distribuição dos Prémios no dia 3 de Agosto de 1897*, Typographia Universal, Lisboa, 1897, 27-28). O mesmo se confirma no ano lectivo de 1900-01, no qual José do Patrocínio aparece num folheto do colégio como aluno do 6.º ano ou no anuário do colégio de 1901-02 como aluno do 7.º ano (Cf. IDEM, *1901-1902 ANNUARIO*, Typ. Cª Nacional Editora – L. do Conde Barão, Lisboa, 1902, 6).

⁴² *A União*, Lisboa, II/63, 4 Jun. 1921, 4.

⁴³ Fr. Agostinho da Anunciação, no século José Bento Ribeiro Gaspar, nasceu no Louriçal do Campo (Castelo-Branco). Abandonando o curso de Cânones na Universidade de Coimbra por volta do ano de 1830, tomou o hábito franciscano no convento do Varatojo. Extintas as Ordens Religiosas em 1834 e com uma forte inclinação para a instrução popular, Fr. Agostinho aplicou os poucos recursos que tinha para a maior das suas fundações, o *colégio dos Órfãos*, o qual fora encerrado em 1862 com a expulsão das Irmãs da Caridade que aí trabalhavam. Preocupado pela continuidade da sua obra, deslocou-se a Roma nesse mesmo ano, como confessor da infanta D. Isabel Maria, para solicitar a Pio IX uma ordem religiosa para o colégio. Pio IX confiou esse encargo aos jesuítas que “aceitaram o orfanato com repugnância e só em obediências às ordens do Sumo Pontífice” (Cf. J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 342-343; L. G. de AZEVEDO, *Proscritos*, vol. II, Tipografia E. Daem, Bruxelas, 1914, 11; F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Livraria Civilização, Porto, 1970, 149; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, in *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – “Percurso e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação”*, Universidade de Uberlândia, Uberlândia (MG) Brasil, 2006, 829-830).

⁴⁴ Nos inícios dos anos 70 do século XIX o colégio de S. Fiel progrediu com tal amplitude que se tornou no maior estabelecimento de ensino particular do país, sendo apenas superado pelo colégio de Campolide (também dos jesuítas) em Lisboa. Abandonando o anterior critério de fundação (meninos órfãos e pobres) e desenvolvendo uma orientação pedagógica distinta na época, começou a dedicar-se à educação de jovens pertencentes a uma certa elite social ou com boas capacidades intelectuais (Cf. J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 342-343; V. P. NETO, “ENSINO. III. Época Contemporânea

académica e científica testemunhada por várias efemérides⁴⁵, o colégio de S. Fiel foi também “uma autêntica universidade das almas” da Beira Baixa⁴⁶. O domínio espiritual que a Companhia de Jesus ia desenvolvendo, através dessa instituição, era de tal ordem que, em tempos anteriores à instauração da República, vários grupos de leigos ali acorriam como meta de peregrinação, para se retemperarem espiritualmente ou receberem qualquer orientação esclarecedora⁴⁷.

Claudina e Claudino Dias fizeram parte destes “milhares e milhares de pessoas vindas de todo o país”⁴⁸ que frequentavam o colégio de S. Fiel, adoptando como costume familiar, desde o ano em que se casaram, a sua participação anual na *Reparação das 40 horas*, realizada por altura do carnaval: “Antes de seres alumno de S. Fiel, sabes que já para lá íamos, afim de fugirmos à babilónia do mundo para nos furtarmos ao paganismo desenfreado que campeia nos centros populosos”⁴⁹. Um lugar assim só poderia fazer com que muitos esposos cristãos, por meio de um acompanhamento regular oferecido por outras residências dos jesuítas ou pelo Apostolado da Oração, fomentassem nos seus lares uma vida espiritual que levaria mais tarde os seus filhos a optarem pela vocação sacerdotal ou religiosa⁵⁰. Por

(até 1910)”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, 126; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 828; 830-831; 836; F. FIGUEIREDO, *O P.º Donaciano de Abreu Freire – O homem e o sacerdote do seu tempo*, Casa Municipal da Cultura, Estarreja, 1989, 45; A. ARAÚJO, / A. LOPES, “JESUÍTAS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens...*, 199).

⁴⁵ Aluno do referido colégio de 1885 a 1889, destaca-se em particular o Dr. Egas Moniz, primeiro Prémio Nobel português em medicina. Ele mesmo testemunhará: “Davam certo desenvolvimento à parte experimental, o que contrastava com a maior parte do ensino liceal desse tempo. O laboratório de química e o gabinete de física estavam suficientemente apetrechados e o ensino baseava-se em experiências sempre que isso era possível” (Cf. E. MONIZ, *A nossa casa*, Paulino Ferreira Lda., Lisboa, 1950, 254). A respeito do aproveitamento por parte dos alunos, um dos jesuítas que aí era educador afirmou: “deste [aproveitamento] fala bem alto o óptimo resultado de seus exames, quer em Castelo Branco quer em Coimbra, o que tão grande nome deu ao Colégio e lhe atraiu tantos pedidos de admissão, que foi mister meter os rapazes à cunha nas camaratas, para satisfazer os pedidos tão insistentes das famílias” (Cf. APPCJ, *Relação do P. António Borges Vieira...*, 1). Sobre o ensino ministrado pelos Jesuítas ver ainda as obras de J. E. FRANCO, “Antijesuítismo pedagógico e científico e o nascimento da Brotéria”, *Brotéria* 155 (2002) 295-318.

⁴⁶ C. F. INFANTE, *Monsenhôr Joaquim Alves Brás*, Impretipo, Lisboa, 1976, 89.

⁴⁷ *Ibidem*, 90; L. G. de AZEVEDO, *Proscritos*, vol. II, 13. Uma das grandes razões da perseguição aos jesuítas na Beira Baixa era precisamente a orientação espiritual e a vida de piedade que ofereciam a muitos dos que aí viviam ou aí se dirigiam: “N’estes ultimos tempos tem os padres do collegio animado o povo a fazer confissões e communhões chamadas *reparadoras*, com o fim de fazer parar a corrente de expulsão dos jesuítas” e ainda “o collegio é o pretexto para conservar alli em S. Fiel um grande numero de indivíduos, que tem fanatisado o povo das visinhanças, que atrahem alli o povo de aldeias mesmo distantes” (Cf. J. A. S. REFOIOS, *O Collegio de S. Fiel no Lourçal do Campo...*, 31; 35).

⁴⁸ L. G. de AZEVEDO, *Proscritos*, 13; F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 149.

⁴⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 4a; IDEM, 6) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1905), carta 12: “[Eles] lá vão para S. Fiel domingo de tarde passar o carnaval. Nós por aqui ficamos este anno. Interrompemos aquelle passeio n’esta epocha no fim de 12 annos! É portanto no fim de 21 annos que passamos esta epocha contigo e 17 contigo e com o Alvaro que este anno a passamos sós”.

⁵⁰ C. F. INFANTE, *Monsenhôr Joaquim Alves Brás*, 91. Quando em 1880 se fez uma inspecção escolar ao Colégio de S. Fiel os comissários affectos aos ideais anti-jesuíticos salientaram que “[...]os padres do collegio se tem dirigido a familias das

isso, a escolha dos pais de José do Patrocínio em matricula-lo no colégio de S. Fiel fica mais que explicada: não quiseram apenas uma boa escola de formação académica para o seu filho, mas principalmente uma educação religiosa com qualidade, da qual eles próprios já usufruíam⁵¹.

Com um regulamento idêntico ao do colégio de Campolide, também pertencente aos jesuítas, o regime interno do colégio de S. Fiel era marcado pela prioridade da vida cristã sem detrimento da académica, o que era alvo das críticas anti-jesuíticas, que faziam questão de sublinhar o artigo 9.º: “lembrem-se de que n’este collegio se dá maior importancia á educação religiosa do que á scientifica e litteraria”⁵². Na verdade, Egaz Moniz testemunharia que a piedade aí vivida parecia mais de um convento que um colégio, pois “nos levava tempo e roubava actividade”⁵³. Mesmo assim, o aspecto religioso do colégio apresentava-se bastante completo e de acordo com a idade e condição dos alunos, tendendo principalmente a criar neles mais hábitos fortes do que meras sensibilidades⁵⁴. A comprová-lo destaca-se a própria metodologia da disciplina, resumida na divisa “santificar o tempo com o movimento”⁵⁵.

O dia começava geralmente entre as 5.30 e as 6.00h da manhã (dependendo do solstício) com a oração da manhã, Missa e um tempo de meditação⁵⁶. Durante o dia para além das aulas e tempos de estudo, os alunos tinham como obrigações duas práticas de piedade: a visita ao SS.^{mo} Sacramento e o Terço⁵⁷. Juntamente com uma educação litúrgica muito

visinhanças, prometendo-lhes fazer dos filhos bons jesuítas e sãs filhas irmãs Dorotheas” (Cf. J. A. S. REFOIOS, *O Collegio de S. Fiel no Lourçal do Campo...*, 34).

⁵¹ Naturalmente que terão existido outras razões de ordem mais prática pois, por exemplo, segundo informações dadas pelo Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, no ano lectivo de 1896-1897 havia 27 alunos internos naturais da Covilhã (Cf. APPCJ-Lx, Colégio de S. Fiel, *Diário dos Professores (1893-1900)*, 8 de Junho de 1897). Outra justificação possível poderá ser relacionada com a naturalidade do reitor do colégio de S. Fiel de 1893 a 1904 (com um interrupção de 7 meses), Pe. José da Cruz Tavares, jesuíta natural da Covilhã, onde nasceu em 9 de Dezembro de 1847 (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXX, Editorial Enciclopédia L.^{da}, Lisboa/Rio de Janeiro, 813-814).

⁵² J. A. S. REFOIOS, *O Collegio de S. Fiel no Lourçal do Campo...*, 28.

⁵³ E. MONIZ, *A nossa casa*, 221-222; 254.

⁵⁴ G. ZURARA, “O primeiro Prémio Nobel português aluno dos Jesuítas”, *Brotéria* 52 (1951) 421.

⁵⁵ E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 834. Um dos prefeitos do colégio de S. Fiel afirmou mais tarde que, apesar de haver algumas deficiências na vida da instituição, os alunos distinguiam-se no saber e na virtude entre os seminaristas da Guarda e Portalegre: “foi o meio providencial de que N.[osso] S.[enhor] se serviu para remediar de algum modo a falta completa de formação eclesiástica e de piedade que reinou durante muitos anos no Seminário da Guarda”. O mesmo religioso escreveu que um dos antigos alunos afirmava diante da família e amigos que “mais estimava a educação religiosa, que recebera em S. Fiel, que os mesmos diplomas de ciências e letras” (Cf. APPCJ-Lx, *Carta do P. Guilherme Vilas Boas...*, 1-3).

⁵⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 4) Horários e devoções do Colégio de S. Fiel; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 835.

⁵⁷ *Ibidem*.

apurada, nomeadamente a nível do canto polifónico (coro e orquestra), tinham também uma cuidada educação religiosa garantida pelas aulas de catecismo e apologética cristã ou concretizada em obras de caridade⁵⁸. Para além do retiro anual, geralmente no início do ano lectivo, os alunos confessavam-se uma vez por mês e aconselhavam-se com um director espiritual à escolha de cada um⁵⁹. Como principais devoções, para além do Sagrado Coração de Jesus e da Imaculada Conceição, era também dado particular relevo ao Natal (o Menino Jesus era chamado de *Capitãozinho*), ao mês de Maio e a alguns santos jesuítas⁶⁰.

José do Patrocínio Dias Presunto, com o n.º 168 para a identificação dos seus pertences⁶¹, soube aproveitar todo este ambiente espiritual que se repercutiu também na sua vida académica. Agraciado com prémios e medalhas de mérito pelo seu comportamento exemplar e qualidade dos seus estudos⁶², foi admitido na *Congregação Mariana*⁶³ em 2 de Fevereiro de 1896⁶⁴. A referida congregação, considerada a «elite do colégio», fora fundada

⁵⁸ E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 831; P. V. A. CORDEIRO, *D. Marcos de Noronha (1890-1926)*, Imprensa Lucas&C.ª, Lisboa, 1929, 40-41.

⁵⁹ *Ibidem*, 39; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 835; APPCJ-Lx, *Carta do P. Guilherme Vilas Boas...*, 3: “Tinham um director espiritual, que os dirigia no espirito e exortava de oito em oito dias ao estudo e à virtude”. Os opositores aos jesuítas censuravam bastante este aspecto, divulgando que “a maior parte das famílias, que mandam seus filhos para o collegio de S. Fiel, fazem-o esperando que lhes será facil apagar n’elles, á sua sahida do collegio, os vestígios da direcção jesuítica, aproveitando-lhes tão somente o ensino litterario e scientifico. Esquecem-se de que é profundo o conhecimento que os jesuítas têm da organização do espirito: não sabem a grande fascinação que sobre os espiritos infantis exerce a direcção jesuítica, profundamente calculada e estudada de longos anos” e ainda: “O collegio de S. Fiel, se por um lado ensina razoavelmente linguas, por outro lado dá uma direcção reaccionaria e fanática ao espirito dos alumnos” (Cf. J. A. S. REFOIOS, *O Collegio de S. Fiel no Louriçal do Campo...*, XI, 35).

⁶⁰ APPCJ-Lx, *Carta do P. Guilherme Vilas Boas...*, 2-3: “Nas primeiras sextas-feiras iam todos à Sagrada Mesa, e tinha o cuidado de os afervorar de um modo especial na devoção ao S. Coração, a fim de mais tarde promoverem como párocos o Apostolado nas suas freguesias”; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 831; P. V. A. CORDEIRO, *D. Marcos de Noronha (1890-1926)*, 39-40. O arquivista da Província Portuguesa dos Jesuítas mostrou-nos ainda vários folhetos e estampas editadas pelo colégio para o mês de Maio. No anuário de 1901-02 aparecem três novenas obrigatórias da instituição entre os meses de Abril a Julho: a do Coração de Jesus, a de S. Luís Gonzaga e a de S. Inácio de Loiola (Cf. COLLEGIO DE S. FIEL, *1901-1902 ANNUARIO*, 4).

⁶¹ *Ibidem*, 6.

⁶² IDEM, *Distribuição dos Prémios no dia 3 de Agosto de 1897*, 27: “2.º ANNO/CURSO/2.º Premio – O sr. José do Patrocínio Dias Presunto”; 28: “CONCURSO/ Menção honrosa – [...] José do Patrocínio Dias Presunto”. Ainda hoje se conservam na Casa Geral da Congregação das Oblatas do Divino Coração duas medalhas de benemerência que José do Patrocínio Dias ganhou em S. Fiel.

⁶³ A associação *Congregação Mariana* foi fundada em 1563 por um jesuíta belga, P. Leunis, para os estudantes do colégio Romano (Roma), com o fim de progredirem na piedade e no cumprimento dos seus deveres “com a ajuda da Virgem SS.^{ma}”. Em 1584, o Papa Gregório XIII deu-lhe existência canónica pela bula *Omnipotentis*, concedendo-lhe o direito de agregar a si quantas de futuro se erigissem para estudantes e quaisquer fiéis onde a Companhia de Jesus tivesse colégios. Em Portugal só há nota da existência dessas congregações desde a segunda metade do século XIX, quando foi restaurada a Província Portuguesa da Companhia de Jesus (Cf. M. de OLIVEIRA / L. da CRUZ / R. MACHADO, *Anuário Católico de Portugal*, I, União Gráfica, Lisboa, 1930, 280-284).

⁶⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1908, 34. Há, no entanto uma imprecisão sobre o dia concreto da sua primeira filiação na Congregação Mariana do Colégio, pois no dia 1 de Fevereiro de 1917, José do Patrocínio Dias escreve: “Aniversario da minha solemne entrada para Filho de Maria em S. Fiel. 21 anos passaram depois do meu alistamento n’esse exercito tão predilecto do Ceu” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 27) Recorte do Diário – 1 de Fevereiro de 1917).

em 1875 com o intuito de fomentar nos seus membros um particular culto mariano, estimulando, ao mesmo tempo, o bom comportamento religioso e académico. Apenas podiam ser admitidos aqueles que assim procedessem, de acordo com a idade e grau escolar⁶⁵. José do Patrocínio realizaria a sua filiação definitiva, como congregado, em 3 de Junho de 1900⁶⁶.

A par da disciplina académica e de piedade, o estilo de vida no colégio era caracteristicamente familiar, necessário não só por causa do isolamento em que se encontrava a instituição, mas principalmente para estabelecer entre os residentes um convívio mais íntimo “do que nos colégios das grandes cidades”⁶⁷. Os passeios e acampamentos mensais dos alunos e professores, as brincadeiras de carnaval, as festas religiosas e os aniversários da casa, as academias realizadas pelas Congregações, as entregas de prémios anuais e tantos outros momentos, incutiam nas crianças o valor da amizade, que salvo algumas excepções, durariam para toda a vida⁶⁸. Também José do Patrocínio aí teve as suas amizades, particularmente com Tomás de Gambôa⁶⁹. Mais tarde, assistindo-lhe ao primeiro casamento, Patrocínio descortinará:

“Oíço dentro de mim a voz da mais affectuosa amizade, echoam dentro do meu coração os sons melodiosos de uma camaradagem reconfortante e meiga, alégre e estreita: vim unir pelos laços do matrimonio o meu mais dilecto amigo! O amigo da infancia, na candida vida do nosso collegio, o amigo da juventude na despreocupada existencia universitaria, o amigo de sempre nas tristezas e nas alegrias, nos cuidados que perturbam e na paz que reconforta”⁷⁰.

⁶⁵ COLLEGIO DE S. FIEL, *Jubileu da Congregação de N. Senhora*, Typ. da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1900, 5; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 835; P. V. A. CORDEIRO, *D. Marcos de Noronha (1890-1926)*, 16. Uma das cláusulas de admissão era a promessa de não pertencerem nem darem o seu nome para sociedades secretas ou proibidas pela Igreja, nomeadamente a Maçonaria (Cf. COLLEGIO DE S. FIEL, *Jubileu da Congregação de N. Senhora*, 7-8).

⁶⁶ *Ibidem*, 28.

⁶⁷ P. V. A. CORDEIRO, *D. Marcos de Noronha (1890-1926)*, 18.

⁶⁸ *Ibidem*, 19.

⁶⁹ Tomás de Gambôa Bandeira de Melo (Castelo Novo, Fundão, 2.X.1885 – Lisboa, 13.X.1950), filho de Francisco de Gambôa Sousa Pinto (formado em Direito na Universidade de Coimbra) e de Ana Teodora da Câmara Faria e Serpa Bandeira de Melo, descendente dos Condes de Vila Franca. Após ter concluído o seu curso de liceus no Colégio de S. Fiel, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1908, exercendo advocacia na Covilhã ou assumindo cargos importantes no Governo, nomeadamente no período da I Guerra Mundial. Jornalista destacável pelos seus artigos nos jornais «A União» ou «A Guarda», em 1923 aceita o papel de redactor principal do refundado jornal *Novidades* (Cf. *Novidades*, Lisboa, LXV/17945, 14 Out. 1950, 1; 5; IDEM, LXV/17946, 15 Out. 1950, 1; 7; *Noticias de Beja*, Beja, XXI/1163, 21 Out. 1950, 2; 4; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 66-67).

⁷⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais (1907-1920)* – 19D, Sermão no Casamento do Tomas Gambôa, 4 de Fevereiro de 1914. Tomás de Gambôa casou em Vila Franca no dia 4 de Fevereiro de 1914 com Maria do Carmo, de quem teve três filhos (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1914,

Esta recíproca amizade criou sólidos fundamentos entre ambos. Tomás de Gambôa tinha uma considerável admiração pelo seu “melhor amigo”, do qual quis aprender a ser “o amigo de sempre, o mestre de agora, e o cidadão do futuro”⁷¹. Identicamente, Alberto Diniz da Fonseca testemunhará a naturalidade do “patricio e amigo, antigo companheiro nas lides escolares” e o tempo em que “elle brincava ainda despreocupado nos recreios animados de S. Fiel”⁷².

A respeito da sua afinidade com os superiores e professores do colégio, destacam-se particularmente, o Pe. Joaquim da Silva Tavares, “teu antigo professor que tanto te estima”⁷³; o Pe. Domingos Pimenta, no qual tanto José como seu irmão Álvaro encontraram “um bom amigo” e “um bom Pae”⁷⁴; o Pe. José António Alves que o recordará, mais tarde:

“Quando o conheci tão pequenino em S. Fiel, quando o acariciava nos momentos de tristeza e de enfado ou brincava consigo nos recreios, quando o estimulava ao bom procedimento e ao amor ao estudo nunca me passou pela mente que ainda um dia lhe havia de dizer «Tu es sacerdos in aeternum»”⁷⁵.

42). Falecida nos princípios dos anos 20, Tomás casou segundas núpcias no Porto, a 27 de Dezembro de 1924, com Maria do Carmo de Serpa de Sousa Brandão (Cf. *Novidades*, Lisboa, (XL)II/(8822)371, 1 Jan. 1925, 1).

⁷¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 13) Cartas da Família Gambôa (1907-1908), carta 2; carta 3.

⁷² *A Guarda*, Guarda, 17/744, 2 Jun. 1921, 2. Alberto Diniz da Fonseca (Rochoso, 2.IX.1884 – Guarda, 29.VIII.1962) fez os estudos liceais no colégio de S. Fiel, filiando-se definitivamente na Congregação Mariana do colégio no mesmo ano que José do Patrocínio (Cf. COLLEGIO DE S. FIEL, *Jubileu da Congregação de N. Senhora*, 28). Licenciado em Direito na Universidade de Coimbra, exerceu funções de notário e advogado em Torres Novas e mais tarde na Guarda, onde foi presidente da Câmara Municipal. Sempre grande defensor da causa da Igreja nos inícios do século XX, nomeadamente pela imprensa e jornalismo, foi com D. João de Oliveira Matos (bispo auxiliar da Guarda) um dos fundadores da Liga dos Servos de Jesus na diocese da Guarda (Cf. *Novidades*, Lisboa, LXXVII/22144, 31 Agos. 1962, 1; 4; IDEM, LXXVII/22146, 2 Set. 1962, 3; P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 400).

⁷³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 14) Cartas de Jesuítas (1907-1908), carta 12. Pe. Joaquim da Silva Tavares (Cardigos, Vila de Rei, 17.VIII.1866 – Paris, 2.IX.1931) professou solenemente na Companhia de Jesus em 1900, no colégio do Barro (Torres Vedras). Ordenado sacerdote em Uclés (Espanha) em 1897, regressou a Portugal no ano seguinte e em 1900 leccionou Ciências Naturais, Química e Física no colégio de S. Fiel, onde fundaria com mais dois colaboradores a revista *Brotéria* (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXX, 811).

⁷⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 8) Cartas de Álvaro Dias e D. Filomena Fonseca para Coimbra (1903-1906), carta 9. Pe. Domingos Pimenta (Vitela, Minho, 3.V.1855 – Rio de Janeiro, 22.IX.1914), entrando na Companhia de Jesus em 1885 já como sacerdote, foi professor no colégio de S. Fiel desde 1899 e subdirector do mesmo, sendo caracterizado como um “padre cortesão” e um “religioso de maneiras polidas”, acessível a todos pela sua afabilidade e fino trato. Depois de 1910 foi para a Espanha e seguidamente para o Brasil (APPCJ-Lx, Informações dadas pelo arquivista).

⁷⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 14) Cartas de Jesuítas (1907-1908), carta 13. Pe. José A. Maria Alves (Mondariz, Pontevedra, 18.VIII.1873 – Caldas da Saúde, 1950), entrou no noviciado da Companhia de Jesus em Torres Vedras a 7 de Setembro de 1888 e, ao concluir os estudos em Humanidades e Retórica, estudou Filosofia e fez o Magistério no colégio de S. Fiel, onde foi prefeito e professor de José do Patrocínio desde 1895 a 1901. Ordenado presbítero em la Guardia (Galiza) em 1904, foi mais tarde para Ciudad-Rodrigo onde ficou conhecido pela assistência que dispensou aos empastados da «gripe espanhola». Regressando a Portugal, fixou-se no colégio das Caldas da Saúde (Santo Tirso), onde faleceu (APPCJ-Lx, Informações dadas pelo arquivista).

E ainda o Pe. António Correia de Menezes⁷⁶, a quem José do Patrocínio escreverá, anos depois, recordado:

“Meu querido Mestre. Nos bons tempos em q. fui allumno de V. Ex.^a, chamava ao seu mais humilde discípulo d’então e de sempre – cara de lata! Talvez passa-se a V. Ex.^a a memoria – a mim lembra-me com saudade”⁷⁷.

Tal como os outros alunos, também José do Patrocínio teve o seu director espiritual, o Pe. Silvestre Neves da Cruz⁷⁸. Os encontros semanais de orientação espiritual não só serviam para autoconhecimento, mas principalmente para serem remédio a um «grande mal» próprio das famílias da Beira: predestinarem os filhos para a vida eclesiástica⁷⁹. Por isso, o principal trabalho do director espiritual com o aluno, para além de ser o seu tutor em todas as actividades da instituição, era essencialmente ajuda-lo no processo de discernimento da sua vocação⁸⁰. Prova disto foi o caso de Egas Moniz que, não lhe desagradando a “atmosfera da Ordem”, pensou nela ingressar, não tanto por desejo de ser religioso, mas para desenvolver as suas habilidades nas matemáticas⁸¹. A questão ficou resolvida, quando o seu “notável professor de matemática”, Pe. Fernando Santana, lhe disse:

⁷⁶ Pe. António Correia de Menezes (Vouzela, Viseu, 13.IV.1869 – Pontevedra, 17.II.1919), depois de completar os estudos secundários, entrou na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, onde obteve de modo brilhante o grau de bacharel em 1891. Recusando doutorar-se e ser lente da mesma Faculdade, em virtude da necessidade de para isso ser ordenado sacerdote, foi fazer Exercícios Espirituais no noviciado do Barro, decidindo depois entrar na Companhia de Jesus. Pregador ilustre, fundador de obras sociais, missionário dedicado, escritor e músico de renome na época, foi professor de Filosofia de José do Patrocínio nos seus dois últimos anos lectivos (1900-1901/1901-1902) no colégio de S. Fiel (Cf. *O Apóstolo*, Braga, V/53, Maio 1919, 169-191; *A União*, Lisboa, II/52, 12 Jan. 1921, 1-2; APPCJ-Lx, Informações dadas pelo arquivista). D. José do Patrocínio Dias conservou uma pagela que o Pe. António Menezes deu “ao seu querido discípulo” como “lembrança do ultimo Natal em S. Fiel” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 5) Horários, devoções e recordações de S. Fiel).

⁷⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 14) Cartas de Jesuítas (1907-1908), carta 2.

⁷⁸ Pe. Silvestre Neves da Cruz (Milharós, Porto, 31.XII.1868 – Alpendurada, 12.I.1937), entrou na Companhia de Jesus em 24 de Dezembro de 1891. De 1897 a 1908 trabalhou incansavelmente no colégio de S. Fiel, sendo muito apreciada e eficaz a direcção espiritual que dispensava aos alunos (Cf. *Mensagem do Coração de Jesus*, Braga, LV/643, Março 1937, 164; APPCJ-Lx, Informações dadas pelo arquivista).

⁷⁹ APPCJ-Lx, *Carta do P. Guilherme Vilas Boas...*, 2.

⁸⁰ *Ibidem*; E. C. MARTINS, “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, 835; P. V. A. CORDEIRO, *D. Marcos de Noronha (1890-1926)*, 40. Um dos exemplos desse acompanhamento foi o Dr. Egas Moniz, quando ao ter falecido inesperadamente a sua irmã «Lucianinha», recebeu ajuda para suportar esse facto de um “bom padre, prefeito da minha classe [...] acompanhou-me nos recreio, deu-me conselhos e tinha boas palavras, procurando assim distrair-me” (Cf. E. MONIZ, *A nossa casa*, 245).

⁸¹ *Ibidem*, 255-256.

“Consta-me que andas a pensar em ser jesuíta. Para isso é preciso vocação. Não sei se a tens. Terminado o liceu vais para os estudos em Coimbra. Se ao fim de um ou dois anos te sentires atraído por esta vida, vem então. Antes disso não te precipites”⁸².

Nos mesmos moldes terá sido o conselho do Pe. Silvestre da Cruz quanto à vocação de José do Patrocínio pois, embora se sentisse inclinado ao estado eclesiástico, seria mais prudente analisar bem as suas intenções antes de tomar uma decisão definitiva⁸³. Destacável por ter conseguido prémios em todos os anos escolares e por chegar ao fim dos seus estudos sem uma reprovação⁸⁴; memorável pelos seus trabalhos literários, críticos ou apologéticos apresentados em academias e festas do colégio⁸⁵; capacitado de um “carácter franco, leal e folgazão, não destituído de fina ironia”⁸⁶ que o tornava simpático aos seus colegas, decidiu, aos 18 anos, matricular-se como leigo na Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra. Feito o seu “exame de saída do curso complementar” no Liceu Central de Coimbra, em 12 de Julho de 1902⁸⁷, despediu-se do colégio de S. Fiel, provavelmente do mesmo modo como mais tarde aconselhará a seu irmão Álvaro Dias:

“Uma coisa te lembro: despede-te afectuosamente dos teus amigos e professores, a estes sobretudo abraça com mais ou menos afecto conforme o grau de amizade q. a eles te liga, mas a todos deixa o penhor da tua gratidão profunda, porq. a todos deves”⁸⁸.

Quanto ao impacto que a escolha de José do Patrocínio teve nos seus pais, talvez informados por carta, Claudino Dias ficou surpreendido e escreveu para S. Fiel dando-lhe as

⁸² E. MONIZ, *A nossa casa*, 255-256.

⁸³ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 67-68.

⁸⁴ *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2; *A União*, Lisboa, II/63, 4 Jun. 1921, 4.

⁸⁵ Nos folhetos do colégio de S. Fiel o nome “J. P. Dias Presunto” aparece algumas vezes, nomeadamente nos seus últimos dois anos nessa instituição: “A Maria Santíssima - Preito Filial do 6.º ano do curso ordinário” (2 Jun. 1901) foi o encarregado das “Duas Palavras” introdutórias a essa homenagem mariana, bem como a apresentação de um trabalho “Obras de crítica”, um trabalho literário de “género didactico”; “Ao SS. Padre Leão XII, no faustoso aniversário da sua coroação” (8 Mar. 1902) apresentou um “esboço apologético” intitulado: “A Igreja no Pontificado de Leão XIII”; “A Maria SS. Immaculada, na despedida de maio, o curso do 7.º ano” (31 Maio 1902) é ele mesmo quem termina essa festividade com a alocução “Despedida”. Por fim, o seu nome aparece com o dos seus colegas de curso, numa música composta pelo P. António de Menezes: “A Partida das Andorinhas – Ballada de Despedida do curso do 7.º ano no Colégio de S. Fiel – 1902” (Cf. APPCJ-Lx, Colégio de S. Fiel, *Estampas e panfletos (1901-1902)*).

⁸⁶ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 66.

⁸⁷ ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AUC), *Processos de Inscrição e Matrícula (1767-1972)*, Matrículas de Theologia I-V, 1902-1903; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 6) Matrículas e certidões relativas a José do Patrocínio Dias (1902-1905) enviadas pelo Arquivo da Universidade de Coimbra (Liv. 42/152) para Beja em 4 de Junho de 1984, doc. 4.

⁸⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 8) Cartas de Álvaro Dias e D. Filomena Fonseca para Coimbra (1903-1906), carta 9.

suas ordens a respeito da ida para Coimbra⁸⁹; só ficaria mais tranquilo depois de falar com o Pe. Silvestre da Cruz⁹⁰. Claudina dos Prazeres revelou-se, no entanto, muito apoquentada, embora aceitasse, de modo resignado, a resolução de José:

“Sobre Coimbra teu querido Pai na sua carta te dá suas ordens mas sempre te digo meu querido José que me saltaram as lágrimas e estremeci porque não posso pensar que te heide ver sahir d’essa sancta casa para o meio d’este triste mundo, onde se encontra mil perigos!”⁹¹.

1.2 Aluno da Faculdade de Teologia na Universidade de Coimbra (1902-1907).

Em tempo de férias, na Covilhã, José do Patrocínio tratou de todos os documentos necessários para a sua matrícula na Universidade de Coimbra. Constituiu como seu “bastante procurador” o Dr. Júlio Augusto Henriques que, em finais de Setembro de 1902, o matriculou na 1ª e 2ª cadeiras da Faculdade de Teologia, bem como na cadeira anexa de grego⁹². Foi no desencadear deste processo que José, com consentimento dos seus pais, quis substituir o seu último nome – Presunto – por outro apelido materno. Ficou então confirmado quer pelo administrador do concelho da Covilhã, quer pelo pároco da freguesia de S. Pedro da Covilhã, que o seu nome doravante seria “José do Patrocínio Pereira Dias”⁹³. Apesar de todos os atestados, ficaria matriculado com o nome anterior por “discuido do Dr. J. Henriques”, tendo apenas conseguido, mais tarde, a supressão do último nome⁹⁴. É ainda de referir que, como

⁸⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto para o Colégio de S. Fiel e Coimbra (1902-1907), carta 1.

⁹⁰ IDEM, 7) Cartas do Pe. Silvestre Cruz para Coimbra (1902-1903), carta 1: “N’esse dia [da entrada de Álvaro Dias no Colégio de S. Fiel para o ano lectivo 1902-1903] tive o gosto de falar bastante detidamente com seu bom Papá; o assumpto da conversa é fácil de adivinhar; por isso pareceu-me que elle recolheu da nossa entrevista uma intima consolação e satisfação! Nosso Senhor lh’a conserve e augmente cada vez mais, por meio do seu José, que é bem digno d’ella”.

⁹¹ IDEM, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto para o Colégio de S. Fiel e Coimbra (1902-1907), carta 1.

⁹² *Annuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1902-1903*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1902, 8-9; 12; AUC, *Processos de Inscrição e Matricula (1767-1972)*, Matriculas de Theologia I-V, 1902-1903; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 6) Matriculas e certidões..., doc. 3.

⁹³ IDEM, doc. 1-2.

⁹⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 2. No seu pedido de matrícula de 16 de Agosto de 1902, o apelido “Presunto” aparece riscado e com uma pequena adenda: “suprimiu o apelido de: Presunto” (Cf. AUC, *Processos de Inscrição e Matricula (1767-1972)*, Matriculas de Theologia I-V, 1902-1903; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 6) Matriculas e certidões..., doc. 4). Observando os “*Annuarios da Universidade de Coimbra*” dos cinco anos lectivos que intermediaram entre 1902 a

não era dos “alunos para o estado eclesiástico”, José teve ainda que acrescentar aos seus documentos de matrícula, o certificado de registo criminal⁹⁵. Também, a 11 de Outubro de 1902, conseguiu obter do núncio Apostólico, D. André Aiuti, a faculdade de possuir e ler livros ou obras proibidos pela Igreja, graças à proximidade da sua família com Mons. Joaquim Gomes de Jesus, “registrador da Nunciatura Apostólica”⁹⁶.

Com o início do ano lectivo a 16 de Outubro de 1902, José do Patrocínio Dias chegou a Coimbra no dia 13 ou 14, ficando a residir na Cumeada, n.º 3⁹⁷. Sua mãe, ao saber da chegada, escreveu-lhe imediatamente:

“Saudosissimo José. Não posso passar sem te enviar estas duas linhas, a primeira vez para Coimbra, aonde tanto te desejavas [...] espero no Divino Coração que ha-de ser para a tua felicidade e seres um homem de bem na sociedade confiando que o teu comportamento me ha-de dar muita consolação”⁹⁸.

Quanto a Claudino Dias, escreverá a primeira vez para Coimbra em 18 de Outubro de 1902, inaugurando um epistolário semanal com o seu filho⁹⁹. A carta, de forma exortativa, ao

1907, só no quinto ano é que o seu nome aparece sem o apelido materno (Cf. *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1906-1907*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1907, 98; 300).

⁹⁵ Este certificado foi obtido na Comarca da Covilhã, a 16 de Agosto de 1902 (Cf. AUC, *Processos de Inscrição e Matrícula (1767-1972)*, Matrículas de Theologia I-V, 1902-1903; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 6) Matrículas e certidões..., doc. 7). A obrigatoriedade deste certificado para os alunos ordinários é confirmável na lista de documentos para a sua matrícula, exceptuando-se os “alumnos para o estado ecclesiastico” (Cf. *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1903-1904*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903, 55-56).

⁹⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 5) Licença da Nunciatura com faculdade de possuir e ler livros proibidos. Mons. Joaquim Gomes de Jesus assume particular relevo na vida familiar de José, por ter oferecido a Claudina e Claudino Dias, no dia do casamento, a imagem do Coração de Jesus e a ter entronizado em sua casa. Embora em J. G. SERPA (*D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 62), se afirme infundadamente ter sido Mons. Joaquim Gomes o oficiante do casamento (ver nota 1) sabemos que ele estaria na Covilhã por essa altura e como tal poderia ter feito a dita oferta (Cf. M. L. B. MOURA, “As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação”, 269). A salientar mais esta proximidade, José já em Coimbra pede a seu pai que lhe envie a “licença da Nunciatura p.ª então agradecer ao S. P.º Joaquim” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias..., carta 2). Um dos exemplos de ter obtido esta faculdade foi Manuel Isaías Abúndio da Silva, que no seu testamento refere: “Há na minha livraria algumas obras cuja leitura é proibida pela Igreja; mas eu possuo-as porque obtive a necessária e competente licença”, apontando que as mesmas poderão depois ser oferecidas a algum padre ou estudante de teologia que “estejam munidos da respectiva licença para as ler e possuir” (Cf. A. M. FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional – Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Centro de Estudos de História Religiosa-UCP, Lisboa, 2007, 129).

⁹⁷ *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1902-1903*, XII; 123. Não se encontrou ao certo a data da sua chegada a Coimbra, mas poderá ter sido no dia 13, que nesse ano era segunda-feira. Sabe-se apenas que enviou um bilhete aos pais quando chegou e no dia 15 de Outubro escreveu ao pai pedindo desculpa de se ter esquecido do seu aniversário (16 de Outubro), o que significa que este só terá recebido a sua carta no dia 17. Sua mãe neste espaço de dias mandou-lhe uma carta perguntando-lhe “Então esqueceste-te dos anos do teu Pai? [...] será melhor escrever-lhe e pede-lhe desculpa apesar de elle dizer que com a jornada e a barafunda de lá chegares que não admira que te esquecesses” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias..., carta 1; IDEM, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto..., carta 3).

⁹⁸ IDEM, carta 2.

⁹⁹ No AHDB encontram-se aproximadamente 170 cartas dos pais de D. José para Coimbra de 1902 a 1905. Quanto às de José para seus pais apenas existem 25 cartas referentes ao seu primeiro ano de estudante.

mesmo tempo que lhe revelava a “reputaçãozinha muito boa” que começava a ter no “curto meio intelectual da Covilhã”, estimulava-o a “traçar um plano de trabalho”, “uma norma de proceder” que lhe desse bom nome e o fizesse progredir “no campo do bem e no do trabalho”, afirmando-lhe que “os bons são sempre mais favorecidos por Deus e mais estimados pela sociedade”¹⁰⁰. Encorajando-o a frequentar os actos piedosos e a desviar-se “com coragem de tudo o que prejudica a alma e mancha o corpo”, concluiu todo o rol de conselhos da seguinte forma:

“Ninguém mais teu amigo que eu e tua mãe, por isso não pude deixar de traçar n’esta, por ser a primeira carta que te escrevo para Coimbra, as considerações que deixo escriptas; aconselho-te que as leias com gosto e releias com atenção para calarem melhor em teu animo”¹⁰¹.

Talvez com mais consciência que José, Claudino Dias sabia que o seu filho iria enfrentar um ambiente muito diferente do que estava habituado e, por isso, justificavam-se todos estes conselhos paternos. Nos princípios do século XX, a pequena cidade de Coimbra encontrava-se num processo de mutação iniciado no século anterior, mormente condicionado pelo ambiente académico que aí fazia afluir professores e estudantes de todos os pontos do país para frequentarem alguma das cinco faculdades que dispunha¹⁰². Na época de José do Patrocínio Dias a Universidade de Coimbra tinha aproximadamente 1200 estudantes, com a agravante deste número vir a decair, em virtude dos conflitos regulares aí ocorridos e que a expunham cada vez mais a um saliente descrédito¹⁰³. Na Academia de Coimbra, ora se assistia às disputas políticas entre monárquicos estremados e republicanos «incandescentes» (geralmente em iniciativas de impacto cívico), ora se via o germinar de novos ideais filosóficos baseados no naturalismo e racionalismo que, servindo de substrato ao crescente

¹⁰⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 3) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1902), carta 1.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² A. M. FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional...*, 123.

¹⁰³ J. SERRÃO, “Escolas e ensino”, in J. SERRÃO / A. H. de Oliveira MARQUES (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, 560-561. Para uma análise mais detalhada das desordens ou conflitos ocorridos na «cidade da Universidade» ver capítulos IV e V da obra de A. S. LAMY, *A Academia de Coimbra*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1990, 98-182 e ainda J. F. GOMES, “UNIVERSIDADE DE COIMBRA”, in C. M. AZEVEDO (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, 314-320.

movimento anticlerical, afirmando que a Igreja era “uma relíquia, aceitável aos espíritos fracos, imprópria à alta cultura e até prejudicial ao desenvolvimento de altas cerebrações”¹⁰⁴. Se décadas antes a crítica no ambiente coimbrão fora em torno da laicização do ensino e no desejo de erradicar a influência do poder eclesiástico na Universidade, é dado confirmado que esta nova atmosfera sujeita a «forças hostis», nomeadamente a Maçonaria, conseguiu tornar os estudantes não só irreverentes, mas verdadeiros “iconoclastas”¹⁰⁵.

Com todo este panorama, não seria de esperar muito o rebentar de uma criteriosa perseguição contra qualquer aluno “que manifestasse indícios de piedade, que lesse um jornal católico, que rezasse”¹⁰⁶. Embora a maior parte da Academia fosse constituída por jovens de educação religiosa, o ataque era de tal ordem eficaz que, se não os tornava indiferentes em matéria religiosa, transformava-os em desrespeitadores e intolerantes para com a religião¹⁰⁷. Alberto Diniz da Fonseca, estudante de Coimbra em Outubro 1900, confirma-o:

“Na minha primeira república éramos quatorze rapazes, vindos de todos os pontos do continente e ilhas, e nenhum ia sequer à missa aos domingos. [...] Em face daquela horrível campanha

¹⁰⁴ A. F. COUTINHO, “Recordando os primeiros tempos do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 761.

¹⁰⁵ L. R. TROGAL, “A instrução pública”, in J. MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*, vol. X, 371; A. VASCONCELOS, “Precursores do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 701; D. E. D. NOGUEIRA, “O CADC e a Hierarquia”, in *O CADC na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa - Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2001, 263. A justificação da «qualidade» da referida propaganda anticlerical na cidade de Coimbra dá-se pelo facto de nela existirem 16 lojas maçónicas, com filiados em muitos lugares de comando (Cf. J. A. CORREIA, “O meu depoimento”, *Estudos* XXIX/298-299-300-301 (1951) 108; P. AMORIM, “Projecção Nacional do CADC”, *Estudos* XXIX/298-299-300-301 (1951) 86; L. R. TROGAL, “A instrução pública”, 375). Alberto Diniz da Fonseca testemunhou: “o nosso *cordial* Bernardino [Machado], que, se não me engano, era ao tempo grão-mestre da maçonaria, recrutava entre a mocidade grande número de adeptos para as chafaricas de Coimbra” (Cf. A. D. FONSECA, “Elementos para a história do CADC”, *Estudos* IV/38-39 (1925) 128). Para mais desenvolvimentos sobre a presença e actividade maçónica em Coimbra: I. A. HIPÓLITO, “Nas origens do CADC I- O Centro Académico de Propaganda Católica”, *Estudos* N.S. 3 (2004) 751 (nota); 754-761. Uma das grandes preocupações de José do Patrocínio era ver se nos seus «empreendimentos» havia algo relacionado com a Maçonaria, como foi o caso de uma quermesse em Coimbra, que tendo-se perdido a mala em que trazia as “prendas”, escreveu a seu pai: “Valha-me Deus! Será castigo d’Elle por eu trazer prendas p.^a uma Kermesse que tem todos os indícios de maçónica?”; ou ainda quando narra ter ido a um “curso d’antiguidades aricas” orientado por um “professor do curso superior de letras” (Dr. Vasconcelos d’Abreu), que “nas entrelinhas dos seus discursos descobrem-se às vezes piadas aos lentes”. Claudino Dias respondeu-lhe deste modo: “Enquanto ao tal curso sobre antiguidade aricas [...] cuidado não seja alguma coisa contra a fé!... porque os homens do Curso Superior de Letras nunca pucharam direitos no que toca a princípios christãos. Também é bom ver se as piadas contra os lentes se referem contra os de teologia [...]” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias..., carta 12; 14; IDEM, 3) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1902), carta 7).

¹⁰⁶ A. F. COUTINHO, “Recordando os primeiros tempos do CADC”, 762.

¹⁰⁷ “Principiam os rapazes católicos a sentir-se, quando menos o esperavam, acometidos e magoados por ataques às suas crenças, até algumas vezes, embora excepcionalmente, descidos das próprias cátedras universitárias; estudantes houve que, aproveitando o facto de serem chamados à lição, em vez de se ocuparem do assunto indicado para esta, faziam despropositadamente, e em termos desprimorosos, invectivas anti-católicas” (Cf. A. VASCONCELOS, “Precursores do CADC”, 702).

anti-clerical, notou-se que muitos dos rapazes que pelas suas convicções e até pela sua família deviam estar do lado da Igreja, acobardados e receosos, bandeavam-se com o inimigo”¹⁰⁸.

Este movimento recrudesceu ainda mais com o «escândalo Calmon»¹⁰⁹, cuja consequência foi a adopção de uma série de medidas governamentais contra as Ordens Religiosas, diante das quais se insurgiu especialmente o bispo do Porto, D. António Barroso, apupado por essa razão na Sala dos Capelos, na Universidade de Coimbra, em 28 de Junho de 1901, quando aí se dirigiu para apadrinhar um novo doutorando¹¹⁰.

José do Patrocínio Dias não passaria incólume a este meio académico ao matricular-se na Faculdade de Teologia, marcada também naquela altura pelo incidente entre os seus lentes e o bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, a respeito da superintendência doutrinária do ensino¹¹¹. O caso tomou tamanha repercussão que a cúria romana ao ter conhecimento da situação pôs em dúvida a doutrina ensinada pela Faculdade, fazendo notar aos catedráticos a necessidade de se submeterem a Roma e ao prelado¹¹². Longe de ficar imediatamente resolvida, a questão em torno da Faculdade de Teologia foi evoluindo, trazendo consigo uma saliente desconsideração por parte dos poderes eclesiásticos, as reticências quanto ao seu sustento, relativamente ao Estado, e o considerável decréscimo do

¹⁰⁸ A. D. FONSECA, “Elementos para a história do CADC”, *Estudos* IV/38-39 (1925) 128-129.

¹⁰⁹ Nome pelo qual ficou conhecida a tentativa frustrada da fuga de Rosa Maria Calmon Gama, filha de José Calmon, côsul brasileiro no Porto, em 17 de Fevereiro de 1901, a fim de ingressar numa congregação religiosa. Foi mais um caso a relembrar a questão das congregações religiosas em Portugal e que despertaram uma série de protestos exigindo o cumprimento da legislação pombalina e de Joaquim de Aguiar a respeito da presença das mesmas no país. O governo de Hintze Ribeiro aprovou então o Decreto de 18 de Abril de 1901, que em vez de expulsar as Ordens, possibilitava a sua permanência na forma de associações de missão, proibindo os noviciados ou a emissão de votos perpétuos (Cf. H. DORES, “Situação Religiosa no início do século XX: do caso Clamon à Lei da Separação (1901-1911)” *Agência Ecclesia* 1258 (2010) 8-9; A. M. CORDEIRO, “Trabalhos do Centro Académico de Propaganda Católica”, *Estudos* XXXII/332 (1954) 587; M. B. da CRUZ, “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”, 549-550).

¹¹⁰ A. CORREIA, “Origens do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 804; D. E. D. NOGUEIRA, “O CADC e a Hierarquia”, 263; A. F. COUTINHO, “Recordando os primeiros tempos do CADC”, 762; A. VASCONCELOS, “Precursores do CADC”, 702-704; A. M. CORDEIRO, “Trabalhos do Centro Académico de Propaganda Católica”, 594-595; M. B. da CRUZ, “CENTRO ACADÉMICO DA DEMOCRACIA CRISTÃ”, in C. M. AZEVEDO (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, 329.

¹¹¹ A razão do conflito consistia em saber-se de quem dependia a Faculdade de Teologia, se do Estado, que a subsidiava, se da jurisdição episcopal (Cf. V. P. NETO, “ENSINO. III. Época Contemporânea (até 1910)”, 125). Para uma visão detalhada desta situação ver obra de M. A. TRINDADE, “A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina”, *Lumen* XVII/XI (1953) 623-634; *Ibidem*, XVII/XII (1953) 696-704; *Ibidem*, XVIII/I (1954) 5-19 e ainda V. P. NETO, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998, 216-218.

¹¹² *Ibidem*, 216: “No decurso da década de 90 e nos inícios do século XX, a cúria romana manteve a sua suspeição sobre a doutrina divulgada pela Faculdade e procurou obter a submissão incondicional dos catedráticos ao papa, às congregações romanas e ao prelado diocesano”.

número de alunos¹¹³, sendo que José do Patrocínio ao entrar para essa faculdade era um dos 13 alunos do primeiro ano¹¹⁴. A isto juntava-se ainda a estagnação e decadência dos seus métodos, já há muito ultrapassados por outras faculdades teológicas na Europa, bem como a perda de criatividade dos seus lentes, que se resumia na tradução de obras de outros autores¹¹⁵. Assim, a teologia ensinada centrava-se no tratamento apologético do dogma, da moral e do direito canónico, e a base eclesiológica que a suportava tinha traços evidentes do regalismo liberal-constitucional da época¹¹⁶. Em suma, e no dizer do Doutor Francisco de Sousa Gomes: “A Faculdade de Teologia estava moral e religiosamente decadente”¹¹⁷.

¹¹³ M. A. TRINDADE, “A Faculdade de Teologia e o incidente...”, *Lumen* XVIII/I (1954) 15-16. Nos anos seguintes ao conflito a média de 44 alunos mantida durante o decénio 1875-1885 desceu para 30 alunos, sendo ultrapassados pelo curso teológico do Seminário de Coimbra que só no ano lectivo 1887-88 era frequentado por mais de 80 alunos (Cf. *Ibidem*, *Lumen* XVII/XI (1953) 629). Em 1908, dois anos antes do seu encerramento pela República, matricularam-se na Faculdade de Teologia apenas três alunos (V. P. NETO, “ENSINO. III. Época Contemporânea (até 1910)”, 125).

¹¹⁴ *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1902-1903*, 8-9. José do Patrocínio terá narrado ao seu director espiritual o ambiente vivido na Faculdade de Teologia logo no início da sua vida académica, como podemos constatar na resposta que esse lhe enviou: “O que me diz do nível moral na própria faculdade de Theologia discente e tambem docente (ainda que talvez d’esta ultima se diga de mais) dizia-lhe eu já. Tem razão que triste formação ecclesiastica para o sacerdócio! Mas tambem que poderoso estímulo de reacção, com a graça de Deus que nunca falta a quem tem uma vontade sincera e com a graça da vocação sacerdotal. E a obrigação que tem um candidato ao sacerdócio n’esse triste meio de reagir até ao heroísmo” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 7) Cartas do P. Silvestre da Cruz para Coimbra (1902-1903), carta 4).

¹¹⁵ A. M. FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional...*, 89; L. R. TROGAL, “A instrução pública”, 381.

¹¹⁶ *Ibidem*; A. M. FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional...*, 89. Por regalismo entende-se o estatuto «político religioso» que defende a supervisão e primado tutelar da Igreja pelos monarcas ou estados, ou seja, muitos defendiam que em troca da nação se considerar católica, essa obtinha como a «regalia» subordinar a Igreja ao seu poder civil. Em Portugal, o regalismo (com influências do galicanismo francês) teve diversas formas, sendo o modo liberal-constitucional (com base na Carta Constitucional de 1826), o mais aproximado da época que estamos a tratar, onde por exemplo era função do Governo a nomeação dos bispos portugueses, que sendo depois confirmados pelo Papa, dependiam em tudo do Ministério dos Assuntos Eclesiásticos e da Justiça. O mesmo se diga a respeito dos documentos emanados pela Santa Sé (concílios, Decretos, encíclicas...) que só podiam ser publicados e divulgados com a aprovação das Cortes e por beneplácito régio (Cf. L. O. RAMOS, “REGALISMO”, in C. M. AZEVEDO (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, 96-99).

¹¹⁷ D. M. G. CEREJEIRA, *Vinte anos de Coimbra*, Edições Gama, Lisboa, 1943², 157. O Doutor Francisco José de Sousa Gomes (Braga, 18.XII.1860 – Coimbra, 8.VII.1911) veio para Coimbra frequentar as faculdades de Filosofia e de Matemática em 1877. Concluindo o bacharelato, fez parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia, e doutorando-se pouco tempo depois, foi promovido a lente catedrático de Química Inorgânica. Impulsionador desde a primeira hora do Centro Académico da Democracia Cristã, desempenhou uma função proeminente na defesa e apoio do catolicismo no ambiente académico e nacional dos finais do século XIX (Cf. M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Casa do Castelo-Editora, Coimbra, 1958, 81-88). José do Patrocínio Dias teve um trato muito próximo com o Dr. Sousa Gomes, pois leccionara como professor de secundário na Escola Académica ou «Colégio do Sousa Gomes», fundado em Coimbra (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 96; F. S. G. VELOSO, “Via Appia”, *Estudos* III/35 (1925) 599; 607; M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época...*, 80). Deste modo, o jovem estudante de teologia conseguia aliviar os pais das despesas em Coimbra, e dando-se uma vez a demora no pagamento dos seus serviços, Claudino Dias escreveu-lhe dizendo: “Não convem estares a pedir os teus salários ao Dr. Sousa Gomes [...] um homem como elle não convem apertar-se para pagar o que deve” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 6) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1905), carta 14). Aquando da sua Missa Nova em 30 de Dezembro de 1907, o Pe. Patrocínio Dias recebeu um cartão do Dr. Sousa Gomes, onde para além de o felicitar – “será um sacerdote a valer” – lhe narrou a situação futura da Faculdade de Teologia: “[...] em congregação de hoje, a faculdade de theologia definiu os campos: 5 applaudiram varias medidas que o Gov.º quer tomar, e 3 declararam que o melhor é acabar a faculdade. Oxalá os senhores bispos representem e tomem interesse pela reforma da faculdade de forte a torna-la útil” (Cf. IDEM, 17) Telegramas e cartões de felicitação pela Ord./Missa Nova).

José do Patrocínio sentiu desde logo grandes inquietações com todo este ambiente, como o podemos ver na resposta que o seu director espiritual, o já mencionado Pe. Silvestre Neves da Cruz, lhe enviou para Coimbra dias depois da sua chegada:

“Tenha bom animo, meu bom José, n’estes primeiros dias de Universidade e de vida académica. Ao principio arranha um pouco, mas não faça caso nenhum d’isso. Passados os primeiros dias perfeitamente aclimatado [sic] excepto ao que é contagioso, há-de encontrar-se à vontade. [...] Recommendo-lhe muito sempre um afferro pertinaz ao modo de sentir e pensar primitivo contra o contagio”¹¹⁸.

Na verdade, os jesuítas ao notarem que os seus anteriores educandos poderiam ter vocação sacerdotal ou religiosa, entendiam que a ida pra Coimbra era um período de prova e purificação de intenções continuando, por isso, com um acompanhamento directo, nomeadamente por correspondência¹¹⁹. Além disso, as visitas dos padres da Companhia de Jesus aos “antigos alunos de S. Fiel” eram muito frequentes, fazendo-lhes pregações e conferências no Convento de S. Teresa¹²⁰.

¹¹⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 7) Cartas do P. Silvestre da Cruz para Coimbra, carta 1.

¹¹⁹ APPCJ-Lx, *Carta do P. Guilherme Vilas Boas...*, 2. No AHDB conservam-se ainda 10 cartas do seu director espiritual de 1902-1903. A Companhia de Jesus terá pensado mas nunca realizado a fundação duma casa em Coimbra para apoiar os seus estudantes. José questionou o pai sobre este assunto, o qual lhe disse: “Não me admiro do que dizes a respeito da projectada fundação de uma residencia nessa cidade e n’uma conversa que tivemos com o P^e. Menezes disse elle algumas coisas, que agora vejo, se prendiam com esse projecto, mas creio que isso ainda é assumpto duvidoso. Se tal plano se realizar digo-te que é elle de um alcance extraordinario e de superior interesse” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 5). A mesma dúvida acerca da criação dessa residência é-lhe dada pelo Pe. Silvestre da Cruz: “O que me diz da residencia lá na lusa poderá vir a ser verdade mais tarde, por enquanto não tem visos. É pena. Peça a Nosso Senhor que se apresse” (Cf. IDEM, 7) Cartas do P. Silvestre da Cruz, carta 5). Pioneiro desta ideia foi Mons. Tiago Sinibaldi, reitor do Colégio Português em Roma (1900-1913), que vindo para Coimbra em 1886, onde deu grandes contributos ao desenvolvimento da Filosofia Tomista, desejou ingressar na Companhia de Jesus principalmente para acompanhar os jovens universitários. Em carta ao secretário de Estado do Vaticano, Mons. Sinibaldi desculpa-se de assumir a direcção do Colégio com a seguinte afirmação: “Em Coimbra não há uma casa da Companhia; mas o Senhor Bispo [de Coimbra] disse-me que, depois da minha profissão, me faz regressar a Coimbra, para fazer algum bem aos seminaristas, ao clero e aos estudantes da Universidade, porque eu sou conhecido, e os liberais não terão a coragem de gritar contra o Jesuíta” (Cf. A. P. CARDOSO, “A Fundação do Colégio Português em Roma e a formação do clero em Portugal no final do século XIX”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 3 (1991) 338-339).

¹²⁰ H. RIBEIRO, *Cartas de uma Tricana (Coimbra de 1903-1908)*, Edição do Autor, Lisboa, 1936, 99-101: “O Leite Amorim [...] convidou-me hontem a ir ouvir o padre Gonzaga Cabral, de S. Fiel, que está fazendo uma serie de conferencias no convento de Santa Terêsa. Os antigos alunos de S. Fiel, José Dias, Tomaz Gamboa [...] vão todas as tardes ouvir o seu professor. [...] Conheço bem a educação dos rapazes que aqui estão, vindos de S. Fiel [...] Pela assiduidade e atenção dos assistentes à conferencia notei mais uma vez, que o colégio de S. Fiel acompanha aqui, os seus antigos alunos”. Também Hipólito Raposo na sua obra *Folhas do meu cadastro*, faz menção deste acompanhamento (Cf. *Apud* M. B. da Cruz, “Origens e primeiros tempos do CADC”, in *O CADC na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa - Actas do Congresso...*, 19). O mesmo podemos aferir de uma carta de Claudina dos Prazeres para José, na qual narra a viagem do pai ao colégio dos jesuítas em Campolide, onde vários sacerdotes dessa casa “perguntaram com muito interesse por ti” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto, carta 7a). Também I. A. HIPÓLITO confirma que se não existisse uma familiaridade com a Companhia de Jesus, ao menos haveria uma grande proximidade dos estudantes, nomeadamente os fundadores do CADC (Cf. “Nas origens do CADC – I- O Centro Académico de Propaganda Católica”, 763).

Definindo o seu programa de vida, distribuído em tempos de estudo e de oração, José do Patrocínio Dias deixa antever a formação recebida anteriormente: acordava às 6 horas, estudava no início da manhã, tomava “um ovo quente” e ia para as aulas. Após o almoço dava a sua “volta pela Biblioteca”, regressando geralmente cansado “a ponto de não poder fazer nada”. Antes do jantar rezava o Terço e parte do Ofício com um colega, e após a refeição dava mais “uma volta”, retornando ao estudo, intervalado por um tempo de descanso e chá, até às 11 horas¹²¹. Tinha confessor próprio, o Pe. João Maria Pinto da Gama¹²², e frequentava regularmente o convento de Santa Teresa, a Sé de Coimbra, o colégio Novo e o Seminário¹²³.

Vindo como «Filho de Maria» do Colégio de S. Fiel, entrou na Congregação Mariana dos estudantes de Coimbra em 8 de Dezembro de 1902¹²⁴. Fundada em 1878 no convento de S. Teresa, às instâncias do futuro Patriarca das Índias Orientais, D. António Sebastião Valente¹²⁵, teve um papel muito importante na piedade dos estudantes católicos de Coimbra.

¹²¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 4.

¹²² Mons. João Maria Pinto da Gama era capelão e confessor das religiosas de S. Teresa. Exemplar, “cheio de piedade, de zelo e de modéstia”, desempenhou o papel de “director espiritual dos jovens estudiosos”, principalmente dos que pertenciam à Congregação Mariana de Coimbra (Cf. A. VASCONCELOS, “Precursores do CADC”, 699; *Quarto Relatório da Associação dos Exercícios Espirituais ao Clero na Diocese do Porto*, Typ. Real Oficina de S. José, Porto, 1909,28). Tinha uma relação muito próxima com os jesuítas, convidando-os várias vezes para fazerem conferências e participando com frequência em Exercícios Espirituais (Cf. APPCJ-Lx, *Relatórios da Associação de Exercícios Espirituais - Porto e Braga (1874-1900)*). Quando José chegou a Coimbra foi recebido na casa deste sacerdote, graças ao qual conseguiu uma criada para a república onde vivia (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais, carta 1; carta 2; carta 6). Fiel à prática de ter um confessor certo e não sabendo como fazer na ausência do P. Gama, o seu director espiritual escreveu-lhe: “Julgo porem que não há motivo nenhum para se inquietar quando na ausência d’ elle não puder ter confessor tão á mão ou mesmo não se puder confessar as vezes que deseja. [...] Em todo o caso é bom na ausência do Pe. Gama ter confessor certo tambem, e ter já combinado com elle em que dias e horas durante o tal tempo o poderá procurar” (Cf. IDEM, 7) Cartas do P. Silvestre da Cruz para Coimbra, carta 4). Aquando do falecimento do Pe. Gama, os pais de D. José ficaram muito pesarosos, como lhe manifesta sua mãe: “Contristou-me muito a morte do P.º Gama, perdeste um bom amigo, paciencia elle se digne pedir no ceo por ti”, bem como Claudino Dias: “Cá tivemos pelos jornaes a triste noticia do falecimento do santo P.º Gama. Tenho immensa pena que elle falecesse, era um bom amigo e faz falta” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto, carta 28; IDEM, 6) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1905), carta 6).

¹²³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 5; carta 7; carta 18; IDEM, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto, carta 2; IDEM, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 7). O convento das carmelitas de S. Teresa era uma excepção das outras três casas religiosas existentes em Coimbra nos inícios do século XX por ser “o único centro de piedade sã e viva, que existia em Coimbra” onde “todos os dias se viam fiéis no Confessionário e à santa Mesa, durante todo o ano” (Cf. A. VASCONCELOS, “Precursores do CADC”, 693-694).

¹²⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais, carta 7: “Devem talvez ahi ter recebido uma medalha ida d S. Fiel; é para a minha q.ª Mãe lhe por uma fita e será a minha de Congregado. [...] Preciso-a no dia 8”; IDEM, 7) Cartas do P. Silvestre da Cruz para Coimbra, carta 2: “Celebre com devoção a festa da Imaculada [...] peça-lhe n’esse dia com muito fervor todas as graças que mais precisa. Ella abençoará o seu novo alistamento entre os filhos seus predilectos em Coimbra”. Já como bispo de Beja, fundará uma Congregação Mariana tanto no Seminário de Serpa como no de Beja. Aquando da instauração neste último, numa palestra aos seminaristas, afirmou ter pertencido à Congregação Mariana de S. Luís de Gonzaga, em Coimbra, conservando a insígnia da mesma como objecto de especial carinho (Cf. *O Nosso Seminario*, Beja, VII/184, 7 Mar. 1942, 3).

¹²⁵ D. António Sebastião Valente (Cádiz, Espanha, 20.I.1846 – Goa, 25.I.1908) depois de ter feito em Beja os primeiros estudos, matriculou-se em 1865 na Faculdade de Teologia de Coimbra. Concluindo a sua formatura em 1870, doutorou-se em 14 de Julho de 1872, ficando lente substituto da Faculdade de Teologia em 1875 e, no ano seguinte, promovido a lente

No entanto, em 1886 começou o seu «naufrágio», consequência da má assistência dada pelos responsáveis – mormente por serem padres seculares alheios ao espírito fundacional anterior – o que fez com que muitos dos seus membros a abandonassem¹²⁶. José do Patrocínio fará parte de um grupo de estudantes que se propôs restaurar a congregação, sendo nomeado “consultor”, relacionando-se com D. António Valente. O pai, ao ser informado deste projecto, mostrou-lhe o seu contentamento:

“Folgo imenso com o que me dizes a respeito da congregação de Nossa Senhora e muito estimarei que por teu lado empregues todos os teus esforços no desejo de ella se levantar o mais possível [...] Oxalá que o Sr. Patriarca das Índias vos auxilie em tão bela empresa e muito estimarei que te relaciones com tão esclarecido prelado. Realmente o estado da congregação, pelo que sei d’ella, é muito decadente. [...] Trabalha pela tua parte quanto puderes para que ella prospere e atinja um bom desenvolvimento”¹²⁷.

Pertencendo à Congregação de Nossa Senhora, José seria por isso admitido ao *Centro Nacional Académico*, em sessão de 14 de Dezembro do mesmo ano¹²⁸. Este movimento de estudantes católicos fora criado em 18 de Março de 1901, especialmente por alunos de Teologia, em resposta à perseguição religiosa e anti-clerical vivida de modo geral em todo o país¹²⁹. Em 1903 mudou a designação para *Centro Académico da Democracia Cristã* (CADC), sendo aprovados os estatutos e eleita a primeira direcção a 20 de Janeiro de 1905¹³⁰.

José do Patrocínio recordará mais tarde:

cateadrático. Ao mesmo tempo que exercia o magistério, foi também capelão do convento de S. Teresa de Coimbra, fundando por volta de 1878 uma Congregação Mariana só para os estudantes e que teve grande projecção no meio académico. Confirmado arcebispo de Goa (com o título anexo de Patriarca das Índias Orientais) em 1881, foi sagrado bispo em 25 de Setembro do mesmo ano, entrando na diocese de Goa em 5 de Maio de 1882 (Cf. F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 622-624; A. VASCONCELOS, “Precursos do CADC”, 695-698).

¹²⁶ *Ibidem*, 698-700; P. AMORIM, “Projecção Nacional do CADC”, 86-87.

¹²⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 3) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1902), carta 4; IDEM, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 24: “Estimei o que me dizes a respeito da congregação. Oxalá que lhe deis alguma vida e n’ella entrem com verdadeiro espirito um grande numero de congregados”. José do Patrocínio deve ter referido a seu pai a ida de D. António Valente a Coimbra, o que de facto aconteceu no dia 27 de Novembro de 1903 (Cf. APPCJ-Lx, *Diário do Barro - Noviciado (1.I.1891 – 3.VIII.1903)*, 27 de Novembro de 1903).

¹²⁸ A. D. FONSECA, “Elementos para a história do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 786. Foi na sessão de 12 de Março de 1902 que os membros do Centro Académico aprovaram que “uma das recomendações para entrar no Centro fosse a de pertencer à Congregação de Nossa Senhora, erecta em S. Teresa” (Cf. *Ibidem*, 782).

¹²⁹ M. B. da CRUZ, “CENTRO ACADÉMICO DA DEMOCRACIA CRISTÃ”, 329.

¹³⁰ A. D. FONSECA, “Elementos para a história do CADC”, 786; A. S. LAMY, *A Academia de Coimbra*, 162-163. Para uma análise detalhada do desenvolvimento do CADC ver: M. B. da CRUZ, “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”, *Análise Social*, vol. XIV (55), 1978 - 3.º, 548-552.

“Embora não conste dos registos da querida instituição católica eu tenho a inefável consolação de haver pertencido ao grupo dos seus fundadores. Fundado, embora, em 1901, certo é que só adquiriu organização e personalidade jurídica em 1902, com os académicos que cercamos o Dr. Francisco Menezes Cordeiro¹³¹ e que fomos fiéis à causa da Igreja. Estava eu então nos meus 17 anos e esta menoridade não me permitiu assinar o requerimento em que se pediu ao Governo Civil a personalidade jurídica do CADC. Depois, durante cinco anos, creio poder afirmar que nunca faltei a nenhuma das suas sempre interessantes e preciosas reuniões”¹³².

O crescente grupo de estudantes, chamado na gíria coimbrã “Católica”¹³³, mais estável e com membros capacitados, ao necessitar de um meio de divulgação do seu pensamento e acção criou um periódico, com a colaboração e apoio (também económico) de outras figuras do meio católico, a que deu o nome *Estudos Sociaes*, cujo primeiro número saiu em Janeiro de 1905¹³⁴. Como membro do CADC, José do Patrocínio colaborou na divulgação da “mais típica revista democrata-cristã existente em Portugal”¹³⁵ principalmente na Beira Baixa¹³⁶. A par da revista, o CADC tinha ainda uma vertente sócio caritativa, graças à influência da *Conferência Académica de S. Vicente de Paulo*, pois para além dos fundadores do Centro Académico serem filiados na Congregação Mariana, eram ao mesmo tempo confrades na dita

¹³¹ Dr. António Francisco Menezes Cordeiro (Macedo de Cavaleiros, 20.II.1876 - 4.X.1970) órfão de pais, foi seminarista embora não desejasse seguir a vida eclesiástica. Frequentou a Faculdade de Teologia de Coimbra de 1896 a 1899 e a Faculdade de Direito de 1899 a 1904. Durante o tempo em que cursava Direito e sendo membro fundador do CADC, foi escolhido como presidente da assembleia geral dessa associação. Concluindo os estudos, advogou durante mais de seis décadas nas comarcas do Nordeste Transmontano, dedicando também o seu esforço em prol da agricultura dessa região (Cf. A. M. R. M. CORDEIRO, “Dr. António Francisco de Menezes Cordeiro fundador do Centro Académico da Democracia Cristã”, in *O CADC na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa - Actas do Congresso...*, 25-51).

¹³² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Escritos e Correspondência (1948-1954)* – 1C, Livro XL, carta de 17.XI. 1950. Esta carta apresenta uma imprecisão, pois em 1902 José do Patrocínio Dias não teria 17, mas 18 anos. Num artigo do jornal “Correio de Coimbra”, o referido Dr. Menezes Cordeiro aponta, entre outros nomes que estão na origem do CADC, o “Pe. José do Patrocínio Dias, o capelão militar da Grande Guerra, felizmente vivo, para grande consolação e alegria de todos os ceadecistas, antigos e modernos, hoje piedoso Bispo de Beja” (*Apud* M. A. TRINDADE, “A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina”, *Lumen* XVII/XI (1953) 628).

¹³³ *Apud* A. S. LAMY, *A Academia de Coimbra*, 162.

¹³⁴ M. B. da CRUZ, “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”, 552; J. A. CORREIA, “O meu depoimento”, 109-110. Alguns colaboradores mais destacáveis foram o Prof. Sousa Gomes (responsável pela discreta supervisão do periódico e pela sua impressão na Imprensa da Universidade), o Dr. Mendes dos Santos (futuro arcebispo de Évora), Pe. Sena Freitas (impulsionador das Conferências Vicentinas em Portugal), entre outros. Para uma visão mais abrangente desta revista e da sua composição ver obra de: P. GOMES, “O diálogo Igreja/Mundo na Revista «Estudos Sociaes» (Coimbra, CADC, 1905-1911)”, *Estudos* N.S. 5 (2005) 619-638.

¹³⁵ M. B. da CRUZ, “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”, 552.

¹³⁶ Começou logo por seu pai que a assinou e lhe enviou uma lista de assinantes: “O P.e Castello falou-me com admiração d’ella [revista], disse-me que é um trabalho bem feito, de que gosta imenso e que esta revista vem preencher uma grande lacuna, que oxalá se mantenha no esplendido pé em que está e que vá progredindo. Pediu-me para te felicitar e a todos os da iniciativa” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 6) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1905), carta 7). Pela mesma correspondência, sabe-se ainda que houve uma segunda edição do 1.º número: “Fico pasmado em me dizeres que tiveram de fazer segunda edição da Revista” (Cf. IDEM, carta 9). José do Patrocínio viria a residir no ano lectivo 1905-1906 na sala que tinha sido a 1.ª sede da mencionada revista: “Rua da Trindade n.º 5”, como o atesta o P. Artur de Amorim (Cf. “Cartas e Telegramas”, *Estudos* XXIX/298-[...]301 (1951) 615).

Conferência Vicentina¹³⁷. José do Patrocínio Dias, imitando o exemplo de seu pai, teve como primeiro cuidado, ao chegar a Coimbra, tornar-se membro da Conferência Académica, da qual foi ainda vice-presidente¹³⁸. Mesmo assim, apesar de associado a estes «apoios» aos estudantes católicos, José não era de tal modo irrepreensível que nada o afectasse. Pelo contrário, o choque com o ambiente coimbrão foi demasiadamente abrupto: por um lado, a persistência de ser fiel à sua fé; por outro, a força do “meio livre” em que vivia. Esta tensão foi revelada em “carta de consciência” ao Pe. Silvestre da Cruz, que lhe respondeu a 2 de Dezembro de 1902, aproximadamente três meses depois de entrar na Faculdade:

“Meu bom José, lucha com dificuldades? Sofre desalentos e desanimo? Pois lutar é necessário e constantemente; se n’esse meio sentir lucha e lucha viver, tanto maior será o seu merecimento, a sua formação de bom chatolico e digno sacerdote terá aí as suas sólidas raízes. Olhe a noticia para mim é consoladora porque tenho a lucha que se sente como um signal certo de que vae bem, e colherá resultados na formação do seu carácter, que não se obtem de outra maneira. Lucte pois, mas esteja tranquillo e em perfeita paz, e lucte com toda a confiança com todo o animo de se sahir sempre muito bem e feliz. Nosso Senhor está consigo; seja muito fiel em pôr em practica os seus propósitos com tenacidade [...]”¹³⁹.

À orientação do seu director espiritual, juntava-se ainda o incentivo que recebia de casa, especialmente do pai. Será ele que o acalmará, quando no início manifestou um certo temor diante do «status» dos seus colegas, alguns deles já sacerdotes. Fazendo-lhe valer a qualidade dos seus preparatórios e professores tidos no colégio de S. Fiel, Claudino Dias

¹³⁷ J. P. BOLÉO, “A Conferência Académica de S. Vicente de Paulo de Coimbra”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 842-843. Fundada em 11 de Dezembro 1880 pelo cónego Sena Freitas (a ele se deve a fundação de muitas das Conferências de S. Vicente de Paulo em Portugal durante o último quartel do século XIX (Cf. *A União*, Lisboa, II/47, 29 Jan. 1921, 4-5)), com autorização do bispo-conde de Coimbra, a Conferência Académica conseguiu reunir não só estudantes mas também alguns funcionários e lentes da Universidade (Cf. M. A. P. CÔRTE-REAL, *A história da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*, vol. I, 182-184). O primeiro número da revista *Estudos Sociaes*, depois de apresentar os membros do Centro Académico, afirma que um dos seus fins era auxiliar as instituições de caridade “especialmente a Conferencia de S. Vicente de Paulo” (Cf. *Estudos Sociaes* I/1 (1905) 54). Sobre o incremento e desenvolvimento da Conferência Académica de S. Vicente de Paulo ver: P. S. FREITAS, “Origem da Sociedade ou «Conferencia de S. Vicente de Paulo», de Coimbra”, *Estudos Sociaes* I/8 (1905) 341-349.

¹³⁸ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 76-78; *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2.

¹³⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 7) Cartas do Pe. Silvestre Cruz para Coimbra (1902-1903), carta 2.

estimulou-o então a ter “vontade firme e amor ao trabalho”¹⁴⁰. Mais à frente, no ano lectivo de 1903-1904, quando José do Patrocínio exprimiu um certo desânimo da sua permanência em Coimbra, por querer frequentar ao mesmo tempo a Faculdade de Teologia e a de Direito, com medo de não ter garantias de sustento no futuro, o pai respondeu-lhe nos seguintes termos:

“Enquanto ao que me dizes de teres pena de te não teres matriculado em direito, intendo que não te deve isso causar pezar, porque sempre ouvi dizer que homem de muitos officios em nenhum pode ser perfeito. [...] Veraz o que fazem os que seguem as duas faculdades. Se a côroa lhe não der de comer tem a certeza que a advogacia lh’a não dá. Não te preocupes pois com isso, que para ti é já uma questão fallida e segue com brilho, vigor e interesse o teu caminho”¹⁴¹.

Quanto ao trato com os seus professores, destacam-se em particular o Doutor Manuel de Jesus Lino, natural da Covilhã e conhecido de seus pais, um dos dois únicos lentes, que no meio de uma centena deles, ousava “manter-se ostensivamente” religioso¹⁴²; e o Doutor Joaquim Mendes dos Remédios, natural de Nisa e com alguma proximidade a Claudino Dias¹⁴³. De resto, José do Patrocínio pedia a seu pai que arranjasse “recomendações” para os

¹⁴⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 3) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1902), carta 2; carta 5; carta 18; IDEM, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 3: “Com respeito a condiscipulos – tenho procurado travar relações com eles todos medi-los e estuda-los. Alguns já são sacerdotes”.

¹⁴¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 23. Com certeza que este desejo de José vinha da influência de muitos dos seus colegas que tinham duas matrículas, tanto em Teologia como em Direito, como foi o caso do já mencionado Dr. António Francisco Menezes Cordeiro, de quem foi ainda contemporâneo nos seus dois primeiros anos lectivos (1902-1903/1903-1904).

¹⁴² A. D. FONSECA, “Como começou o CADC?”, *Estudos* XX/215 (1943) 123. Doutor Manuel de Jesus Lino era natural da Covilhã, onde nasceu em 10 de Janeiro de 1811. Depois de se doutorar em teologia na Universidade de Coimbra em 19 de Abril de 1874, foi no ano seguinte nomeado catedrático da cadeira de estudos bíblicos (Cf. *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1903-1904*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903, 40-41; 51). José do Patrocínio deu aulas ao sobrinho do Dr. Lino logo quando chegou a Coimbra em 1902: “Lá fui explicar a lição ao sobrinho do Lino e prometi-lhe de voltar lá mais alguns mezes, ao menos nos dias feriados” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 3; carta 13). É de sublinhar ainda que José obteve uma das classificações mais distintas na cadeira leccionada por este lente: “12.ª CADEIRA – Estudos bíblicos: [...] Distinctos com 16 valores: José do Patrocínio Dias” (Cf. *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1907-1908*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1907, 41).

¹⁴³ Em carta de 12 de Novembro de 1902, José Dias escreve a seu pai: “Fui já cumprimentar o Dr. Remedios e pedir-lhe umas explicações: tratou-me m.^{to} amavelmente e perguntou-me com interesse por meu querido pae” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 6). Outro exemplo desta proximidade entre Claudino Dias e o Dr. Remédios foi uma carta que este lhe enviou “em que me dizia que te auxiliará em tudo o que precisares” (Cf. IDEM, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 23). O Doutor Joaquim Mendes dos Remédios (Nisa, 22.VIII.1867 – Coimbra, 30.IX.1932) iniciou os seus estudos no Seminário de Portalegre e matriculou-se na Faculdade de Teologia em 1888. Depois de se ter licenciado em 15 de Fevereiro de 1894, doutorou-se no ano seguinte e em 4 de Janeiro de 1896 ascendeu ao magistério superior. Foi professor de José do Patrocínio Dias na 1.ª cadeira (História Eclesiástica), em substituição do Dr. Francisco Martins (Cf. *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1903-1904*, 40-41; 59; *Novidades*, Lisboa, XLVII/11501, 1 Out. 1932, 1). Uma das primeiras preocupações de Claudino dos Prazeres quando José foi para Coimbra era “O Mendes dos Remedios conheceu-te?”, o que significa ter havido anteriormente algum contacto (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 1) Cartas de Claudino dos Prazeres Presunto, carta 2). Claudino Dias, para além de ter escrito ao Dr. Remédios: “pedindo-lhe que te seja favorável no acto”, diz a José para ter especial atenção ao trato com este lente, principalmente pelas tantas ajudas

lentes, explicando-lhe “que aqui em Coimbra são a mola real, diga-se o que se disser”¹⁴⁴. Claudino por seu lado, ao mesmo tempo que as interpretava como “uma predisposição a favor do recomendado”, sabia que eram um meio eficaz de incentivar o seu filho ao estudo, ficando este com o grave empenho de se fazer corresponder ao que dele era dito¹⁴⁵.

No entanto, apesar de todos estes cuidados José do Patrocínio deixar-se-ia envolver “por uma certa poeira mundana” que, no dizer do seu amigo Alberto Diniz da Fonseca, a passagem por Coimbra “prende às almas, como os farrapos de lã que os cordeirinhos deixam ficar nos silvados que atravessam”¹⁴⁶. Herlandér Ribeiro, estudante de Coimbra e um dos seus amigos, ao publicar o opúsculo *Cartas de uma Tricana*, descreve particularmente o jovem Patrocínio Dias, alcunhado na Coimbra de 1900 como o “Petrônio Teológico”:

“Frequenta com brilho a Faculdade de Teologia; cara redonda e sobre o lábio um cuidado bigode [...] joga às cartas com perícia. Não parece ter vocação para padre: é profano no apurado traje, os seus coletes são os melhores que o Nazareth da Calçada, vende [...] é um companheiro encantador: olhos rasgados, voz de barítono, canta o fado á maravilha e tem namoros na alta, na baixa e até para as bandas de Santa Clara [...] Traz sempre os dias lectivos bem contados, vai á missa ao Colégio Novo [...] Fuma superior e adora um charuto Reinita [...] traz da terra varios presuntos, que come durante o ano lectivo, salvo em dias de jejum [...] tem a [mania] das correntes de relógio; veste bem, muito limpo e engraxado, barba feita e bem penteado. Cursa teologia mais por conveniência do que por vocação”¹⁴⁷.

Os momentos de camaradagem, por sua vez davam-se no “café do Zé Maria” nas noites “frias e monótonas” de Coimbra, onde se destacou por ser “económico” e de nunca ter

que lhe dispensou, estimulando-o a cumprimenta-lo com frequência (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 16; carta 22; IDEM, 5) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1904), carta 12).

¹⁴⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 19. Claudino Dias conseguiu arranjar recomendações muito distintas para José, como o Conselheiro José Novaes, “homem de maior valor da provincia do Minho [...] homem de um prestigio politico extraordinario”, para o Dr. Luís Maria Ramos (catedrático da 8.^a e 11.^a cadeiras) ou o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, para o Dr. Manuel d’Azevedo Gama (catedrático da 2.^a cadeira e de grego) (Cf. IDEM, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 16).

¹⁴⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 5) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1904), carta 17.

¹⁴⁶ *A Guarda*, Guarda, 17/744, 2 Jun. 1921, 2.

¹⁴⁷ H. RIBEIRO, *Cartas de uma Tricana (Coimbra de 1903-1908)*, 15-16.

ido “ao prego”¹⁴⁸. Esta característica revela a atenção de José aos constantes pedidos de seu pai para que fosse poupado – “para nós o pouco representa sempre sacrifício” – principalmente quando a saúde de sua mãe se destabilizou, ficando Claudino Dias com a responsabilidade de “trez casas a governar, na Serra [onde Claudina estava em tratamentos], na Covilhã e em Coimbra, não falando em S. Fiel”, onde estava o seu irmão Álvaro Dias:

“Tu não ignoras as dificuldades com que lucto para arear com as despezas da nossa casa, mas uma vez mettido n’ellas é forçoso aguentar e ir a diante, por isso se precisas, como dizes e eu creio [...] Tenho convicção de que a tua consciencia te não permittira que gastes dinheiro em coisas superfluas, por isso para o que seja de necessidade ha de se ir arranjando com a ajuda de Deus”¹⁴⁹.

Também o esforço de sua mãe “que tem de reger a sua escola doente” para não sobrecarregar demasiadamente Claudino Dias, era um modo persistente de fazer com que José gerisse correctamente a sua mesada¹⁵⁰. Ela própria lhe dirá que “se não fosse a lembrança que preciso trabalhar para a vossa felicidade não poderia aguentar o cansaço”, consequência duma “anemia perniciosa”¹⁵¹.

Contudo, a vida académica incentivava algumas futilidades, ou no dizer de Claudino Dias, “a vossa vida ahi é como a que aqui teem em ferias, - uma vida no ar sem attenção por um certo numero de coisas que merecem tel-a”¹⁵². O seu biógrafo de Coimbra menciona que José do Patrocínio não faltava às “récitas da companhia Brazão e outros actores de Lisboa”¹⁵³

¹⁴⁸ H. RIBEIRO, *Cartas de uma Tricana (Coimbra de 1903-1908)*, 16; 61.

¹⁴⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 5) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1904), carta 15.

¹⁵⁰ IDEM, 3) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1902), carta 2.

¹⁵¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto, carta 12; IDEM, 5) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1904), carta 13. A saúde de Claudina dos Prazeres começou a fragilizar-se por volta de 1902 até que em 1904, percorridos quase todos os médicos de Lisboa, foi-lhe diagnosticado que “a doença da tua querida Mãe é uma anemia, que dá origem a todo o seu mau-estar” (Cf. *Ibidem*). Na notícia de óbito de Claudina faz-se alusão “aos estragos de uma anemia profunda, que ha 8 annos lhe vinha minando a existência, de nada valendo a sciencia” (Cf. *A Guarda*, Guarda, VI/256, 20 Fev. 1910, 4). Viria a falecer aos 52 anos, na Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1910 (Cf. *Ibidem*).

¹⁵² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 27.

¹⁵³ H. RIBEIRO, *Cartas de uma Tricana (Coimbra de 1903-1908)*, 16.

e ia algumas vezes às touradas na Figueira da Foz¹⁵⁴. Mesmo assim, a sua leviandade comparada com a de outros era mais «sã», sendo ainda de ressaltar que a história de uma “gentil engomadeira” que lhe tinha “conquistado o casto coração, os lindos bigodes e uns tostões” era totalmente infundada, até porque a Academia conhecia José “pelas suas teorias de amor platónico” e sabia que ele não era capaz de gastar “o vil metal em tratos amorosos”, como até o confirmaram os “gaiulos da baixa” de Coimbra¹⁵⁵.

Finalmente, o “elegante embaixador” da Faculdade de Teologia de Coimbra, “esmoler de um grande coração”, para o qual “a humanidade é uma página do Evangelho, que lê com sentimento”¹⁵⁶, após as provas finais, nas quais se distinguiu principalmente no exame de Estudos Bíblicos com 16 valores, terminava o seu curso em 25 de Junho 1907, com a média de 15 valores e apreciação “Bom”, recebendo o grau de bacharel em Teologia¹⁵⁷.

1.3 Escolha da vida sacerdotal e primeiros trabalhos pastorais (1907-1917).

Em Julho de 1907, o Dr. José Dias regressava à sua terra natal para começar um novo período da sua vida. Longe da sociedade coimbrã, prevaleciam nele as marcas de “um certo ar mundano” aí recebido, mas que o silêncio e tranquilidade da Cova da Beira no espaço de quatro meses iriam desmoronar¹⁵⁸. Aquela indecisão vocacional com que partira de S. Fiel e a experiência recomendada pelo seu director espiritual, terminavam com um resultado ainda por

¹⁵⁴ Uma vez, dando-o conhecer a seu pai uma ida à tourada, recebeu dele a seguinte repreensão: “[...] admiro que me fales em tal assumpto pelas seguintes razões: 1ª. Porque tens uma Mãe que te adora e que se acha doente, pois desde que d’aqui partiste não pode ainda sair de casa [...] a mãe doente e o filho em divertimentos desnecessários! E a reputação? 2ª. Os actos estão à porta e sendo coisa tão séria e para que tanto convem preparar (pelo menos assim faz quem tem brio) deixar o util para pensar no agradável também me não parece razoavel. 3ª. Porque já viste uma tourada e no mesmo sitio, portanto o que está visto já não offerece interesse. D’aqui tambem ha de ir gente e esta conhecendo-te que diria? Os lentes tambem hão de saber quem anda em divertimentos proximo dos actos. Estou mais convencido que o meio é tudo. Ficava-te mal não acceitar o bilhete, pois bem, acceitava-lo e inutilisava-lo. Deves pensar e ver que isto de nos dirigirmos pela vontade dos outros que é coisa má” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 14). Em resposta a esta carta, José escreverá ao seu pai manifestando ter-lhe “dado desgosto em lhe falar na tourada e as razões que meu querido Pae me apresenta, eram imprevisíveis de serem adivinhadas por mim” (Cf. IDEM, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 18).

¹⁵⁵ H. RIBEIRO, *Cartas de uma Tricana (Coimbra de 1903-1908)*, 16.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1907-1908*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1907, 27; 41; J. G. SERPA, D. José do Patrocínio Dias, *Bispo-Soldado*, 70.

¹⁵⁸ *Ibidem*, 78.

ele encoberto. A opinião de muitos a seu respeito, nomeadamente a dos que lhe eram mais próximos, dividia-se quanto às perspectivas do seu futuro¹⁵⁹. Entretanto, José do Patrocínio pôs-se em contacto com o arcebispo-bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos¹⁶⁰, que, conhecendo-o aquando do seu crisma em 1902¹⁶¹, recebeu certamente recomendações a seu respeito da parte dos jesuítas de S. Fiel, dos quais era muito próximo¹⁶². Assim, na manhã de 12 de Outubro de 1907¹⁶³, após ter surpreendido os seus familiares ao apresentar-se sem o “carregado bigode negro”, deslocou-se ao Paço episcopal da Guarda, para manifestar ao prelado egitaniense a sua decisão: “Depois de uma longa caminhada de experiencias pelo terreno inóspito duma sociedade frívola, vi com mediana clareza que Deus me queria para o sacerdócio. Não quero por mais tempo cerrar os ouvidos à voz do Senhor”¹⁶⁴.

D. Manuel Vieira de Matos ansiava já por esta sua decisão – “Até que enfim, sr. dr., veio para o seu lugar” – pelo que imediatamente o nomeou professor de preparatórios no Seminário do Mondego¹⁶⁵. Nesse dia, o Dr. José do Patrocínio encontrou-se ainda com o Dr.

¹⁵⁹ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 79; *Noticias de Beja*, Beja, XXXVII/1926, 25 Out. 1964, 2.

¹⁶⁰ D. Manuel Vieira de Matos (Poiars da Régua, 22.III.1861 – Braga, 28.IX.1932) frequentou o curso de preparatórios e de Teologia no Seminário Conciliar de Braga, terminando os seus estudos em 1882. Colocado na diocese de Lamego como professor de Ciências Eclesiásticas devido à reorganização das dioceses portuguesas, foi ordenado sacerdote em 22 de Setembro de 1883. Matriculando-se na Faculdade de Teologia em Outubro de 1885, concluiu com distinção o seu curso em 1890, altura em que foi apresentado para cônego da Sé de Viseu. Iniciando as funções de professor do Seminário, director espiritual do mesmo e secretário particular do bispo de Viseu, D. José Dias Correia de Carvalho, foi arcebispo de Mítilene (título antes inerente ao cargo de vigário-geral do Patriarcado) em 1899, sendo sagrado na Sé de Viseu em Agosto desse ano. Em Lisboa dedicou-se especialmente às associações dos Operários Católicos e à Catequese até que em 1 de Abril de 1903 foi nomeado bispo da Guarda, entrando solenemente em Junho desse ano. Depois de um pontificado marcado por uma renovação da diocese egitaniense e pelas perseguições do regime republicano de que foi alvo, Bento XV nomeou-o arcebispo primaz de Braga em Outubro de 1914, realizando a sua entrada Solene em 14 de Março de 1915 (Cf. J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, *THEOLOGICA*, 2.ª Série, 43, 2(2008) 451-468).

¹⁶¹ No discurso que D. José do Patrocínio Dias fez à Academia dos Seminaristas de Braga por ocasião do jubileu episcopal de D. Manuel Vieira de Matos, afirmou: “Foi o vosso Pastor [...] que me administrou o Santo Sacramento do Crisma” (Cf. *Novidades*, Lisboa, (XXXIX)I/(8780)329, 18 Nov. 1924, 1); o mesmo se confirma no testemunho que escreveu sobre este prelado de quem “pelas suas mãos recebeu o Santo Crisma” (Cf. *Acção Católica*, Braga, IX/11, Nov. 1924, 408-409). Ao noticiar-se a morte de D. Manuel Vieira em 1932, o jornal diocesano de Beja informou: “o nosso Ex.^{mo} Prelado que se encontrava na Covilhã, apenas teve conhecimento do falecimento do ilustre Prelado de cujas mãos havia recebido o Santo Sacramento do Crisma [...] partiu imediatamente para Braga” (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, V/248, 6 Out. 1932, 2).

¹⁶² Aquando da nomeação episcopal de D. Manuel Vieira de Matos para a Guarda, José do Patrocínio escreveu a seu pai que “Os P.^{es} de S. Fiel é que hão-de estar m.^{to} satisfeitos com a nomeação do novo bispo da Guarda!” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 2) Cartas de José do Patrocínio Dias para os pais (1902-1903), carta 12). Para sublinhar ainda mais esta relação, note-se que no mês seguinte à sua entrada Solene na diocese da Guarda (4 Junho 1903), D. Manuel Vieira de Matos foi presidir à festa de final de curso do Colégio de S. Fiel (P. GOMES, “Hipólito Raposo - seminarista na Guarda (1902-1904)”, *Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*, vol. XXXIX, 1988, 51).

¹⁶³ A primeira carta de Claudino Dias para o Seminário do Mondego data de 14 de Outubro de 1907, na qual este escreve: “No sabbado [sic], em que saíste, depois de chegar da estação”. O sábado antecedente à data da carta foi dia 12 de Outubro (Cf. Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 10) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1907), carta 1).

¹⁶⁴ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 82.

¹⁶⁵ *Ibidem*. Na verdade o arcebispo-bispo da Guarda já antes tivera contactos com José e sua família: esteve com Claudino Dias na estação da Covilhã durante a passagem para a entrada Solene em 4 de Junho de 1903: “Por aqui agora só se pensa

Mendes dos Santos, vice-reitor do Seminário da Guarda, que convidando-o para um passeio, objectivou-lhe que não podia ir vestido à secular, e tendo-lhe dito o Dr. Patrocínio que não tinha licença para usar traje eclesiástico, recebeu-a logo nesse instante: “Empresto-lhe uma [batina]; vamos experimentar”. Terminada a caminhada, o Dr. Mendes Santos gracejou-lhe: “se o senhor é capaz de vestir batina sem ser padre, tenho para mim que é capaz de ser mártir sem derramar sangue”¹⁶⁶. Recebendo ainda nesse mesmo dia ordens menores¹⁶⁷, iniciou o seu novo cargo no Seminário do Mondego, apesar do esforço do vice-reitor, Pe. João Fernandes Santiago, em querer poupá-lo “à barafunda que não pôde deixar de haver no dia da entrada dos alunos”¹⁶⁸. O próprio José terá comentado para os pais que a primeira impressão ao entrar nesse Seminário era de que estaria no Colégio de S. Fiel. Estes, por sua vez, tiveram modos diferentes de encarar a escolha do seu filho: se Claudino Dias não conseguia esconder o seu contentamento porque “esses padres é que hão de fazer a tua reputação”, Claudina dos Prazeres “custou-lhe imenso a tua separação e diz que se lembra muito do seu José”¹⁶⁹, mesmo sabendo da “maneira afavel e atenciosa como o pessoal docente d’esse Seminario” o

nos cumprimentos ao Snr. Bispo, que passa amanhã de manhã na estação d’esta cidade. Lá irei também eu com os meus colegas d’esta cidade cumprimental-o e entregar-lhe uma mensagem de congratulação” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 4) Cartas de Claudino Dias para Coimbra (1903), carta 13). José do Patrocínio terá participado na visita Pastoral à Covilhã em 10 de Outubro de 1904, antes de partir para Coimbra (Cf. J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos...”, 458); e em 1 de Junho de 1905, regressando da visita ao Colégio de S. Fiel, Claudino Dias encontrou o prelado na estação da Covilhã, que o tratou “com m.^{ta} amabilidade e pergunto-lhe por ti” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 1) Cartas de Claudina dos Prazeres Presunto, carta 21).

¹⁶⁶ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...* 83-84. O futuro D. Manuel Mendes da Conceição Santos (Olaia, Torres Novas, 13.XII.1876 – Évora, 30.III.1955) embora não sendo natural da diocese da Guarda, veio para esta em 1905 a pedido de D. Manuel Vieira de Matos, que o nomeou vice-reitor do Seminário. Cónego em 1909, governou a diocese aquando do exílio do mencionado prelado (1911), sendo nomeado bispo de Portalegre em 1915 e arcebispo de Évora em 1920. Amigo íntimo e inseparável de D. José do Patrocínio Dias, partilhariam ambos os destinos das duas dioceses mais fragilizadas do século XX em Portugal (Cf. J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 280). O Dr. Mendes Santos conheceu José do Patrocínio ainda como estudante de teologia em Coimbra, conforme testemunhou em 1946: “Há pelo menos quarenta anos que conheço o Sr. D. José do Patrocínio Dias” (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, XIX/940, 1 Jun. 1946, 1), nomeadamente através do apoio e colaboração que dera à publicação dos *Estudos Sociaes* (Cf. J. A. CORREIA, “O meu depoimento”, 110; A. D. FONSECA, “Como começou o CADC?”, *Estudos* XX/215 (1943) 120). Segundo as informações dadas pela família de D. José do Patrocínio, o futuro arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos, teve um papel decisivo para que esse optasse pela vida sacerdotal. Um caso a referir deu-se logo depois do consentimento dado ao bispo da Guarda; dirigindo-se a Coimbra para tratar de assuntos pendentes, fez a viagem por Viseu, onde pernitou na casa de um padre dessa diocese. Ao jantar assistiu a um tal excesso de «comezaina» dos padres presentes, que terá ficado afectado psicologicamente e com dúvidas sobre o seu futuro, temendo cair em situações idênticas aquelas que presenciou no referido jantar.

¹⁶⁷ Conforme atesta um cartão passado pelo escrivão da Câmara Eclesiástica da Guarda, P. José João Pires: “Recebi 53.000 reis do Sr. Dr. José do Patrocínio Dias, importância da sua ordenação de Menores – Guarda-12-10-1907” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 17) Telegramas e cartões de felicitação pela Ord./Missa Nova).

¹⁶⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 10) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1907), carta 1.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

recebera e de que “todos ahi te estimam e apreciam as tuas qualidades”¹⁷⁰. Na verdade, o minorista José do Patrocínio Dias estrearia os seus dotes de orador logo na comemoração do quarto aniversário da fundação do Seminário do Mondego, em 29 de Outubro de 1907¹⁷¹, falando aos seminaristas sobre a padroeira dessa instituição, Nossa Senhora do Rosário:

“Tal é a vida d’este Seminario, cujo aniversario aqui me fez subir. Nascido há quatro annos – ahi vem na sua romagem, segue a sua existência atravez do suar do tempo. Não faltam as luctas para o perseverar – não faltam as canseiras para o manter [...] Senhora velai pelo que é vosso! Que ele não sossobre! [...] Que este Seminario seja a nova Índia d’onde espoleteis as vossas graças para esta Diocese”¹⁷².

Longe de se afastar do seu novo contexto, o Dr. Patrocínio Dias rapidamente se apercebeu que a dita nomeação de professor de preparatórios era um gesto de alta confiança que o bispo Vieira de Matos depositara nele. Na verdade, a principal preocupação deste prelado ao chegar à Guarda foi a reconstrução material e disciplinar do Seminário, que há muito arrastava resultados pouco satisfatórios. Após ter feito uma «limpeza» ao pessoal discente e inaugurado o regime de internato, pois os seminaristas apenas frequentavam o Seminário para as aulas, ficando alojados em casas particulares, D. Manuel Vieira de Matos criou, em 1904, o Seminário do Mondego, na Quinta da Mitra (freguesia do Porco, actual Aldeia Viçosa)¹⁷³. Mesmo assim, esse Seminário carecia das melhores condições materiais, sendo descrito pelo vice-reitor como um “edifício muito pobre” que nem conseguia “obedecer

¹⁷⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, carta 5. Não deixa de ser interessante que Claudino Dias lhe vá continuando a dar conselhos, como por exemplo: “a respeito de pessoas da Covilhã usa de cautela em conversas n’esse meio, porque sabes que o P.^o Mattos é a unha com a carne com elle [cónego Anaquim] e com os Priores d’aqui” (Cf. IDEM, carta 3). Este P. Matos (ou Pe. João de Oliveira Matos) que de 1903 a 1904 fora pároco de S.^{ta} Maria da Covilhã e professor e prefeito do Seminário do Mondego de 1904 a 1910, foi mais tarde bispo auxiliar da Guarda (1922-1962) (Cf. J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 280-281).

¹⁷¹ Embora J. P. GOMES em “D. Manuel Vieira de Matos...” (THEOLOGICA, 2.^a Série, 43, 2(2008) 460) afirme que o Seminário do Mondego fora aberto oficialmente a 9 de Outubro de 1904, o certo é que José Dias escreveu na sua agenda a 29 de Abril de 1908 e 1909: “Anniversario da fundação do Seminario do Mondego” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1908, 127; IDEM, Agenda Eclesiástica de 1909, 127).

¹⁷² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 2) Discurso do Dr. José do Patrocínio no Seminário do Mondego.

¹⁷³ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 28-32. No entanto, todo este movimento em prol da boa formação eclesial iria custar-lhe uma violenta perseguição das forças anticlericais que, por causa de alguns factos pouco claros aí ocorridos, chegariam a afirmar a necessidade de transformar esse Seminário num manicómio (Cf. *Ibidem*, 33). O bispo da Guarda viria a expor em carta ao ministro dos Negócios Eclesiásticos, datada de 2 de Setembro de 1908, o «porquê» de todas as suas intervenções, mais concretamente da criação do Seminário da Quinta da Mitra (Cf. J. A. S. CARVALHO, *Um Bispo para o nosso tempo*, Oficinas de S. Miguel, Guarda, 1972, 44-46).

às condições que a higiene prescrevia para estabelecimentos desta natureza”¹⁷⁴. Foi neste ambiente que o Dr. José do Patrocínio iniciaria a sua vida eclesiástica, leccionando as cadeiras de Literatura, de História Universal e Pátria e de Geografia, aos 108 alunos matriculados no ano lectivo de 1907-1908¹⁷⁵. Entretanto, a 24 de Novembro recebeu o subdiaconado e no dia 30 a ordenação diaconal, ao mesmo tempo que se iam desenvolvendo os preparativos para a Missa Nova na sua terra natal¹⁷⁶. Tendo conhecimento da sua ordenação diaconal, seu pai escreveu-lhe nos seguintes termos:

“Agora demos graças a Deus pelos benefícios que te está concedendo e por certo estes dias enviaremos de um modo particular ao Sagrado Coração de Jesus as nossas acções de graças pelos benefícios já concedidos e lhe rogaremos muito para que Elle te faça um digno Ministro do Seu Altar. Unamo-nos, pois, todos n’este empenho de agradecimentos, porque os favores do Céu para a nossa família tem sido muitíssimos, oxalá que todos nós a elles saibamos corresponder”¹⁷⁷.

Para que D. Manuel Vieira de Matos pudesse realizar a ordenação sacerdotal faltava-lhe, no entanto, a autorização da Nunciatura por meio do “Breve para suprimento de idade”¹⁷⁸. O atraso do documento levou o arcebispo-bispo da Guarda a ponderar uma mudança na data de ordenação, mas graças ao empenho de Claudino Dias, da Câmara Eclesiástica da Guarda e de um dos seus padrinhos de Missa Nova, Dr. Antonino Vaz de Macedo¹⁷⁹, José do Patrocínio Dias recebeu a unção sacerdotal, “com dispensa de idade”, no Paço episcopal da Guarda a 21 de Dezembro de 1907, “Sabbado das Temporas de São

¹⁷⁴ J. A. S. CARVALHO, *Um Bispo para o nosso tempo*, 44-46

¹⁷⁵ *Ibidem*, 58-60; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 7a) Retracto da turma de Literatura 1907-1908.

¹⁷⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 10) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1907), carta 7; carta 9.

¹⁷⁷ IDEM, carta 7.

¹⁷⁸ IDEM, carta 2; carta 13; carta 14; carta 15; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 15) Cartas de amigos (Out.-Dez. 1907), carta 5.

¹⁷⁹ O Dr. Antonino Vaz de Macedo foi em 1903 “médico municipal em Penamacor” e ao mesmo tempo “jornalista distinto”, dotado “de um espirito muito culto e de um character honesto e probo” (Cf. *O Correio da Beira*, Fundão, II (53), 15 Mar. 1903, 2). Juntamente com o Dr. António Alçada, marido da madrinha de baptismo de José, foram seus padrinhos de Missa Nova (Cf. *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4). Facto digno de menção prende-se a respeito da oferta que o referido Dr. Antonino fez a José nesta ocasião: um tinteiro de prata com as iniciais do seu nome – JPD – ao qual acrescentou um cartão que dizia: “Para escrever a sua primeira pastoral”. Mais tarde ao ter conhecimento da eleição do afilhado como bispo terá afirmado: “Afinal não errei muito nos meus vaticínios” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 87).

Thomé”¹⁸⁰. A decisão de Patrocínio Dias, agora tornada realidade, foi de tal modo inesperada para os seus amigos, que ao receberem o convite para a Missa Nova, muitos não só o felicitaram como mostraram a sua admiração, como por exemplo Tomás de Gambôa:

“Classifiquei-te [de herói] já assim duas vezes e ainda te não disse porquê: Nunca supuz que te ordenasses; mas vejo agora que nunca o devia ter feito; deste, com a tentativa dos primeiros passos para o estado ecclesiastico, um desmentido formal ás minhas illusões e ao mesmo tempo uma lição. Depozeste com os músculos de gigante os obstáculos que a mim se afiguraram como suficientes para te derrubar: quebraste as minhas suspeitas infundadas e ensinaste-me que o culto do maior capricho pode ser tambem uma religião [...] desejo [...] ver-te útil á causa publica, como sacerdote [...] e como servidor honesto do teu paiz: receberás a corôa da marthyr porque foste um sancto e um monumento na historia porque foste um patriota”¹⁸¹.

Um pouco contestatário desta atitude, embora a respeitasse, foi António de Abranches Ferrão, seu colega e amigo desde os tempos do colégio de S. Fiel que, escrevendo-lhe uma extensa carta, afirmou ser mais preferível lutar no “meio social onde se debatem numa convulsão violenta tantos antagonismos e paixões” do que “se entregar a uma vida afinal de contas mais ou menos contemplativa e mystica”:

“O mundo assustou-te e então toca a fugir!... homem não era caso para tanto! Claro é que acima de tudo devemos procurar a salvação da nossa alma, evitando que as chamas do inferno nos consumam por toda a eternidade, mas devias pensar que até em Coimbra e mesmo na Covilhã facilmente poderias trilhar o caminho do dever e da virtude, ser o apóstolo da Verdade e o filho dilecto da Igreja”¹⁸².

¹⁸⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 7) Cópia da matrícula de ordenação sacerdotal (21.XII.1907); J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 85-86. O jornal *A Guarda* noticiou o facto do seguinte modo: “Este nosso amigo, que no ultimo anno concluiu brilhantemente o curso de theologia em Coimbra, e presentemente exerce com singular proficiência o magistério no Seminário do Mondego, recebeu hontem a sagrada ordem de presbytero das mãos do nosso ex.^{mo} Prelado, na capella particular do paço episcopal” (Cf. *A Guarda*, Guarda, IV/144, 22 Dez. 1907, 4).

¹⁸¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 13) Cartas da Família Gambôa (1907-1908), carta 1. Em carta de Fevereiro de 1908, Tomás Gambôa que, por causa de um acidente não conseguiu assistir à Missa Nova do seu amigo, escreverá ainda a José nos seguintes termos: “[...] desejava certificar-me pela observação directa da tua resolução e dos destroços bons ou maus que ella tivesse produzido no teu animo, na tua maneira de ser. Encontrei-te mudado, muito mudado. Nem sei dizer-te como nem em quê; o facto é que deste-me a impressão de “um marthyr cujo alvo não é o ceu!” (Cf. IDEM, carta 7).

¹⁸² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 15) Cartas de amigos (Out.-Dez. 1907), carta 18. Uma das cartas também a destacar é a da Priora do Convento de St. Teresa de Coimbra: “[...] muito estimei a resolução que tomou; os que temem são os que melhor conhecem a sublimidade e a responsabilidade de seu santo ministério, por isso são estes que o devem abraçar e, como V. Rev.^a é deste numero, eu lhe envio os meus cordeaes parabéns, esperando, do seu bom character e muito mais da graça de N.S., que nunca falta, virá a ser um zeloso obreiro da sua vinha” (Cf. IDEM, carta 8).

Ao receber a “licença para celebrar Missa Nova”¹⁸³, celebrou-a na Igreja do Coração de Jesus, na Covilhã, a 30 de Dezembro de 1907¹⁸⁴. O “inteligente professor do Seminário do Mondego” teve uma concorrência considerável: “estando o templo literalmente repleto muito antes do começo”, notando-se a “muito bem representada” aristocracia, o clero da Covilhã e alguns membros da Companhia de Jesus¹⁸⁵. Iniciando o cortejo de sua casa até à dita Igreja, foi acolitado pelo Dr. José de Almeida Correia¹⁸⁶ e o Dr. Joaquim Pereira Seco¹⁸⁷; serviu de mestre-de-cerimónias o Dr. Mendes dos Santos¹⁸⁸, de presbítero assistente o Pe. José Pinto¹⁸⁹ e de pregador o Dr. António Catalão¹⁹⁰, que proferiu “um discurso brilhante, mostrando em phrase empolgante a grandeza do sacerdócio e o seu papel a desempenhar no seio da sociedade”¹⁹¹. No fim, a orquestra executou um solene *Te Deum*, seguindo-se a bênção do Santíssimo e o «beija-mão», momento particular para sua mãe que “chorava da mais viva e

¹⁸³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 8) Licença para celebrar a primeira missa e continuar por seis meses, a favor do Dr. José do Patrocínio Dias.

¹⁸⁴ A escolha desta Igreja para a Missa Nova foi feita nos inícios de Dezembro, embora José tenha anteriormente pensado noutra, tal como manifestou ao superior da residência dos jesuítas na Covilhã (1904-1908), Pe. Alexandre Castelo: “tinha pensado em subir a 1.ª vez ao altar na Igreja de S. João de Malta por circunstancias que V. Ex.ª não desconhece – mas à última hora veio-me desejo de o fazer na Igreja do Coração de Jesus [...] V. Ex.ª dar-me-ha o prazer de consentir q. celebre a minha maior festa na Igreja á qual me prendem as maiores recordações e para onde appella a minha devoção” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 14) Cartas de Jesuítas (1907-1908), carta 9).

¹⁸⁵ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4.

¹⁸⁶ *Ibidem*. O Pe. Dr. José de Almeida Correia foi colega de José do Patrocínio Dias na Faculdade de Teologia de Coimbra, precisamente de 1902 a 1907, ano em que fixou residência na sua diocese de origem, Viseu, onde leccionou no Seminário e tomou conta da redacção do bissemanário diocesano. Ao encerrar-se o Seminário de Viseu, voltou para Coimbra para ser assistente do CADC de 1912 a 1918, matriculando-se ao mesmo tempo na Faculdade de Direito e de Letras a fim de se integrar na vida académica. Terminada a sua formatura em Direito, regressou para Viseu (Cf. J. A. CORREIA, “O meu depoimento”, 107-113).

¹⁸⁷ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4. Mons. Joaquim Pereira Seco era natural da Covilhã onde nasceu a 7 de Abril de 1882. Aluno do Colégio de S. Fiel, em 1900 matriculou-se na Faculdade de Teologia de Coimbra, formando-se em 1905. Ordenado sacerdote em Dezembro de 1907, foi em 1908 convidado para secretário do bispo de Beja, D. Sebastião Leite de Vasconcelos, bem como professor do Seminário. Ao levantar-se a violenta perseguição contra este prelado em 1910, regressou à Covilhã, sendo nomeado vigário-geral e governador do bispado de Beja em 1913. No entanto, intimado pelo comissário da Polícia de Beja a abandonar a cidade, em virtude dos distúrbios ocorridos pela sua presença, foi a Lisboa pedir a exoneração do seu cargo ao metropolitano de Évora e a sua reintegração no clero da Guarda. Nomeado pároco de S. Maria da Covilhã em 1916, recebeu a honra de Camareiro Secreto em 1918. Trabalhador em prol da imprensa católica, faleceu em 7 de Maio de 1955 (Cf. A. MORGADINHO, *Cidade da Covilhã – Homens e factos*, Edição do autor, Covilhã, 1987, 69-70).

¹⁸⁸ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4. O Dr. Mendes Santos apontou na sua agenda pessoal de 1907: “Estive na Covilhã, onde fui assistir à Missa do Dr. José do Patrocínio Dias. Servi de mestre de cerimónias” (Cf. D. F. M. SILVA, *A Alma do Arcebispo Apóstolo – D. Manuel Mendes da Conceição Santos*, Oficinas Gráficas Pax, Braga, 1960, 35).

¹⁸⁹ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4. Em resposta ao pedido de José para assumir essa função, o Pe. José Pinto agradeceu “a insistencia no convite que já ha algum tempo me havias feito, sentindo que não te movesse a attender ás razões d’ incompetencia [...] Mas enfim, já que assim o queres e desejas, entendo do meu dever não te contrariar [...] terei o summo gosto de te acompanhar na tua 1.ª Missa, como Presbytero assistente” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 16) Cartas de amigos para o Seminário do Mondego (Out.-Dez. 1907), carta 4). Para compreender melhor a “insistência” do neo-sacerdote ver nota 28 (p. 13).

¹⁹⁰ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4. O Pe. Dr. António Catalão era primo materno de D. José e vivia em Cernache do Bonjardim. A sua escolha adveio da impossibilidade do já citado Pe. António Menezes (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 14) Cartas de Jesuítas (1907-1908), carta 3; carta 4; carta 6; carta 7; IDEM, 10) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1907), carta 6; carta 10; carta 11; carta 12).

¹⁹¹ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4.

doce comoção”¹⁹². O Jornal *A Guarda* concluía a reportagem desse dia com o seguinte comentário: “Perante S. Ex^a rasgam-se horizontes vastos cheios de luz. A sua virtude e talento de que deu prova durante o seu curso escolar são a esperança de que [...] será um obreiro denodado n’esta obra de regeneração”¹⁹³. A 10 de Janeiro de 1908, o neo-sacerdote regressava ao Seminário do Mondego, onde para além de leccionar, se aperceberá mais concretamente do movimento pastoral que o seu prelado traçara para a diocese da Guarda¹⁹⁴.

a) A acção político-social.

Atendendo ao contexto social e político dos finais do século XIX e inícios do século XX, nomeadamente a partir dos acontecimentos em torno do Ultimato Inglês (1890) e o surgir da «questão colonial», gerou-se na sociedade portuguesa uma crise generalizada, que se agravava com o desenvolvimento da «questão política», baseado num frágil sistema partidário rotativista e na figura de um monarca cada vez mais distante¹⁹⁵. Para os católicos, esta crise era consequência da situação religiosa vivida na época, pois os constantes ataques à Igreja e as sucessivas políticas anti-religiosas, deixavam antever uma crescente secularização do Estado. Era necessário reagir, partindo em primeiro lugar pela unidade de todos os católicos numa causa comum: trazer a religião para o campo político e tornar a Igreja Católica como protagonista diante da dissolução social¹⁹⁶. Como resultado da unificação dos Círculos Católicos de Operários, dos Centros Nacionais, das Associações Católicas e das Associações

¹⁹² J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 87. A responsabilidade da parte musical foi entregue a um “Gomes”, tocando uma pequena orquestra a Missa de Perosi (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 10) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1907), carta 9).

¹⁹³ *A Guarda*, Guarda, IV/147, 12 Jan. 1908, 4. De tal modo esse dia ficou marcado na memória dos participantes, que aquando da eleição episcopal em 1921, o jornal *A União* mencionou: “Por essa ocasião, tornou-se alvo de especiaes manifestações de apreço e sympathy, com uma extraordinária affluencia de pessoas de todas as classes sociaes e numerosíssimas prendas de lembrança. Tal era já o encanto do seu trato e o prestígio da sua individualidade!” (Cf. *A União*, Lisboa, II/63, 4 Jun. 1921, 4).

¹⁹⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1908, 26.

¹⁹⁵ A. M. FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional...*, 238; V. P. NETO, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, 428.

¹⁹⁶ Cf. A. M. FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional...*, 233; 238-239; J. P. GOMES, *Os Congressos Católicos em Portugal*, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, Lisboa, 1984, 35.

da Democracia Cristã, surgiu o Partido Nacionalista, fundado no seu I Congresso em Junho de 1903 no Porto, por Jacinto Cândido e com o apoio do então arcebispo-bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, e da Companhia de Jesus¹⁹⁷.

José do Patrocínio há muito que era afecto a esta ideologia política, baseada na divisa *Religião e Pátria*: na rotina do colégio de S. Fiel, o cultivar do “sancto amor pela pátria” era uma constante, mormente nas festas da casa¹⁹⁸ e, mais tarde, como estudante de Coimbra, para além de receber a congratulação do seu director espiritual – “Parabens ao novo nacionalista”¹⁹⁹ – enfileira-se no Centro Nacional Académico, precisamente quando o Partido Nacionalista andava a recrutar adeptos “nos bancos da Universidade”²⁰⁰. Chegando à Guarda, Patrocínio Dias encontra-se com um prelado “pronto, activo e enérgico” no apoio ao Partido Nacionalista, confirmável pelo quinzenário diocesano por ele fundado (*A Guarda* - 1904) onde rara era a publicação que, para além das diversas temáticas pastorais, não fizesse menção a esse Partido²⁰¹. Ao ser colocado no Seminário, o Dr. Patrocínio Dias ficou a fazer parte do pequeno escol de sacerdotes que se identificavam plenamente com a visão de Vieira de Matos, ou seja, directamente empenhados na política do Partido Nacionalista e inclinados para a transformação da sociedade²⁰², tornando-se também ele um dos colaboradores do jornal diocesano, bem como do semanário covilhanense *O Sul da Beira*²⁰³.

¹⁹⁷ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 45-46; V. P. NETO, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, 429: “Para a criação do partido muito contribuiu a vontade de Jacinto Cândido e dos Jesuítas, interessados em reagrupar os católicos em torno de uma bandeira partidária”.

¹⁹⁸ Quando estava ainda em Coimbra, José recebeu uma carta de seu primo Manuel Catalão, que evidencia mais essa característica: “Imaginas tu, que só ahi é que ha patriotismo, anda para cá meu caro, e ouvirás os sons bélicos do clarim, o ribombar do canhão e o hymno da Restauração echoar nas montanhas escarpadas da Gardunha” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 9) Cartas de Amigos para Coimbra (1902-1905), carta 13).

¹⁹⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 7) Cartas do P. Silvestre da Cruz para Coimbra (1902-1903), carta 2.

²⁰⁰ A. D. FONSECA, “Elementos para a história do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 224-225. Pouco tempo depois, para evitar confusões com o Partido Nacionalista, o Centro Nacional Académico mudou o nome para Centro Académico da Democracia Cristã (Cf. M. B. da CRUZ, “CENTRO ACADÉMICO DA DEMOCRACIA CRISTÃ”, 329).

²⁰¹ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 46.

²⁰² *Ibidem*, 48; 75; J. A. S. CARVALHO, *Um Bispo para o nosso tempo*, 37. Mons. António dos Santos Carreto (Penamacôr, 1885 – Fundão, 1961) afirma que: “Um pequeno grupo de sacerdotes, superiormente dirigidos por essa figura gigantesca de Bispo [...] houveram que oferecer, naquela cidade, os seus feitos sacerdotais como forte barreira aos ataques do feroz jacobismo [...] Entre esses dedicados sacerdotes destacou-se sempre pela serenidade da sua firmeza e pela força da sua inalterável caridade o então jovem Dr. Patrocínio Dias” (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, XXVIII/1529, 28 Dez. 1957, 7).

²⁰³ J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 366; J. A. S. CARVALHO, *Um Bispo para o nosso tempo*, 38; A. T. PROENÇA, *Beira Baixa Periódicos Religiosos...*, 290-291. Mais tarde, já como bispo de Beja dirá: “Tenho a paixão da imprensa; quando entro numa tipografia, só o cheiro das tintas e o rodar das máquinas me excita a veia jornalística” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 98-99).

Entretanto, a situação política de Portugal estava prestes a eclodir: a ditadura de João Franco encontrava-se cada vez mais fragilizada e acabaria por se afundar na sequência do Regicídio de 1 de Fevereiro de 1908²⁰⁴. Sucedeu ao regime franquista um governo de coligação monárquica e agendaram-se eleições legislativas para 5 de Abril, tendo o Partido Nacionalista começado imediatamente a sua propaganda²⁰⁵. Na Guarda, o bispo Vieira de Matos ficaria apelidado de “Chefe do Centro Nacionalista”, consequência das circulares enviadas ao clero, grande parte partidarizado, nas quais por meio do vice-reitor do Seminário e do seu secretário particular, os convidava a filiarem-se nesse partido²⁰⁶. Apesar do mal-estar originado e da sucessiva tristeza pela morte de D. Carlos, o grupo nacionalista da Guarda, reunido a 28 de Fevereiro, fundou a Comissão Distrital do Partido Nacionalista, para a qual foi eleito como segundo secretário o Dr. Patrocínio Dias²⁰⁷. Seu pai ao ter conhecimento da propaganda nacionalista e da actividade do filho em prol dessa causa, manifestou-lhe a sua estima sobre o “movimento em que me fallas que por ahi ha a respeito do nacionalismo”, aderindo também a ele em 25 de Março, juntamente com 60 pessoas da Covilhã²⁰⁸. Apesar de todo o trabalho, e mesmo obtendo 64 662 votos nas eleições, o Partido Nacionalista conseguiria apenas um deputado²⁰⁹.

Patrocínio Dias, embora remetendo para a história todas as canseiras dessas legislativas, não deixaria de continuar a trabalhar pela defesa da Igreja no palco político. Entre

²⁰⁴ V. P. NETO, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, 438-439.

²⁰⁵ J. SERRÃO, “A Conjuntura”, in J. SERRÃO / A. H. de Oliveira MARQUES (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, 695.

²⁰⁶ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 63. Não sabemos se terá sido nessa altura que José terá aderido concretamente ao Partido. No entanto, uma carta do seu outrora colega de Coimbra, Dr. José d’Almeida Correia, datada de 11 de Fevereiro de 1908 apresenta a seguinte afirmação: “Já vi a tua adesão á causa nacionalista! Parabens [...] Hoje mais do que nunca é mister que nos unamos sob a bandeira – Deus e Pátria, senão... está tudo perdido” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 18) Cartas de amigos para o Seminário do Mondego (Jan.-Jul. 1908), carta 12).

²⁰⁷ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 63-64. Por um cartão postal que o Dr. Mendes Santos lhe envia para o Mondego, sabe-se que José do Patrocínio contactou de perto com o conselheiro Jacinto Cândido, chefe do Partido Nacionalista, nomeadamente quando este foi a Castelo Branco em Março de 1908 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 18) Cartas de amigos para o Seminário do Mondego (Jan.-Jul. 1908), carta 16).

²⁰⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 7; carta 8. José do Patrocínio Dias guardou grande parte da correspondência recebida sobre a adesão ou recusa ao Partido Nacionalista, nomeadamente dos padres da diocese da Guarda, num maço com a identificação: “P.^a a história d’uma eleição! Guarda”. São ao todo 65 cartas desde Fevereiro a Abril de 1908 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 11) Cartas sobre o Partido Nacionalista (1908-1910)).

²⁰⁹ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 64; V. P. NETO, *O Estado, a Igreja e a Sociedade Portugal (1832-1911)*, 438. Para mais desenvolvimentos ver a obra de A. C. SILVA, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.

4 e 6 Outubro de 1908 vemo-lo ocupado com o III Congresso das Agremiações Populares Católicas na Covilhã, do qual foi o 1.º secretário da Comissão Central²¹⁰. Com algumas reservas na preparação, pois a Covilhã atravessava uma “crise operária angustiosa”, D. Manuel Vieira de Matos achava ser essa a melhor razão para aí se realizar²¹¹. Vencidas as dificuldades iniciais e apesar de alguns distúrbios no segundo dia – 5 de Outubro – do Congresso, esse realizou-se brilhantemente, contando grande número de participantes²¹². No dia seguinte, Patrocínio Dias cairia doente com uma angina devido ao “trabalho extenuante do último dia”²¹³.

As primeiras acções do novo sacerdote não passariam despercebidas ao bispo da Guarda que, ainda nesse ano, querendo preencher algumas vagas no Cabido egitaniense, abriu um “concurso” interno no clero. Apresentaram-se seis concorrentes, entre os quais Patrocínio Dias que, aceitando concorrer a pedido do seu bispo, não escondeu um certo desprezo pela ideia, pois queria antes ser pároco²¹⁴. Entretanto, a situação política portuguesa ia tendo novos contornos: a dissolução das Câmaras em Junho em 1910 e as eleições marcadas para o dia 28 de Agosto desse ano, fizeram com que José do Patrocínio se dedicasse mais uma vez à questão política²¹⁵. Adepto da causa nacionalista-monárquica, o Dr. Patrocínio fez parte da Comissão Nacionalista Distrital da Guarda constituída a 8 de Julho, conforme atesta a circular

²¹⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 11) Cartas sobre o Partido Nacionalista (1908-1910)). O jornal *A Guarda* fará ainda menção deste trabalho do Dr. Patrocínio na sua biografia aquando da Sagração Episcopal: “Foi notável sobretudo a sua acção como Secretário Geral do Congresso das Agremiações Populares Catholicas, que se realizou em 1908 na Covilhã” (Cf. *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2).

²¹¹ Claudino Dias, que também fazia parte da comissão, enviou ao filho um relato da primeira reunião preparatória, salientando as apreensões e incómodos que o clero da Covilhã expressou ao bispo da Guarda por causa do Congresso. Mesmo assim, segundo Claudino, o prelado não desistiu e dirigiu aos covilhanenses palavras de animo e entusiasmo para que tal acontecimento ocorresse nessa cidade (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 4).

²¹² Patrocínio Dias registou na sua agenda: “Ultimo dia do Congresso – q. foi imponentíssimo. Grande manifestação ao Prelado da Guarda” (Cf. *Ibidem*, Agenda Eclesiástica de 1908, 119). Para uma visão mais completa desse Congresso ver: J. P. GOMES, *Os Congressos Católicos em Portugal*, 42-43.

²¹³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1908, 120.

²¹⁴ “Vejo então, pelo que me dizes, que este concurso há de dar que fazer ao Snr. Arcebispo. Não sei, mas parece-me que tanto o Dr. Prazeres como o Pe. Barreiro vão ao concurso apenas para contrariar [...] Enfim, deixa-los como tu não tens empenho em ser nomeado [...] Eu também acho que tu fazes melhor carreira pelo outro lado de paroco como é teu desejo, mas seja como Deus quiser” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 19). Patrocínio Dias só será nomeado cônego em 30 de Novembro de 1915. Para mais referências sobre este «concurso» ver obra de P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 69-75.

²¹⁵ J. SERRÃO, “A Conjuntura”, 696-697.

enviada ao eleitorado²¹⁶. Durante o período eleitoral, é de salientar a questão em torno da obrigatoriedade do Registo Civil. A *Associação Propagadora do Registo Civil* e a *Associação do Livre Pensamento* uniram-se no enunciado de que o Registo Civil era um método perfeito para enfraquecer a influência da Igreja na sociedade²¹⁷. Quando o ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça tornou público a alguns párocos de Lisboa que iria tornar o Registo Civil obrigatório, o clero de Lisboa, apoiado pelo cardeal Patriarca, iniciou um movimento nacional contra essa medida. O clero da Guarda, secundarizando as filiações partidárias de cada um, uniu-se a esta causa e fez um apelo ao ministro, assinado em 3 de Agosto de 1910, afirmando que essa pretensão iria ferir “os direitos e as regalias da Igreja Católica em Portugal”²¹⁸. O “Pe. Presunto” também aderiu a essa causa ao assinar o referido documento, contribuindo desse modo, para sustentar a decisão que seria promulgada poucos meses depois com o regime republicano²¹⁹. Mais uma vez, e apesar de todo o trabalho de propaganda eleitoral, o resultado daria a vitória ao Partido Regenerador, apoiado pelo Partido Republicano²²⁰.

Quanto ao seu empenho social, é de notar que Patrocínio Dias já tinha uma certa preparação advinda dos tempos de Coimbra. Mais tarde, como pároco de S. Vicente da Guarda, apontará na “Bolsa das Bôas Obras”, iniciada em Dezembro de 1912 e com um registo quase quotidiano, todas as suas acções de beneficência, como por exemplo, a “Cozinha para os pobres”, “um fato para uma criança”, as “Esmolas á porta” e ainda os contributos para os Bombeiros ou “Presos políticos”²²¹. Quando na Quaresma de 1913, D. Manuel Vieira de Matos projectou a “União Católica” como meio de restauração religiosa da diocese, ao agrupá-la em três categorias, nomeou o Dr. Patrocínio Dias como director da secção “Obras sociaes”, o qual, por meio de conferências temáticas e supervisionando as

²¹⁶ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 106-107. No Arquivo Diocesano encontram-se algumas cartas referentes à preparação destas eleições (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 11) Cartas sobre o Partido Nacionalista (1908-1910).

²¹⁷ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 77.

²¹⁸ *Ibidem*, 78-79.

²¹⁹ A alcunha “Pe. Presunto” era usado na linguagem dos jornais regeneradores e republicanos com intenção de o ridicularizar e de dar a imagem de que ele era mais um «verbo-de-encher» (Cf. *Ibidem*, 49).

²²⁰ J. SERRÃO, “A Conjuntura”, 697.

²²¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 16) Bolsa de Boas Obras (Dez.1912-Fev.1917).

“Caixas ruraes” (espécie de banco de empréstimo para os agricultores), as “Associações de socorros mútuos” e os “Jardins operários” (arrendamento de terrenos não cultivados e fáceis de arrendar para sustendo de famílias pobres), contribuiu em muito para o apoio dos mais necessitados²²².

b) A acção pastoral: pregador, pároco e professor.

Depois da sua ordenação sacerdotal, Patrocínio Dias experimentaria algumas dificuldades no seu trabalho apostólico, nomeadamente na pregação. Solicitado em Janeiro de 1908 para pregar na Semana Santa de Alpedrinha, recusou o convite por não se achar suficientemente preparado²²³. Claudino Dias, ao receber o desabafo do filho sobre esse assunto, tranquiliza-o: “como não te sentes ainda com força suficiente, fizeste bem em recusar, ainda que n’estas coisas é preciso agora em principio um certo impulso de coragem”²²⁴. Na verdade, era natural que o jovem sacerdote, habituado ao ambiente académico onde imperavam “verdadeiros duellos intellectuais que a todo o tempo nos entretinham”²²⁵, se sentisse com alguma desconfiança na pregação. No seu primeiro sermão realizado em 19 de Março de 1908, na igreja de Santa Maria da Covilhã, dirigindo-se aos “christãos” e aos “operários”, Patrocínio Dias deixou ainda antever um estilo de exposição académica carregada de sentimentalismo sem, no entanto, «sair-se mal»:

“[...] uma das mais bellas parábulas com que J. Christo pregou a palavra da verdade aos seus discipulos foi sem duvida a do sementeiro q. lançou o grão á terra p.^a q. fructificasse abundante e copiosamente. É a imagem do orador christão, do pregador q. dissemina a palavra Evangelica, q. hoje pela vez 1.^a venho anunciar e q. desde há 20 séculos é apresenta aos povos pelas mais auctorizadas figuras da oratória sagrada. Hoje cabe-me a mim fraco e sem recursos. Deixae, Christãos, q. o agradeça a Deus e lhe diga do fundo d’alma: «Meu Jesus, meu amorosissimo

²²² *Acção Catholica*, Guarda, I/1 (1914) Janeiro, 17-24; *Ibidem*, I/2 (1914) Fevereiro, 7.

²²³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 13) Cartas da Família Gambôa (1907-1908), carta 6.

²²⁴ IDEM, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 2.

²²⁵ IDEM, 13) Cartas da Família Gambôa (1907-1908), carta 2.

Jesus sacramentado, Vós q. a tanto prodígios da Vossa Bondade infinita juntaes o fazer-me propagador da Vossa palavra [...] lançai sobre mim um reflexo da luz vivificante da Vossa graça [...] não falteis ao pobre sacerdote com o calor divino ás suas palavras p.^a q. queimem o espirito do auditório»²²⁶.

Não faltaram as felicitações pelo sermão que causou “muito boa impreção [sic] tendo vindo a esta casa muita gente”²²⁷. Porém, seria sua mãe a explicar-lhe um método mais simples. Convidado para pregar noutra festa da Covilhã, pediu-lhe que o escutasse. A resposta foi directa: “Olha, rasga isso, que ninguém te entenderá! Anda, fala-nos de Nosso Senhor, ensina-nos a doutrina e deixa-te de fantasias piedosas!”²²⁸.

Em 4 de Julho de 1908 recebeu “licença para pregar” e em 1909 foi um dos pregadores das conferências quaresmais na cidade da Guarda. Na “primeira vez que prégou n’esta cidade”, Patrocínio Dias falou sobre o “estado moral e religioso das nossas escolas”, notando ainda, segundo o jornal diocesano, que “a sua voz ressent-se da comoção que o invade” pois “ha pouco largou a capa de estudante”. Todavia, conseguiu uma “excelente impressão no numeroso auditório, que o escudou religiosamente”²²⁹.

A 3 de Julho de 1909, e segundo o seu desejo, José do Patrocínio foi nomeado pároco encomendado da Freguesia de São Vicente da Guarda, deixando no Seminário do Mondego a “saudade dos seus colegas que o vêem partir para a parochialidade”²³⁰. Um mês depois, ficaria impossibilitado de exercer as suas funções ao partir a perna esquerda na manhã do dia 3 de Agosto: “Neste dia fracturei a perna esquerda pelas 6 ½ horas da manhã, quando me dirigia para a Póvoa [do Mileu] – no sítio do Torreão!”²³¹. Seria na capela desse local,

²²⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 4) 1.º Sermão: Festividade de S. José (1908), 4v-5v.

²²⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 11) Cartas de Claudino Dias para o Seminário do Mondego (1908), carta 8; IDEM, 12) Cartas de Álvaro Dias para o Seminário do Mondego (1907-1908), carta 5.

²²⁸ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 101.

²²⁹ *A Guarda*, Guarda, V/207, 14 Mar. 1909, 4; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 10) Licença de Orador Sagrado; IDEM, *Sermões Sacerdotais*, 8) Conferencia Quaresmal 1909.

²³⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 11) Carta de encomendação a favor do Reverendo Dr. José do Patrocínio Dias; *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2.

²³¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1909, 97. Para se poder tratar o Dr. Patrocínio recebeu as devidas “Licenças de Ausência” em Setembro e Outubro de 1909 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 13) Licenças de ausência por motivos de saúde). Segundo o testemunho da família, o piso nesse dia estaria escorregadio devido ao gelo. Como houve falta de cuidado no tratamento imediato, ainda se pensou fracturar de novo para, sem anestesia, fazer o “reencaixe”. Tendo José do Patrocínio recusado submeter-se a essa operação, ficaria coxo para o resto da vida.

vilgarmente chamada *capela do Mileu*, que durante o período de perseguição à Igreja daria provas evidentes da sua evolução na arte da pregação. Em 1913, como resultado de ter afirmado num sermão: “somos governados pela Providência”, será detido pelo regedor por ofensa à República, pois segundo a autoridade, Patrocínio Dias deveria ter dito: “somos governados pela República e pelo Senhor Afonso Costa”²³².

Filho de pais professores, era natural que a influência destes lhe tivessem dado uma certa inclinação para leccionar. Atendendo aos serviços prestados no Seminário do Mondego e carecendo de professores o Seminário Episcopal da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos propôs o seu nome para “professor de sciencias eclesiásticas do Seminario” obtendo, em 18 de Junho de 1910, o decreto real com a sua nomeação²³³.

Ao surgir a República e com a Lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911, o Seminário da Guarda foi encerrado em 19 de Outubro desse ano e entregue à Câmara Municipal. No entanto, querendo alguns alunos continuar os estudos teológicos, foi cedida ao bispo da Guarda uma casa “no sítio do Bonfim” nessa cidade, onde o Dr. Mendes Santos, Patrocínio Dias e João de Oliveira Matos reabriram uma espécie de Seminário improvisado, na gíria anticlerical denominado por “Vaticano”²³⁴. Descobertos em 28 de Outubro de 1914, a polícia encerrou o local. Os alunos seriam transferidos para o Fundão, onde a 30 de Dezembro se abria novamente o Seminário, camuflado de “Internato Académico”²³⁵. Já no pontificado de D. José Alves Matoso (1915-1952), este faria uma nomeação discreta, em 14 de Março de 1916, publicando apenas que, de acordo com o “Concilio Tridentino, Sess. XXIII, cap. XVIII”, duas comissões se deveriam formar: uma

²³² M. L. B. MOURA, *A «Guerra Religiosa» na I Republica*, Centro de Estudos de História Religiosa – UCP, Lisboa, 2010, 410-411; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 13) Livro de Sermões II – XV: “A Providencia”; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 93.

²³³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 13) Diploma Real de nomeação para Professor de Ciências Eclesiásticas no Seminário da Guarda; *Noticias da Covilhã*, Covilhã, III/106, 5 Jun. 1921, 1.

²³⁴ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 92-93; 98; IDEM, *História da Diocese da Guarda*, 271-272; IDEM, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda...”, 462; 465; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 91-92; *Noticias de Beja*, Beja, XXXVII/1926, 25 Out. 1965, 2.

²³⁵ J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda ...”, 465; IDEM, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 98.

“espiritual” e outra “temporal”, sendo para esta última eleito o cónego Patrocínio Dias²³⁶. Mesmo assim, o Seminário «clandestino» de 73 alunos seria descoberto e mandado encerrar no ano lectivo seguinte (1917-1918) por ordem do Governo²³⁷.

É ainda de sublinhar que, nesta década da sua vida sacerdotal, assumiu também funções de relevo na diocese: “Examinador” dos “Exames de Confessor” (1915-1916), “Examinador” e “Juiz Pro-Synodal” (1916; 1918), membro do “Conselho de Vigilancia” sobre os erros modernistas (1916) e “Arcipreste substituto de este districto ecclesiastico da Guarda” (1918)²³⁸. Sobre as actividades do Pe. José do Patrocínio, o Dr. Mendes da Conceição Santos testemunhará:

“Naquela arena da Guarda, onde antes e depois da implantação do novo regime se feriram tantos combates em prol da boa causa, onde tanto se lutou contra a impiedade, D. José do Patrocínio ocupou desde a primeira hora um lugar de destaque, e nunca as dificuldades o fizeram abandonar o seu posto. Professor, pároco, catequista, pregador, era sempre o sacerdote apaixonado pela sua missão e pondo ao serviço d’ela todas as suas energias e todos os seus recursos”²³⁹.

c) A sua espiritualidade sacerdotal.

A formação espiritual, dada pelos jesuítas no colégio de S. Fiel, era essencialmente para criar nos alunos “hábitos fortes”²⁴⁰. O Pe. José do Patrocínio Dias encontrou aí a base da sua vida espiritual, nomeadamente herdando o costume de realizar, uma vez por ano, os seus

²³⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 20) Provisão para Arcipreste substituto do Dis. Eccl. da Guarda; *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, I/10 (1916), Março, 185. A sessão e o capítulo do Concílio de Trento que D. José Matoso cita, referem-se respectivamente à “Exposição da doutrina verdadeira e catholica, pertencente ao sacramento da Ordem” e à “Fórma de se erigirem os seminarios de clérigos” (Cf. C. M. F. D’ALMEIDA, *Canones e Decretos do Concilio Tridentino*, Typ. Revista Catholica, Vizeu, 1900, 534; 599).

²³⁷ J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 272-273.

²³⁸ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, I/2 (1915) Julho, 33; IDEM, I/8 (1916) Janeiro, 147; 153; 156; IDEM, I/10 (1916) Março, 185; 188; IDEM, IV/7 (1918) Dezembro, 292-293.

²³⁹ *Noticias de Beja*, Beja, I/28, 26 Jul. 1928, 1.

²⁴⁰ G. ZURARA, “O primeiro Prémio Nobel português aluno dos Jesuítas”, *Brotéria* 52 (1951) 421.

Exercícios Espirituais²⁴¹. Pelas resoluções finais que tomava durante esses dias, vê-se nitidamente o desenvolvimento da sua espiritualidade sacerdotal. Foi nos Exercícios Espirituais de 9 a 13 de Setembro de 1913, na Covilhã, que Patrocínio Dias, “pobre verme da terra” como se identificou, estabeleceu a sua “norma diária de vida”, com “trez momentos de oração, a saber: de manhan, de tarde e de noite”²⁴². Com maior ou menor cumprimento, “consequência do desleixo, de transigências e em summa da minha muita miséria”²⁴³, essa divisão do tempo seria renovada todos os anos nos Exercícios seguintes. De manhã fazia o oferecimento das obras do dia e meia hora de meditação (das 5.45 às 6.15), bem como um tempo de preparação e a acção de graças para a Missa; de tarde, fazia “1/4 hora de leitura espiritual”, o 1.º exame de consciência relativo à parte do dia passado e a recitação do Ofício que “tenha restado de manhan”; à noite, por fim, rezava o Terço, fazia o 2.º exame de consciência e escolhia o tema da meditação da manhã, evitando ocupar-se de “leituras frivolas, nomeadamente jornaes”²⁴⁴. Para além de renovar as promessas sacerdotais em todos os sábados do ano, sabe-se ainda, pelos mesmos apontamentos, que aquando da sua ordenação, fez a promessa de se confessar todas as semanas²⁴⁵. Juntamente com um retiro mensal, propunha-se trabalhar de modo especial as virtudes da “Presença de Deus”, da humildade (“tomo a resolução de nunca fallar de mim”) e da mortificação, sendo no período de 1914 a 1916, que acrescenta ainda a necessidade de “formar o espírito de recolhimento” e uma vida “cada vez mais oculta e mortificada”²⁴⁶. Também a completar mais a devoção que Patrocínio Dias tinha ao Coração de Jesus, confirmada pelo próprio muitas vezes, assumem particular relevo, os Exercícios Espirituais de 1915 realizados em Loyola, durante os quais escolheu definitivamente o seu lema de vida: “Alegre no Coração de Jesus, Generoso no

²⁴¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais. Nesta pasta conserva-se a lista detalhada dos locais e datas em que se realizaram os seus Exercícios Espirituais sendo que, a partir de 1934 até 1964, fazia entre 2 a 3 vezes por ano, uma das quais geralmente na casa do noviciado dos jesuítas em Portugal.

²⁴² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1913.

²⁴³ IDEM, – 1916.

²⁴⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1913; IDEM, – 1915.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1914; IDEM, – 1916.

Coração de Jesus, Varonil no Coração de Jesus. E tudo farei n'Elle, por Elle e para Elle”²⁴⁷.

Também nos Exercícios Espirituais em Ciudad Rodrigo, de 8 a 10 de Março do ano seguinte, depois de rever as anteriores resoluções, acrescentou:

“[...] Para corresponder à vontade de Deus tão claramente manifestada procurarei conhecer profundamente a Nosso Senhor Jesus Christo, dando-me ao estudo da Sua vida. Tanto mais O amarei, quanto melhor O conhecer. E ama-IO é a unica preocupação da minha vida. Sim ama-IO e faze-IO amar [...] Jesus que eu te seja fiel! Que eu corresponda a tão terna sollicitude! Á tua fina delicadeza. Vou retemperado para o trabalho a que me chama o teu amôr. Pronto, Jesus! Adsum!”²⁴⁸.

Digna de menção especial, é também a influência das aparições de Lourdes (1858) na sua espiritualidade mariana, das quais teve conhecimento mais concreto aquando da sua formatura em Coimbra²⁴⁹. Com o crescente desenvolvimento dessa devoção, Patrocínio Dias já como pároco de S. Vicente, acompanhava espiritualmente muitos dos que se dirigiam à capela de Nossa Senhora de Lourdes “das Senhoras Mendonças”, contactando assim com a viva piedade dos seus paroquianos por essa invocação²⁵⁰. Em 1910, Patrocínio Dias foi escolhido como “thesoureiro” da Comissão diocesana da Guarda, participando com o seu pai na Peregrinação Nacional a Nossa Senhora de Lourdes de 10 a 18 de Agosto²⁵¹.

Por fim, destaca-se a sua dedicação à Hierarquia, não só por lhe pertencer, mas também pelos diversos gestos, quase heróicos, que por ela pugnou. Em 21 de Maio de 1909

²⁴⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1915

²⁴⁸ IDEM, – 1916.

²⁴⁹ Coincide com a sua estada em Coimbra a edição do livro *O dogma da Imaculada Conceição e o milagre de Lourdes* (1905), cujo autor foi o Dr. Sousa Gomes (Cf. P. F. O. FONTES, “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in M. CLEMENTE / A. M. FERREIRA (Coord.), *História Religiosa de Portugal*, III vol., Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 151). Nesse mesmo ano (1905) data a chegada da imagem de Nossa Senhora de Lourdes à Guarda, destinada para o culto na Sé. No entanto, por motivo das obras que aí estavam a decorrer, foi entronizada pelo prelado na capela do Seminário Episcopal da Guarda (Cf. J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, 459; IDEM, *História da Diocese da Guarda*, 470).

²⁵⁰ C. A. R. ANJOS, “Apostolado Fecundo”, *Noticias de Beja*, Beja, XV/[Número especial no XIX aniversário da entrada de D. José do Patrocínio Dias na Diocese], 5 de Fevereiro de 1941, 5. Por volta de 1915, José do Patrocínio fez um sermão aos seus paroquianos narrando as aparições de Lourdes, com o título “Maria Imaculada” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 16) Livro de Sermões V).

²⁵¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 15) Peregrinação a Lourdes 1910. O AHDB conserva as listas das carruagens da diocese da Guarda feitas pelo Dr. Patrocínio com a distribuição dos passageiros. Somaram-se ao todo 514 peregrinos da Guarda. José do Patrocínio Dias e o pai foram na “3.ª carruagem da 2.ª classe” (Cf. *Ibidem*). Para mais detalhes dessa Peregrinação ver obra J. P. GOMES, *Caminhos de Lourdes seguidos de Portugal*, Paulinas, Lisboa, 2002, 153-157. A esse Santuário voltaria também em 1915 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1915, 111) e em 1918, na peregrinação militar.

inscreveu-se na *Liga de Santidade Sacerdotal*, uma associação de sacerdotes que, com o apoio dos jesuítas, se “ajudam mutuamente a conseguir a sua santidade e trabalham com todo o empenho na santificação de todos os sacerdotes”²⁵². Com a mesma intenção, Patrocínio Dias tomará também a resolução, nos Exercícios Espirituais de 1914, de “usar sobretudo d’uma grande doçura com os meus colegas no sacerdócio”²⁵³.

Contudo, todos esses gestos foram marcados por factos particulares, nomeadamente a perseguição do seu prelado, aquando da instauração da República. Ao estimular os fiéis contra a Lei da Separação e ao proibir os seus padres de receberem pensão do Estado, juntamente com a proclamação de direito à desobediência civil, Vieira de Matos tornou-se, para o regime, um dos mais odiados prelados do país, recebendo a 25 de Novembro de 1911 um decreto do Governo determinando o seu exílio por 2 anos²⁵⁴. Longe de se tornar passivo ao sofrimento do prelado, Patrocínio Dias e o clero da cidade da Guarda, escreveram-lhe uma carta tornada pública, na qual afirmaram estar “ao lado de V. Ex.^a Rev.^{ma} prontos a imitar-lhe o nobilíssimo exemplo” e honrando-se de serem súbditos “de quem tão corajosamente e tão cristãmente sabe defender os direitos sagrados”²⁵⁵. Voltaria novamente a expressar a sua indignação pelo desterro do prelado em Janeiro de 1912, ao assinar o “Protesto do Clero da Diocese da Guarda”²⁵⁶. Prova da sua proximidade com o bispo foi a carta que este lhe dirigiu do exílio, em 14 de Abril desse ano:

“Senhor Dr. Patrocínio. Chegaram já à Régua os mandados de captura contra mim d’ahi remetidos [...] espero que o Snr. Dr. Patrocínio faça com que o Snr. Juiz não me obrigue ir à Guarda, pois que isso será para mim um grande sacrificio, atento o estado da minha saude e finanças”²⁵⁷.

²⁵² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 24) Documentos diversos – “Liga de santidade sacerdotal com perpetuo culto de missas em honra do SS.^{mo} Coração de Jesus” (1909).

²⁵³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1914.

²⁵⁴ J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, 461-463.

²⁵⁵ J. A. S. CARVALHO, *Um Bispo para o nosso tempo*, 85-87.

²⁵⁶ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 93.

²⁵⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 19) Cartas do Bispo da Guarda (1908-1912), carta 2.

Apesar dos esforços de Patrocínio Dias, Vieira de Matos foi obrigado a comparecer em julgamento na Guarda por ofensas à Lei da Separação, regressando novamente para o exílio, que terminaria em 30 de Dezembro de 1913²⁵⁸. No entanto, em Novembro de 1914, uma nova perseguição ao prelado da Guarda culminou com a sua terceira prisão, por suspeita de participar na sedição monárquica ocorrida no mês anterior²⁵⁹. Transferido para a Guarda no dia seguinte, vindo da sua terra natal, ficou preso durante cinco dias no Governo Civil da Guarda e por deliberação do médico e pressão de alguns cidadãos, foi levado para o Hospital da Misericórdia²⁶⁰. Aí terá recebido a visita do Dr. Patrocínio Dias que, vendo-o apenas vestido de casaco, lhe terá dito “V. Ex.^a Rev.^{ma} não é qualquer preso vulgar à merce de gentalhada” devendo, por isso, revestir-se das vestes episcopais, ao que Vieira da Matos considerou²⁶¹. No dia 10 de Novembro de 1914, sob a tutela do administrador da Guarda, o bispo foi transferido para o Quartel do Carmo em Lisboa²⁶², acompanhado por Patrocínio Dias que “só não ficou prisioneiro com ele, porque os carcereiros não quiseram”²⁶³. Recebendo ainda na prisão a notícia da sua nomeação para arcebispo de Braga, D. Manuel Vieira de Matos não voltaria mais à Guarda²⁶⁴. Deixaria, no entanto, um clero edificado pelo seu exemplo, como sempre o demonstrou Patrocínio Dias²⁶⁵. Este, por sua vez, a 30 de Novembro de 1915, sendo do conhecimento de todos os méritos dos seus trabalhos e a sua

²⁵⁸ J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, 465.

²⁵⁹ M. J. A. FERREIRA, *Notas biográficas do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. Manoel Vieira de Mattos*, Tip. «Minerva», Fimalicão, 1927, 90-93. Para uma cronologia da vida de Vieira de Matos ver: J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, *THEOLOGICA*, 2.^a Série, 43, 2(2008) 451-468.

²⁶⁰ *Ibidem*, 465.

²⁶¹ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 91. O autor desta obra não apurou suficientemente a situação, pois estando o bispo detido na Misericórdia da Guarda, não poderia ter este facto ocorrido no Paço episcopal da Guarda, onde ele o situa.

²⁶² M. J. A. FERREIRA, *Notas biográficas do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. Manoel Vieira de Matos*, 92; J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, 466. Na sua agenda pessoal, Patrocínio Dias escreveu no dia 10 de Novembro: “Intenção do Snr. Arcebispo. N’este dia foi S. Ex.^a às 15 para Lisbôa preso” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1914, 143).

²⁶³ Esta afirmação deve-se a D. Manuel Mendes da Conceição Santos que recorda o facto em 1928 (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, I/28, 26 Jul. 1928, 1). Também em 1949, o jornal do Seminário de Beja revelou que, notando D. Manuel Vieira de Matos alguma tristeza pelo facto de ficar só e isolado na prisão, o Pe. Patrocínio Dias deu-lhe por “companheiro” um crucifixo. O arcebispo-bispo da Guarda lembrando anos depois este facto, dirá: “Preciosa lição me deu o padre mais novo da minha Diocese!” (Cf. *O Nosso Seminário*, II ser., I/8, Jan. 1949, 1).

²⁶⁴ J. P. GOMES, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, 466.

²⁶⁵ Aquando das bodas de prata episcopais de D. Manuel Vieira de Matos, em 1924, D. José recordará o seu anterior prelado cognominando-o de «Apóstolo intemerato», que “triunfou na dedicação de muitos que o amavam, dos que o iam compreendendo, triunfou no ódio dos que não podiam tolerá-lo. Acabou a sua acção na Diocese da Guarda, encerrado num cárcere! [...] Quem êste humilde testemunho escreve, quem vem prestar assim preito e homenagem ao venerando Arcebispo Primaz foi seu diocesano, pelas suas mãos recebeu o Santo Crisma; foi seu padre, das suas mãos alcançou os graus das ordens sacerdotais; é hoje seu indigno colega no episcopado, e foram ainda as suas mãos que o tornaram sucessor dos Apóstolos. Palavras de admiração são as minhas: não o são menos de gratidão; com elas saúdo essa grande figura de Prelado, que grande seria em qualquer parte do mundo” (Cf. *Acção Católica*, Braga, IX/11, Nov. 1924, 408-409).

dedicação à diocese, foi nomeado cónego capitular da Sé da Guarda, recebendo, a 7 de Dezembro, o barrete capitular pelas mãos do recém-chegado prelado D. José Alves Matoso²⁶⁶.

²⁶⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 18) Carta à Collação e Mandado de *Capienda possessione*, de um Canonicato da Sé Cathedral da Guarda a favor do reverendo presbytero José do Patrocínio Dias; *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, I/7 (1915) Dezembro, 118; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias...*, 108-109. D. José Alves Matoso (Pisão, Coja, 18.II. 1860 – Guarda, 1.II.1952) foi cónego, professor do Seminário e governador do bispado de Coimbra, sendo exilado da cidade em 1912 por incompatibilidade com os republicanos. Foi nomeado bispo da Guarda a 2 de Outubro de 1914 e entrou solenemente na diocese em 18 de Abril de 1915. Continuator da obra começada pelo seu antecessor, convocou um Sínodo em 1949. Deu principal atenção aos Seminários diocesanos, bem como à imprensa católica (Cf. F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 546-547).

CAPÍTULO II

O militar: “*Lado a lado vivi com os nossos soldados*”.

Quando em 28 de Julho de 1914 as principais potências europeias iniciavam um dos maiores conflitos bélicos da história, Portugal, embora marcado pela instabilidade do novo regime, teve de marcar a sua posição. Entre as muitas razões, destacava-se o desejo pela consolidação e legitimidade da República, o reconhecimento externo do país e a segurança das suas colónias garantidas pela aliança com a Inglaterra²⁶⁷. Esta, por sua vez, em Fevereiro de 1916, com o agravar de dificuldades em obter transportes marítimos, pediu a Portugal a requisição dos navios alemães recolhidos nos portos nacionais. O governo português, anuindo ao pedido, foi confrontado no mês seguinte, com a declaração de guerra por parte da Alemanha²⁶⁸. O exército português, ainda em fase de reorganização, desde 1911, e sem capacidades para enfrentar os modernos exércitos europeus, foi adestrado pelo então ministro da Guerra, Norton de Matos, que, durante aproximadamente nove meses, conseguiu preparar um corpo expedicionário²⁶⁹. Assim, nos começos de 1917, desembarcavam na Flandres os primeiros contingentes das tropas portuguesas²⁷⁰.

Entretanto, o Governo tinha ainda um problema entre mãos: logo desde o início da guerra, muitas foram as vozes que se levantaram em torno da assistência religiosa a prestar aos soldados que, partindo rumo ao desconhecido, longe da pátria e da família, se encontravam completamente desenquadrados²⁷¹. Movidas as forças católicas, não sem a

²⁶⁷ A. REIS, “A Primeira República”, in J. H. SARAIVA (Dir.), *História de Portugal*, vol. III, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, 525; G. SAMPAIO, “Religião, República e Guerra” *Agência Ecclesia* 1258 (2010) 54-56; J. SERRÃO, “A Conjuntura”, 709-710.

²⁶⁸ *Ibidem*, 713-714; G. SAMPAIO, “Religião, República e Guerra”, 56.

²⁶⁹ O general José Maria Mendes Norton de Matos (Ponte de Lima, 23.III.1867 – 1955) depois de ter sido governador geral de Angola (1912-1915) foi nomeado ministro da Guerra em 1915, cargo de que será afastado com o golpe militar de 5 de Dezembro de 1917. É conhecida a sua relação com a Maçonaria portuguesa, da qual foi ainda grão-mestre (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVIII, 906-908).

²⁷⁰ J. SERRÃO, “A Conjuntura”, 715.

²⁷¹ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Edições Colibri, Lisboa, 2010, 19: “Transcorreriam alguns meses de impaciência e de queixas até que o Governo se definisse. Pelo Decreto n.º 2869, de 30 de Novembro de 1916, anunciava-se que os generais [...] permitiriam que fosse facultada a assistência religiosa aos que assim o desejassem [...] Era apenas uma promessa muito vaga, uma vez que as condições dessa assistência seriam fixadas em regulamento especial”.

hostilidade dos grupos anticlericais, e apoiadas pela surpreendente simpatia de alguns republicanos, em 18 de Janeiro de 1917, o Ministério de Guerra promulgava o decreto-lei n.º 2942, permitindo a “assistência religiosa aos militares que a desejem”²⁷². Mesmo assim, o Decreto apresentava-se desrespeitoso para com os católicos portugueses, devido às imposições estabelecidas: os capelães podiam ser de outras religiões e equiparados à categoria de alferes, sem receberem qualquer vencimento pela sua acção, excepto os custos da alimentação, transportes e alojamento que o Estado assumiria²⁷³. A agravar mais essa resolução, conforme a reacção do cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo²⁷⁴, em carta ao Presidente da República, juntava-se o atraso do decreto, publicado apenas na véspera da saída do primeiro contingente para França e, desse modo, sem efeito imediato, por não haver ainda capelães militares preparados²⁷⁵. Aceitando as limitações da dita lei, a resposta católica não se fez esperar e, por meio de alguns jornais ou através de comissões diocesanas, foi aberta uma subscrição nacional, a fim de recolher fundos e géneros para subvencionar o envio dos capelães militares²⁷⁶. Em 7 de Fevereiro constituía-se a *Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha* (CCARC), presidida pelo Patriarca de Lisboa, com o objectivo de administrar os fundos recolhidos²⁷⁷. Seria essa mesma comissão encarregada de seleccionar apenas quinze dos mais de sessenta candidatos das dioceses portuguesas, cujo

²⁷² M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 17-18; A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, Edição do Autor, Lisboa, 1960, 14-15; G. SAMPAIO, “Religião, República e Guerra”, 58.

²⁷³ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 120; G. SAMPAIO, “Religião, República e Guerra”, 58.

²⁷⁴ D. António Mendes Belo (Gouveia, 18.VI.1842 – Lisboa, 5.VIII.1929), bispo do Algarve de 1885 a 1907, foi confirmado Patriarca de Lisboa em 20 de Dezembro desse ano. Tomou posse do Patriarcado em 29 de Janeiro de 1908 e foi preconizado cardeal no Consistório de 25 de Maio de 1915. Aquando da sua deslocação a Roma nesse ano para o conclave que elegera Bento XV, recebeu o barrete cardinalício e o título dos Santos Marcelino e Pedro em 4 de Setembro. Como presidente honorário da CCARC prestou serviços relevantes na organização do corpo de capelães militares, acompanhando-os de perto e garantindo-lhes o seu apoio e os recursos necessários (Cf. *Vida Catholica*, Lisboa, XIII/206, Agosto 1929, 455-469).

²⁷⁵ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 23-24. A autora salienta ainda que o descontentamento pelo decreto-lei n.º 2942 chegou ao Parlamento a 24 de Janeiro, onde um dos futuros capelães voluntários, Pe. Casimiro de Sá, manifestou ao ministro de Guerra o seu desagrado por esse documento, classificando como “uma burla, um escárnio e uma insídia” (Cf. *Ibidem*, 21).

²⁷⁶ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 123-126.

²⁷⁷ *Ibidem*, 124; G. SAMPAIO, “Religião, República e Guerra”, 59. O ministro de Guerra consultando o comandante do CEP sobre o número de candidatos a requerer para capelães, recebeu uma resposta do chefe do EM afirmando que seriam suficientes quinze (Cf. M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres...*, 40-41). Existe a possibilidade que a dita resposta tenha sido dada atendendo à lei sobre essa matéria no tempo da monarquia, ou seja, um capelão para cada três mil soldados. No entanto, esse antigo regulamento era para o tempo de paz e não de guerra (Cf. *A Guarda*, Guarda, XIII/557, 17 Mar. 1917, 3; *O Apóstolo*, Braga, III/29, Maio 1917, 314-315).

requerimento tinha dado entrada no Ministério da Guerra²⁷⁸. Esse direito de escolha, por si legítimo, foi motivo para os adversários da assistência religiosa, nomeadamente a *Associação do Registo Civil*, encetarem uma nova polémica: fazer valer que os padres suspensos pela hierarquia ou submissos ao Governo passassem a ter tanta licitude para serem admitidos ao serviço religioso no CEP, como qualquer outro sacerdote que gozasse da autorização eclesiástica²⁷⁹. Na verdade, o decreto-lei de 18 de Janeiro tinha o defeito de acolher todo e qualquer sacerdote, sem para isso requerer a licença episcopal ou outro documento religioso para o alistamento. Mendes Belo na carta dirigida ao Presidente da República, sublinhara:

“Senhor Presidente: Não basta que um padre catholico se apresente ás consciencias com a sua carta de ordenação, para ter o direito de ser bem recebido por ellas como puro e legitimo, o seu ministério sacerdotal; é preciso que esse padre, além das suas ordens, tenha a jurisdição de as exercer, dada pela auctoridade competente, que é o seu Bispo”²⁸⁰.

Contudo, sucederia algo contraditório: alguns antigos capelães militares, que continuavam a receber vencimento do Estado, mesmo estando a sua classe extinta, publicavam cartas na imprensa sustentando a sua não adesão, pela simples razão de não quererem ou de não gozarem de uma saúde robusta para servirem em campanha; outros afirmavam que, tendo-se candidatado, foram alvos de discriminação por causa da sua situação irregular, outorgando-se, no entanto, como os «mais legítimos» para esse serviço pelo facto de serem affectos ao Estado²⁸¹. Apesar de toda esta polémica, apenas um padre com uma situação irregular, dos ditos “pensionistas”, foi deferido, o Pe. Manuel José de Sousa, pároco de

²⁷⁸ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 47; *Vida Catholica*, Lisboa, II/38, 20 Mar. 1917, 439.

²⁷⁹ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres...*, 27.

²⁸⁰ *Vida Catholica*, Lisboa, II/35, 5 Fev. 1917, 339. Já antes, em Maio de 1916, este mesmo órgão oficial do Patriarcado tinha tornado público uma carta do Patriarca dirigida “ao primeiro magistrado da nação”, datada de 4 de Janeiro de 1915, onde lhe afirmava a necessidade de dar assistência religiosa aos soldados: “o soldado portuguez é catholico, Sr. Presidente!” (Cf. IDEM, I/18, 20 Maio 1916, 755-758). O mesmo voltou a suceder em Junho de 1916, com a publicação de outra carta de Mendes Belo ao Presidente da República pedindo-lhe o cumprimento da promessa dada no Parlamento a respeito dos capelães militares (Cf. IDEM, I/21, 5 Jul. 1916, 851-823).

²⁸¹ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 26-28. No seu Relatório Oficial como chefe dos capelães militares, Patrocínio Dias salientaria essa dicotomia: “[...] o Decreto n.º 2942 foi a brecha por onde, apesar de estreita, puderam fazer-se passar, malgré tout, os que intentavam servir a Pátria no exercício da sua missão sacerdotal, num momento em que tantos com decisivas vantagens se furtavam a esse dever” (Cf. *Apud* J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, Editora Folheto, Leiria, 2006, 20).

Gemeses, provando, deste modo, que a autoridade eclesiástica afinal não colocava tamanhas dificuldades ao alistamento de outros «tipos» de sacerdotes²⁸². Por sua vez, o Estado revelou-se intransigente quando alguns jesuítas portugueses pediram a sua incorporação na frente ocidental²⁸³. Caso singular e até público na imprensa, foi o do Pe. Luís Alves Correia, natural de Torres Novas, que estando exilado em Madrid, pediu, por intermédio do embaixador, que lhe fosse permitido “ser útil à pátria que estremeço”. Norton de Matos indeferiu o requerimento, acrescentando que “em consequência com as leis de outubro de 1910, não podia aceitar o oferecimento de jesuítas para o serviço de capelães militares”²⁸⁴. A crítica a esta decisão, por parte da imprensa católica, foi directa:

“Enquanto os Jesuítas se oferecem – e nisso não fazem mais do que seguir o exemplo dos franceses, que entraram em França para pegarem em armas pela Pátria – há capelães militares em Portugal que estando no exercício das suas ordens não se ofereceram [...] O Governo português é que não quis seguir o exemplo do Governo francês, que abriu fronteira aos exilados, quando o exército alemão invadiu a pátria. Preferiu manter uma lei de expulsão e impedir que cidadãos portugueses, como os que melhor o são, cumprissem o seu dever”²⁸⁵.

²⁸² M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 50-52. A autora afirma que o arcebispo de Braga não desconhecia a situação irregular do sacerdote e, aproveitando o seu desejo de se alistar, terá conseguido ver-se livre dessa incomodidade, pois o referido Pe. Sousa tinha-se incompatibilizado com os colegas por ser pensionista e ainda tinha pendente um processo na cúria contra si. Pela sua condição, a CCARC deliberou que esse sacerdote não fosse abonado de vencimento como os restantes, visto que recebia a pensão estatal de 600\$000 anuais (Cf. *Ibidem*, 51). Por “padre pensionista” entende-se o sacerdote que aceitou os termos da Lei da Separação no que diz respeito a um subsídio que lhes era atribuído pelo Estado (Cf. F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes, Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Paulus Editora, Lisboa, 2010, 275-277).

²⁸³ Observando o *Mensageiro do Coração de Jesus*, ou a sua «capa» *O Apóstolo*, nomeadamente desde 1916, é notável o empenho que teve a Companhia de Jesus em favor da assistência religiosa aos soldados portugueses, ora por meio da intenção geral do Apostolado da Oração com temas relativos à guerra (p. ex.: “Os soldados – Intenção Geral para Março”), ora descrevendo na secção “Chronica dos factos relativos ao acompanhamento religioso que as outras nações davam aos seus soldados (Cf. *O Apóstolo*, Braga, II/14, Fev. 1916, 65ss; IDEM, II/15, Mar. 1916, 129ss; IDEM, II/19, Jul. 1916, 439-444; IDEM, II/21, Setembro 1916, 567-570). Na crónica de Outubro de 1916 é narrado a reinstauração do «toque das Trindades» a bordo do Adamastor (as tropas portuguesas estavam em África), por ordem do comandante Freitas Ribeiro que terá afirmado: “A republica aboliu o toque das Trindades: eu, porem, vou mandal-o executar” (Cf. IDEM, II/22, 634-635).

²⁸⁴ *O Apóstolo*, Braga, III/31, Julho 1917, 442-443.

²⁸⁵ *A Capital*, Apud APPCJ-Lx, Informações dadas pelo arquivista a respeito do Pe. Luís Alves Correia. A autorização que Estado Francês concedeu aos jesuítas para regressarem à pátria foi noticiada no (*O Apóstolo* (II/18, Jun. 1916, 375-377)). O número de adesões é impressionante, como se confirma na distribuição da “linha da frente”, onde se destacaram 329 jesuítas, 141 dos quais foram distinguidos com condecorações francesas (Cf. *Ibidem*). Patrocínio Dias viria a conseguir algo de extraordinário: a condecoração, por parte do Estado Português, com o grau de oficial da Ordem de Cristo, do jesuíta Constant Tribut (1880-1949), em 26 de Abril de 1919. Conhecendo-o primeiramente por correspondência, devido as publicações do Livro de «Orações do Soldado Catholico», esteve com este sacerdote em Londres a 2 de Fevereiro de 1919. A sua acção junto dos soldados, nomeadamente no 1.º e 2.º grupos do Corpo de Artilharia Pesada e o Corpo de Artilharia Pesada Independente, deu-se, durante um ano, nas localidades de Roffey Camp (perto de Horsham), Hazeley Down Camp (perto de Winchester) e Lydd (Cf. C. TRIBUT, *Um anno com os soldados portugueses*, 4 de Abril de 1920, 1; 11; 16; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Propostas (29.III.1919)).

Juntado a estes obstáculos, surgiram também vários entraves aos processos de candidatura, alguns dos quais extraviados intencionalmente, tornando mais demorada a partida dos capelães militares, de acordo com o número autorizado²⁸⁶. É de salientar ainda que, com tudo isto, ocorreram também algumas falhas na selecção dos capelães por parte da CCARC, sobretudo na atenção que deveria ter sido dada às suas condições físicas e psíquicas; mais tarde, demonstrou-se a incapacidade da permanência de alguns capelães militares em campanha por falta de saúde²⁸⁷.

Finalmente, em 23 de Fevereiro de 1917, partiram os primeiros dois capelães militares para a Flandres, o cónego Álvaro Augusto dos Santos e o Pe. Avelino de Figueiredo, munidos de todas as “faculdades e declarações” concedidas pela Santa Sé para o livre exercício do seu ministério durante a guerra²⁸⁸. Começava assim a desnublarse a militância persecutória e intolerável para com a Igreja Católica em Portugal, iniciada com a Lei da Separação, e abria-se um horizonte de reconciliação entre o Estado e a Igreja²⁸⁹.

2.1 Chefe dos capelães militares do CEP na Flandres (1917-1918).

Aquando da declaração de guerra, o cónego Patrocínio Dias estava a realizar um “Triduo para renovamento de propóstios” em Ciudad Rodrigo, onde tinha chegado no dia anterior, Quarta-feira de Cinzas²⁹⁰. A razão desses Exercícios Espirituais é declarada nas resoluções finais: “Bem hajas [Jesus] pelo doce mimo com que foste cortar a aridez exgotante dos ultimos meses”²⁹¹. O seu desejo, novamente repetido, de procurar “uma vida cada vez

²⁸⁶ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 47.

²⁸⁷ *Ibidem*, 86. Só em Outubro de 1917, quando já se encontravam em França dezassete capelães militares, é que a Comissão Central definiu a necessidade de submeter os futuros candidatos a uma inspecção médica (Cf. *Ibidem*).

²⁸⁸ *Vida Catholica*, Lisboa, I/23, 5 Ago. 1916, 938-941; IDEM, II/35, 5 Fev. 1917, 340.

²⁸⁹ O próprio auditor da Nunciatura Apostólica de Lisboa, Mgr. Benito Aloisi Masella, compilou numas “Istruzioni – Portogalo. Condizioni politico-religiose” enviadas para a Secretaria de Estado do Vaticano, a informação de que a entrada de Portugal na I Guerra gerou, pouco a pouco, um “rallentamento” na perseguição à Igreja, comprovado pela autorização, se bem que tardia, da assistência religiosa aos soldados (Cf. A. B. M. SILVA, “Os católicos e a «República Nova» (1917-1918)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 8/9 (1996-1997) 411).

²⁹⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1916, 115.

²⁹¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1916.

mais oculta e mortificada”, apesar dos trabalhos pastorais e do acompanhamento que prestou ao seu amigo Dr. Mendes Santos, quando este foi elevado à cátedra de Portalegre, revelam que Patrocínio Dias estava ainda longe daquela resolução assumida no final de 1916²⁹². O mesmo se atesta pela sua cédula de inspeção militar, datada de 20 de Julho desse ano, em obediência ao decreto do Ministério de Guerra n.º 2406, na qual foi declarado como “isento definitivamente” do recrutamento militar²⁹³.

No entanto, é natural que Patrocínio Dias não vivesse alheio ao debate já iniciado em torno da assistência religiosa aos soldados portugueses, nomeadamente por meio da publicidade dada, pela imprensa católica, às cartas do Patriarca de Lisboa para o Presidente da República, em Maio e Junho de 1916²⁹⁴. Certamente, o facto de voltar a fazer Exercícios Espirituais em Ciudad Rodrigo, de 29 de Agosto a 7 de Setembro, terá contribuído para o seu discernimento, ao ver e ouvir o entusiasmo dos jesuítas, exilados da pátria, a respeito dessa questão²⁹⁵.

Na diocese da Guarda, o empenho pela assistência religiosa fez-se sentir graças ao recém-chegado prelado, D. José Alves Matoso. Quando em 4 de Janeiro de 1915, o Patriarca de Lisboa, antevendo a entrada de Portugal na guerra, enviou uma carta ao Presidente da República, Manuel de Arriaga, chamando-lhe a atenção para esse problema, o ainda governador do bispado de Coimbra e bispo eleito da Guarda manifestou o seu apoio, enviando também um telegrama ao Chefe da Nação²⁹⁶. Em Outubro de 1916, quase ano e meio depois da sua entrada Solene e a exemplo doutros prelados do país, mandou publicar no *Boletim da*

²⁹² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1916. O Dr. Mendes Santos foi nomeado bispo de Portalegre em 9 de Dezembro de 1915 e sagrado a 3 de Maio de 1916. O cônego Patrocínio Dias participou na entrada Solene de D. Manuel Mendes em Portalegre a 7 do mesmo mês, como representante do Cabido egitanense (Cf. J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 161). No dia seguinte ainda celebrou na “capela particular do Snr. Bispo” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1916, 146).

²⁹³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 27) Cédula de Inspeção Militar (21-VII-1916). O referido decreto, publicado em 24 de Maio de 1916, ordenava aos outrora “recenseados mas não inspeccionados” e aos “menores de 45 anos de idade” a obrigatoriedade da sua apresentação numa junta de revisão militar para os efeitos de recrutamento distrital (Cf. *Diário do Governo*, I Ser./102, 24 de Maio de 1916, 487-489).

²⁹⁴ *Vida Catholica*, Lisboa, I/18, 20 Maio 1916, 755-758; IDEM, I/21, 5 Jul. 1916, 851-823.

²⁹⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, Agenda Eclesiástica de 1916, 242-251.

²⁹⁶ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 7-8. D. José Alves Matoso foi governador do bispado de Coimbra de 1911 a 1915, por renúncia do bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina. Sendo nomeado bispo da Guarda em Outubro de 1914, governou ainda a diocese de Coimbra até à entrada do novo bispo, D. Manuel Luís Coelho da Silva, a 15 de Abril de 1915. Por sua vez, tomaria posse da diocese da Guarda em 14 de Abril desse ano, entrando solenemente a 18 de Abril (Cf. F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 526; 546-547).

Diocese da Guarda as “faculdades e declarações para os sacerdotes que andam na guerra”²⁹⁷.

No mês seguinte, pelo decreto n.º 2869, o governo português prometia a assistência religiosa aos soldados portugueses que se encontravam no *front*²⁹⁸.

Em 25 de Janeiro de 1917, após a publicação do decreto-lei regulando a assistência religiosa, D. José Alves Matoso descreveu aos diocesanos os contornos da questão:

“Forçado pela opinião publica nacional e pelo nobre exemplo das outras nações belligerantes, o Governo publicou á ultima hora, tardiamente, um decreto em que regulamenta a assistencia religiosa aos nossos militares em campanha. Este decreto, porém, não satisfez as aspirações da consciencia catholica. Notam-se nelle faltas e imperfeições que nenhum espirito imparcial poderá deixar de reconhecer e deplorar [...] Não attendendo cabalmente o Governo esta justissima reclamação [o officio do Patriarca] as lacunas e deficiencias do Decreto de 18 de janeiro corrente deverão ser suppridas pela generosidade e dedicação de todos os que neste paiz teem a dita de possuir a fé catholica, qualquer que seja o seu estado, classe e condição”²⁹⁹.

No mesmo documento, para além de publicar a carta do Patriarca de 18 de Janeiro, estimulou ainda à criação de comissões paroquiais – a serem submetidas à comissão diocesana por si nomeada – para a angariação de fundos e donativos, a fim de garantir aos capelães militares um subsídio ou ordenado suficiente para as suas despesas pessoais e necessidades das suas famílias, bem como para a compra das alfaias essenciais ao culto³⁰⁰.

Terá sido diante de tudo isto, que José do Patrocínio Dias começou a pensar na sua utilidade à Igreja e à Pátria. Aquele “indecoroso Decreto” despertou-lhe um misto de mal-estar e indignação, que fez surgir nele a coragem de uma resposta mais generosa³⁰¹. Fugindo

²⁹⁷ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, II/5, Outubro de 1916, 84-86.

²⁹⁸ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 19.

²⁹⁹ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, II/9, Fevereiro de 1917, 142-143.

³⁰⁰ *Ibidem*, 143-144.

³⁰¹ Ao regressar da Guerra confessará, numa alocução militar, o sentimento que experimentou por essa altura: “Padres, Padres, reclamava-se do campo de batalha e quanto mais cruel e accessa se manifestava a lucta maior era a sede de sobrenatural. Comprehendiam-no os governos; instavam os chefes e supplicavam os soldados. [...] Houve um momento em que tremi deante da expectativa de faltarem aos soldados portugueses o alimento espiritual da fé, de que são portadores os sacerdotes. Os horizontes enegrecidos que se divisavam, chegaram a justificar as apprehensões. Pela primeira vez na historia portuguesa iria separar-se a Cruz da Espada [...] Bello foi o movimento nacional de protesto: o povo pediu que padres, os mensageiros de Deus, acompanhassem os seus filhos. Não se desmentiu o passado: a Cruz de Christo acompanhou a phalange portuguesa” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 17) Ultimo Livro de Sermões (1919-1923)). Segundo J. G. SERPA, esta decisão terá sido tomada quando Patrocínio Dias estava no Fundão, fazendo Exercícios Espirituais aos seminaristas (Cf. *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 127).

de “toda a espécie de exhibicionismos” e guardando “o mais absoluto segredo” da sua resolução, começou imediatamente a tratar dos documentos necessários; quando se tornou pública a sua ida, muitos nem queriam acreditar³⁰². O seu amigo e bispo de Portalegre dirá:

“Quando um brado lúgrebe anunciou ao país que íamos entrar na carnificina que ensanguentava meio mundo, e a mocidade portuguesa arrancada aos lares começou a marchar para a guerra, o Dr. José do Patrocínio Dias foi dos primeiros sacerdotes a oferecer-se generosamente para partir também e dividir com os valentes serranos as agruras das trincheiras e as inclemências da campanha”; “Por isso eu não me admirei quando soube que ele se oferecera para acompanhar ao campo de batalha os nossos soldados que iam lutar e morrer. Era um pôsto de sacrifício, e tanto bastava para o tentar”³⁰³.

Pela data da certidão de nascimento anexa ao seu processo para capelão militar, sabe-se que a 27 de Janeiro de 1917, precisamente dois dias depois da Pastoral do seu prelado sobre a assistência religiosa, o jovem cônego da Sé da Guarda iniciava a sua candidatura para o serviço religioso do CEP³⁰⁴. No entanto, foi a 1 de Fevereiro, “aniversário da minha solemne entrada para Filho de Maria em S. Fiel”, que José do Patrocínio apontou no seu diário os movimentos interiores que dão por finalizado o seu discernimento: “entreguei-me todo a Nosso Senhor”, “fiz um acto de abnegação” e “offereci-me para acompanhar as tropas”, nomeando, em seguida, as razões dessa decisão:

“Motivos: 1º. Necessidade de reparar com um grande sacrifício ou até com a minha vida as desordens dos anos que têm decorrido longe de Nosso Senhor. 2º. Exercício de abnegação e correspondência à vontade do meu Senhor. Fez-me ouvir a sua voz – que fazer? 3º. A salvação de tantas almas que é preciso encaminhar para o céu. Meu Deus aceita a pobre oferta – Meu Deus sou todo e só e para sempre teu!”³⁰⁵.

³⁰² *A Guarda*, Guarda, XIII/557, 17 Mar. 1917, 1.

³⁰³ *Noticias de Beja*, Beja, V/258, 30 Dez. 1932, 1; *Ibidem*, I/28, 26 Jul. 1928, 1. Provavelmente a acção pastoral de D. Manuel Mendes da Conceição Santos em Portalegre terá influenciado o cônego Patrocínio, pois em Janeiro de 1917 expediu uma Pastoral sobre a assistência religiosa, pela qual criou uma comissão diocesana de recolha de fundos (Cf. *Boletim da Diocese de Portalegre*, Portalegre, I/8, Fevereiro de 1917, 135-138). Em Junho de 1917, um suplemento do *Boletim da Diocese de Portalegre* fazia a relação detalhada da referida subscrição (Cf. *Ibidem*, I/12, Junho de 1917 – suplemento ao n.º 12).

³⁰⁴ PT/ARQUIVO HISTORICO MILITAR/D1/35/CX 1243 – Caixa com o arquivo da Assistência Religiosa.

³⁰⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 27) Recorte do Diário – 1 de Fevereiro de 1917.

Nesse mesmo dia, D. José Alves Matoso deferiu, “com muitos louvôres”³⁰⁶, o seu pedido para “oferecer ao Governo os serviços do seu ministério”, embora acrescenta que o cônego Patrocínio “faça grande falta nesta diocese, onde presta tão bons serviços”³⁰⁷. No dia seguinte, 2 de Fevereiro, Patrocínio Dias, entregando toda a documentação recolhida, requereu ao ministro da Guerra a sua admissão “na classe dos capellães militares”, dispondo-se a uma nova inspecção se fosse necessário³⁰⁸. De facto, teve ainda de submeter-se a uma “inspecção rigorosa”, durante a qual os inspeccionadores hesitaram em apurá-lo para França devido ao seu claudicar, consequência da fractura da perna esquerda em 1909. A originalidade da resposta de Patrocínio Dias aos oficiais valeu-lhe como aprovação: “não compreendo a vossa hesitação. Se uma bengala tudo remedeia, para quê estar tão indecisos?”³⁰⁹.

No dia 5 de Fevereiro o comandante da 2.^a Divisão do Exército, com sede em Viseu, enviou ao chefe de Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra o requerimento do Pe. Patrocínio, que foi deferido a 12 de Fevereiro³¹⁰. Dias depois, recebeu um ofício com o despacho positivo e, querendo saber quando partiria para Flandres, deslocou-se a Lisboa. Acompanhado por Tomás de Gambôa, foi ao Ministério da Guerra e, ao ter procurado o seu requerimento pelas diversas repartições, foi informado que o seu processo tinha desaparecido. Não se comedindo, começou em alta voz a manifestar o seu desagrado pelo sucedido diante do gabinete do ministro Norton de Matos. Esse, querendo saber o que se passava, recebeu-o e escutou dele as palavras mais tarde registadas por Tomás:

“Sr. Ministro. No momento em que morrem serranos em França, lamentados por Padres franceses e ingleses, por não haver em Portugal sacerdotes que como eles se imolem nos

³⁰⁶ PT/AHM/D1/35/CX 1243 - Caixa com o arquivo da Assistência Religiosa.

³⁰⁷ IDEM.

³⁰⁸ IDEM. Como se confirma no Arquivo Militar, a narrativa cronológica que J. G. SERPA faz da decisão de Patrocínio Dias é um pouco diferente, talvez porque a terá recebido por transmissão oral, compondo depois os factos com alguma criatividade (Cf. *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 127-128).

³⁰⁹ *Ibidem*, 131-132.

³¹⁰ PT/AHM/D1/35/CX 1243 - Caixa com o arquivo da Assistência Religiosa.

campos de batalha, espondendo [sic] a sua vida mortal pela vida imortal dos seus irmãos, parece-me que não sou eu que sou impertinente em querer partir, mas os que me querem fazer ficar”³¹¹.

Perguntando-lhe o ministro quando queria partir, Patrocínio Dias respondeu num “já” decisivo e esclarecedor que acabou por finalizar a sua situação³¹².

Entretanto, a CCARC tratava da escolha de um capelão, entre os já autorizados, que superintendesse e orientasse a assistência religiosa em campanha³¹³. Um dos capelães militares portugueses já no *front*, afirma que, logo após a imprensa ter divulgado o requerimento de Patrocínio Dias para capelão militar, fora questionado pelo Patriarca de Lisboa a seu respeito; acabou por responder: “Conheço-o. É bom”³¹⁴. Naturalmente que a escolha de um padre para esta missão passava por uma análise do seu historial e, sendo a questão da assistência religiosa algo de tão delicado, importava que o escolhido não fosse nem adversário directo do Estado, nem desconsiderado pela autoridade eclesiástica³¹⁵. O caso do cônego da Sé da Guarda era certamente o mais singular e equilibrado de todos até então, pois, tal como seria sublinhado mais tarde, foram os “seus trabalhos anteriores que o recommendam para o cargo de capelão-chefe”, bem como o apoio de “alguns Venerandos Prelados” e “por não poucos outros catholicos”³¹⁶. Assim sendo, na sessão de 8 de Março de 1917, a Comissão Central nomeava o Dr. Patrocínio Dias, “sacerdote muito virtuoso, ilustrado

³¹¹ *Novidades*, Lisboa, (XXXIX)I/(8564)113, 9 Abr. 1924, 1; IDEM, LX/16384, 3 Jun. 1946; *Noticias de Beja*, Beja, V/258, 30 Dez. 1932, 2; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 129.

³¹² Aproveitando a sua ida ao Ministério, o Dr. Patrocínio ficou também responsável por saber o resultado do processo do Pe. Luís Lopes de Melo (Moimenta da Beira, 18.II.1885 - Coimbra, 24.X.1951), pároco da Sé Velha de Coimbra. Não se descobrindo o registo do seu requerimento e tendo-se concluído que não tinha dado entrada no Ministério – “o seu nome não aparece em coisa nenhuma” – Patrocínio Dias escreveu-lhe dizendo para vir a Lisboa, pois “é preciso importunar esta gente”, afirmando-lhe para não sair do Ministério enquanto não lhe for dada a nota de apresentação para o Quartel-General e convencendo-o que se “só à força nos deixam sair [...] empreguem a força”. O Pe. Melo tornar-se-ia no capelão mais próximo e fiel amigo de Patrocínio Dias (Cf. M. A. TRINDADE, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Casa do Castelo-Editora, Coimbra, 1958, 112-113).

³¹³ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 41.

³¹⁴ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 64. O Pe. Avelino de Figueiredo foi um dos capelães mais críticos a respeito da acção de Patrocínio Dias. Na sua obra citada, apesar dos muitos testemunhos sobre o serviço religioso em campanha, nota-se que, tanto ele como o capelão Álvaro dos Santos, nunca aceitaram a nomeação do capelão-chefe. O primeiro, porque Patrocínio embora lhe pedisse conselhos para a organização da assistência religiosa, era depois independente no acto de decidir; o outro, porque desde o princípio instou que deveria ser o chefe dos capelães (Cf. *Ibidem*).

³¹⁵ O Pe. Avelino de Figueiredo é um dos exemplos disso, como ele próprio afirmou ao Patriarca: “Todos menos eu. Lembro a Vossa Excelência que a minha nomeação pode prejudicar a causa católica: eu sou um monárquico-conspirador com 3 anos de prisão” (Cf. *Ibidem*, 21-22; 63).

³¹⁶ *A Guarda*, Guarda, XVII/746, 11 Jun. 1921, 2. Segundo informações dadas pela família, Patrocínio Dias terá conhecido o Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, quando acompanhou D. Manuel Vieira de Matos até à prisão em Lisboa em 1914.

e zeloso”, como chefe dos capelães militares³¹⁷. Despedindo-se da família, dos amigos e do seu prelado, recebeu em Lisboa o “bilhete de identidade católica”³¹⁸ a 14 de Março, embarcando para Flandres nesse mesmo dia, no navio *Pedro Nunes* com o Batalhão de Infantaria n.º 15³¹⁹. Rapidamente, porém, a dor da saudade e a ansiedade de chegar ao destino, seriam substituídos pela visão da nova realidade. Um pouco mais tarde, comentará:

“Podeis avaliar o que é a partida d’uma expedição p.^a a guerra – a anciosa saudade dos q. partem e as lagrimas dos que ficam, a espada que corta os affectos mais queridos, dilacera as almas. Milhares de homens que partem, bastam para que um manto de tristeza ensombre um pais. Mas o que não é fácil de avaliar, poq. graças a Deus, esse tremendo espectáculo não esteve sob os vossos olhares, é o horror de cidades, villas e aldeias sulcadas pela guérria – uma população em debandada, famílias divididas, mortos com corpos rescaldados, feridos soluçantes, fugitivos, prisioneiros... o que eu vi!”³²⁰.

a) Adaptação ao ambiente militar.

Quando o Pe. José do Patrocínio Dias chegou ao Quartel-General do CEP, instalado em Ayre sur la Lys, a 23 de Março³²¹, os primeiros capelães militares portugueses já tinham organizado parte do serviço religioso, devido ao número considerável de soldados

³¹⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 29) Nomeação para Chefe dos Capelães Militares.

³¹⁸ Trata-se de um cartão que identifica o sacerdote, garantindo que tem poder para, em qualquer lugar, exercer as Sagradas Ordens de acordo com as faculdades próprias do tempo de guerra (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 30) Cópia do Bilhete de Identidade canónica em Campanha).

³¹⁹ *A Guarda*, Guarda, XIII/557, 17 Mar. 1917, 1. Este jornal apresenta um relato emocionante da despedida de Patrocínio Dias, mostrando ainda uma continuada perplexidade diante da sua decisão: “Era tão rebelde a ideia de nos vermos privados da sua companhia, que o espirito e o coração repeliam absolutamente a ideia de ausência e de separação [...] Nem a família que elle amava desveladamente, nem os seus amigos que o rodeavam e que junto d'elle vertiam lagrimas saudosas, conseguiram desvia-lo do seu intento. O seu semblante conservava-se sempre risonho e sereno, não porque lhe fossem indifferentes todas estas manifestações, mas pela aspiração que tinha de praticar a virtude em mais alto grau [...] Com que generosidade elle soube sacrificar tudo, resistir a todos os motivos humanos [...] Nós, cá ficamos vertendo lagrimas de saudade que só terão fim com o seu regresso” (Cf. *Ibidem*). Através da correspondência de Patrocínio Dias com a futura madre Maria do Divino Coração, no século Beatriz Gambôa, irmã de Tomás Gambôa, sabe-se que a viagem para Lisboa, a fim de embarcar para França, foi no dia 13 de Março de 1917 (Cf. ARQUIVO DA CONG. OBLATAS DO DIVINO CORAÇÃO (ACODC), Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz B. de Melo Gambôa* (1917-1963), carta 15).

³²⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 1) Sermão sobre S. Ana, Lisboa, Julho de 1921.

³²¹ PT/AHM/DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias.

hospitalizados e ao exemplo que colhiam dos capelães ingleses³²². A sua integração não fora talvez como desejasse: por um lado, os dois capelães, anteriormente de volta do processo de quem seria o seu chefe, não foram capazes de o auxiliar nas burocracias anexas à sua chegada; por outro lado, os oficiais responsáveis pelo comando do CEP manifestavam-se insensíveis e intolerantes com a presença dos sacerdotes em campanha³²³.

Desde a sua chegada, os dois capelães aí estabelecidos tornaram-se para Patrocínio Dias na sua primeira «frente», nomeadamente o Pe. Avelino de Figueiredo, “chefe efémero e de horas”, que só depois da publicação errónea de uma *Ordem de Serviço* (OS), lhe lembrou a necessidade de apresentar ao general-comandante o ofício do cardeal Patriarca com a sua nomeação, a fim de ser provido no cargo³²⁴. A referida publicação, segundo Avelino, terá deixado “furioso” Patrocínio Dias e, sendo a “sua inclinação, mais era para obedecer, que para mandar”³²⁵, como testemunhará outro capelão, provavelmente pensou, observando o ambiente de hostilidade à presença dos sacerdotes, que essa desorganização inicial seria propositada para atrapalhar a assistência religiosa³²⁶. Ele próprio, ao mencionar a sua nomeação no relatório oficial, não fez qualquer referência à dita confusão, afirmando que, após ter lido o

³²² M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 54. Foi Avelino de Figueiredo que ficou com a responsabilidade da organização inicial antes da chegada do chefe, conforme afirmou em carta ao Patriarca: “Enquanto este [Patrocínio Dias] não chegou, procurei, a pedido do meu colega, dar a maior expansão possível aos nossos serviços. Pouco pude fazer, apesar da minha boa-vontade [...] Alguma coisa fizemos: confessámos, pregámos e desbravámos o pior terreno” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 78; 121).

³²³ Patrocínio Dias terá desembarcado em França a 15 de Março, chegando ao Quartel-General do CEP no dia seguinte. Avelino de Figueiredo recebeu no dia 15 uma carta do Patriarca de Lisboa com a seguinte informação: “Amanhã, 16, irá o Rev.º Dr. Patrocínio Dias, Cónego Capitular da Diocese da Guarda e Professor no Seminário; é um sacerdote digníssimo, muito ilustrado, muito piedoso e zelosíssimo no cumprimento dos seus deveres. Há-de ser um companheiro dedicado e sempre pronto a auxiliar a todos com o seu conselho e prudência” (Cf. *Ibidem*, 84).

³²⁴ *Ibidem*, 65. A CCARC tinha declarado em sessão de 15 de Março de 1917, que o indigitado chefe dos capelães levaria consigo uma carta para entregar ao comandante do CEP a fim de prover à sua nomeação (Cf. M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres...*, 41). Assim sendo, é natural que Patrocínio Dias, ao ter embarcado no dia anterior, não tivesse sido informado antecipadamente desta deliberação, aliás já conhecida por Avelino de Figueiredo antes da chegada do chefe (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 63). Avelino de Figueiredo em carta ao Patriarca de Lisboa, de 25 de Maio, relata este “incidente que o apoquentou, por temer que não se resolvesse como V. Eminência desejaria” e depois de narrar as diligências que tomou, afirmou ter feito tudo para “fazer saber a vontade de V. Eminência” ficando assim “provado a V. Eminência quanto sei obedecer-lhe”. No entanto, deixa transparecer o seu incómodo por lhe não ter sido entregue o cargo, quando desculpa o erro da OS nos seguintes termos: “A nomeação tinha apenas obedecido à disciplina militar de nomear o mais antigo, ou seja o primeiro capelão militar, que é o mais categorizado [...] Alguns oficiais, que me julgavam, talvez sem razão, muito mais capaz de me desempenhar da missão difícil de organizar o serviço religioso em campanha que o nosso colega Dr. Patrocínio e de saber melhor tratar com os oficiais, não queriam que desistisse. Porém, insisti, e tudo ficou liquidado” (Cf. *Ibidem*, 122-123).

³²⁵ C. A. R. ANJOS, “Apostolado Fecundo”, 5.

³²⁶ O facto de ter sido o próprio Pe. Avelino a ditar a nova ordem, diante de Patrocínio Dias no Quartel-General, conforme narra na sua obra, revela que este não ficou tão importunado como o autor afirma. Aliás, querendo colocar o capelão Álvaro dos Santos noutra missão, Avelino de Figueiredo diz que: “Insisti, e fez-se a distribuição dos capelães como indiquei” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 66).

documento do Patriarca diante do general Tamagnini, em 26 de Março, recebeu dele a atribuição da respectiva missão, ficando adido ao Quartel-General³²⁷. O único pormenor a que Patrocínio aludiu foi o atraso da publicação da sua nomeação na OS do CEP, quase um mês depois, a 15 de Abril de 1917³²⁸. Relativamente a este encontro, é ainda de sublinhar que o comandante do CEP recebera Patrocínio Dias “em tom desprovido de amenidade”, afirmando-lhe que seria severo com os padres que fizessem propaganda e exigindo-lhe que recomendasse aos seus colegas o exercício do ministério apenas quando fosse pedido³²⁹. Assim sendo, dias depois, o capelão-chefe e os outros dois capelães, para salvaguardarem a assistência religiosa, resolveram não transmitir informações da sua missão, fosse a quem fosse, inclusive para a Comissão Central³³⁰. Na verdade, aquele ambiente estava pronto a ser inflexível diante de qualquer erro da parte dos capelães. Apesar de todos os cuidados, não tardou a que o Pe. Avelino de Figueiredo fosse mandado apresentar-se no QG em Requettoir, onde o chefe do Estado-Maior, lhe apresentou duas cartas suas, uma das quais dirigida ao arcebispo de Mitilene e presidente efectivo da CCARC, na qual lhe dizia que já tinha distribuído entre os soldados “200 bentinhas”; e outra dirigida ao capelão-chefe, indicando no envelope o local do destino³³¹. Como tal, por não ter respeitado o Regulamento de Censura do CEP, Avelino de Figueiredo teve de submeter-se, embora injustamente pois muitos dos

³²⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistência Religiosa, a) Adaptação ao meio militar. O general Fernando Tamagnini de Abreu (Tomar, 13.V.1856 - Lisboa, 24.XI.1924) após uma brilhante carreira militar, foi nomeado comandante da Divisão de Instrução obilizada em Tancos e depois comandante do CEP. As suas qualidades de chefe e organizador foram largamente apreciadas pelos críticos militares de quase todas as Nações Aliadas (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXX, 611). Para mais desenvolvimentos ver obra de: I. P. MARQUES, *Memórias do General 1915-1919 – “Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini*, Fundação Mariana Seixas, Viseu, 2004.

³²⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Apêndices, a) Documentos, Doc. N.º 4.

³²⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, I-A Legislação da Assistência Religiosa, A) Decretos e intervenções do poder central. Segundo o tenente-coronel Abreu Campo, num dos prefácios à obra de J. G. SERPA, o oficial terá dito ao vê-los: “Mas o que é que os senhores cá vêm fazer?”. Patrocínio terá sido directo na resposta: “[vimos] assistir os nossos soldados na sua vida espiritual, cuidar-lhes da alma” (Cf. *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 9). Na verdade, o general Tamagnini tinha recebido, por essa altura, um telegrama do ministro da Guerra alertando-o de que a propaganda religiosa estava proibida sob pena de repatriação. Esse «aviso» do Ministério deu-se após ter chegado ao Parlamento, por meio da imprensa, a informação de que os capelães Avelino e Álvaro dos Santos tinham colocado na porta da igreja de Ayre sur la Lys os horários das celebrações para os soldados (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, I-A Legislação da Assistência Religiosa, A) Decretos e intervenções do poder central).

³³⁰ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 85.

³³¹ *Ibidem*, 92-93. Tanto a primeira como a segunda eram proibidíssimas em campanha: uma, porque ser claramente um sinal de propaganda religiosa; a outra, porque, de acordo com o Regulamento de Censura do CEP, não se podia colocar o lugar do destinatário no envelope, não fosse este transviar-se para os adversários e assim ficarem a saber onde se encontravam as tropas portuguesas. Ora indicando a morada de Patrocínio, a atitude de Avelino era ainda mais grave pelo facto de ele estar adido ao QG do CEP (Cf. *Ibidem*, 92; 101-104).

oficiais não respeitavam essas normas, a um “castigo de repreensão” aplicado pela *Ordem* n.º 36 de 10 de Abril³³². Só a sua pormenorizada autodefesa, em carta ao comandante-chefe do CEP, lhe valeu o levantamento da dita repreensão. O capelão-chefe tentou ainda que a reparação fosse publicada, mas em vão. No entanto, aproveitando essa ocasião, expressou ao chefe do EM o seu descontentamento pelo modo como a assistência religiosa estava a ser dispensada, conforme afirmou em carta ao Dr. Avelino:

“Houve uma série de coisas que me obrigaram a falar-lhe com certa altivez. Custa-me recorrer a este meio, mas se me convencesse que só por ele conseguiria alguma coisa empregá-lo-ia até que me sacrificassem. Pesam-me muito as almas dos nossos soldados, a quem se promete uma coisa *que só a fingir se lhes dá!* Em suma: olhos em Deus e vamos para a frente”³³³.

Novo tumulto surge ao ser publicada uma OS da 1.ª Brigada de Infantaria, autorizando que o seu capelão militar ficasse responsável dos assuntos referentes aos funerais e registo de óbito dos militares³³⁴. Alguém fez remeter esta decisão para o Parlamento, e tendo o Governo afirmado que iria tomar providências a respeito do facto, foi elaborado em Junho um “novo e mais amplo esclarecimento ao Decreto 2.942”, no qual novamente se chamou a atenção do comandante do CEP para lembrar aos capelães militares que não podiam fazer qualquer tipo de propaganda e que, com base na Lei de Separação, Registo Civil e Constituição, só poderiam prestar assistência aos que a pedissem, sendo a infracção garantia de repatriamento³³⁵. Todo este ambiente de repressão obstinada à actuação dos capelães, alimentado pelo sectarismo político emanado de Lisboa e aplicado pelos comandantes do CEP, dificultou em grande parte o relacionamento dos soldados com os capelães e vice-versa, daí que, dois meses depois da sua estada em campanha, Patrocínio Dias escreva que “a

³³² A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 97.

³³³ *Ibidem*, 104.

³³⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, I-A Legislação da Assistência Religiosa, A) Decretos e intervenções do poder central.

³³⁵ IDEM. Este documento injusto trouxe infelizmente consequências à assistência religiosa, pois foi em obediência ao seu superior, que o referido capelão militar aceitou esse encargo, conforme afirma o relatório do chefe dos capelães: “É de notar [...] que o Snr. Major Sequeira, assumiu inteira responsabilidade da sua iniciativa [...] pareceu-lhe que ninguém mais idoneo seria na Brigada para o desempenho de tal serviço”.

adaptação a este meio tem, como é natural, muitas dificuldades”³³⁶. A maior delas foi, sem dúvida, a «despersonalização» a que estavam remetidos, servindo como “jarrões de ornamentação de Quartéis Generaes de Brigada” e vendo-se apenas limitados a agir quando solicitados³³⁷.

Contudo, e ultrapassado o “receio natural” culturalmente vincado nos soldados portugueses a respeito da figura do padre, os pedidos para assistência religiosa começaram a aumentar. O empenho de alguns oficiais em manifestar livremente a sua religião e o exemplo dos ingleses, que correndo tudo e todos, procuravam capelães para assistirem os seus soldados feridos no *front*, foram as grandes alavancas que fizeram tornar cada vez mais necessária a acção dos capelães³³⁸. Deste modo, em princípios de Junho, “quebradas as primeiras prevenções” contra os capelães, estes puderam finalmente organizar-se, conseguindo a publicação da sua distribuição e a relação das suas funções na OS n.º 100³³⁹. Os seis capelães ficaram repartidos pelos Comandos e Serviços de Saúde das duas Divisões, a 1.ª com QG em Lestrem e a 2.ª, ainda a formar, com QG em La Gorgue, nas quais se encontravam um capelão responsável, respectivamente o Pe. Avelino de Figueiredo e o Pe. Luís Lopes de Melo, este em ligação com o capelão-chefe residente em St. Floris, próximo do QG do CEP situado em S. Venant³⁴⁰. Terminava, deste modo, a fase inicial: enquanto os soldados faziam os treinos preparatórios da sua acção em campanha e os Comandos eram organizados, os capelães

³³⁶ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 446.

³³⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II- Acção da Assistência Religiosa, a) Adaptação ao meio militar. O capelão-chefe narra uma “entrevista” com o chefe do Estado-Maior em 11 de Abril, na qual lhe pediu uma “orientação de serviço, uma norma de proceder, um estabelecimento de organização, uma fixação de direitos” porque em algumas unidades surgiam dúvidas sobre a situação dos capelães. A resposta do oficial foi “uma concisão atica reportando-se absolutamente aos artigos do Decreto n.º 2942” (Cf. IDEM).

³³⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II- Acção da Assistência Religiosa, a) Adaptação ao meio militar. O chefe dos capelães faz questão de salientar: “foram os soldados e os ingleses que nos tornaram necessários e mostraram às autoridades como era indispensável a Assistência Religiosa”.

³³⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 6. Existe uma imprecisão a respeito da datação desta OS n.º 100. Patrocínio Dias no seu relatório ora a menciona a 16 de Julho, ora a situa em Junho (Cf. IDEM, II- Acção da Assistência Religiosa, b) Da ocupação do sector à ofensiva d’Abril). Trata-se de uma imprecisão, visto que Avelino de Figueiredo transcreveu cartas do capelão-chefe com datas de 8 e 11 de Junho a apresentar-lhe a colocação dos capelães pelos diversos sectores do CEP e, tanto ele como o Pe. Lacerda, afirmam que a dita OS fora por eles recebida a 18 de Junho (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 152-154; 163; J. T. SOUSA, *O Cónego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 70).

³⁴⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 6; A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 150.

militares, na linguagem do seu capelão-chefe: “adaptavam-se à obra que os fizera abandonar a Patria, vestir a farda e desprezar todas as vantagens humanas de melhores situações”³⁴¹.

b) Capelão-chefe entre os capelães: a missão de orientar.

O papel de Patrocínio Dias era essencialmente de estabelecer a ligação entre as necessidades e propostas dos outros capelães, seus colaboradores, com os serviços centrais do CEP. Como tal, essa tarefa nem sempre foi fácil, dado que a pluralidade de feitios e modos de agir exigiam um acto de coragem, quando se tinha de tomar decisões. Antes de mais, a prioridade do capelão-chefe era salvaguardar a dignidade do ministério sacerdotal dos capelães, num ambiente que lhes não era propício. Em carta dirigida a Avelino de Figueiredo, pede-lhe:

“Previna-os bem [os outros capelães] dos perigos desta vida para a conservação do espírito sacerdotal. Da necessidade de captar as simpatias dos oficiais, sem esquecer, porém, que a nossa mais fecunda missão é no meio dos soldados. Nosso Senhor comunica-se aos humildes e nega-se aos soberbos! Vamos aos soldados”³⁴².

A necessidade de viver “na intimidade de oficiais, geralmente cultos e de uma forma de viver muito especial”³⁴³, como Patrocínio descreveu em Maio de 1917, revelava-se uma situação muito delicada por várias razões. Uma delas era a falta de preparação teológica que alguns capelães³⁴⁴ tinham para corresponder a verdadeiros duelos sobre religião³⁴⁵. Outra era

³⁴¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II- Acção da Assistencia Religiosa [Introdução].

³⁴² A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 105.

³⁴³ *Ibidem*, 446.

³⁴⁴ É importante lembrar que a maior parte dos capelães militares tinham a formação dos cursos eclesiásticos leccionados nos seminários diocesanos em ordem à paroquialidade. No entanto, Patrocínio Dias, Avelino de Figueiredo e Luís Lopes de Melo, eram excepções, pois foi em atenção às suas habilitações que assumiram cargos de maior responsabilidade diante dos demais.

³⁴⁵ Um dos exemplos desses «duelos» é narrado mais tarde pelo capelão-chefe, já como bispo de Beja: num posto médico, depois dos trabalhos, gerou-se uma discussão entre um “incredulo – lente d’uma escola superior de Lisboa”, um “catholico – oficial superior” e um “outro catholico indeciso e fluctuante – notável operador”. Depois do incrédulo ter vincado, a seu

a situação de dependência que poderiam criar nos locais onde esses se reuniam para comer, as chamadas «mess», pois, não deixando os capelães pagar a confecção melhorada da sua alimentação; tratando-os como convidados, faziam-lhes perder a sua liberdade de acção³⁴⁶. O Pe. Patrocínio Dias, contudo, submetido a viver nesse ambiente, conseguiu atrair, pelo seu comedido trato e “natural modéstia”, a estima e admiração de alguns desses oficiais. O caso mais singular foi o do major Ferreira do Amaral ao afirmar, anos depois, que a figura mais impressionante para ele em Flandres foi um padre e que esse era o Dr. Patrocínio³⁴⁷. Conhecendo-o numa “casita qualquer em França”, expressou nos seguintes termos a proximidade de ambos:

“Quantas vezes lá, o meu espírito e todo o meu ser, eram uma enorme tempestade apenas contada pelo dever, pela disciplina e pela austeridade que necessitava impor á gente que eu comandava. E quantas vezes o teu olhar sereno, a tua frase a proposito e até o teu rir franco e aberto me davam alento, e esperança para continuar a lutar por tudo e por vezes... com todos”³⁴⁸.

O seu modo de agir consistia essencialmente em “captar as simpatias” das autoridades militares, com a finalidade de conseguir chegar aos soldados mais simples, pois a assistência religiosa só podia ser prestada quando fosse requerida pelos próprios e a pedido dos respectivos Comandos. Se a OS n.º 100 tinha permitido uma maior liberdade aos capelães, visto mostrar e autorizar as suas linhas de acção, essa mera condescendência não

entender, a “dubiedade da doutrina católica”, o católico começou a defender a fé como “elemento indispensável à sociedade, à família, ao coração humano e apontava os frutos da religião no teatro da guerra”. O “incredulo”, ao ouvi-lo, deixou escapar um longo sorriso e sendo-lhe objectivado o «porquê» dessa sua atitude, respondeu: “não, o meu sorriso não era de sarcasmo, era, creia, de saudade e amargura... também eu já tive fé... era mais feliz do que agora... Reconheço a sua superioridade intelectual... porque tem crenças arreigadas e sinceras” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 17) 12º dia do mez de Maria).

³⁴⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistência Religiosa, b) Da ocupação do sector à ofensiva d’Abril; M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres...*, 73-75. O Pe. Luís Lopes de Melo afirmará também que os cuidados da «mess» lhe tiravam tempo para o serviço religioso: “Devia ter ido, esta tarde, visitar novamente o 22, mas não pôde ser, quer por falta de montada, quer pela necessidade de atender a coisas da «mess». É impossível continuar com aquele encargo que me distrai do dever próprio e pode mesmo colocar-me mal perante os outros” (Cf. M. A. TRINDADE, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época*, 131).

³⁴⁷ *Novidades*, Lisboa, (XXXIX)I/(8564)113, 9 Abr. 1924, 2. O coronel João Maria Ferreira do Amaral (Lisboa, 14.II.1876 - 11.III.1931), assumiu a responsabilidade do BI n.º 15, de Tomar, em 1916. Partindo com este batalhão para Flandres, soube manter sempre elevada a moral da sua unidade, distinguindo-se muitos dos seus homens nas mais diversas situações. Depois de ter comandado uma unidade de morteiros, reorganizou novamente o batalhão 15 para a última ofensiva antes do Armistício. Em 1923 foi promovido a coronel e nomeado comandante da PSP de Lisboa (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, 197).

³⁴⁸ *Noticias de Beja*, Beja, I/28, 26 Jul. 1928, 1.

significava ainda a total liberdade da assistência religiosa mas, tal como apontou o capelão-chefe, apenas o “reconhecimento oficial do existente”³⁴⁹. Dentro em breve, a 13 de Julho de 1917, novas ordens alteravam desfavoravelmente a situação dos capelães: a OS n.º 125 proibiu a “prática de quaisquer actos de catequese assim como todas as manifestações de culto exterior e práticas culturais” que não fossem previamente autorizadas³⁵⁰; e uma circular assinada pelo chefe do EM, major Augusto Freiria, contrariava em grande parte a procurada proximidade dos sacerdotes com os militares, particularmente numa das cinco alíneas:

“Que a residência habitual dos ministros das diferentes confissões religiosas é junto do comando superior em que tenham sido colocados, devendo estes sempre que seja possível, fornecer-lhes os meios de transporte para se deslocarem para onde forem requisitados”³⁵¹.

O embate com estas novas restrições causou um profundo mal-estar entre os capelães pois a sua acção estava a ter uma expansão considerável, tanto que, e no dizer de José do Patrocínio Dias, eram “todos os capelães para tudo”³⁵². Já em Abril, tinham obtido a OS n.º 45 que lhes permitia acompanhar as “forças que marcharem para a frente”; em Junho, não sendo possível a distribuição por cada uma das unidades do Comando, o capelão-chefe conseguiu do general-comandante que todos os capelães, independentemente de onde estivessem adidos, tivessem “guia de marcha” para qualquer unidade, por espaço “não superior de 6 dias”³⁵³. A juntar a essas «oficialidades», acresciam os actos heróicos de alguns capelães, como o do Pe. José Bernardino da Silva, que ao ter conhecimento que um ferido português precisava de uma transfusão de sangue, se prestou a dá-lo imediatamente “com a

³⁴⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, I-A legislação da Assistência Religiosa, B) Determinações locais do Comando do CEP.

³⁵⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Apêndices, a) Documentos, Doc. N.º 8.

³⁵¹ J. G. SERPA, D. *José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 123. O Coronel Fernando Augusto Freiria (Lisboa, 12.I.1877 – 13.IV.1955), fez parte da missão composta de três oficiais que foi a Londres discutir as bases da participação portuguesa na I Guerra. Ao fazer parte do CEP, instalou a 1.ª Divisão e foi nomeado chefe do Estado-Maior da mesma (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, 841).

³⁵² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, I-A legislação da Assistência Religiosa, B) Determinações locais do Comando do CEP.

³⁵³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Apêndices, a) Documentos, Doc. N.º 7.

máxima abnegação”³⁵⁴; ou ainda, o caso do Pe. António de Almeida Coelho, que ao ter visto cair e ficar para trás um soldado, saltou do seu abrigo e foi buscá-lo³⁵⁵. Portanto, a mencionada circular de Julho “feriu a dignidade dos capelães” e produziu de tal modo em todos uma “extranheza”, que Patrocínio Dias opinou, diante dos seus colegas – inclinados a procederem contra a circular e a pedirem a demissão caso fossem penalizados – que essa nova lei “era um truque político com efeitos só para Portugal”³⁵⁶. Na verdade, a sua execução punha em causa a anterior organização da OS n.º 100, pois só no QG da 1.ª Divisão ficariam a viver, “n’uma inactividade forçada”, seis capelães militares³⁵⁷. Por isso e para apaziguar os ânimos, o chefe dos capelães militares tornou público, no dia 14 de Julho, umas “Observações” à dita circular, das quais importa ressaltar a solidariedade deste para com os seus colegas, bem como a sua responsabilidade pelos mesmos:

“O art. 1.º da Ordem d’este C.E.P., de 13 de julho corrente subordinado ao titulo «Assistencia Religiosa» denuncia claram.^{te} a existência d’abusos da parte dos capelães militares e chama-os em termos enérgicos ao cumprimento da lei. Não me pesa na consciencia menor solitudine em recomendar a todos os capelães a observância escrupulosa da lei á sombra da qual vivemos mas houve delinquentes como a dá a perceber a Ordem a que me refiro – ou elles, ou eu. Por mim devo declarar que, até hoje, se tomei parte em duas especies d’aquelles actos religiosos, a que o art.º por ventura chama de culto externo e aos quaes assistiam militares portugueses: funeraes e uma missa campal. Para aquelles recebi sempre por escripto ordens expressas d’esta QG [...] Pelos capelães adidos ao C.E.P. posso dar garantias semelhantes: os relatorios que tenho presentes estão de harmonia com as intenções q. tenho dado e servem-se a cada passo de expressões, como estas: - “fui falar com o snr Commandante”, “combinei com o snr. Commandante”, “recebi ordem do snr. Commandante”, “ a este acto assistiu o snr. Commandante” etc. Não me consta que se hajam afastado jamais d’esta norma. Em vista do exposto quer-me parecer que não houve transgressões. Mas poderei estar enganado porque a Ordem é sufficientem.^{te} clara nos termos energicos de que se serve. Proponho, por isso – se há

³⁵⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, b) Louvores e condecorações, 1.º Louvor. O Pe. José Bernardino da Silva era pároco de Moledo (Lourinhã), partiu para a Guerra em 22 de Março de 1917. Com saúde muito instável, foi dispensado dos serviços no CEP a 22 de Outubro desse ano (Cf. IDEM, d) Relação dos capelães que serviram no CEP com a indicação das funções que desempenham).

³⁵⁵ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 61-62.

³⁵⁶ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 162-166.

³⁵⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, I-A legislação da Assistencia Religiosa, B) Determinações locais do Comando do CEP.

delinquentes – que me seja dado a conhecer o seu nome para extramar-lhes o proceder; e se os não há e o art. da Ordem é meram.^{te} preventivo, que tal se declare para não cair em labeu sobre a classe que, com orgulho o posso dizer, ninguém sobrepuja no trabalho, na abnegação generosa e na dedicação e amor á causa da Patria”³⁵⁸.

Este ofício sublinha considerável e exemplarmente o modo de proceder do capelão-chefe: sabendo que estas directrizes iriam criar novas prevenções contra a assistência religiosa, a atitude de ordem era manter a calma e principalmente demarcar posições, como testemunhará outro subchefe do EM, general Ferreira Martins:

“O Pe. Patrocínio, acatando pela forma mais inteligente e compreensiva as instruções vindas do Ministério da Guerra – concordou com a situação do País, em regime de Separação da Igreja e do Estado – permitiu-me, pela sua própria actuação e pela orientação que deu à dos seus colegas, que chefiava, que essa minha missão fosse facilitada, desempenhando-a assim sem custo, sem atritos, sem qualquer sensaboria”³⁵⁹.

Era esta “expressão de tolerância” que Patrocínio desejava incutir nos outros capelães, sabendo que só por esse meio seria possível estabelecer maior proximidade com os militares e, obviamente, conseguir a normalidade da assistência religiosa³⁶⁰. No entanto, nem todos aceitavam este comportamento do capelão-chefe, nomeadamente a respeito da orientação do serviço religioso, atendendo a que, conforme narra o relatório oficial, a acção dos capelães tinha também uma vertente moral, visível nas visitas às trincheiras, na instalação de cantinas ou casas de recreio para os soldados e, relevantemente, na assistência aos hospitais e ambulâncias³⁶¹. Seria pois pelo seu serviço em prol dos soldados e por colocarem “os seus sentimentos patrióticos a par dos seus sentimentos religiosos”, como depois fez

³⁵⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 33) Correspondência ao Capelão-Chefe (Jun.-Out. 1917).

³⁵⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Livro “D. José do Patrocínio Dias – Bispo-Soldado” de Gonçalves Serpa*, Correspondência relacionada. O general Luís Augusto Ferreira Martins (Lisboa, 7.IV.1875 – Algés, 26.VI.1967) foi subchefe do Estado-Maior do CEP em França, de 1916 a 1919 (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, 202-203).

³⁶⁰ Conforme destaca também o subchefe do Estado-Maior Interino, major Henrique Pires Monteiro: “O chefe soube conquistar, mais do que um cortez respeito, a estima de todos, que tiveram ocasião de privar com Ele. É que só havia ideal nas relações que mantinha e este sentimento sincero, e por que o era, revestia-se de uma expressão de tolerância, animada pela suprema aspiração e mais alto dever de defesa da Pátria secular, nacionalidade eterna na Historia da Civilização” (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, XIX/940), 1 Jun. 1946, 4).

³⁶¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistencia Religiosa, b) Da ocupação do sector à ofensiva d’Abril.

questão de atestar o general Simas Machado, que se conseguiriam afirmar em campanha³⁶². Considerando o modo como foram recebidos, logo se percebeu que a sua missão no campo de batalha tinha de ser pessoal, “lado a lado” com os soldados. Por isso, o uso de uma identificação eclesiástica seria algo de secundário pelo possível impedimento à desejada proximidade ou ainda pela probabilidade de suscitar mais entraves à assistência religiosa³⁶³. Embora o capelão-chefe tenha levado para a guerra “esta batina que me acompanhou sempre”, sabe-se que nos primeiros meses trajou a farda militar sem qualquer adereço eclesiástico³⁶⁴. Só depois da OS n.º 152, de 10 de Agosto de 1917, pela qual foi permitido que os capelães-militares usassem o “braçal respectivo semelhante aos do Serviço de Saude”³⁶⁵, é que o Dr. Patrocínio colocou “pela 1.ª vez o casaco aberto na frente e usara o cabeção eclesiástico”, conforme anotou Avelino de Figueiredo³⁶⁶. Dias depois, o capelão Luís Lopes de Melo admitiria “a tendência para me confundirem com o correio!”. Embora o cabeção os identificasse melhor, advertia: “Palpa-se tão bem e sente-se tanto aquela desconfiança que afasta de nós tanta gente que nos não conhece”³⁶⁷. Ficava assim confirmado que o clero português conseguia mais “conquistar os soldados” por meio da sua “dedicação e patriotismo”, do que por muitos outros métodos, aliás repelidos pela autoridade civil aquando da instauração do novo regime³⁶⁸.

O mesmo se aplica ao modo como o Pe. José do Patrocínio Dias geria o serviço religioso. Se ao princípio foi recebido com pouco entusiasmo pelos dois primeiros capelães,

³⁶² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Ação da Assistência Religiosa, b) Da ocupação do sector à ofensiva d’Abril. José Augusto Simas Machado (Braga, 25.VII.1859 – Coimbra, 17.III.1927), general e político republicano, foi posto à frente da 2.ª Divisão do CEP na Flandres em 1916. Alcançou grande prestígio militar pelas suas excepcionais qualidades de comando, recebendo diversas condecorações nacionais e internacionais (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIX, 34-35).

³⁶³ Não esqueçamos que segundo a *Lei de Separação da Igreja do Estado* (Art. 176) era “expressamente proibido, sob pena de desobediência” que os ministros da religião usassem hábitos ou vestes talares “fora dos templos e das cerimónias cultuaes” (Cf. *Diário do Governo*, I Ser./92, 21 de Abril de 1911, 1624).

³⁶⁴ Na verdade, Patrocínio Dias não aparece com cabeção nas suas primeiras fotografias fardado de militar. O Dr. Avelino de Figueiredo afirma que foi o primeiro a usar cabeção na Guerra e que os outros capelães só o usaram “um mês” depois dele, “não viesse algum castigo apanhá-los” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 174-176; 283). No entanto, sabemos que é um testemunho forçado, pois o Pe. Luís Lopes de Melo terá embarcado para França com a “sua farda novinha em folha, donde um cabeção alto sobressaia” (Cf. M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época*, 113).

³⁶⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 13.

³⁶⁶ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 245.

³⁶⁷ M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época*, 131.

³⁶⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 6) Alocuções Patrióticas, Lisboa, 9 de Abril de 1923.

depois de se completar o quadro de sacerdotes permitido em campanha, nos inícios de Maio, a situação tomaria outras dimensões³⁶⁹. A murmuração das suas ordens, por parte dos anteriores e a contestação clara às ordens do chefe, por parte dos recém-chegados, seria algo imparável. A respeito dos primeiros, note-se que Avelino de Figueiredo fazia questão de contar aos novos capelães o que tinha acontecido com a nomeação do capelão-chefe; como também desobedecer aos pedidos que esse lhe fazia, nomeadamente quando necessitava de se ausentar³⁷⁰; por sua vez, o cónego Álvaro dos Santos, indignado com a sua transferência para outro serviço, escrevia com frequência a pessoas que dirigia espiritualmente, atacando e censurando o chefe dos capelães, tendo inclusive dirigido uma carta à CCARC queixando-se da sua acção³⁷¹. Naturalmente que essas atitudes teriam depois repercussão no modo de compreender e de lidar com o capelão-chefe. O caso mais relevante foi o do Pe. José Ferreira de Lacerda que, logo após quinze dias em campanha, teve uma conversa pouco amena com o Pe. Patrocínio devido à “nossa divergência em vários pontos como o aumento de subsídio, a prestação de socorros e o modo de obedecer às autoridades militares”³⁷². Lacerda achava que ele “fiscalizava demais os actos dos capelães” e pretendia alvejá-lo na sua acção, por isso afirmou-lhe “terminantemente” que, à mínima coisa que o desgostasse, se iria embora³⁷³.

A inquietação de alguns capelães militares, que tudo consideravam como irresponsabilidade do chefe, ia aumentando, nomeadamente a respeito da falta de altares

³⁶⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Apêndices, d) Relação dos Capelães que serviram no CEP com a indicação das funções que desempenham.

³⁷⁰ O Pe. José Ferreira de Lacerda apontaria no seu diário: “[...] encontrei o Avelino que me contou o que se passava com a nomeação do Dr. Patrocínio” (Cf. J. T. SOUSA, *O Cónego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 66). Um dos exemplos disso foi nos fins de Maio de 1917. Patrocínio Dias escreveu a Avelino pedindo que, durante a sua ausência (ia para o *front* com o BI n.º 15), assumisse as funções de chefe, acrescentando que “não deve ausentar-se sem conhecimento deste QG”. O capelão Avelino, vendo que esse mandato não era publicado na *Ordem*, preferiu acompanhar a sua Divisão para Lestrem (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 119-120; 130-131).

³⁷¹ *Ibidem*, 269; M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 88. Avelino de Figueiredo colocou em apêndice na sua obra uma carta que enviou a D. José, em 16 de Fevereiro de 1959, onde afirma: “O Pe. Álvaro pôs em movimento as suas relações pessoais de grande importância em Lisboa, contra V. Ex.ª Rev.ª por causa da sua transferência para Étaples [...] Atestam isto cartas que me mandou e cartas dirigidas a pessoas das suas relações em Lisboa” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 522).

³⁷² J. T. SOUSA, *O Cónego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 65-66. O cónego José Ferreira de Lacerda nasceu em Monte Real (Leiria) a 23 de Abril de 1881. Ordenado presbítero em Coimbra a 6 de Novembro de 1904, foi pároco do Alvorge e, mais tarde, da freguesia dos Milagres. A ele se deve em muito a restauração do Bispado de Leiria em 1918. Para mais desenvolvimentos ver obra citada.

³⁷³ J. T. SOUSA, *O Cónego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 65-66.

portáteis³⁷⁴. O atraso no envio desses altares por parte da CCARC criou uma grande agitação nos sacerdotes levando-os a pedir esclarecimentos ao Dr. Patrocínio³⁷⁵. Este respondeu-lhes que, nos dias em que estivessem no *front* e não tendo igrejas ou altares para celebrar, realizassem outros actos religiosos, como o Terço³⁷⁶. Essa sua afirmação não foi bem vista pelos colegas e, dada a insistência do Pe. Avelino e do Pe. Lacerda, Patrocínio Dias conseguiu que fosse dada autorização a este último para ir a Paris comprar altares portáteis³⁷⁷. No seu relatório sobre a assistência religiosa, o capelão-chefe sublinhará que essa autorização dependeu essencialmente dos oficiais militares:

“Se ainda em Maio de 1917 quando lutávamos com a falta de altares-portáteis, se permitia a ida a Paris dum capelão cuidar deles ‘com tanto que não fizesse despesa à Fazenda Nacional’ é certo que a atmosfera desde então [entre capelães e soldados] começou a ser mais do que benévola, em relação à anterior, embora sempre dentro da lei”³⁷⁸.

³⁷⁴ Os altares portáteis eram uma pequena caixa (40x24x16 cm) que transportava todas as alfaias litúrgicas. Essa espécie de mala pesava cinco quilos e trezentos gramas (Cf. M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 65). Cada altar custava 150 ou 180 francos (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 208). A responsabilidade atribuída a Patrocínio Dias a respeito das alfaias é exagerada, pois em Abril, quando foi para o *front*, Patrocínio Dias escreve a Avelino: “Cedi tudo aos outros colegas; tenho minhas 3 âmbulas de santos óleos, parto sem nenhuma, o que bem me custa” (Cf. *Ibidem*, 138).

³⁷⁵ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 65. Patrocínio Dias era criticado por ter um altar-portátil e não o usar, pois havia uma igreja junto do QG (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 82; 208). Esse altar, segundo o Pe. Lacerda, pertencia ao “Senhor Arcebispo” e o Pe. Patrocínio ter-lho-á emprestado “com a condição de ser para mim e para mais ninguém”. Depois de ter recusado durante algum tempo, Lacerda terá ido ao QG buscá-lo “sem mesmo lhe dizer nada”. No entanto, quando quis celebrar nele, reparou que não tinha pedra d’ara, concluindo que o “Dr. Patrocínio nunca se tinha servido do altar” (Cf. J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 68). No entanto, havia outros altares portáteis: dois pertencentes ao Pe. Avelino e ao Pe. Álvaro e um outro que rodava por quatro capelães, o que gerava uma situação “nada harmónica e nada digna” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 207-210). Cabe ressaltar a criatividade do Pe. Luís Lopes de Melo que, ainda antes de embarcar, inventou uma “mala-altar” (Cf. M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época*, 114). O Pe. Avelino, sabendo que Patrocínio tinha recebido um altar, tomou a liberdade de, sem o seu consentimento, distribuir as alfaias litúrgicas pelos outros capelães: “o cálice a um, o paramento a outro e a caixa troquei-a pela minha” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 208).

³⁷⁶ *Ibidem*, 207. O mesmo confirma o Pe. Lacerda: “[...] seguindo o conselho do Avelino procurámos o Dr. Patrocínio que estava em companhia do Lopes de Melo. Atirei-me a ele pelo descuido na aquisição de altares, que desde há tempo, não dissera missa e que no dia imediato também a não podia dizer. Que nos meus casos estavam o Silvestre e o Caetano e que estava disposto a ir-me embora se não houvesse altares. O palerma do Lopes de Melo disse-me que não era necessário o altar para nós podermos fazer a assistência aos soldados!!!” (Cf. J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 68).

³⁷⁷ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 207-208. O Pe. Lacerda foi a Paris, “em missão especial à minha custa”, de 14 a 15 de Junho de 1917, conseguindo seis altares: três por seu intermédio e outros três por meio da Comissão Central (Cf. J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 69; A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 210-211).

³⁷⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistência Religiosa, b) Da ocupação do sector à ofensiva d’Abril. O Pe. Lacerda apontou no seu diário como foi o encontro dele e Patrocínio com o subchefe do QG: “Patrocínio falou ao subchefe da minha presença, ficando todo sorridente em este dizer que nada podia resolver [a respeito dos altares] mas que fizesse uma exposição. Assim se fez, fazendo eu uma que o Patrocínio achou lacónica, substituindo-a por outra mais extensa, mas com a mesma ideia. Quis lá pôr o meu nome, mas eu obstei a isso, nunca eles dissessem que eu queria ir passear a Paris...” (Cf. J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 69).

Entretanto surgiria outra questão a respeito do serviço religioso junto dos soldados. Na véspera ou no dia da entrada dos militares no *front*, os capelães seguiam o esquema de pregação, absolvição geral e Missa, contando que, quando os soldados regressassem do campo de batalha, se abeirassem da confissão. Vendo que isso não acontecia, alguns capelães militares decidiram “só dar a comunhão aos soldados e oficiais que antes se tivessem confessado”³⁷⁹. Outros, porém, continuavam a dar a absolvição geral ou afixando avisos para isso nos acantonamentos, sem depois zelarem pela necessária confissão posterior. Estas diferentes actuações causaram uma falta de consenso entre os capelães, levando Avelino de Figueiredo a exigir ao capelão-chefe uma reunião mensal, “onde cada um diria o que tinha feito e como o tinha feito”³⁸⁰. Dessas insistências, segundo ele afirma, apenas conseguiu que o chefe convocasse duas vezes, para esse efeito, todos os capelães³⁸¹. A justificação é óbvia: por um lado, cada capelão sabia que a sua presença junto dos soldados tinha de ser permanente e de acordo com as faculdades concedidas pela Santa Sé; por outro, atendendo às distâncias, a viagem seria dispendiosa ou muitas vezes impossível pela falta de transporte³⁸². De resto, Patrocínio Dias sempre acolheu os capelães quando necessitavam de o abordar, passava pelos sectores em que estavam situados, até onde lhe era possível, e recebia as propostas que as duas Divisões, reunindo-se os capelães, lhe faziam chegar ao QG³⁸³. Será o testemunho do capelão António Rebelo dos Anjos a fazer jus sobre este assunto:

“Multiplicava-se a sua actividade, aparecendo em toda a parte onde fôsse preciso animar, dirigir, consolar os seus Padres. De vez em quando chamava-os como o Mestre Divino a um pouco de repouso do espírito, na prática salutar o Retiro mensal, em que procurava dar-nos suaves orientações práticas para a nossa actuação nas frentes ou nos Hospitais de Sangue, e nos

³⁷⁹ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 141.

³⁸⁰ *Ibidem*, 142; 253-254.

³⁸¹ *Ibidem*, 142. Avelino de Figueiredo exagerou nesta questão, atendendo a que esteve ausente durante alguns meses em Portugal (Setembro de 1917; Março a Maio de 1918) não presenciando totalmente a actividade do capelão-chefe (Cf. *Ibidem*, 291; 303).

³⁸² Note-se que os capelães militares apenas dispunham de transporte quando eram requisitados (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 123). Com o passar dos meses e atendendo à maior aceitação do seu papel é que lhes foram fornecidas bicicletas para o serviço religioso (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II- Acção da Assistencia Religiosa, b) Da ocupação do sector à ofensiva d’Abril).

³⁸³ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 162-167.

deliciava com práticas espirituais que nos eram magistralmente propinadas por esclarecidos mestres de piedade”³⁸⁴.

As transferências para outros serviços do CEP causavam também grandes tensões no grupo dos capelães. As decisões eram obviamente dadas pelo capelão-chefe que pedia sempre a opinião dos capelães responsáveis pelas Divisões. Por um lado, na 1.^a Divisão, o Pe. Avelino de Figueiredo assumia um papel «astuto»: recebia as propostas de Patrocínio Dias, dava depois o seu parecer composto de críticas à acção dos seus colegas e, após a publicação da OS, tomava a posição contrária, instigando os capelães, entristecidos com a sua situação, a manifestarem-se³⁸⁵. Tal aconteceu com o Pe. Álvaro dos Santos e com o Pe. José Ferreira de Lacerda³⁸⁶. Por outro lado, a 2.^a Divisão, orientada pelo Pe. Luís Lopes de Melo, não gerava grandes transtornos, pois só começaria a actuar quando assumisse o *front*, ficando a prestar serviço provisoriamente na Ambulância n.º 4³⁸⁷. Contudo Patrocínio Dias era sensível ao modo como os seus colaboradores eram tratados, atendendo principalmente à acomodação dos mesmos e à possível incompatibilidade que pudesse existir com os militares. Por isso as transferências serviam para remediar, de algum modo, esses problemas: o Pe. Lacerda foi

³⁸⁴ C. A. R. ANJOS, “Apostolado Fecundo”, 5. O cônego António Rebêlo dos Anjos (Salreu, 9.I.1886 – 15.XII.1963) foi ordenado sacerdote em 1 de Agosto de 1915 na diocese do Porto. Ao regressar de capelão militar, foi nomeado secretário particular de D. José do Patrocínio Dias em 15 de Maio de 1921 e secretário da Câmara Eclesiástica de Beja no ano seguinte. Incardinado na diocese de Beja a 15 de Agosto de 1923 foi também pároco de Santa Maria (Beja), Santiago do Cacém e Vila Nova da S. Bento, cônego da Sé de Beja (11.XI.1925), professor e vice-reitor do Seminário de Serpa e vigário geral da diocese (3.VI.1938). Em 1944 renunciou a todos os cargos e pediu a sua excardinação para a diocese de Aveiro (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 248; *Noticias de Beja*, Beja, XXXV/1833, 21 Dez. 1963, 7).

³⁸⁵ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 152-153. Avelino em carta ao Patriarca faz questão de sublinhar: “Quando cheguei [do *front*], fui visitar o Dr. José do Patrocínio Dias e traçar com ele o plano que o meu conhecimento do *front* me revelou e me indicou” (Cf. *Ibidem*, 131-132). De tal maneira o Pe. Patrocínio, desconhecendo as artimanhas deste capelão militar, confiava nele e considerava a sua acção exemplar chegando a dizer: “nunca pedi um padre para uma missão difícil que o P.^e Avelino não fosse o primeiro a oferecer-se” (Cf. *Ibidem*, 259). Contudo, o capelão-chefe terá sido frontal para com Avelino, afirmando-lhe que “trabalhava para subir em Portugal” e que o seu “cavalo preto, de raça hispano-árabe, por vezes, parecia branco, tal era o seu suor” (Cf. *Ibidem*, 166; 525).

³⁸⁶ O primeiro enviava cartas ao Dr. Avelino queixando-se da sua transferência e esse, em vez de o acalmar, reconhecia com ele que a ordem de Patrocínio Dias era apenas para favorecer outro capelão, o Pe. Luís de Melo (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 137). No entanto, ao escrever a sua obra, Avelino comenta: “Não censuro o chefe por aquela transferência, que eu também fazia se estivesse no seu lugar, apesar da grande amizade que nos unia” (Cf. *Ibidem*, 268-269). A justificação da sua transferência prendia-se pelo facto de só dar assistência a um batalhão (BI n.º 23) sendo preciso o seu serviço em 4 batalhões (Cf. *Ibidem*, 138). O mesmo se passou com o Pe. Lacerda que, comentando com Avelino de Figueiredo a sua inquietação pelo facto, este contava-lhe “coisas” a respeito do capelão-chefe, “gabando-se sempre”. No entanto, o Pe. Lacerda rapidamente se entristeceu com Avelino, que ao receber mantas e lençóis dados pelo Rei D. Manuel, distribuiu-os pelos oficiais e “aos colegas nada” (Cf. J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 78).

³⁸⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Apêndices, a) Documentos, Doc. N.º 6.

transferido porque alguns oficiais “se queixaram dele”³⁸⁸; sabe-se que o capelão-chefe “não gostou” de ser informado do modo como a “oficialidade do 14” tratava o Pe. José Bernardino³⁸⁹; o capelão Luís de Melo, ao ter sido salvo milagrosamente de uma granada, junta à narração dessa alegria, o ter recebido a “visita do Patrocínio que tanto desejava encontrar!”³⁹⁰; e ainda ao ser-lhe comunicada a situação em que Avelino de Figueiredo vivia, escreveu-lhe nos seguintes termos:

“Fiquei desolado com a notícia das suas más, péssimas instalações. Não pode ser. Peço-lhe que me proponha qualquer alvitre para eu reclamar, como fiz com o P.^e Caetano. A sua carta trazia um cunho de melancolia muito acentuado. [...] Vê-se meu caro, que Deus não se contenta só com o sacrifício material, mas nos vai provando com o sofrimento moral”³⁹¹.

Mesmo assim, só depois do trágico dia 9 de Abril de 1918³⁹² é que o grupo de capelães se tornaria mais coeso, quer pela acção louvável de todos, conforme o capelão-chefe fez questão de narrar no seu relatório, a fim de serem providos de louvores e condecorações oficiais, quer pela mudança no quadro dos capelães com a vinda de mais sacerdotes para o serviço religioso entre Maio e Outubro de 1918³⁹³.

c) Da batalha de La Lys ao Armistício: “O que eu vi!”

Em meados de Setembro e Outubro de 1917, com o retorno definitivo de alguns sacerdotes ou pelo gozo de licença de outros, aumentou a necessidade de capelães militares

³⁸⁸ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 152.

³⁸⁹ J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 67.

³⁹⁰ M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época*, 132-133.

³⁹¹ A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 236-237.

³⁹² Foi nesse dia que se deu a *Batalha de La Lys*, assim chamada por ter ocorrido nas margens desse rio, onde se encontrava situado o sector português. Apenas com 15 000 soldados nas linhas da frente, o exército português sofreu uma terrível ofensiva por parte dos alemães que, em apenas 4 horas, fizeram perder 7500 soldados portugueses, entre os quais 327 oficiais (Cf. G. COSTA, *Soldados de Portugal*, Imprensa Nacional, Macau, 1923, 7-10).

³⁹³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44a) Relatório Oficial sobre o 9 de Abril, III Conclusões, 9-10; IDEM, IV Propostas, 10-11; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, d) Relação dos Capelães que serviram no CEP com a indicação das funções que desempenham; C. COSTA, *A Igreja Catholica e Sidonio Paes*, Coimbra Editora, Coimbra, 1921, 110-12.

para substituírem os ausentes ou para tomarem posição junto das novas situações do CEP³⁹⁴. Já em Agosto, na falta de outros, o cônego Patrocínio Dias assumira, cumulativamente o seu lugar no QG e o hospital de Sangue n.º 1 em Merville³⁹⁵. Entretanto em Portugal, com o golpe militar de 5 a 8 de Dezembro de 1917, o general Sidónio Pais assumia a presidência da nação, começando imediatamente com reformas consideráveis³⁹⁶. As insistências, que se arrastavam em pedir mais capelães ao Ministério da Guerra, tanto da parte do capelão-chefe ou da CCARC, como até do próprio general-comandante do CEP, muitas vezes foram adiadas pelo anterior Governo; a nova situação política também não resolveu imediatamente a questão³⁹⁷. A pressão dos capelães para que se solucionasse tal situação e a impaciência de alguns não terem ainda gozado das licenças previstas, mas apenas acumulando mais funções, levou Patrocínio Dias, ao sentir-se criticado e sem soluções à vista, a apresentar o seu pedido de

³⁹⁴ Segundo apurámos, os capelães que retornaram à Pátria e as suas situações foram: Pe. Martinho da Rocha, “incapaz de serviço”, regressou em 17.VII.1917; Pe. José Ferreira de Lacerda pediu licença por razões pessoais (a sua residência na paróquia dos Milagres iria ser vendida em leilão) sendo autorizada em 10.IX.1917, não regressando mais a França; cônego Álvaro dos Santos, no gozo de licença, partiu para Portugal em 10.IX.1917, regressando meses depois; Pe. Avelino de Figueiredo, que partiu de França em finais de Setembro para se curar de uma “afecção pulmonar”, regressou pouco tempo depois (sabe-se que festejou o Natal juntamente com os soldados na França) e retornou a Portugal em Março de 1918, regressando a 23 de Maio de 1918; Pe. José Bernardino da Silva repatriado em 22.X.1917 por “doença”; Pe. Alexandre Pereira de Carvalho repatriado por insubordinação em 24.X.1917 (escreveu uma carta com termos indecorosos ao ministro da Guerra); Pe. Luís Lopes de Melo veio a Portugal em Outubro de 1917, regressando pouco tempo depois a França (Cf. J. T. SOUSA, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, 43-44; 79-80; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, d) Relação dos Capelães que serviram no CEP com a indicação das funções que desempenham; M. A. TRINDADE, *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época*, 147-148; M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 85-86).

³⁹⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 16. Patrocínio Dias apresentou-se no HS1 em 9 de Agosto, ficando adido a esse serviço no dia seguinte (Cf. PT/AHM/DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias). O HS 1 foi inaugurado “precipitadamente” em 5 de Agosto de 1917 em Merville com capacidade para 40 homens (Cf. A. MARTINS, *As tropas do 1.º Grupo de Companhias de Saúde, em França, na Grande Guerra*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1936, 48-49). Foi nesse mesmo dia que o chefe dos Serviços de Saúde do CEP, José Gomes Ribeiro, pediu ao chefe do EM do CEP o apoio dos capelães militares (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 16).

³⁹⁶ J. SERRÃO, “A Conjuntura”, 716-717.

³⁹⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 33) Correspondência ao Capelão-Chefe (Jun.-Out. 1917); IDEM, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 17; 18; *Vida Catholica*, Lisboa, III/61, 5 Mar. 1918, 408-414; M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres...*, 90. Em carta a Beatriz Gambôa, datada de 5 de Outubro, o capelão-chefe afirma: “temos uma grande falta de capelães e enquanto nova leva não chegar, não posso sair” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 4). O jornal *A Monarquia* apresentou um breve resumo da situação: “Sabe-se como é deficientíssimo o numero de capelães militares na frente portuguesa, e as condições em que eles ali se encontram. Extenuados por um serviço violentíssimo, tendo de percorrer diariamente grandes extensões no serviço do seu ministério, alguns menos robustos cederam à fadiga e viram-se obrigados a voltar á sua patria. Assim, o numero de capelães que era mínimo, tornou-se verdadeiramente exíguo, sendo quasi impossivel ao capelão-chefe distribuir os serviços como é mister. Junto do sr. Norton de Matos instou repetidas vezes a Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha para que, a num tal estado de coisas fosse posto o devido cobro. O sr. Norton disse repetidas vezes que sim, mas continuou sempre fazendo ouvidos de mercador...” (Cf. *A Monarquia*, Lisboa, I/280, 19 Jan. 1918, 2).

exoneração da chefia em Fevereiro de 1918³⁹⁸. O presidente e os membros da CCARC, reconhecendo “os relevantes serviços prestados”, não atenderam ao solicitado³⁹⁹. Assim sendo, e resignando-se às ordens dos seus superiores, Patrocínio Dias denunciou novamente, em 28 de Março de 1918, a precária situação do serviço religioso, impetrando das autoridades militares uma solução para a carência de sacerdotes em campanha:

“Cumpre-me levar mais uma vez ao conhecimento de V. Exa. que os serviços da Assistência Religiosa se encontram reduzidos à sua menor expressão e não virá longe o dia em que desapareçam por completo. [...] O mínimo de sacerdotes necessários no C.E.P. para hospitais, ambulancias, brigadas etc. não deve ser inferior a 36 conforme o calculo do meu relatório de Julho findo. O maior numero atingido até hoje foi de 17. Actualmente encontram-se na zona de guerra ao serviço das tropas portuguezas 11 sacerdotes! D’estes, embora há um ano em França 8 ainda não tiveram ocasião de gozar uma licença [...] Por não poderem sustentarem-se mais tempo no seu posto de sacrificio 3 vão sair para Portugal [...] Ficará pois o C.E.P. com 8 capelães!”⁴⁰⁰.

Contudo, a situação prolongou-se até às vésperas da batalha de La Lys, que se deu no dia 9 de Abril de 1918. Ao regressar a 1.^a Divisão para a retaguarda e assumindo a 2.^a Divisão as linhas da frente, Patrocínio Dias escreveu de novo ao subchefe do Estado-Maior declarando “a falta [de capelães] que há tanto se reconhece mas que não se remedeia” e, propondo uma nova distribuição dos poucos capelães de que dispunha, pediu ainda que lhes fosse autorizado acompanhar os soldados dessa Divisão⁴⁰¹. Na mesma proposta nota-se consideravelmente um ambiente mais consonante entre os capelães e o seu capelão-chefe:

³⁹⁸ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 88. O Pe. Avelino de Figueiredo testemunha na sua obra que, aquando da sua licença em Portugal, alguns capelães pediram-lhe que os acompanhasse à nunciatura Apostólica e à CCARC, onde se queixaram do procedimento do capelão-chefe, recebendo como resposta de ambos os lados que seria substituído. O próprio Avelino terá escrito à Comissão Central para nomear como chefe o cônego Manuel Anaquim (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 178; 327-329; 522-523).

³⁹⁹ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 88.

⁴⁰⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 33) Correspondência ao Capelão-Chefe (Jun.-Out. 1917); IDEM, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 19. O cônego Patrocínio, segundo o jornal *A Guarda*, em Setembro de 1918: “não quis ainda gozar de uma licença de repouso que bem tem merecido” (Cf. *A Guarda*, *Guarda*, XVI/628, 21 Set. 1918, 2).

⁴⁰¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 33) Correspondência ao Capelão-Chefe (Jun.-Out. 1917); IDEM, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 20; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 199-200: “Em 7 de Abril foi-me oficialmente comunicado que uma das nossas divisões ia marchar para uma situação de repouso. Em face da ordem de batalha pareceu-me impossível com o reduzido número de capelães que éramos, atender a todas as unidades enormemente dispersas. Com prejuízo das tropas em descanso e

“Por isso em nome dos capelães do C.E.P. faço o oferecimento de todos para continuarem distribuídos pela zona da frente no mínimo que as circunstâncias permitem: um por cada Brigada e por cada Hospital de Sangue”⁴⁰².

Aquando da ofensiva alemã do dia 9 de Abril, Patrocínio Dias encontrava-se adido ao HS n.º 2, em S. Venant⁴⁰³. Naquele dia os alemães tomaram o *front* português, fazendo recuar, para a retaguarda, oficiais e praças feridos ou desorientados pelo cansaço extenuante do confronto. Em S. Venant, o QG do CEP assim como o QG da 2.ª Divisão aí situados recebem ordem de retirada, permanecendo apenas o HS n.º 2, onde se tratava afadigadamente dos feridos e doentes que para aí tinham sido transferidos do HS n.º 1 em Merville, após o início dos imparáveis bombardeamentos a essa cidade⁴⁰⁴. Não conseguindo mais responder ao crescente número de feridos, e dada a maior proximidade do confronto, um conjunto de ambulâncias dos serviços médicos portugueses e britânicos trataram imediatamente da sua evacuação para Lillers⁴⁰⁵. Ao amanhecer do dia 10 de Abril, por causa do bombardeamento, o pessoal médico deixou S. Venant, ficando apenas, e apesar do risco, o capelão-chefe Patrocínio Dias com dois soldados, que tinham recusado retirar-se por quererem acompanhá-lo, para tratar dos feridos que ainda acorriam a esse hospital⁴⁰⁶. O capitão médico João Pedro Medeiros, dirigindo-se nessa manhã a S. Venant, para obter informações do QG, apenas encontrou o capelão Patrocínio Dias que “cercado de bastantes soldados, lhes dava esclarecimentos”, “curava os feridos e evacuava-os, dava-lhes alimento e socorria-os” e

baseado no pedido instante dos capelães propus [...] que fossem conservados na frente em contacto com as forças que corriam perigo. Este pedido significava um acto de abnegação e desistência do descanso a que tinham jus”.

⁴⁰² J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 199-200.

⁴⁰³ O capelão-chefe ficou adido ao HS n.º 2 em 16 de Janeiro de 1918 (Cf. PT/AHM/DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias). Instalado numa parte improvisada de um já existente “Hospital das Doidas”, composto de várias “casas apalaçadas, dispersas num vasto parque” (Cf. J. CORTESÃO, *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Renascença Portuguesa, Porto, 1919, 202), sabe-se também, por carta de Patrocínio Dias a Beatriz Gambôa, que aí vivia uma congregação religiosa: “Dou-lhe uma novidade: estou agora a viver n’uma casa religiosa! Nem mais, nem menos. Com uma capelinha, com m.^{tas} boas e santas almas... com tudo! Foi aqui que veio agora instalar-se um dos nossos hospitais. São religiosas de L’Enfant Jésus, Congregação que ahi não é conhecida” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 6; carta 7).

⁴⁰⁴ G. COSTA, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra – A Batalha do Lys*, Renascença Portuguesa, Porto, 1920, 126; A. MARTINS, *As tropas do 1.º Grupo de Companhias de Saúde, em França, na Grande Guerra*, 94.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ A. MARTINS, *As tropas do 1.º Grupo de Companhias de Saúde, em França, na Grande Guerra*, 95.

“atendia-os com carinho”, dada a ausência de um médico “que lá devia estar”⁴⁰⁷. Era, como dissera ao médico, “a única entidade oficial portuguesa que naquela ocasião se encontrava em St-Venant”⁴⁰⁸. Entretanto urgia salvar o material cirúrgico dos hospitais: José do Patrocínio conseguiu enviar 4 auto-ambulâncias para Calonne, onde se encontrava a Ambulância n.º 8, a fim de o transportarem para a retaguarda⁴⁰⁹; em S. Venant, no dia 11, foi um dos quatro oficiais que ajudou a esvaziar as “arrecadações, farmácias e parte das enfermarias”, cujo material foi recolhido no dia seguinte⁴¹⁰.

Outro facto a sublinhar deu-se quando um sargento do BI n.º15 se apresentou, na tarde do dia 11, no HS n.º 2, pedindo alimentos para duas companhias desse batalhão que ainda estavam a retornar da frente⁴¹¹. O tenente-coronel médico José Rodrigues ignorava que ainda existissem militares em combate, pelo que imediatamente mandou que lhe fosse fornecido tudo o que precisasse. Ele próprio narrará que o “rev.º capelão Patrocínio Dias, que me mostrou desejo de ir abraçar o comandante, foi encarregado de arranjar os comestíveis e de transmitir ao referido comandante os meus cumprimentos”⁴¹². A razão desta atitude do capelão-chefe justificava-se pela grande proximidade que mantivera com esse Regimento, desde o início do seu serviço religioso, acompanhando-o no *front*⁴¹³, e da amizade que criara com um dos seus comandantes, o já citado major Ferreira do Amaral⁴¹⁴.

⁴⁰⁷ ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Documentos relativos à I Guerra*, J. A. RODRIGUES, *Relatório das Operações em que tomou parte o HOSPITAL DE SANGUE N.º1 nos dias 9 e seguintes do mês de Abril de 1919* (manuscrito original dactilografado), 11; IDEM, J. P. M. ALMEIDA, *Anexo-Relatório*, 2; 4.

⁴⁰⁸ IDEM, 4. O mesmo capitão menciona no seu relatório o nome daqueles que o ajudaram, entre os quais, Patrocínio Dias “que em St-Venant, de 10 a 12, desempenhou o lugar de oficial do QG, dando informações e destino a oficiais e praças que procuravam no QG um seu representante”.

⁴⁰⁹ IDEM, 2: “Assim foi salvo todo o material cirúrgico e todo o material de especialidades e alguma coisa se conseguiu tirar também da farmácia”.

⁴¹⁰ *Ibidem*, 3-4: “No HS2 onde sempre se conservou, dispoz tudo para o salvamento rápido do material”.

⁴¹¹ ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Documentos relativos à I Guerra*, J. A. RODRIGUES, *Relatório das Operações em que tomou parte o HOSPITAL DE SANGUE N.º1...*, 13.

⁴¹² *Ibidem*, 14.

⁴¹³ É o próprio Avelino de Figueiredo quem nos dá a entender que o capelão-chefe foi o primeiro dos capelães a ir para o *front* em fins de Abril e Maio de 1917 (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 119; 138). No manuscrito *Infantaria 15 de Tomar na Flandres* é confirmado que: “Em princípios de Abril apresentou-se no Batalhão, a fim de nele fazer serviço, até à nossa entrada definitiva nas trincheiras, o chefe dos capelães do C.E.P., Dr. José do Patrocínio Dias. Desempenhou-se, com notável patriotismo, da missão de assistência moral e religiosa, deixando em todos os oficiais, sargentos e praças vivas saudades” (Cf. REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 15 – BIBLIOTECA, C. S. CONCEIÇÃO, *Infantaria 15 de Tomar na Flandres* (manuscrito), s.d., 21).

⁴¹⁴ “O Dr. Patrocínio Dias, presente ou ausente no seu lugar de chefe dos serviços religiosos no Q.G. do C.E.P., foi sempre considerado por todos os soldados do 15 como um oficial permanente do batalhão” (Cf. *A Guarda*, Guarda, XV/563, 16 Ago. 1919, 2). Para mais aprofundamentos sobre a amizade e admiração do major Ferreira do Amaral a respeito de Patrocínio Dias ver: *A Guarda*, Guarda, XVII/749, 23 Jul. 1921, 2; *Novidades*, Lisboa, (XXXIX)I/(8564)113, 9 Abr. 1924, 1-2; *Notícias de*

Entretanto, a situação no HS n.º 2 tornava-se cada vez mais impraticável por causa da proximidade da zona de guerra. Durante o dia 12 de Abril, uma granada explodiu junto do hospital e, a dois quilómetros de distância, a povoação de St. Floris era já “terra de ninguém”⁴¹⁵. O tenente-coronel médico Rodrigues apontou no seu relatório que, na tarde desse dia, um carro levou para Samer o capelão-chefe, “que tão bons serviços prestara nesses amargurados dias no seu hospital”, a pedido do oficial médico por causa do “bombardeamento ser tão violento”⁴¹⁶. Patrocínio Dias ficaria para sempre com a recordação, quase pormenorizada, de toda a tragédia desses dias:

“Quando intento pôr em fóco na memoria esse memoravel dia 9 de Abril não acerto de meter ordem no turbilhão das ideias, factos, acontecimentos, episodios, e visões que se acumulam no meu espirito. Talvez porque de perto o observei. No campo a desolação, nas almas a tristeza, nos campos a fadiga e a dôr. Depois duma resistência heroica acabara de existir esmagado, mas não vencido, o sector portugues. Lá ao longe Estaire em chamas e La Gorgue abandonada; à direita Lestrem, destruida; à esquerda Mer-Ville arrazada e S. Venant ao desamparo; as estradas, de pó revolto e sob ameaça de destruição, pejudas de viaturas [...] são sem conta os fugitivos, velhos, mulheres e creanças, perturbados na sua desoladora marcha pelas auto-ambulancias carregadas de feridos; nos hospitais acabaram os leitos e as victimas do fogo inimigo não acabam de chegar, uns pedem socorro, outros exalam o derradeiro suspiro, a sede devora os corpos, a ansiedade as almas. As noticias inquietam, a marcha do inimigo apavora, o bombardeamento encessante enerva os mais fortes. Tudo isto eu vejo numa lugubre e indiscreto visão”⁴¹⁷.

Beja, Beja, I/28, 26 Jul. 1928,1; IDEM, V/258, 30 Dez. 1932, 2. Seria esse Regimento a conferir-lhe o primeiro louvor da sua acção, pela OS n.º 294, a 4 de Novembro de 1918: “Louvo o capelão chefe do serviço religioso do C.E.P., dr. Patrocínio Dias, por todos os serviços que tem prestado ao batalhão d’infantaria 15, desde a sua vinda para as linhas, durante a ofensiva de 9 de Abril, e ultimamente no seu novo avanço para a linha de fogo, tendo sempre o referido capelão sido um dos melhores auxiliares, com que o comando tem contado para manter, firme e sereno, o moral valoroso dos soldados do batalhão d’infantaria 15 em França” (Cf. *A Guarda*, Guarda, XV/563, 16 Ago. 1919, 2).

⁴¹⁵ ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Documentos relativos à I Guerra*, J. A. RODRIGUES, *Relatório das Operações em que tomou parte o HOSPITAL DE SANGUE Nº1...*, 18.

⁴¹⁶ *Ibidem*, 15; 22. Este tenente-coronel médico colocou no seu relatório como 2.ª proposta de louvor “o capelão-chefe cónego José do Patrocínio Dias por, nos combates dos dias 9, 10, 11 e 12 de abril, se ter mantido no HS 2 (Saint-Venant), onde fazia serviço, apesar do pessoal do PS [Posto de Socorros] ter retirado todo, abandonando o HS, tendo por companheiros apenas duas praças, que se recusaram a retirar a fim de o acompanharem” (Cf. *Ibidem*, 22). Graças a esta e a outras propostas, Patrocínio Dias recebeu diversos “Louvores” e várias condecorações nacionais: a Medalha Militar de prata da classe de bons serviços em campanha (OE N.º 16, 2.ª série, 22.VIII.1919, 899), Comendador da Ordem de Cristo com palma (OE N.º 10, 2.ª série, 10.VII.1920, 500) e a Cruz de Guerra de 2.ª Classe (OE N.º 6, 21.III.1921, 200) (Cf. C. COSTA, *A Igreja Catholica e Sidonio Paes*, 114; 117; 120; *A União*, Lisboa, I/32, 4 Set. 1920, 7; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 210-212). Mais tarde, já como bispo, receberá a Legião de Honra da República Francesa (1940) e a Grã-Cruz da Ordem de Cristo (11.IV.1946) (Cf. *Ibidem*, 426).

⁴¹⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais* - 19D, 6) Alocuções Patrióticas, Lisboa, 9 de Abril de 1923. O diário *Novidades* divulgou uma parte deste sermão numa das suas edições (Cf. XXXIX)I/(8564)113, 9 Abr. 1924, 1-2).

A 16 de Abril, o capelão-chefe dava conhecimento à CCARC da situação dos capelães militares e do modo destemido com que agiram nas circunstâncias perigosas da batalha de La Lys⁴¹⁸. Por meio desse ofício, Patrocínio Dias revelou também que o general-comandante do CEP lhe pediu um relatório do serviço religioso do dia 9 de Abril, ao que correspondeu depois de ter obtido a vontade unânime dos seus colegas e as informações que, de forma genérica, lhe facultaram⁴¹⁹. Nesse mesmo relatório, Patrocínio Dias narra todos os actos de abnegação dos sacerdotes, não fazendo qualquer menção de si e sublinhando apenas que os actos dos seus colegas em nada se deviam atribuir ao chefe, mas ao facto de se terem manifestado “homens de caridade christã e honrado o carácter indelével do seu sacerdócio”⁴²⁰. Num acrescento ao mesmo relatório coloca, inclusive, a acção dos capelães que estavam ausentes de campanha no dia 9 de Abril⁴²¹. Este gesto do capelão-chefe conseguiu dos seus colegas um reconhecimento total que outrora lhe era «irremediavelmente» atribuído. Entre eles, destacam-se dois, principalmente por fazerem parte do grupo orientado pelo Pe. Avelino de Figueiredo⁴²². O primeiro foi o Pe. Álvaro dos Santos, que vindo a Portugal em Maio de 1918, respondeu a uma carta do pai do Dr. Patrocínio, Claudino Dias, nos seguintes termos:

⁴¹⁸ *Vida Catholica*, Lisboa, III/66, 30 Mar. 1918, 570-571. Patrocínio Dias conservou o telegrama que a CCARC lhe enviou a 3 de Maio de 1918, assinado pelo Cardeal Patriarca, com as seguintes palavras: “DOUTOR PATROCINIO DIAS ALFERES CAPELLAO AU SOIN CHEF ETAT MAJEUR CEP PARIS COMITE CENTRAL ASSISTANCE RELIGIEUSE SALUE TOUT COEUR BRAVES AUMONIERES MILITARES LEUR DEVOUEMENT INLASSABLE LEUR ASSURANT SYMPATHIE & PRIERES = CARDINAL PATRIARCHE” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 37) Telegrama do Cardeal Patriarca de Lisboa).

⁴¹⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44a) Relatório Oficial sobre o 9 de Abril, Preliminares, A-Motivos do presente relatório; J. G. SERPA, D. José do Patrocínio Dias, *Bispo-Soldado*, 199-200.

⁴²⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44a) Relatório Oficial sobre o 9 de Abril, III Conclusões; J. G. SERPA, D. José do Patrocínio Dias, *Bispo-Soldado*, 207.

⁴²¹ Trata-se de um anexo ao relatório sobre o 9 de Abril. Nesse documento Patrocínio Dias discrimina a acção de cada um, inclusive dos seus «opositores» (Avelino de Figueiredo e Álvaro dos Santos), bem como a confirmação dos factos e as propostas para condecorações (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44a) Relatório Oficial sobre o 9 de Abril – Anexo). O semanário *A Guarda* afirmou que o capelão-chefe “esquiva-se muito modestamente dizendo que pouco fez e que todo o mérito da poderosa obra moral por elle organizada e dirigida, recahe sobre os seus dedicados colaboradores e colegas [...] esforça-se por me convencer que não devo publicar notas em que se façam referencias ao seu nome” (Cf. *A Guarda*, Guarda, XVI/628, 21 Set. 1918, 2).

⁴²² Avelino de Figueiredo retornou a França nos fins de Maio de 1918, sendo colocado em Aubigni, no acantonamento do Batalhão dos Caminhos-de-ferro. Como o seu trabalho aí era “inútil”, pediu transferência para Brest onde criou uma «mess» para os oficiais, organizou um orfeão, conseguiu roupas e fardas novas para os soldados e ainda fez uma escola. Contudo, é notável o afastamento dos outros capelães a respeito da sua pessoa (excepto o Pe. Manuel Caetano), em comparação com o período inicial. Nos meses de Maio a Novembro de 1918, para além de criticar a atitude do Chefe a seu respeito, criou incompatibilidades com a CCARC (que numa carta lhe chamou “injusto”), em consequência desta não enviar o montante necessário para as suas despesas e para as da escola por ele fundada (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 305; 333-353).

“[...] [o] seu filho continua gozando excelente saúde, vemo-lo sempre contente e satisfeito e tem sido um óptimo companheiro e um santo chefe. É verdadeiramente um homem de Deus. A sua atitude heróica no último combate de 9 de Abril tem sido a admiração de todos. Todos lhe querem muito e todos o veneram”⁴²³.

Outro foi o Pe. Jacinto de Almeida Mota que, “eternamente reconhecido” ofereceu, ao “muito digno chefe dos capelães em França”, um exemplar da *Introdução à vida devota* “como prova de muita estima e gratidão”⁴²⁴.

Organizando-se o CEP para uma nova ofensiva, o pedido de mais capelães ao Ministério da Guerra voltou a ser constante: a narração de que o trabalho na batalha do Lys poderia ter sido mais eficaz se houvesse os capelães necessários e com maior liberdade de acção, conseguiu do Governo uma atitude mais favorável para com os mesmos, manifestada no decreto-lei n.º 4489⁴²⁵. Dá-se então a apresentação de novos capelães, jovens e recrutados na Escola de Oficiais Milicianos, que tornaram possível a Patrocínio Dias apresentar, em 22 Agosto de 1918, um novo quadro com a situação dos 19 capelães militares em campanha⁴²⁶. No entanto, este último período do CEP seria marcado primeiramente por uma depressão moral das tropas, para a qual não estavam preparados os novos capelães, segundo descreveu o chefe:

“Nas horas desoladoras que os batalhões portugueses atravessavam neste novo período de reconstituição à rectargarda, quantas vezes lembrei com saudade esses sacerdotes [os primeiros

⁴²³ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 213.

⁴²⁴ ACODC. Este livro, um clássico espiritual da autoria de S. Francisco de Sales, foi oferecido pelo Pe. Jacinto em Calais (Norte da França) a 8 de Agosto de 1918. Aquando da elevação ao episcopado de Patrocínio Dias, o Dr. Luís Lopes de Melo escreverá uma carta onde lhe afirma: “não julgue que «fartou» os colegas do C.E.P.. A seu tempo verá que não, pois sei que tem sido muito bem aceite, e era já esperada por todos, a sua eleição” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero de Fora Epistolário (1922-1940)* – 19E, 3) Diferentes Sacerdotes, 3.1) Selectos - P. Lopes de Melo, carta 1). O Pe. José Manuel de Sousa (ver nota 16) também em carta ao bispo de Beja augura-lhe: “[...] Deus lhe conceda as graças celestes para poder vencer todas as dificuldades tendentes a impedir que V. Ex.^a Rev.^{ma} venha a fazer da sua Diocese um bispado de santos e fervorosos catholicos, como fez do C.E.P. um exercito respeitador dos capelães, que o acompanharam a França” (Cf. IDEM, 3.4) Vários – Pe. José Manuel de Sousa).

⁴²⁵ *Vida Catholica*, Lisboa, III/66, 30 Mar. 1918, 572-575; M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 92-93. Este decreto determinou que cada capelão receberia o vencimento de acordo com o seu posto; estendia a assistência religiosa aos hospitais, navios ou estabelecimentos militares onde houvesse doentes; permitia, aos oficiais e praças que requeressem, a transferência para o serviço religioso; e a apresentação de um documento comprovativo das suas habilitações, bem como a necessidade da autorização eclesiástica para exercer o ministério em campanha (Cf. *Ibidem*).

⁴²⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistencia Religiosa, c) A offensiva d’Abril e suas consequencias; IDEM, 38) Situação dos Capelães Militares (22.VIII.1918).

capelães] que haviam conhecido um a um os soldados e lamentei estes jovens, cheios de boa vontade, mas com manifesta falta de força moral para inspirarem confiança, dominarem, imporem-se!...”⁴²⁷.

Apesar disso, conseguiu-se restabelecer a moral dos soldados e, em Setembro de 1918, os capelães militares começam a acompanhar os batalhões para a ofensiva final⁴²⁸. Patrocínio Dias ficaria novamente adido, a 13 de Outubro, ao Batalhão de Infantaria n.º 15, testemunhando que, durante esse período, mais de 600 soldados assistiam diariamente à pregação da tarde⁴²⁹. No entanto, dias depois, surgiria a “aurora da paz”, com a assinatura do Armistício em 11 de Novembro de 1918⁴³⁰. A 27 desse mês, um grupo dos capelães militares, juntamente com o capelão-chefe e representando todos os soldados católicos portugueses, dirigiu-se a Paray-le-Monial⁴³¹, a fim de repararem uma omissão: Portugal, de todas as nações aliadas, seria um dos únicos países que ainda não tinha deposto nesse lugar a sua bandeira nacional⁴³². Patrocínio Dias aproveitou a ocasião para consagrar a Pátria ao Coração de Jesus:

“Eis-nos prostrados a Vossos pés, n’este lugar abençoado pelas vossas aparições e consagrado pelas preces de milhares e milhares de fieis de todo o mundo – a nós representantes de Portugal [...] Aqui a tendes [a bandeira nacional] Divino Senhor e Rei dos povos com as côres com que o soldado portuguez a conheceu e serviu desde a Africa à Europa durante a tremenda conflagração a que acabaes por misericórdia de pôr fim [...] Com esta humilde oferta dignai-

⁴²⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistencia Religiosa, c) A offensiva d’Abril e suas consequencias. O Pe. Avelino afirma que o capelão-chefe lhe terá dito: “os padres que passaram de sargentos e oficiais, para o serviço da ARC em França, não trabalham com o zelo e entusiasmo dos capelães que trabalharam desde o princípio da Guerra até ao 9 de Abril!” (Cf. A. FIGUEIREDO, *A Cruz na Guerra*, 521). Apesar disso, Patrocínio Dias pediu aos novos capelães que fizessem um relatório da sua acção (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 40) Relatório do Pe. João António da Silva Gomes; IDEM, 41) Relatório do Pe. João Augusto de Souza; IDEM, 42) Relatório do Pe. António Alves Pacheco; IDEM, 43) Relatório do Pe. Jaime de Gouveia Barreto).

⁴²⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistencia Religiosa, d) A ultima reorganização ofensiva do CEP.

⁴²⁹ IDEM; PT/AHM/DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias.

⁴³⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, II-Acção da Assistencia Religiosa, d) A ultima reorganização ofensiva do CEP; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 233.

⁴³¹ Região da Borgonha (França) onde, durante o século XVII, no convento da Ordem da Visitação, se deram as aparições do Sagrado Coração de Jesus a S. Margarida Maria Alacoque.

⁴³² *A Guarda*, Guarda, XV/643, 4 Jan. 1919, 1. Segundo este semanário: “ha trez anos teve lugar a imponente peregrinação a Paray de representantes de todos os exercitos que combatiam em França, que resolveram collocar junto da Bemaventurada [sic] Margaria Maria as bandeiras nacionais de todas as nações alliadas”.

Vos aceitar a consagração da nossa Patria. Sim, Jesus, de lagrimas nos olhos nós Vos consagramos Portugal – o Vosso Portugal!”⁴³³.

2.2 O regresso a Portugal e a continuação da vida sacerdotal na Guarda (1919-1920).

A acção dos capelães militares durante o período pós-guerra não foi passiva, quer pela chegada dos ex-prisioneiros aos portos de embarque, desprovidos de tudo, quer pela lentidão com que se dava o repatriamento dos militares. Patrocínio Dias registou, num pequeno caderno, as situações de miséria e abandono de muitos que esperavam o retorno a casa, para as quais remetia dinheiro recebido da CCARC⁴³⁴. Entretanto, em Janeiro de 1919, apesar da sua intensa actividade, o capelão-chefe pediu novamente, à mesma Comissão Central, para regressar à diocese da Guarda, sendo-lhe solicitado que continuasse⁴³⁵. Aproveitando a OS n.º 9, de 11 de Janeiro de 1919, que permitia aos capelães militares organizarem excursões de carácter religioso com os soldados portugueses pela França⁴³⁶, o Pe. Patrocínio Dias, depois de ter visitado o ex-monarca D. Manuel II a Fulwell Park (Londres)⁴³⁷, dirigiu-se com mais de trezentos militares e seus capelães, ao Santuário de Lourdes, a fim de participarem na peregrinação aniversária dessas aparições, no dia 11 de

⁴³³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 49) Acto de Consagração ao Sagrado Coração de Jesus.

⁴³⁴ M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 97-98.

⁴³⁵ *Ibidem*.

⁴³⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório Oficial do Chefe dos Capelães Militares, Appendices, a) Documentos, Doc. N.º 12.

⁴³⁷ *Notícias de Beja*, Beja, V/233, 7 Jan. 1932, 1. O jesuíta Constant Tribut diz que Patrocínio Dias obteve licença para ir a Londres em 2 de Fevereiro de 1919, onde esteve durante 5 dias, tendo também visitado este sacerdote (Cf. C. TRIBUT, *Um anno com os soldados portugueses*, 16). Na verdade, o capelão-chefe tinha sido nomeado pelo comandante do CEP com a missão de ir agradecer a D. Manuel II toda a ajuda prestada (envio de agasalhos, tabaco, distrações, artigos de saúde...) aos soldados portugueses durante a guerra. Existe ainda o rascunho da carta que, dias depois, Patrocínio Dias enviou a D. Manuel, da qual importa sublinhar: “Devo a Vossa Magestade um profundo e eterno agradecimento por se haver dignado receber-me na ocasião em que tive a honra de solicitar e obter essa graça. Tendo ido exprimir a gratidão dos capelães militares [...] tão carinhoso e comovedor acolhimento me deu Vossa Magestade de tantas e tão imerecidas provas de bondade fui alvo, que não tenho expressões que manifestem o meu reconhecimento, nem palavras que traduzem a grata impressão da minha alma” (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Documentos relativos à I Guerra*, carta ao Rei D. Manuel). É de destacar uma carta enviada por D. Manuel, anos depois, ao bispo de Beja: “E deixe-me dizer-lhe, que não esqueço a visita do Padre José do Patrocínio Dias a Inglaterra, há anos e que espero, que tantos anos não passarão agora sem receber notícias dos Bispo de Beja!” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório (1923-1947)* – 19D, Cartas de D. Manuel e D. Amélia, carta 1).

Fevereiro⁴³⁸. Para além dos vários reconhecimentos e louvores que aí receberam dos milhares de peregrinos, foi-lhes particularmente sensível o último momento, na gruta das aparições, quando o capelão-chefe fez o discurso de despedida “com palavras arrancadas da alma e lavadas na clareza indefenida dessas lágrimas que um sentimento indisível arranca”⁴³⁹.

Finalmente, a 10 de Abril de 1919, após a celebração do primeiro aniversário da batalha de La Lys, Patrocínio Dias foi, a seu pedido, dispensado do efectivo do CEP⁴⁴⁰. Ele próprio narrará, ao chegar a Portugal, como se deu esta decisão:

“Em 9 d’Abril d’este anno [1919] tive a honra de promover em França solemnes exequias pelos nossos soldados que lá ficaram. Foram imponentes. Assistiu o Snr. General com todo o Estado Maior, compareceram representantes de todos os batalhões e unidades. Em palavras sentidas despedi-me dos mortos em nome dos vivos e chorei... No dia 10 apresentei-me ao Snr. General a pedir-lhe guia p.^a regressar à Patria. «Como assim?» perguntou-me obsequiosamente S. Ex.^a – «Meu General, respondi, as lagrimas d’hontem sobre as sepulturas que por ahi nos ficam, foram o meu ultimo dever em terra estrangeira!» e... parti”⁴⁴¹.

O cansaço desses dois anos, marcados, no final, por uma grande comoção, foram provavelmente a razão desta sua atitude inesperada, pois a CCARC apenas nomeou outro capelão para o seu cargo a 21 de Maio, quando Patrocínio Dias já tinha partido para Portugal, a bordo do *Pedro Nunes*, no dia 11 desse mês⁴⁴².

⁴³⁸ H. A. GONÇALVES, *Rescaldo da Flandres*, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1926, 69. Este último dado sabe-se pela carta dirigida ao ex-monarca: “Mas, Senhor, providencialmente da Capital da Inglaterra fui para Lourdes, a capital das graças da Padroeira de Portugal para assistir às imponentes solemnidades de 11 de fevereiro ultimo” (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Documentos relativos à I Guerra*, carta ao Rei D. Manuel).

⁴³⁹ H. A. GONÇALVES, *Rescaldo da Flandres*, 74. Já antes, noutro livro de sua autoria (*Pátria e Exército*), Horácio Gonçalves escreveu a seguinte dedicatória ao já bispo de Beja: “Com leal e firme continência de filial respeito in C.J., pedindo as necessárias bençãos do Céu, toma a liberdade de oferecer ao Ex.^{mo} R.^{mo} Senhor D. José do Patrocínio Dias – M.^{mo} Bispo de Beja, companheiro saudoso da Flandres e de Lourdes, como Il.^{mo} e virtuos.^{mo} chefe dos heróicos e abnegados capelães militares” (Cf. ACODC). Ainda hoje se conservam várias fotografias dos militares em Lourdes, tiradas entre 11 e 12 de Fevereiro (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 49a) Fotografias da Peregrinação a Lourdes 1919).

⁴⁴⁰ PT/AHM/DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias.

⁴⁴¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 17) Ultimo Livro de Sermões (1919-1923).

⁴⁴² PT/AHM/DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias; M. L. B. MOURA, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, 98. O capelão que assumiu a chefia foi, por nomeação da cúria Patriarcal, o Dr. Luís Lopes de Melo (Cf. M. A. TRINDADE, *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época*, 170). No dia antes de embarcar para Portugal, Patrocínio Dias aponte na sua agenda: “«Vem... Segue-me». Aceitação absoluta do sacrifício de mim mesmo, das contrariedades do apostolado. Mas... tudo para seguir-vos, para ser santo. Adsum, Domine!” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do diário íntimo (1919-1921)).

Chegado à diocese da Guarda, não esconderia as mudanças interiores que a experiência da Flandres lhe causara, nomeadamente o facto de vir, conforme afirmou, “bendizendo a hora em que o Senhor me chamara a servi-l’O no campo de batalha”⁴⁴³. Para além da sua acção em torno da assistência religiosa aos soldados, Patrocínio Dias não descuroou, durante esses dois anos e dois meses, a sua vida espiritual: fez os seus retiros, respectivamente em Montmartre, Boulogne e Liège⁴⁴⁴; continuava a sua devoção das primeiras sextas-feiras do mês⁴⁴⁵; era acompanhado espiritualmente pelo bispo de Portalegre, D. Manuel Mendes, do qual recebia cartas “cheias de caridade e escreve-as para me fazer bem com as suas vistas sobrenaturais”⁴⁴⁶; e, para além das peregrinações já mencionadas, tocou-lhe particularmente a visita a Lisieux, onde viu os lugares que “Sôr Theresa percorrera e iluminou com os seus exemplos”⁴⁴⁷. A par disso, a sua missão junto dos soldados fez crescer nele uma maior humanidade no exercício do seu ministério⁴⁴⁸. De tal modo a heroicidade dos soldados e dos capelães na Flandres o impressionou que, até nos discursos proferidos a convite de alguns regimentos⁴⁴⁹, não se cansava de sublinhar a complementaridade, mesmo vocacional, entre o sacerdote e o soldado:

“Não ha missões que mais se aproximem, que mais completem e mais se conjuguem do que a do padre e o soldado. O sacerdote e o militar são dois soldados, ambos de armas em punho,

⁴⁴³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 17) Ultimo Livro de Sermões (1919-1923). Não deixa de ser interessante sublinhar que as Conferências de S. Vicente de Paulo da Guarda, continuando a sua missão, ficaram felizes quando souberam que a Guerra tinha terminado pois “viviam-se a esperança de ver regressar da sua missão de Capelão militar, o Rev.do José do Patrocínio Dias para com o seu exemplo e palavra, animar os vicentinos da Guarda” (Cf. M. A. P. CÔRTE-REAL, *A História da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*, vol. I, 355).

⁴⁴⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Conferências, Exercícios Espirituais* - 19D, A) Lista dos Retiros Espirituais (1907-1964). Foi na colina de Montmartre que Inácio de Loiola e o grupo inicial fizeram os seus votos em 15 de Agosto de 1534 (Cf. *Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*, Editorial A.O., Braga, 2005, 139).

⁴⁴⁵ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 1.

⁴⁴⁶ IDEM, carta 7: “Quanto mais conheço o Sr. D. Manuel, mais encontro de admiração nas suas virtudes”.

⁴⁴⁷ IDEM, carta 9: “Hontem estive no seu tumulto, fui aos Buissonets em que ella tanto falla na sua historia e conversei com a sua irmã Pauline, a mais velha, e que é agora a superiora do Carmello. Pode calcular os doces momentos aqui passados”. Noutra carta também afirma: “Vim de lá contentíssimo. Por ultimo a superiora fez-me uma grata surpresa: ofereceu-me a vida da Irmã com um bello pensamento subscripto pelas trez irmãs da nossa petite Thèrese ainda vivas” (Cf. IDEM, carta 10). É de referir ainda que quando Patrocínio Dias visitou Lisieux, em 1918, ainda não tinha ocorrido a beatificação de Teresa do Menino Jesus. Por uma gravação de 1958, ele afirma que a devoção a Teresinha era muito arreigada nos campos de batalha e, por isso, foi com um grupo a Lisieux. Chegando a esse lugar e perguntando à criada do hotel e a outras pessoas onde ficava o túmulo da serva de Deus, foi-lhe dito que nunca tinham ouvido falar em tal pessoa e, se estivesse, seria no cemitério (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Gravações de práticas e retiros mensais*, cassete de 1958).

⁴⁴⁸ Ele mesmo afirma: “O convívio dos soldados deu-me a justa medida da grandeza da alma nacional e dos sentimentos que apesar de tudo ainda alimentavam” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 17) Ultimo Livro de Sermões (1919-1923)).

⁴⁴⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Livro “D. José do Patrocínio Dias – Bispo-Soldado” de Gonçalves Serpa*, Correspondência relacionada; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 240.

ambos pugnando por um sublime ideal – para um a arma é a Cruz, para outro, gloriosa e rutilante, a espada! O sacerdote e o militar seguem a voz d’uma vocação, sem a qual nenhum d’elles poderia haver-se na sua árdua tarefa [...] é no campo da batalha que o destino irmana o sacerdote e o militar. [...] Ei-los, porém, na hora do combate! Attingem-nos as mesmas balas, mas firma-os a mesma constancia [...] O sacerdote entre os militares é um irmão entre irmãos”⁴⁵⁰.

Isto teve inevitavelmente repercussões no seu modo de viver o sacerdócio. Analisando o seu último artigo no *Boletim da Diocese da Guarda*, antes de partir para França, vemos um cônego preocupado em salvaguardar “A piedade nas festas”, com uma certa relutância à parte profana que as envolve⁴⁵¹; em Julho de 1919, encontramos o mesmo autor dedicando-se ao tema “Ministério Sacerdotal” do seguinte modo:

“De facto urge que o clero se introduza nas massas pobres, lhes ganhe a confiança e, adaptando-se ás suas circunstâncias, á sua rudeza, ao seu modo de ser, á sua instrução, as chame para o caminho onde podem tornar-se uteis á vida social e aptas para a vida christã [...] Aguardar na sacristia, na igreja ou na residência parochial os que veem, é tarefa inutil [...] Evangelizar as almas é ir procura-las onde ellas se encontram, e fallar-lhes das verdades santas em linguagem que possam atingir [...] Abandona-las, porque se afastaram, esquece-las porque se não vêem, renega-las porque parecem imsubmissas, é praticar o contrario do que a mais rudimentar caridade nos pede. Esta adaptação do ministério sacerdotal, este zelo novo que a hora presente reclama, é difficil, traz amarguras, acarreta cruciantes desenganos, mas não há cruzada sem sacrificio”⁴⁵².

Assim sendo, o Pe. Patrocínio Dias, embora já reconhecido pelos seus serviços no *front*, não procurou, ao regressar, lisonjas ou lugares de destaque. Ao contrário, applicou o maior conhecimento dos homens que adquiriu na guerra para revigorar a sua missão pastoral, ou na linguagem de D. Manuel Mendes da Conceição Santos, para desenvolver “um

⁴⁵⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 17) Ultimo Livro de Sermões (1919-1923).

⁴⁵¹ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, II/8, Janeiro de 1917, 137-139.

⁴⁵² IDEM, V/2, Jul. de 1919, 22-25.

ministério operoso mas voluntariamente apagado, sem rumores nem aparatos, atendendo por igual às chagas das almas e às misérias dos corpos”⁴⁵³.

Contudo, a sua situação não tardaria muito a mudar. Quando em Agosto de 1919, era comunicado que D. José Alves Matoso, precisando de se ausentar durante um mês, deixava como governador do bispado o cónego José do Patrocínio Dias⁴⁵⁴, este não tardou em pedir uma justificação. O prelado respondeu-lhe que essa nomeação vinha da “intima confiança que me merece”⁴⁵⁵, acrescentando uma série de considerações a seu respeito:

“Relativamente à jovialidade do seu temperamento, não é preciso perdê-la; mas (desculpe a franqueza) pôr a nota de um pouco mais de gravidade nas suas palavras e tracto, por certo convem, embora mesmo eu não tivesse feito a nomeação. Não quer isto dizer que eu tenha notado em V. Ex.^a a mais pequenina cousa digna de reparo. Mas (só para nós) tenho ouvido mesmo no seminário, a par dos maiores elogios, outras palavras que exprimem voto para que se dê esta mudança [...] Quero-lhe como a um filho ou a um sobrinho”⁴⁵⁶.

Não se sabe, ao certo, como Patrocínio Dias terá lidado com estas apreciações, mas pela correspondência com o bispo da Guarda durante o mês de Setembro, em que assumiu o governo da diocese, é nítida a proximidade de ambos, ao ponto de D. José Matoso o tratar por “Collega”⁴⁵⁷. Em Outubro de 1919, o cónego Patrocínio fundou o jornal *A Voz da Fé* destinado a ser o “arauto da Obra das Vocações Sacerdotais e dos Seminários” e a “clamar pela urgente necessidade de sacerdotes”⁴⁵⁸. A razão desta sua atitude justifica-se pela atenção

⁴⁵³ *Noticias de Beja*, Beja, V/258, 30 Dez. 1932, 1. Este prelado testemunha ainda: “Era apreciada a sua dedicação generosa? Não sabiam os homens fazer-lhe justiça? Eram questões que o não preocupavam, indiferente como era às vaidades humanas. Como sacerdote dera-se a Deus e às almas, para servir e não para colher louros” (Cf. *Ibidem*).

⁴⁵⁴ *A Guarda*, Guarda, XV/563, 16 Ago. 1919, 1. D. José Alves Matoso costumava fazer “tratamento de águas” em S. Pedro do Sul (Cf. *Ibidem*).

⁴⁵⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais (1902-1920)* – 19D, 20) Cartas de D. José Alves Matoso (1919), carta 3.

⁴⁵⁶ *Ibidem*. Patrocínio Dias não aceitou com total liberdade este cargo. O boletim diocesano publicava em Julho que: “Tendo pedido dispensa do lugar de Governador do Bispado o M. R. Conego Dr. Mendes do Carmo, por falta de saúde, fica-o governando, durante a ausência do Ex.^{mo} Prelado, o M. R. Conego Dr. José do Patrocínio Dias” (Cf. *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, V/2, Jul. de 1919, 30). Ora a citada carta do prelado é datada de 28.VIII.1919, o que significa que houve alguma resistência da parte do nomeado. Conserva-se ainda hoje, o diário desses 29 dias (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais (1902-1920)* – 19D, 20) Cartas de D. José Alves Matoso (1919), 20a) Notas e diário do governo do Bispado da Guarda - Set.1919).

⁴⁵⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 2.

⁴⁵⁸ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, V/4-5, Set.-Out. 1919, 80; J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 273-274; 371; IDEM, *A Imprensa na Guarda (Subsídios)*, Editora Pax, Braga, 1983, 127-128; A. T. PROENÇA, *Beira Baixa Periódicos Religiosos...*, 309.

que o seu prelado dispensava à *Obra das Vocações Sacerdotais e dos Seminários*⁴⁵⁹, nomeadamente quando, no ano lectivo de 1919-1920, se conseguiu autorização do Governo para ser reaberto, numa antiga fábrica do Fundão, um Seminário para estudos preparatórios⁴⁶⁰. Urgia pois a necessidade de, para além do sustento ao recém-aberto Seminário, ter outro que pudesse oferecer os estudos teológicos na diocese, pois os candidatos, para obterem essa formação, tinham de transitar para o Seminário de Coimbra⁴⁶¹. Estimulando o contributo para a Obra das Vocações, o jornal *Voz da Fé*, feito de acordo com o modo de ver do Pe. Patrocínio e de maneira a agradar aos mais piedosos, conseguiu grandes resultados no peditório anual para essa finalidade⁴⁶². O bispo reconheceu-o e, para além de o felicitar pela “aptidão especial para fazer o jornal”, sublinhou-lhe que, da colecta recolhida, grande parte vinha principalmente desse mensário⁴⁶³.

Não tardou a que Alves Matoso, reconhecendo a aptidão deste seu cooperador, exigisse dele a continuação no cargo de governador da diocese, aquando das suas ausências. Na verdade, o bispo entendia que o seu ministério episcopal não devia ser feito apenas por si, mas com auxiliares, movidos não por honras, mas pelo serviço à Igreja⁴⁶⁴. Como tal, em Janeiro de 1920, ausentando-se para Coja, sua terra natal, D. José Matoso encarrega novamente o Dr. Patrocínio Dias do governo da diocese. A decisão originou uma atmosfera de crítica entre o clero mais conceituado; perante isso, o cónego Patrocínio escreve-lhe muito inquieto, afirmando que se não o exonerasse desse cargo, ao qual estava resolvido a resistir,

⁴⁵⁹ A *Obra das Vocações Sacerdotais e dos Seminários* resultou de uma comissão de senhoras que se organizaram em 19 de Abril de 1918, respondendo ao apelo que o bispo Matoso tinha feito, nos inícios desse ano, a favor dos Seminários. Só em 1920 esta Obra estava criada em 36 paróquias contando com o total apoio do prelado que a considerava como a obra “mais importante do bispado” (Cf. J. P. GOMES, *História da Diocese da Guarda*, 273).

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ *Ibidem*, 273. A construção do Seminário Maior da Guarda (ou Seminário Maior da Imaculada Conceição) iniciou-se em 1928, tendo sido concluído em 1951 (Cf. *Ibidem*, 275).

⁴⁶² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 5. O “peditório annual a favor do Seminário”, estipulado para o dia 8 de Dezembro de cada ano, seria depois alterado, para o primeiro dia de Janeiro (Cf. *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, V/6, Nov. 1919, 81).

⁴⁶³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 5; carta 7. Na verdade, ainda em Novembro 1919, o curso de Teologia começaria a funcionar na Guarda com 3 alunos (Cf. IDEM, carta 16).

⁴⁶⁴ IDEM, carta 5.

faria o pedido de ausência da diocese indo residir para outra⁴⁶⁵. Ora estas afirmações surpreenderam o prelado que, apesar de ficar magoado e com um certo desgosto, atendeu ao solicitado, não deixando, como era seu estilo, de comentar:

“Aconselha-me V. Ex.^a mão de ferro. Mas como, se V. Ex.^a, o meu alter ego, perante uma pequena contrariedade, me ameaça com a resistência e saída do bispado? Termina V. Ex.^a por dizer que «na sua impertinencia há uma ponta bem comprida de orgulho e amor proprio». Quero ser inteiramente franco. Creio nas palavras de V. Ex.^a, porque, depois da sua estada na França, parece-me outro – mais susceptível, mais voluntarioso e mais impulsivo sem força para se dominar. Se estou em erro peço que [me] desculpe. Com as pessoas a quem mais prezo não posso deixar de dizer tudo o que sinto”⁴⁶⁶.

Patrocínio Dias acabaria por se resignar a continuar no cargo e, provavelmente para não pôr em questão a autoridade episcopal, exerceu-o até aos finais de Fevereiro de 1920⁴⁶⁷. A 25 de Março foi nomeado arcepreste do distrito eclesiástico da Guarda e dias depois, durante o Tríduo Pascal, pregou o “Sermão do Mandado” e o da “Paixão” na Igreja da Misericórdia da Guarda que servia de Sé⁴⁶⁸. Em finais de Abril, colaborou na organização da visita *ad sacra limina* de D. Manuel Mendes da Conceição Santos⁴⁶⁹. No dia 7 de Maio de 1920, com o bispo de Portalegre e um grupo de peregrinos, dirigiram-se a Roma para a canonização de Margarida Maria de Alacoque; os dois amigos voltariam com o seu futuro traçado para outras finalidades⁴⁷⁰. Sabe-se pela crónica de D. Manuel Mendes, que no dia 9 de

⁴⁶⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 5; IDEM, carta 6.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ Na verdade a última carta de D. José Matoso data de 19 de Fevereiro de 1920, sendo a correspondência novamente retomada em Junho desse ano (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 15; IDEM, carta 16). Patrocínio Dias assumiria outra vez o governo da diocese de 9 a 19 de Setembro de 1920, mas desta vez sem qualquer tipo de recusa pois, por decreto de 20 de Agosto, D. José Alves Matoso nomeou como vigário geral Mons. João de Oliveira Matos (Cf. IDEM, carta 17; *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, VI/6, Nov. 1920, 81).

⁴⁶⁸ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, V/11, Abr. 1920, 178; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 51) Nomeação de Arcepreste do Distrito Eclesiástico da Guarda; IDEM, 54) Excertos do Diário Íntimo: “Preguei o Sermão do Mandato que não me deixou grande impressão de fruto. O assunto era talvez demasiadamente vago e não fui bem sentido”; “Preguei também o Sermão da Paixão que me pareceu de melhor resultado. Estava o assunto bem vivido pela minha alma e comoveu-se com ele o auditório. O Senhor Bispo deu-me a esmola de 20.000 reis pelos dois”.

⁴⁶⁹ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 231. Para esse efeito, Patrocínio Dias saiu da Guarda rumo a Portalegre em 30 de Abril, iniciando a viagem com D. Manuel Mendes em 6 de Junho (Cf. *Ibidem*, 251).

⁴⁷⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 34) Passaporte (1920-1921), 6; J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 234-237.

Maio já estavam em Roma, participando na beatificação de Luísa de Marillac⁴⁷¹. Dos trinta e nove dias que a peregrinação durou, destaca-se principalmente a audiência de Bento XV com os peregrinos portugueses no dia 24 de Maio⁴⁷². Para além de ter comunicado a transferência do bispo de Portalegre para metropolitano de Évora, o Papa chamou à parte o Dr. Patrocínio Dias, no final do encontro, trocando com ele algumas palavras. Apresentado por D. Manuel Mendes, este terá sugerido ao Pontífice que Patrocínio Dias seria o seu melhor sucessor para Portalegre⁴⁷³. Dessa conversa nada mais se sabe, a não ser que o “pequeno crucifixo” devocional do cônego da Guarda “descansou nas mãos do Santo Padre e merecera d’ele uma bênção especial e a graça de tresentos dias de indulgência áqueles que o beijassem devotamente”⁴⁷⁴. De regresso a Portugal, a peregrinação foi ainda a Lourdes, onde todos os dias durante a sua permanência, o cônego Patrocínio Dias celebrou na gruta das aparições⁴⁷⁵. Finalmente, a 15 de Junho, chegando à diocese, continuou a dispensar os seus serviços aos alunos do curso teológico da Guarda⁴⁷⁶.

Na segunda quinzena de Agosto, Patrocínio Dias dirigiu-se para o colégio jesuíta de S. Martin de Trevejo, a fim de realizar os seus Exercícios Espirituais⁴⁷⁷. Os seus apontamentos, ao mesmo tempo que mostram uma certa inquietação, apresentam também a

⁴⁷¹ J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 234-237.

⁴⁷² *Ibidem*, 244.

⁴⁷³ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 243; J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 254. Segundo este autor D. Manuel Mendes, aceitando à priori a sua transferência para Évora antes de ir a Roma, terá levado consigo Patrocínio Dias para o indicar como sucessor (Cf. *Ibidem*).

⁴⁷⁴ *A Guarda*, Guarda, XVII/744, 2 Jun. 1921, 2. Considerado por Patrocínio como o seu “companheiro inseparável”, este crucifixo foi-lhe dado por sua mãe antes de morrer: “toma lá para quando tu fôres missionário”. Quando foi para a I Guerra, Patrocínio Dias usava-o para o exercício do seu ministério: “para quantas mães portuguesas aquelle pequenino crucifixo seria uma preciosa relíquia por n’elle ter pouzado [...] os labios dos seus filhos, que tombaram martyres do dever” (Cf. *Ibidem*). Aquando do falecimento de Bento XV, D. José do Patrocínio Dias escreveu ao vigário geral de Beja uma carta, datada de 25 de Janeiro de 1922, na qual afirma: “Nas duas vezes que durante o seu pontificado fui a Roma [a primeira vez foi nos fins de Abril de 1919], cercou-me de inesperados carinhos, aos quaes se dignou juntar a derradeira próva de Sua Paternal bondade com que sem merecimentos meus, fui elevado ao Episcopado. Serão para mim inolvidaveis as circunstancias que acompanharam a minha eleição, todas de molde a fazerem crescer a divida do meu affecto” (Cf. AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência (1915-1920/1922)* – 19C, carta do Prelado (26.I.1922)).

⁴⁷⁵ *A União*, Lisboa, I/24, 26 Jun. 1920, 7. Segundo a crónica de D. Manuel Mendes este foi o último local visitado pela peregrinação, depois de terem passado também por Assis, Loreto, Pádua, Veneza, Milão, Turim, Lyon, Fourvières, Paray-le-Monial, Ars e Montmartre (Cf. J. P. GOMES, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Vice-Reitor do Seminário da Guarda...*, 244-248).

⁴⁷⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 34) Passaporte (1920-1921), 6; IDEM, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 16. Sabe-se que leccionava Moral no Seminário da Guarda (Cf. *Jornal do Sul*, Beja, XXI/747, 17 Ago. 1983, 1).

⁴⁷⁷ A Escola Apostólica da Província Portuguesa dos jesuítas foi transferida em 1910 para Salamanca e em 1915 para S. Martin de Trevejo (Ciudad Rodrigo), onde já se encontrava a Residência da Covilhã desde a instauração da República (Cf. A. ARAÚJO, / A. LOPES, “JESUÍTAS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens...*, 201).

necessidade, quase urgente, que sentia de reformar a sua vida, ao ponto de ter colocado a questão de ingressar na vida religiosa:

“Depois aos pés de Nosso Senhor pedi luz para conhecer a sua vontade santíssima: entreguei-me todo, dei-me todo, nada desejando por mim e oferecendo-me todo por Elle. [...] Saíram-me as seguintes resoluções: 1- Já que N. Senhor me chama para a vida religiosa, n’este momento, desejo levar na vida sacerdotal do século uma conducta de perfeição que um dia me faça digno da graça da vocação religiosa. Jesus será o meu único ideal de perfeição, a perfeição religiosa como a concebo o ideal intermédio para mais facilmente chegar a Elle”⁴⁷⁸.

Considerando a sua vida pastoral, é particularmente digna de relevo a resolução que toma:

“[...] Procurarei alcançar um grande espírito de generosidade: “dar-me todo a todos”. Particularmente – generosidade na obediência ao superior, [...] Generosidade com os outros sacerdotes, sacrificando a minha saúde à d’elles, a minha conveniência à d’elles, as minhas comodidades às d’elles, o meu tempo ao d’elles, o meu prestígio ao d’elles, sendo pronto em os substituir, em os ajudar, em exercer com elles a caridade, sempre que um dever maior se não offereça. Generosidade com as almas, amando-as em Nosso Senhor e como de Nosso Senhor e sacrificando por ellas a saúde, a alimentação, as comodidades, o prestígio (com as devidas restricções) e a própria vida”⁴⁷⁹.

Foi neste espírito que Patrocínio Dias – após ter ouvido a “decisão de Nosso Senhor clara e categórica”, dizendo-lhe por três vezes “Quero-te para mim” – regressou à diocese da Guarda no fim de Agosto⁴⁸⁰. Depois de governar o bispado durante dez dias a pedido do bispo Matoso⁴⁸¹, participou ainda no segundo turno dos Exercícios Espirituais do clero, de 20 a 25 Setembro, no Seminário do Fundão⁴⁸². Nesse último dia começaria uma intensa vida de

⁴⁷⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo. Nada mais se sabe deste pormenor que Patrocínio apontou. Poderá ter sido uma «consequência» dos tempos da guerra ou um desejo de «fuga mundi»? É uma questão ainda por apurar. Sabe-se, no entanto, que o Pe. António Alves Pacheco (Casegas, 7.I.1893 – Porto, 6.IV.1946), um dos seus antigos colegas da assistência religiosa no CEP e vice-reitor do “Grande Seminário da Guarda” (Cf. *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, VI/7, Dez. 1920, 102-103), terá sentido o mesmo pouco tempo depois de regressar da guerra, quando em 1924 pediu a D. José Matoso, que lhe desse autorização para ingressar nos jesuítas. O prelado consentiu apenas em 1929, altura em que começou o noviciado em Oya, na Galiza (Cf. *Mensageiro do Coração de Jesus*, Braga, LXV/764, Abril 1947, 172-177).

⁴⁷⁹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

⁴⁸⁰ IDEM. Sabe-se que, no regresso, passou a fronteira de Vilar Formoso em 30 de Agosto de 1920 (Cf. IDEM, 34) Passaporte (1920-1921), 10).

⁴⁸¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas e Agendas Sacerdotais*, 21) Cartas de D. José Alves Matoso (1920), carta 17.

⁴⁸² *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, VI/5, Outubro de 1920, 78-79.

apostolado, acompanhando o prelado na visita Pastoral a Silvares (Fundão)⁴⁸³ e pregando em várias festividades na diocese. Retornando à Guarda, na noite de 31 de Outubro, escreveu dias depois no seu diário:

“De Agosto a Novembro a minha vida foi de apostolado. Embora a minha vida fosse d’uma irregularidade completa, devo a N.S. a graça de não haver perdido o espírito de oração. Que saudades d’esses dias! Também tenho a lamentar-me de ingratidões bem notáveis: a preocupação de agradar, a satisfação dos elogios, o cuidado exagerado com o dormir, a guarda dos sentidos... Pobre Jesus, que triste apóstolo tu chamaste para o teu serviço! Bem hajas, Senhor, pelas graças que me concedestes na Idanha, em Silvares, em S. Vicente da Beira, na Covilhan, em Aldeia de Carvalho, no Tortuzendo!... Quantas próvas de amôr recebi, meu Deus – particularmente a grande felicidade de anunciar a tua palavra, a despreocupação de o fazer... tudo, enfim, foram tantas graças!”⁴⁸⁴.

Entretanto, a nunciatura Apostólica em Lisboa ia tratando do processo de nomeação episcopal de Patrocínio Dias. Não se sabe quando terão começado propriamente as conversações; o certo, é que tudo indicava não ser para si a cátedra de Beja; vários jornais anunciavam, desde Abril de 1920, o provimento dessa diocese pelo dominicano Domingos Maria Frutuoso⁴⁸⁵. Em virtude disso, o cônego da Guarda estaria a ser preconizado para Portalegre⁴⁸⁶. No entanto, havendo da parte de Domingos Frutuoso uma certa resistência, em virtude do clima liberal da diocese que lhe seria confiada⁴⁸⁷, e após a nunciatura ter

⁴⁸³ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, VI/5, Outubro de 1920, 78-79.

⁴⁸⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

⁴⁸⁵ *A União*, Lisboa, I/12, 17 Abril 1920, 5; *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, II ser./743, 17 Maio 1920, 346; *O Apóstolo*, Braga, VI/68, Ago. 1920, 345. O mesmo se confirma pela carta do governador do bispado de Beja dirigida ao então administrador apostólico de Portalegre e arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, datada de 25 de Novembro de 1920: “[...] fiado nas indicações do Sr. Conego Simão escrevi ao Ex. Sr. Domingos Frutuoso, apresentando-lhe as minhas felicitações como futuro súbdito e após alguma demora obtive de S. Ex.^a [D. Domingos] resposta em contrario das informações recebidas d’Evora [...] La foi para Portalegre [...] Aqui não encontrava tão bom terreno, faltando-lhe cooperadores e tinha de desbravar as seitas que irriçam os caminhos” (Cf. AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta ao Bispo de Portalegre (25.11.1920)). D. Domingos Maria Frutuoso (Santa Iria da Ribeira de Santarém, 13.II.1867 – Gavião, 6.VII.1949) foi ordenado sacerdote em 1889, tendo sido professor e prefeito do Seminário de Santarém (na época pertencia ao Patriarcado de Lisboa) e pároco de Santa Maria de Óbidos. Em 15 de Outubro de 1893 entrou na Ordem dos Pregadores em França, regressando a Portugal em 1897. No ano seguinte foi-lhe confiada a educação religiosa do Príncipe Luís Filipe e do Infante D. Manuel. Com a instauração da República, obteve um salvo-conduto assinado por Bernardino Machado para poder exercer o seu ministério. Confirmado bispo de Portalegre em 7 de Dezembro de 1920, foi sagrado a 27 de Dezembro desse ano na Basílica da Estrela. Entrou solenemente na diocese de Portalegre a 2 de Fevereiro de 1921 (Cf. *A União*, Lisboa, I/44, 25 Dez. 1920, 5; *A Guarda*, Guarda, XVII/723, 1 Jan. 1921, 1; F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 578-579).

⁴⁸⁶ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 243-245.

⁴⁸⁷ Segundo J. G. SERPA, os dois eleitos ter-se-ão encontrado na nunciatura, quando foram chamados a fim de se alterarem as nomeações. O mesmo autor faz uma narração, a seu jeito, das palavras que terão sido trocadas enquanto esperavam a

consultado o governo português a respeito do destino dos candidatos⁴⁸⁸, Patrocínio Dias foi informado, *sub secreto*, por carta do nuncio Apostólico, Mons. Achille Locatelli⁴⁸⁹, da sua nomeação para bispo de Beja⁴⁹⁰. A 3 de Dezembro, dirigindo-se a Lisboa, o Dr. Patrocínio redigiu uma exposição ao nuncio, na igreja de S. Luís, “pretendendo com ela, desviar de mim a dignidade episcopal”⁴⁹¹. Mesmo assim, no dia seguinte, Mons. Achille deu ordem definitiva para que aceitasse a nomeação, fazendo-lhe uma descrição do estado da diocese⁴⁹². Regressando à Guarda, a sua eleição foi tornada pública a 11 de Dezembro, por meio do semanário diocesano⁴⁹³. Por fim, no Consistório de 16 de Dezembro, Bento XV nomeava-o bispo de Beja, confirmando-o pela bula *Commissum humilitati Nostrae*⁴⁹⁴. Dias depois, o bispo eleito de Beja escrevia:

“O que se passou n’este lapso de tempo, é inacreditável! A minha elevação ao episcopado! Nomeado Bispo de Beja! O que é isto, Senhor! Que quereis de mim? Ter-Vos-heis esquecido de

audiência com o nuncio. Segundo ele, Frutuoso terá dito: “venho a Lisboa protestar contra a minha nomeação episcopal para Beja. Não posso ir pastorear uma diocese no caos em que se encontra aquela!... É uma diocese aniquilada, onde a demagogia anda à solta e desenfreada” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 246-247).

⁴⁸⁸ “O então ministro dos Estrangeiros Dr. Vasco Borges disse que nada tinha a objectivar às pessoas escolhidas pela Santa Sé, simplesmente deviam ser trocadas as dioceses [...] a razão que o Governo dava era muito poderosa e foi providencial. D. Domingos tinha sido capelão da casa real e preceptor de suas Altezas; não seria bem recebido em Beja, cidade retintamente liberal e ferranhamente republicana; devia dar-se-lhe um bispo de prestígio militar e apoiado pelo Governo da Nação” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 245). Esta tese poderá confirmar-se pelos procedimentos do nuncio relativamente à divulgação da figura de D. José, como lhe escreveu Mons. Amadeu Ruas: “[...] Tem de ser. V. Ex.^a R.^a vai mandar e por isso bom é que comece por obedecêr. A photographia á militar tem de vir. V. Ex.^a pede a farda a um alferes, pespega-lhe com as condecorações, e manda ir o photographo a casa, tirar-lhe a respectiva efigie. É assim. Tenha paciência” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero de Fora Epistolário (1922-1940)* – 19E, 2) Mgr. Amadeu Ruas, carta 2). A mesma insistência fez D. Manuel Mendes que, ao escrever em 30 de Dezembro ao bispo eleito de Beja, afirmou-lhe: “O Senhor Nuncio deseja que o meu am.^o arranje um retrato, fardado de capellão, com as condecorações que tem. Não deve mostrar-se rogado, tanto mais que a causa de Deus algo pode lucrar com isso. Arranje uma farda e condecorações emprestadas, se não tem isso de próprio” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes (1920-1955)* – 1D, carta de D. Manuel (30.XII.1920). A resposta do bispo de Beja evidencia: “Se o Snr. Nuncio manda que eu tire o retrato com a farda, fa-lo-ei. Embora me custe e me pareça que no meio militar essa exibição ha-de ter um ar de pretenciosamente ridiculo” (Cf. IDEM, carta de D. José (2.I.1921)).

⁴⁸⁹ Achille Locatelli foi nuncio Apostólico em Portugal de 1918 a 1923. Promovido à dignidade cardinalícia em 11 de Dezembro de 1922, recebeu o barrete pelo Presidente da República, Dr. António José de Almeida, no Palácio da Ajuda a 3 de Janeiro de 1923, sendo esta a primeira vez que um acto desta natureza se realizou na vigência do novo regime. Conseguindo captar as simpatias dos poderes públicos, melhorou muito as relações de Portugal com a Santa Sé (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, 370).

⁴⁹⁰ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 245-246; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo: “2 de Dezembro de 1920 – Recebi n’este dia a notícia da minha elevação ao Episcopado, sendo-me confiada a pastoreação da Diocese de Beja. A comunicação do Senhor Nuncio trazia a data de 29 de Novembro”.

⁴⁹¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

⁴⁹² IDEM.

⁴⁹³ *A Guarda*, Guarda, XVI/720, 11 Dez. 1920, 1.

⁴⁹⁴ BENEDICTUS XV, *Acta Benedicti PP. XV – Sacrum Consistorium – IV. Provisio Ecclesiarum*, AAS 12, 1920, 590; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Bulas de Posse, Entrada e Entronização* – 2E.

que sou o ser mais abjecto do universo? Ter-Vos-heis esquecido do acervo das minhas infidelidades? Senhor, compadecei-Vos de mim!...”⁴⁹⁵.

⁴⁹⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

CAPÍTULO III

O bispo restaurador da diocese de Beja: “Enviado para o meio de vós pela mão providencial de Deus”.

Ao mesmo tempo que José do Patrocínio Dias se ia mentalizando da sua missão, a diocese da Guarda realizava uma subscrição pública para ajudar o novo bispo na compra das insígnias e vestes episcopais⁴⁹⁶. O principal responsável desse movimento, Mons. João de Oliveira Matos, traçava em linhas gerais, num comunicado à diocese, o perfil do prelado:

“Ninguém ignora certamente que a aquisição das vestes episcopales representa, na época presente, em que tudo custa o decuplo, pelo menos, do que custava em tempos normaes, uma enormissima despesa, a que não pode fazer face a magra bolsa do novo Antistite, que não tem fortuna pessoal, que viveu sempre modestissimamente, que nunca passou, podemos afirma-lo, d’uma escassa mediania. Alem disso S. Ex.^a Rev.^{ma} vae governar uma diocese, que está, ha mais de dez anos, privada de Pastor e onde consequentemente faltarão no todo ou em grande parte as alfaias indispensaveis ao conveniente exercício do múnus episcopal”⁴⁹⁷.

Entretanto, José do Patrocínio ia recebendo, das várias entidades, os cumprimentos oficiais pela sua elevação ao episcopado. São particularmente dignos de menção os augúrios

⁴⁹⁶ A *Guarda*, Guarda, XVI/721, 18 Dez. 1920, 1; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 55) Subscrição da Diocese da Guarda para o Bispo de Beja. Esta subscrição foi encerrada oficialmente na publicação de 30 de Abril de 1921 com 181 assinaturas e a soma total de 2.059\$840 (Cf. A *Guarda*, Guarda, XVII/739, 1). Contudo, segundo um documento do AHDB foram recolhidas mais 13 assinaturas posteriores, conseguindo-se um total de 2.242\$340 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 55) Subscrição da Diocese da Guarda). Também na terra natal do prelado foi aberta uma subscrição que rendeu 4.200\$000, aplicados na compra das vestes roxas e na aquisição de uma “riquíssima e artística cruz peitoral d’ouro, que [...] no passador do cordão da cruz, estão artisticamente cinzeladas as armas de município da Covilhã, constituindo um bello trabalho que muito honra a industria nacional” (Cf. *Noticias da Covilhã*, Covilhã, III/103, 15 Mai. 1921, 4; A *Guarda*, Guarda, XVII/742, 21 Mai. 1921, 1). É de mencionar ainda que “uma diocesana de Beja, a Ex.^{ma} Senhora Condessa de Ficalho, ofereceu um rico anel pastoral [...] os capelães militares entregarão ao novo Prelado um lindo sinete com as armas episcopales e outros objectos de escriptorio, a Comissão da Assistência Religiosa em Campanha mandou um estojo com as condecorações” (Cf. *Ibidem*).

⁴⁹⁷ A *Guarda*, Guarda, XVI/721, 18 Dez. 1920, 1. Em 15 de Janeiro de 1921 este semanário acrescentava também que: “É Beja uma diocese pobre e desprovida de quasi tudo que é necessário a um Prelado para o exercício da sua alta missão. Não é propriamente ao novo Prelado que se destinam estas offertas é á diocese que a Santa Sé lhe confiou, é enfim á Igreja que nós todos temos obrigação de socorrer, não deixando que lhe falte o indispensável para o desempenho da sua missão na terra” (Cf. *Ibidem*, XVII/725, 15 Jan. 1921, 1). D. José escreverá em Março de 1921 ao Núncio Apostólico confessando-lhe: “Tomo a liberdade de lembrar o pedido que de viva voz fiz a V. Ex.^a Rev.^{ma} sobre a taxa das Bullas que dizem respeito á minha elevação á Sé de Beja. Ponderei então a V. Ex.^a Rev.^{ma} que não tenho bens pessoais alguns, pois vivo dia a dia do fruto do meu ministerio e da caridade christã [...] hoje posso ainda acrescentar que a Diocese de Beja nenhuns ou quasi nenhuns rendimentos possui e que para a aquisição dos objectos mais necessarios ao munus episcopal e para as vestes foi mister abrir-se uma subscrição publica” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência I (1920-1935)* – 20D, 1) Registo C.O.).

do seu amigo D. Manuel Mendes, arcebispo eleito de Évora e administrador apostólico de Portalegre, no último dia de 1920:

“Nosso Senhor o quis distinguir muito amorosamente dando-lhe uma cruz que, vista com olhos puramente humanos não é de apetecer, antes se affigura durissima. Nao tenha porem apprehensões. As cruces que Nosso Senhor dá são sempre leves, apesar de todas as asprezas; pesadas são as que nós envolvemos. O que é preciso é sermos instrumentos doces e manejaveis nas mãos do artista divino. Lá estaremos d’aqui a pouco, muito perto um do outro a arrotear este pobre Alentejo, tão pouco merecedor da má fama que lhe puseram. Si Deus pro nobis...”⁴⁹⁸.

Em resposta, o bispo eleito de Beja confessou-lhe o seu estado de alma:

“Vejá, vejâ, meu bom amigo em que Calvario o Divino Mestre quèr imolar-me. Que importa, se é esse o meu caminho para o céu? Louvado seja aquele que me chama à expiação dos pecados do meu orgulho. Para tudo estou pronto. Desde que a cruz irremissivelmente caiu em meus hombros, alcancei uma paz de espirito que nada tem perturbado. Vivo n’uma imperturbavel serenidade, apesar dos horrores que de Beja me contam... Não é da diocese, mas de mim que tenho mêdo! Que grande verdade me lembra: «as cruces que Nosso Senhor dá são sempre leves». Sempre!”⁴⁹⁹.

Dias depois da nomeação D. José do Patrocínio iniciou a sua correspondência com o governador do bispado de Beja, cónego João Eduardo Marques⁵⁰⁰. O principal desejo do novo bispo foi criar imediatamente uma atmosfera de união e colaboração com os sacerdotes da diocese, tentando assim conhecer melhor a realidade que o esperava⁵⁰¹. Após as primeiras

⁴⁹⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes (1920-1955)* – 1D, carta de D. Manuel (30.XII.1920).

⁴⁹⁹ IDEM, carta de D. José (2.I.1921).

⁵⁰⁰ Mons. João Eduardo Marques (Beja, 18.VI.1857 – 28.II.1938) frequentou o Curso de Ciências Eclesiásticas da diocese, sendo ordenado sacerdote em 12 de Março de 1881. Capelão da Casa Pia de Beja, professor do Seminário Diocesano (fundado em 1884), foi também cónego honorário, desde 9 de Dezembro de 1893, e promotor de justiça do bispado. Pároco da Alcaria Ruiva (1888-1897) e de S. Tiago de Beja (1897-1912), depois da instauração da República e com a ausência do prelado de Beja (D. Sebastião de Vasconcelos), foi nomeado governador do bispado em 6 de Maio de 1915, pelo arcebispo de Évora e administrador apostólico de Beja, D. Augusto Eduardo Nunes. Quando D. José do Patrocínio Dias foi eleito bispo de Beja, confirmou-o no mesmo cargo até à sua entrada Solene no bispado, nomeando-o depois vigário geral em 18 de Junho de 1922, dia em que também foi elevado a Protonotário Apostólico. A 5 de Fevereiro de 1923 foi ainda nomeado cónego capitular de Beja e deão do Cabido a 25 de Maio de 1925. Foi, sem dúvida, um dos primeiros cooperadores na obra de restauração da diocese iniciada pelo “Bispo-Soldado” (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, XI/526, 5 Mar. 1938, 3; *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 248; F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 509).

⁵⁰¹ Na segunda carta ao governador do bispado, datada de 8 de Janeiro de 1921, D. José do Patrocínio, ao agradecer o telegrama da saudação enviado pelo clero de Beja, afirmou: “[...] a garantida certeza da cooperação de V. Ex.^a e de todos esses devotados sacerdotes, apesar da minha indignidade e insuficiencia, fazem-me esperar dias venturosos no trabalho de christianização d’essa vasta região alentejana que, dôrávante juntos, vamos continuar a fazer” (Cf. AHDB, Cónego João

apresentações⁵⁰², caberá ao cónego Marques fazer o panorama geral do bispado em três tópicos interrelacionados: os antecedentes históricos, a formação e circunstâncias em que o clero vivia e os contornos da prática religiosa.

A restauração da diocese de Beja, em 10 de Julho de 1770, tinha como finalidade remediar a falta de curas em que se encontravam muitas das paróquias do arcebispado de Évora⁵⁰³. No entanto, provida de bispo residencial nos primeiros anos da sua existência – D. Fr. Manuel do Cenáculo⁵⁰⁴ – e com o território eclesiástico mais ou menos definido⁵⁰⁵, a diocese de Beja sofreria períodos prolongados quer de ausência dos seus prelados, quer de «sede vacante», sendo administrada por uma série de vigários capitulares que pouco contribuíram para o seu ressurgimento religioso⁵⁰⁶. Para além disso faltaram-lhe sempre as

Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (8.I.1921)). A expressão máxima deste desejo do bispo de Beja está bem patente na carta dirigida aos “Venerandos Sacerdotes e Caríssimos Cooperadores”, enviada a cada um logo após ter tomado posse da diocese por procuração, em 3 de Dezembro de 1921. Um excerto mostra claramente o modo como se lhes dirigiu: “[...] olhei angustiado para as montanhas da diocese Pacense, para os seus centros de população, cidades, villas, aldeias, para os descampados, para as moradas perdidas em planícies sem fim, e o meu coração sentiu conforto no pensamento do clero diocesano [...] que vão ser comigo os cooperadores dos divinos designios no vasto campo [...] Bispo e Clero hão de [sic] manter sempre, através de todas as vicissitudes humanas, uma união forte, um laço indissolúvel do afecto cristão” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Diocesano* – 19E, 2) Cartas e Portarias (1921-1965), carta de 3.XI.1921).

⁵⁰² Talvez por descuido das autoridades eclesiásticas, o cónego Marques não foi informado da nomeação “pelas vias normais”, mas pelo jornal (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (23.XII.1920)). Em 23 de Dezembro de 1920 foi iniciado um epistolário entre ele e D. José que mostra bem a proximidade que ambos vão criando entre si. Logo em 17 de Janeiro de 1921 o bispo de Beja escreveu-lhe nos seguintes termos: “[...] Senhor Vigário Geral, não tema em dar-me conselhos, fazer-me advertências, falar-me como irmão mais velho. Entre as nossas idades ha notável similhaça: escrevem-se com os mesmos algarismos [63/36]!” (Cf. IDEM, carta do Prelado (17.I.1921)).

⁵⁰³ J. S. GUERREIRO, “A Diocese de Beja no final do século XX”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1996-1997) 35-36; IDEM, “BEJA, Diocese de.”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, 186.

⁵⁰⁴ D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (Lisboa, 2.III.1724 – Évora, 26.I.1814) religioso professo da Ordem Terceira de S. Francisco e confessor do Príncipe D. José, foi eleito bispo de Beja em 5 de Março de 1770 e pouco tempo depois confirmado pela Sé Apostólica, entrando solenemente em Beja a 18 de Maio de 1777. Homem de letras, ciências e arte, D. Fr. Manuel teve uma pastoral activa e interventiva junto dos seus diocesanos, visitando toda a diocese para se inteirar da instrução cristã dos fiéis e da formação dos clérigos. Foi nomeado arcebispo de Évora em 1802 (Cf. *Ibidem*, 186-187; F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 499-500).

⁵⁰⁵ J. M. A. COELHO, “A Diocese de Beja e a sua Catedral – Vicissitudes de um caminho”, *Eboresia*, Évora, XXI (2008) 41-42, 59-61; 75-76.

⁵⁰⁶ Sucedeu a D. Fr. Manuel do Cenáculo, D. Fr. Francisco Leitão (1802-1806) e depois D. Fr. Joaquim do Rosário (1807), que faleceu antes de tomar posse. De 1808 a 1814 a diocese de Beja ficou dependente da jurisdição de D. Fr. Manuel do Cenáculo, ao tempo arcebispo metropolitano de Évora; a 19 de Dezembro de 1814 foi nomeado D. Manuel de Sousa Carvalho que também faleceu antes da tomada de posse. Em 3 de Maio de 1819 era eleito bispo de Beja D. Luís da Cunha de Abreu, sendo confirmado no ano seguinte por Pio VII. Após o falecimento de D. Luís, em 1833, o arcebispo de Évora, D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, nomeou a 16 de Novembro desse ano, como governador do bispado, o Dr. Manuel da Costa Ferreira. No entanto, como em Portugal grassava guerra civil, o Rei D. Pedro IV, não reconhecendo o arcebispo de Évora (por ter sido nomeado por D. Miguel), nomeou como governador do bispado de Beja, a 25 de Maio de 1834, o cónego Francisco da Mãe dos Homens Anes de Carvalho, cargo que exerceu durante 11 meses. Dá-se então a nomeação de vários governadores da diocese: Augusto Frederico de Castilho (a partir de 16.VI.1835 (3 meses)); Caetano Gomes Leitão (desde 14.IX.1835 (quase 4 anos)), Francisco de Paula Vellez (em 5.XI.1838), até que finalmente, em 1843, foi nomeado bispo de Beja, D. Manuel Pires de Azevedo Loureiro. À morte deste, em 14 de Setembro de 1848, o arcebispo de Évora nomeou vigário geral interino da diocese de Beja o prior de Santiago do Cacém, Lobo Pimentel, até que o Governo procedesse ao provimento da diocese. Em Setembro de 1849, o bispo do Funchal, D. José Xavier de Cerveira e Sousa, foi transferido para a diocese de Beja, entrando solenemente em 18 de Agosto de 1850; ao ser transferido para a diocese de Viseu em 1859, sucedeu-lhe D. José António da Mata e Silva, que entrou na diocese em 15 de Novembro desse ano; em 19 de Abril do ano seguinte seria transferido para a arquidiocese de Évora. A 22 de Outubro de 1860 foi nomeado bispo de Beja D. António da

estruturas fundamentais de qualquer diocese – Catedral, Cabido, Seminário e meios de subsistência – chegando a pensar-se na sua extinção, aquando da reorganização eclesiástica das dioceses portuguesas em 1881⁵⁰⁷. Contudo, dois anos depois, foi nomeado bispo de Beja D. António Xavier de Sousa Monteiro⁵⁰⁸, que tomando a peito a reorganização diocesana, começou por fundar o *Seminário Episcopal de Beja*, a 6 de Janeiro de 1885. Vítima da propaganda anticatólica, mormente por meio da imprensa da cidade, desistiu do seu anterior empenho, indo residir para Coimbra, regressando à capital do bispado numa média anual inferior a dois meses⁵⁰⁹. O cónego Marques relatou todos estes antecedentes a D. José do Patrocínio Dias, nos seguintes termos:

“O Alentejo é vasto e a diocese talvez a maior do paiz, mas falta a crença e instrução religiosa que faça conhecer as obrigações do fieis para com os pastores. Infelizmente pode dizer-se que Beja nunca teve um bispo. Desde Cenáculo que daqui levou tudo para Evora, Beja só teve Prelado efectivo D. Antonio Xavier, homem illustrado, organizador, mas que abandonou a sede episcopal pelo remanso de Coimbra, entregando o Seminario que fundou a quem perverteu os seminaristas”⁵¹⁰.

Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo, confirmado no ano seguinte por Pio IX, também este foi transferido para a Sé de Lamego em 1 de Outubro de 1862. Novamente se dará uma sequência de vários governadores do bispado: João Baptista da Silva (1864-1867), José Dias Correia de Carvalho (nomeado bispo de Cabo Verde em 26.VI.1871) e cónego António José Boavida (a partir de 25.VIII.1871). Em 9 de Agosto de 1883, foi confirmado bispo de Beja D. António Xavier de Sousa Monteiro, falecendo a 1 de Junho 1906 (Cf. AHDB, Livro de Registo I (1806-1852); Livro de Registo II (1854-1887); F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 319-320; 500-504). O cónego Marques apresentará a D. José toda esta sucessão de prelados e governadores nos seguintes termos: “Os bispos anteriores faziam por aqui mala para Evora e os vigários que governaram a diocese ou foram incapazes de governar ou políticos, como o Dr. Boavida, chamando padres que vinham semear ódios e só tratavam de obter dinheiro para tornarem ás suas terras” (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (15.I.1921)).

⁵⁰⁷ J. S. GUERREIRO, “BEJA, Diocese de.”, 188; IDEM, “A Diocese de Beja no final do século XX”, 47-53. Foi graças à acção e trabalho do vigário capitular, Dr. António José Boavida, que tal não aconteceu. Para aprofundar mais este tema observe-se as suas obras: A. J. BOAVIDA, *Memoria acerca do Bispado de Beja*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880; IDEM, *Trabalhos Pastoraes*, Typ. Diário da Manhã, Lisboa, 1883.

⁵⁰⁸ D. António Xavier de Sousa Monteiro (Lisboa, 3.XII.1829 – Beja, 1.VII.1906) depois de frequentar a Faculdade de Direito de Coimbra em 1855, tomou todas as ordens sacras em 1858, na capela do Paço do Fontelo (Viseu). Pároco de S. Silvestre na Lousã, foi nomeado cónego da Sé de Coimbra e professor do Seminário desta cidade em 1865. Eleito bispo de Beja em 1883 foi confirmado em 9 de Agosto. Entrou solenemente na diocese em 24 de Novembro do mesmo ano, sendo sagrado no dia seguinte na igreja de S. Tiago. Para além de ser um hábil pintor e um apaixonado compositor de música sacra, D. António Xavier deixou à diocese um legado impressionante de cartas Pastorais e outros documentos que denotam bem o seu entusiasmo inicial. Para mais desenvolvimentos a respeito deste bispo, ver a obra de: J. S. GUERREIRO, “A Diocese de Beja no final do século XX”, *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1996-1997) 35-169.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, 61-62. Serve de exemplo o seguinte relato: “mal vai à religião de Jesus Cristo, quando tem por príncipe da Igreja um D. António Xavier de Sousa Monteiro [...] sem tino algum governativo, empunhou o báculo, emcabçou a mitra e fez chover por todo o bispado cartas pastorais, quase todas sem mérito [...] nada mais repugnante e ascoroso que a embustice na boca de qualquer homem, quanto mais na de um Príncipe da Igreja” (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja – Subsídios para a sua história*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999, 35).

⁵¹⁰ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (15.I.1921).

Na verdade, a situação de Seminário de Beja ficara conhecida em todo o país, não só por acolher seminaristas expulsos de outros Seminários do Reino⁵¹¹, mas também pela formação aí ministrada pelos conhecidos «Irmãos Ançãs»⁵¹². As insubordinações dos seminaristas e as revoltas contra os superiores tomaram uma proporção tão elevada⁵¹³ que, no ano lectivo 1906-1907, o Seminário foi obrigado a encerrar por ordem do Governo⁵¹⁴.

A 11 de Março de 1908 entrava solenemente na diocese de Beja, D. Sebastião de Leite Vasconcelos⁵¹⁵, que começou por resolver imediatamente a situação do Seminário. Reabrindo a instituição em Outubro desse ano, D. Sebastião Vasconcelos reformou os antigos superiores por outros da sua confiança⁵¹⁶. Os «Ançãs», não suportando essa atitude do prelado, que consideravam vexatória, iniciaram uma campanha contra ele, agredindo-o moralmente e caluniando a sua figura por meio de uma interminável sequência de artigos

⁵¹¹ O escritor Aquilino Ribeiro, aluno do Seminário de Beja desde 16 de Outubro de 1902 até à sua expulsão em 6 de Novembro de 1903, confirmou que naquela casa: “A disciplina era branda e não se esfolavam os joelhos a rezar [...] era ali o refúgio dos rebeldes, dos cábulas e daqueles que encaravam o sacerdócio como uma profissão igual à de mestre-escola ou de veterinário” (Cf. A. RIBEIRO, *Um escritor confessa-se*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1972, 48).

⁵¹² Cónego José Maria Ançã (Ílhavo, 22.III.1865 – 1926) e Pe. Manuel Ançã (Ílhavo 1872-1936), exerceram cargos de grande importância na diocese durante o pontificado de D. António Xavier. O primeiro, acolhido em Beja depois da sua expulsão do Seminário de Coimbra, foi ordenado em 7 de Junho de 1888. Cónego honorário da diocese de Beja, foi nomeado vice-reitor do Seminário Episcopal em 1891, assumindo “vitaliciamente” os cargos de “fiel, contador e distribuidor da câmara eclesiástica” em 1896. O seu irmão, Pe. Manuel Ançã, foi nomeado prefeito do Seminário ainda como minorista, recebendo a ordem sacerdotal a 7 de Fevereiro de 1895 (Cf. AHDB, Livro de Ordens e Matriculas, 101; IDEM, 115v.; A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 39). Em 1909 o bispo de Beja, D. Sebastião de Vasconcelos, instaurou-lhes um processo de averiguação que enviou ao ministro da Justiça, pondo a descoberto a leviandade dos mesmos: “Este presbytero José Maria Ançã, que ousou escrever e publicar livros de versos em que se lêem poesias lubricas e desonestas. Este presbytero, a quem nós dissemos com a maior caridade que não podia continuar com o cargo de vice-reitor do seminário pelo motivo da revolta do seminário, e, como insistisse connosco para continuar em tal lugar, lhe dissessemos que pela sua vida irregular e até escandalosa o não podia exercer, e que não teve então dúvida em dizer que tinha só um filho, e que seu irmão, que vive escandalosamente com uma concubina é que tinha dois [...] Era a esta gente que estava entregue a formação do clero!” (Cf. ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (ACMF), Direcção-Geral da Justiça e dos Cultos (DGJC)/BEJ/BEJ/PROCD/001 – D. Sebastião Leite de Vasconcelos, bispo de Beja – *Cópia do ofício enviado pelo Bispo de Beja ao Ministro da Justiça* (2.IX.1909)).

⁵¹³ Na obra de A. M. APARÍCIO são identificados três datas mais significativas das ditas revoltas: na Primavera de 1887, na madrugada de 1895 e finalmente, a mais divulgada, ocorrida entre Novembro de 1906 e Janeiro de 1907 (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 37-58).

⁵¹⁴ “Sua Majestade El Rei, attendendo ao que lhe representou o vigário pró-capitular da diocese de Beja, sobre a necessidade do encerramento definitivo do respectivo Seminário diocesano e da suspensão dos trabalhos escolares durante o actual anno lectivo, visto não poderem as finanças do mesmo supportar um prolongamento grande do dito anno e deste já ir adiantado sem aproveitamento escolar dos alumnos, o que é devido aos factos anormaes que ali teem occorrido desde o começo do corrente anno lectivo, há por bem mandar encerrar aquele estabelecimento” (Cf. ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça* (24.I.1907)).

⁵¹⁵ D. Sebastião Leite de Vasconcelos (Porto, 3.V.1852 – Roma, 29.I.1923) foi ordenado sacerdote na diocese do Porto a 15 de Novembro de 1874. Depois de vários cargos na Câmara Eclesiástica dessa diocese, fundou em 1883, na cidade do Porto, a *Oficina de S. José*, uma instituição de caridade destinada a acolher e promover menores sem família. Eleito e confirmado bispo de Beja em 1907, foi sagrado bispo na Sé do Porto em 2 de Fevereiro de 1908 (Cf. *Homenagem ao Bispo de Beja – Numero Unico*, Propriedade dos Educandos da Real Officina de S. José, Porto, 2 Fev. 1908, 5-6; *O Apóstolo*, Braga, IX/99, Março 1923, 139). Nesse mesmo dia assinou a sua primeira carta Pastoral, dirigindo-se aos seminaristas: “Depois dos actos que são do domínio publico e que tanto amarguraram o coração da Santa Igreja, corremos a obrigação de promover de um modo particular o vosso levantamento moral e intelectual esquecendo o passado, se o vosso arrependimento fôr sincero. Não é pra vos humilhar que recordamos aqui [...] mas para vos animar a seguir uma vida nova que possa reparar o passado” (Cf. D. S. L. VASCONCELOS, *Primeira Carta Pastoral*, Typ. a vapor da Real Officina de S. José, Porto, 1908, 14-15).

⁵¹⁶ A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 62-63; ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Cópia do ofício enviado pelo Bispo de Beja ao Ministro da Justiça* (3.XI.1908).

publicados na imprensa ou por cartas enviadas ao Ministério da Justiça⁵¹⁷. Juntando partidários entre o clero, os ditos irmãos não conseguiram, mesmo assim, serem providos novamente nos seus anteriores cargos pois, por Portaria de 14 de Fevereiro de 1910, as suas demissões, feitas pelo prelado, eram aprovadas pelo Governo⁵¹⁸. No entanto, permanecendo na cidade episcopal, José e Manuel Ançã continuaram a instigar o público contra D. Sebastião, integrando-se nos grupos republicanos, maçónicos e anticlericais da cidade⁵¹⁹. De tal modo ganharam fama, que ainda em 1921, o cónego Marques escrevendo a D. José do Patrocínio, afirmou:

“Não desconhece, V. Ex.^a, decerto, a questão Ançã, chamemos-lhe assim, que tanto danos produziu na diocese e dividiu o clero [...] Alguns [padres] ainda conservam as antigas rellações e partido do Ançã. [D. António Xavier] previu o escândalo que se deu 3 annos após a sua morte com a revolta dos seminaristas, origem de toda a desgraça que caiu sobre a diocese e provocou a lucta de D. Sebastião com os Ançãs”⁵²⁰.

Seria, porém, com a instauração da República que os problemas da diocese se agudizariam ainda mais. Encontrando-se em visita Pastoral, iniciada em Setembro de 1910, às freguesias de Barrancos e Moura, D. Sebastião foi avisado por diversas vezes, no dia 5 de Outubro, de que a sua vida corria perigo caso voltasse à cidade. Embora decidido em regressar, aceitou com grande custo refugiar-se, no dia seguinte, em Rosal de la Frontera

⁵¹⁷ ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – Cópia do ofício enviado pelo Cónego José Maria Ançã ao Ministro da Justiça (9.IX.1909); IDEM, – Cópia da carta do Pe. Manuel Ançã ao Ministro da Justiça (26.I.1910).

⁵¹⁸ O cónego José Maria Ançã devido “à inconveniência do seu procedimento como antigo aluno do Seminário de Coimbra”, como “escritor público” e “à sua responsabilidade nas ocorrências que determinaram o encerramento do Seminário de Beja”; o Pe. Manuel Ançã, pelo modo insubordinado como se dirigiu ao Bispo no dia em que exerceu as suas funções de Escrivão e em consequência da resposta “escrita em termos desatenciosos e injuriosos para o Reverendo Bispo” (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 64).

⁵¹⁹ *Ibidem*, 68-69. Aquilino Ribeiro conta-nos na obra já mencionada: “Manuel suspenso a sacris, acabou por integrar-se na vida civil com barbas e tudo. José não rompeu os vínculos, posto haja transitado com o seu poder de insinuação e talento múltiplo para a República” (Cf. A. RIBEIRO, *Um escritor confessa-se*, 114). No dia 5 de Outubro de 1910, seria Manuel Ançã quem hastearia a bandeira da República no Paço episcopal e no Seminário (Cf. F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 506). É de sublinhar que só no distrito de Beja existiram, entre 1903-1913, 7 oficinas maçónicas (Cf. J. SERRÃO, “Programação e Estrutura Política”, 435). O cónego Marques narra a D. José que o “Districto de Beja [...] foi o fértil campo onde a propaganda dissolvente encontrou abundante colheita [...] pela acção perniciosa que na massa popular produziu a leitura do *Nove de Julho* e ultimamente do *Provir* [...] n’elle escrevia Ançã e d’elle se serviu para a campanha contra D. Sebastião” (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (26.I.1921)).

⁵²⁰ IDEM, carta para D. José (15.I.1921).

(Espanha) até que os ânimos se acalmassem⁵²¹. Mudando-se para o Seminário de Sevilha, daí alegou as justificações da sua atitude ao ministro da Justiça, por ofício de 15 de Outubro⁵²². No entanto, o Governo da República ignorou-as e, por Portaria de 21 de Outubro de 1910, suspendeu-o de todas as suas temporalidades, por “ter abandonado a sua diocese e o proprio país sem previa autorização do Estado”, e considerou “nulla e sem valor, alem de ofensiva dos direitos do Estado” a designação de governador do bispado que o prelado tinha feito⁵²³. Considerando a diocese de Beja “vaga”, o Governo pediu ao arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes⁵²⁴, que desse resolução à questão nomeando um vigário pró-capitular para a governar⁵²⁵. Negando-se o metropolitano a fazer tal designação, por a diocese ter o seu legítimo bispo⁵²⁶, e insistindo o Governo para que D. Sebastião resignasse ao bispado⁵²⁷, a Santa Sé teve de intervir, nomeando o arcebispo de Évora como administrador apostólico da diocese de Beja, em 20 de Janeiro de 1911⁵²⁸. Enquanto D. Sebastião Vasconcelos era “destituído das suas funções de bispo e governador da diocese de Beja”, por decreto de 18 de Abril de 1911⁵²⁹, o administrador apostólico de Beja tentava encontrar um sacerdote idóneo para o

⁵²¹ F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 506-508; F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 325-327.

⁵²² ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Ofício de D. Sebastião de Vasconcelos ao Ministro da Justiça* (15.X.1910).

⁵²³ *Diário do Governo*, I Ser./15, 22 de Outubro de 1910, 141-142.

⁵²⁴ D. Augusto Eduardo Nunes (Portalegre, 31.III. 1849 – Évora, 11.VII.1920), depois de concluir os estudos teológicos em 1871, foi ordenado sacerdote em 25 de Maio de 1872. Matriculando-se na Faculdade de Teologia de Coimbra em 1874, doutorou-se em 19 de Dezembro de 1880. Nomeado lente substituto e catedrático em 15 de Dezembro de 1881, foi também professor no Seminário de Coimbra. Eleito arcebispo coadjutor de Évora em 1884, entrou na arquidiocese em 17 de Janeiro de 1885, sucedendo a D. José António Bilhano, por morte deste, em 18 de Setembro de 1890. Para além da sua ilustração cultural e religiosa, foi alvo da perseguição por parte do regime republicano, nomeadamente entre 1912 a 1914 (Cf. F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 536-538). Para mais desenvolvimentos sobre este prelado português consultar: F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes, Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Paulus Editora, Lisboa, 2010.

⁵²⁵ ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Comunicação oficial da Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos, 1.ª Repartição, ao Arcebispo de Évora* (28.X.1910).

⁵²⁶ IDEM – *Ofício do Arcebispo de Évora à Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça* (28.X.1910);

⁵²⁷ IDEM – *Ofício do Director Geral, José Caldas, ao Bispo de Beja* (23.XI.1910): “[...] o mesmo Ex.mo Ministro me incumbe o dever de insinuar no espirito de V. Ex.ª, tanto em beneficio da autoridade eclesiastica, como em proveito da quietação publica, que V. Ex.ª, na sua qualidade de successôr dos Apostolos, deve procurar manter – a necessidade inadiavel e urgente de offerecer ao poder civil a sua resignação, sem a qual, seguramente, nem a paz nem a harmonia dos espiritos voltarão mais a restabelecer-se na sua diocese”. Importa sublinhar a tentativa feita pelo Governo de extinguir a diocese de Beja. Affonso Costa deu como despacho ao governador civil de Beja, que lhe perguntava sobre a validade com que o vigário geral nomeado por D. Sebastião actuava, o seguinte apontamento: “O Prelado esta suspenso das temporalidades e foi convidado a resignar. O Bispado, actualmente, é como se não existisse” (Cf. ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Ofício do Governador Civil de Beja ao Ministro da Justiça* (4.I.1911); IDEM – *Resposta do Director Geral da Secretaria do Ministério da Justiça* (5.I.1911)).

⁵²⁸ ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Ofício do Arcebispo de Évora ao Ministro da Justiça* (15.II.1911).

⁵²⁹ *Diário do Governo*, I Ser./91, 20 de Abril de 1911, 1697-1608.

cargo de vigário geral do bispado⁵³⁰. Vencidas as dificuldades, só em 1913 foi nomeado o Pe. Dr. Joaquim Pereira Seco⁵³¹, que dias depois de entrar em Beja foi alvo de apupos, orientados por Manuel Ançã, sendo obrigado a abandonar a cidade e a regressar à Covilhã, de onde governou a diocese durante alguns meses⁵³². O auditor da nunciatura Apostólica de Lisboa, Mons. Masella, ao ser informado do escândalo ocorrido, escreveu ao arcebispo de Évora afirmando-lhe que o melhor modo de resolver a situação da diocese de Beja seria suprimi-la, dividindo-a em três partes⁵³³. No entanto, a 6 de Maio de 1915, era nomeado como governador do bispado o cónego João Eduardo Marques⁵³⁴. Anos depois escreverá a D. José do Patrocínio, afirmando:

“[...] veio o Dr. Secco e organizaram-se os insultos de que foi alvo a quasi milagrosamente escapou, tendo eu depois a certeza de que o principal culpado foi o então vigário geral [cónego Luís da Costa⁵³⁵] a quem Deus terá tomado stritas contas. O facto deplorável produziu todavia o benéfico resultado ao retirar-se o poder a um cultho imbecil, teimoso, ignorante e rendido aos Ançãs. O Secco ficou nominalmente Vigario e eu tomei conta da secretaria, entendendo-nos sempre que era preciso. Em 1915, o falecido arcebispo, D. Augusto [...] fez-me ir a Evora, tivemos duas longas conferencias e vencido pelas razões apresentadas e pela necessidade de

⁵³⁰ A primeira proposta para vigário pró-capitular de Beja foi dada pelo governador civil de Beja ao Ministério da Justiça: era o seu cunhado e prior de Ferreira do Alentejo, Pe. António Roza da Fonseca (Cf. ACMF/DGJC/BEJ/BEJ/PROCD/001 – *Ofício do Governador Civil de Beja ao Ministro da Justiça* (26.X.1910)). No entanto, após a investigação que D. Augusto fez sobre a idoneidade deste sacerdote, veio a descobrir que não tinha uso de ordens sacras e vivia com uma filha ilegítima (Cf. F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 336). Ao mesmo tempo que havia a necessidade de substituir o governador do bispado nomeado por D. Sebastião, o cónego Luís Augusto da Costa, por ter aceitado a pensão nos termos da Lei da Separação, o mesmo inconveniente se dava com a escolha do cónego João Eduardo Marques. Outros nomes foram pensados, mas ou por inaptidão ou por recusa não se concretizaram, como por exemplo o caso de um tal Pe. Sequeira, que não aceitou o convite por falta de saúde, afirmando até que isso lhe causaria a morte (Cf. *Ibidem*, 336-342).

⁵³¹ Ver apontamento biográfico na nota 187. O Dr. Seco antes de chegar a Beja, foi ainda a Elvas (onde o metropolitano estava exilado) receber a provisão de governador do bispado, partindo para o seu destino “cheio de animo e de boa vontade em servir a Igreja” (Cf. F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 342-344).

⁵³² F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 508-509.

⁵³³ F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 345. Em carta ao secretário de Estado da Santa Sé, Mons. Masella propôs até que se alterasse a capital do bispado para outra localidade: “Não poucos Católicos opinam que a Santa Sé deveria, dentro de pouco tempo, proceder à transferência da Sede Episcopal de Beja para outra Cidade da mesma diocese, onde a população não seja tão hostil à Autoridade Eclesiástica (Moura, por exemplo)” (Cf. *Ibidem*, 346).

⁵³⁴ F. de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, 509. O arcebispo de Évora escreveu a Mons. Masella, afirmando que “há naquela diocese de Beja, males e desgraças, ou irremediáveis ou difíceis de remediar... o Cónego Marques, conhecedor do meio, confirmou a minha opinião de que o Sr. bispo de Beja não pode por ora voltar mais ali” (Cf. F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 348).

⁵³⁵ Cónego Luís Augusto da Costa (Portalegre, 1837 – Beja, 29.VIII.1917) depois de frequentar o Curso de Ciências Eclesiásticas da diocese de Beja, foi nomeado pároco de S. Brissos, de S. Clara do Louredo e, mais tarde, do SS.^{mo} Salvador (Beja). Exerceu o cargo de vice-reitor do Seminário Episcopal meses depois da sua fundação, do qual foi exonerado em 1891. Vigário geral da diocese no tempo de D. António Xavier, foi também vigário pró-capitular aquando do falecimento desse prelado, por nomeação do arcebispo de Évora, D. Augusto Nunes. Novamente exerceu esse cargo durante a ausência forçada de D. Sebastião, pedindo a sua exoneração em 1914 (Cf. *Boletim Eborense*, Évora, I/10, 1 Out. 1917, 153).

remediar tantos danos acceitei o encargo do governo [...] e hoje raros são os padres que não tenho a meu lado”⁵³⁶.

Na verdade, o clero da diocese de Beja, ficando ao abandono durante a ausência forçada do seu prelado, não conseguiu resistir «heroicamente», como o de outras dioceses do país, às disposições do Governo da República. A Lei da Separação, extinguindo as cóngruas paroquiais e confiscando os bens e rendimentos para a sustentação do clero, atribuiu uma pensão vitalícia de subsistência e outra de aposentação, aos padres que a aceitassem, criando uma espécie de contrato com o Estado e tornando-os, desse modo, servidores do mesmo⁵³⁷. Na realidade da diocese de Beja, 85% do clero aderiu à pensão, para evitar viver em situações de miséria trágicas, em consequência da não contribuição dos fiéis e da perda de rendimentos⁵³⁸. Assim, em 1911, num total de 77 sacerdotes, 66 deles eram pensionistas⁵³⁹. Apesar de toda a benignidade do administrador apostólico em tratar da questão⁵⁴⁰, o certo é que se criaram outros inconvenientes, tal como o cónego Marques descreverá ao bispo eleito de Beja:

“Fora da diocese há padres sem licença e quasi todos é favor não voltarem [...] A diocese tem actualmente 58 padres, 6 ausentes sem licença, 8 com ella fora do bispado, 2 excomungados por terem contraído casamento e 2 que vivem como seculares. Obrigados pelas circunstancias e necessidade de ter mais meios para sustentar-se quasi todos os parochos e alguns depois de ouvirem o metropolitano acceitaram a pensão, sendo mal vistos os que a recusaram. São 14

⁵³⁶ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (15.I.1921).

⁵³⁷ F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 251-262; 275.

⁵³⁸ Em carta dirigida a D. José do Patrocínio, datada de 26 de Janeiro de 1921, o cónego João Eduardo confirmará: “Os povos que contribuíam para a congrua e sustentação do parochos ficaram alliniados d’esse onus pelas disposições da lei e folgaram com isso, vendo até mal os sacerdotes que a não acataram. Julgam-se assim com direito a tudo exigirem dos parochos e a nada lhes darem e estes ou morreriam de fome ou teriam de emigrar, como alguns fizeram [...] O alentejano não costuma abrir a bolsa e julga-se desobrigado de concorrer para a manutenção do seu parochos” (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (26.I.1921)). Outro caso da questão deu-se com o pároco de Pias, cónego Francisco Lopes Lossa, para evitar conflitos com o Presidente da Junta «Republicana», foi obrigado a abandonar a residência paroquial juntamente com a sua irmã, cunhado e sobrinha, visto ter sido alegado que apenas ele, e não a sua família, tinham direito de aí residirem (Cf. L. F. BORGES, *Monografia de Pias*, Edição do Autor, Pias, 1986, 53-54).

⁵³⁹ F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 271. O próprio cónego Marques pertencia ao número dos sacerdotes que recebiam pensão. Aquando do seu falecimento, foi tornado publico um parágrafo das suas últimas disposições: “Não gastei um ceitil de tudo quanto, desde 1911 recebi da minha aposentação. Essas economias são da Santa Igreja: ficam para a grande obra do Seminário” (Cf. *O Nosso Seminario*, Beja, VII/69, 25 Fev. 1939, 1).

⁵⁴⁰ F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 277-285. Mons. Masella, secretário da nunciatura, ficou impressionado com os números de “pensionistas” apresentados pelo metropolitano: “Confesso que a questão aludida me figurou sempre grave, particularmente por causa da diocese de Beja; portanto, bem compreendo o estado de preocupação de V. Ex.^a [...], reconheço que a posição de V. Ex.^a é muito melindrosa e talvez se pudesse adaptar aí o procedimento especial, por exemplo, permitir a esses padres que conservam a pensão, com a condição de fazerem conhecer a V. Ex.^a que condenam a lei” (Cf. *Ibidem*, 271)

entrando no numero os aposentados. Há effectivamente falta de clero para a matriz d'algumas parochias, mas impossível é prove-las, ao menos por enquanto, a parochos proprio á falta de rendimentos para seu sustento”⁵⁴¹.

Assim sendo, a situação do clero, juntamente com a perseguição que lhes era feita quer pela legislação civil, quer pelas campanhas anticlericais, ou ainda pela cedência evidente dalguns às determinações do Estado, prejudicaram em muito a prática religiosa na diocese. Se antes da instauração do novo regime, os últimos prelados tinham ressaltado em diversas pastorais, a ignorância do povo em matéria de religião⁵⁴², depois de 1910 não houve qualquer atitude contrária à proibição ou substituição, por “festas cívicas”, das tradições religiosas populares⁵⁴³. O mesmo se confirma pelo ordenamento diferente das juntas paroquiais, irmandades e confrarias, em consequência da Lei da Separação que, se não foram extintas, transformaram-se em “associações cultuais”⁵⁴⁴. No entanto, a partir de 1917, deu-se um pequeno ressurgimento religioso, embora com a agravante falta de clero⁵⁴⁵: exteriorizou-se

⁵⁴¹ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (15.I.1921).

⁵⁴² D. António Xavier de Sousa Monteiro publicou os seguintes documentos: *Carta Pastoral sobre a instrução religiosa do povo* (7.X.1884); *Provisão sobre o Catecismo Diocesano* (28.IX.1885); *Carta Pastoral sobre a necessidade da religião* (3.II.1889); *Carta Pastoral sobre a instrução religiosa do povo* (28.IX.1893); *Provisão sobre o ensino da doutrina cristã* (3.V.1898); *Carta Pastoral sobre o indiferentismo religioso – Quaresma 1905* (4.II.1905); *Carta Pastoral sobre a ignorância da Religião – Quaresma de 1906* (31.I.1906) (Cf. ARQUIVO DO SEMINÁRIO DE BEJA (ASB), Pastorais de D. António Xavier de Sousa Monteiro). Também D. Sebastião de Leite Vasconcelos, depois de realizar a visita Pastoral a algumas freguesias, confessará o estado desolador e triste da situação moral e religiosa das mesmas (Cf. D. S. L. VASCONCELOS, *Quarta Carta Pastoral*, Typ. Fonseca&Filho, Porto, 1910, 6-7).

⁵⁴³ Na cidade de Beja, as primeiras festas de carácter cívico realizaram-se pela primeira vez em 1912 e, segundo o redactor do jornal *Republica*, destinavam-se a substituir as “antigas” festas religiosas (Cf. *Apud*, M. L. B. MOURA, *A «Guerra Religiosa» na I Republica*, 437). É de mencionar que nesse mesmo ano houve ainda em Beja atitudes iconoclastas: numa só noite desapareceram sete cruces (Cf. *Ibidem*, 265).

⁵⁴⁴ As “associações cultuais”, promulgadas pela Lei da Separação, eram fundadas mediante autorização do Governo e destinavam-se a obras de beneficência, bem como ao encargo do culto das paróquias, ficando os sacerdotes excluídos da sua direcção e gerência. Em 29 de Setembro de 1911, nova Portaria do Ministério da Justiça declarava: “Manda o Governo da República que todas as autoridades, e especialmente as administrativas, com a maior mansidão e tenacidade provoquem, estimulem e persuadam a formação de associações cultuais ou que, como tais, passem a funcionar irmandades já existentes” (Cf. *Diário do Governo*, I Ser./229, 30 de Setembro de 1911, 4042). Segundo informações do bispado: “Desde abril de 1911, muitas juntas de paróquia, a quem incumbe a conservação dos templos, esqueceram propositadamente este preceito legal e deixaram chegar as igrejas a tal estado que muitas em breve cairiam ou se tornaram incapazes de nelas se exercer o culto” (Cf. *Boletim Eborense*, Évora, II/6, 1 Jun. 1918, 102). Só na cidade de Beja, em Novembro de 1911, foram dissolvidas pela autoridade civil quatro irmandades; Quanto a “associações cultuais”, contavam-se pelo menos 14 no território diocesano (Cf. IDEM, II/7, 1 Jul. 1918, 116; F. J. S. COELHO, *D. Augusto Eduardo Nunes...*, 311-313.)

⁵⁴⁵ “A propaganda anti-religiosa, que fôra intensa na Diocese, affastou da Igreja muitos que hoje reconhecem os seus erros e o movimento paroquial tende a augmentar em quasi todas as freguesias [...] A falta sensível de clero e a necessidade de prover-lhes de remedio, levou o Governador do Bispado a dirigir-se aos parochos da Diocese” (Cf. *Boletim Eborense*, Évora, I/7, 1 Jul. 1917, 103). Ainda em 1921 é afirmado: “Sente-se muito a falta de clero para acudir ao cuidado das parochias vagas” (Cf. IDEM, V/4, Maio 1921, 34).

novamente o culto, reorganizaram-se as antigas festas religiosas e, por meio de práticas devocionais, o número de praticantes tendia a aumentar⁵⁴⁶, como relatou o cônego Marques:

“O estado religioso da diocese tem melhorado, como o prova a estatística que tenho organizado. Quasi que esta restabelecido o antigo estado, onde ficou o parocho, exceptuando os matrimonios a que muitos fogem, já pela facilidade que lhes dá a lei civil, já pela falta de educação religiosa e receio infundado da confissão sacramental a que fogem. No ano findo não houve freguesia que não celebrasse as festas tradicionais quasi desaparecidas depois de 1910. Não me iludo julgando que é a fé que os move, mas vejo no facto o reatamento das tradições e uma volta á Igreja. É meio caminho percorrido”⁵⁴⁷.

Longe de ficar assustado com todo o panorama narrado pelo vigário capitular de Beja, Patrocínio Dias, não só o louvou pela constância em que governou a diocese, mas garantiu-lhe: “nem um campo de batalha semeado de cadáveres foi capaz de diminuir a minha confiança em Deus: espero na misericórdia Divina”⁵⁴⁸.

Sabendo que em Beja se criavam as condições necessárias para a sua vinda, depois de participar na *Homenagem ao Soldado Desconhecido*, a 9 de Abril de 1921⁵⁴⁹, foi para o colégio S. Martin de Trevejo, realizar os Exercícios Espirituais preparatórios da sua sagração⁵⁵⁰. Dos apontamentos desses dias, destaca-se:

“O Divino Pastor vem a mim [...] Eu já ouvi a sua voz, quis tudo dispor providencialmente, miraculosamente, quis e eis-me eleito um dos seus pastores... quando penso na forma como tudo se fez, como tudo se encaminhou, sou forçado a surpreender-me deante da vontade de

⁵⁴⁶ As justificações para este renascimento religioso, segundo as informações do bispado, seriam a grave epidemia (pneumónica) desenvolvida em Beja e na região desde Outubro de 1918 e que causou inúmeras mortes; e a I Guerra Mundial “que tantos sobressaltos causou” (Cf. *Boletim Eboense*, Évora, III/12, 1 Dez. 1919, 187).

⁵⁴⁷ AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (26.I.1921).

⁵⁴⁸ IDEM, carta do Prelado (5.II.1921).

⁵⁴⁹ *A União*, Lisboa, II/55, 2 Abr. 1921, 1; *A Guarda*, Guarda, XVII/736, 17 Abr. 1921, 1-2; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 371-379. Nas vésperas dessa homenagem, o ministro da Guerra, Álvaro de Castro, recebendo o bispo eleito de Beja, notou que este não tinha a Cruz de Guerra. Depois de uma reunião de Conselho de Ministros em casa de Bernardino Machado, o ministro foi ter com Patrocínio Dias e, retirando da farda a sua Cruz de Guerra, colocou-a no peito do prelado (Cf. *A Guarda*, Guarda, XVII/734, 9 Abr. 1921, 2; *Novidades*, Lisboa, (XXXIX)I/(8564)113, 9 Abr. 1924, 1; *Notícias de Beja*, Beja, I/28, 26 Jul. 1928, 2; IDEM, V/258, 30 Dez. 1932, 2). É ainda de salientar que D. José do Patrocínio Dias teve um papel de destaque nesta homenagem, principalmente por ostentar, na sua batina episcopal, as condecorações que ganhara como capelão do CEP. No Mosteiro da Batalha, o próprio Afonso Costa, que viera de Paris para estas celebrações, mostrou-se empenhado em trocar impressões com o bispo de Beja (Cf. D. PERES, “Sob o signo da Guarda Republicana”, in D. PERES (Dir.), *História de Portugal – Edição Documental*, Suplemento, Portucalense Editora, Porto, 1954, 301; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 378).

⁵⁵⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 34) Passaporte (1920-1921), 14.

Jesus – quis-me seu pastor, como se de mim carecesse, como se a mim não pudesse dispensar. Está assente – sou seu eleito, sou seu Bispo... e que pede agora? Espírito sobrenatural! [...] A mim confia-me uma parte – a diocese de Beja, a mais árdua, a mais abandonada, dizendo-me entristecido – “Non habent Pastorem”!... Quer, porem, que essa diocese lhe pertença, que seja a diocese do Seu Coração – quer ser amado lá [...] Vai ser a diocese das misericórdias, das graças, do perdão, dos benefícios sem custo, das glórias do seu Coração?!... “Ecce adsum!... Eis-me prompto – Irei... Irei a tornar-vos conhecido e amado, irei a fazer conhecer a Vossa Igreja, as Vossas Luzes, as Vossas Graças, o Vosso Coração – mas com affecto, com entusiasmo, derramando amôr nos corações, fallando-lhes de amôr e com amôr... nada de official, de herocratico, de linguagem fria. Quero-Vos ter bem gravado de imagem no coração para virdes pelo vosso nome aos meus lábios, para vos transmittir aos outros... É preciso amôr, sacrifício e abnegação?... Ecce adsum!”⁵⁵¹.

Depois do seu oferecimento total, tomou a decisão de fazer um juramento de fidelidade à diocese, procurando ser o “Bispo da simplicidade e da pobreza”, o “Apostolo do Coração de Jesus”, e totalmente disponível a todos os sacrifícios que a nova missão acarretasse, resumindo-a em “dar a Nosso Senhor as almas que são d’Elle... e que Elle me manda procurar-lhe!”⁵⁵². Regressando à Guarda, José do Patrocínio Dias foi sagrado bispo na Catedral da mesma cidade no dia 3 de Junho de 1921, festa do Sagrado Coração de Jesus⁵⁵³. Entretanto, não entraria imediatamente na diocese. Uma prolongada demora na cedência, reparação e arranjo da futura casa episcopal iria apenas possibilitar esse acto sete meses depois da sagração⁵⁵⁴.

⁵⁵¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

⁵⁵² IDEM. O desejo de ser um “Apostolo do Coração de Jesus” ficou bem patente nas suas armas episcopais, nas quais o Coração de Jesus tomou o centro, com a divisa: “Omnia traham ad me ipsum” (Jo 12, 32) (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 261).

⁵⁵³ D. José conseguiu que o Governo entregasse novamente para o culto a Sé da Guarda. Depois de algumas obras de reparação, a Sé foi reaberta em 1 de Junho, de maneira a acolher a sagração episcopal do bispo de Beja (Cf. *A Guarda*, Guarda, XVII/739, 30 Abr. 1921, 1; IDEM, XVII/740, 7 Mai. 1921, 1; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 250-253). O principal sagrante foi o arcebispo de Braga (anterior arcebispo-bispo da Guarda) D. Manuel Vieira de Matos e co-sagrantes D. Manuel Mendes da Conceição Santos (arcebispo de Évora) e D. José Alves Matoso (bispo da Guarda) (Cf. *A Guarda*, Guarda, XVII/741, 14 Mai. 1921, 1; IDEM, XVII/744, 2 Jun. 1921, 1). De Beja participou uma pequena representação: o Pe. Francisco Sant’Anna da Costa, vigário da Vara de Odemira, a condessa de Ficalho e as famílias de Caetano José Ferreira (Beja) e Parreira Cabral (Santiago do Cacem) (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (16.V.1921); IDEM, carta do Prelado (13.VI.1921); J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 258-259).

⁵⁵⁴ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (26.I.1921); *Ibidem*, carta para D. José (23.XI.1921).

3.1 A entrada Solene na diocese de Beja e as primeiras acções pastorais.

A marcação da entrada do novo bispo, para além da casa e do acolhimento a serem preparados, prendeu-se também com a evolução de vários factos. Em primeiro lugar a situação política de Portugal: de 1920 a 1921, o Presidente da República nomeou 14 governos; em 19 de Outubro de 1921 eclodiu uma revolução em Lisboa, que causou o assassinato de alguns políticos; em suma, o novo regime, com apenas uma década, ainda não tinha chegado à desejada estabilidade e vivia-se num certo “cansaço político”⁵⁵⁵. Em segundo lugar, a questão relacionava-se também com o impacto da notícia na diocese, nomeadamente na cidade de Beja: os primeiros comentários tendiam entre aqueles que se consideravam indiferentes e os que desejavam a vinda do prelado, mas “não uma animosidade declarada”, como afirmou o cónego Marques⁵⁵⁶. Aliás, um “comissio sindicalista” realizado no mercado municipal de Beja em Maio de 1921, destinado a dispor os ânimos contra a vinda do bispo teve o efeito contrário: D. José do Patrocínio tornou-se o assunto obrigatório de todas as conversas e os que já tinham contactado com ele divulgavam as melhores referências⁵⁵⁷.

Entretanto, o “Bispo in partibus”, como ele próprio se chamava, vivia numa “longa espera que Deus entendeu permitir”, tentando por várias vezes apressar a data de entrada, mas sem resultado⁵⁵⁸. Quando em 6 de Outubro, o cónego Marques lhe dizia que tudo era ainda

⁵⁵⁵ J. SERRÃO, “A Conjuntura”, 728-731; R. RAMOS, “A segunda Fundação”, in J. MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*, vol. XII, 305-310. Chegou mesmo a pensar-se numa nova perseguição à Igreja, conforme expressou D. José ao cónego Marques: “As horas revolucionárias deixam vestígios nos espíritos que só o tempo é capaz de gastar. Deixemos que haja serenidade [...] Se assim não fôra, uma nova perseguição à Igreja seria inevitável. Póde ainda desencadear-se, mas, a meu vêr, mais provavel é que os nòvos detentores do poder ficassem, apos os acontecimentos, sem força para a fazer. Mas Deus velará pela Sua Igreja e, se a perseguição viér, fará ressaltar do mal, como sempre, um grande bem” (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (24.X.1921)).

⁵⁵⁶ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (26.I.1921). Mesmo assim convém mencionar que em 11 de Fevereiro de 1921, aquando da entrada Solene de D. Manuel Mendes em Évora, D. José do Patrocínio, que quis estar presente nesse momento, sofreu, por engano, ameaças e insultos (Cf. D. F. M. SILVA, *A Alma do Arcebispo Apóstolo – D. Manuel Mendes da Conceição Santos*, 94). No entanto, o facto não teve repercussão em Beja.

⁵⁵⁷ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (16.V.1921). Este comício distribuiu panfletos de modo a juntar partidários. O vigário geral de Beja fez chegar um exemplar ao prelado. Eis alguns excertos: “Não consintas, Povo de Beja, que a reacção gose a maldosa alegria de ver a dentro dos muros desta nobre e liberal cidade, essa figura negra que representa os mais retrogrados de todos os ideais! Se tal consentires, megulharàs cobardemente na lama e não mais te poderàs afirmar altivamente defensor dos generosos ideais da imancipação [sic] humana! Não mais terás socego no teu lar, porque a vinda desse mitrado obedece, positivamente, a uma preconcebida ideia de retrocesso [...] Um bispo em Beja? Isso nunca! [...] Abaixo a reacção!” (Cf. IDEM).

⁵⁵⁸ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (24.X.1921). É impressionante o «trajecto» de situações e datas pensadas para esse acto. D. José declarou, pela primeira vez, a sua inquietação pela questão, na carta enviada ao cónego João Eduardo, datada de 12 de Julho de 1921: “O diret. Canonico o prescreve (c. 333) e o prazo canónico

hipotético, faltavam ainda mais dois acontecimentos que prolongariam a demora: um acidente ferroviário na linha de Beja, em Novembro de 1921, que enlutou a cidade; e a morte do Papa Bento XV em 22 de Janeiro de 1922⁵⁵⁹. Este último facto poderia ter adiado novamente a entrada se não fosse a opinião do nuncio Apostólico de que, mesmo continuando o “luto na Igreja”, Patrocínio Dias deveria realizá-la⁵⁶⁰. Assim sendo, visando o dia 5 de Fevereiro, as duas comissões formadas para a recepção do prelado esforçaram-se para que tudo se concretizasse⁵⁶¹. Ao cônego Marques deve-se a tática usada para iludir os mais rebeldes, que obscuramente, programavam fazer distúrbios: recomendou a D. José, que não viesse directamente de Lisboa para Beja, mas que, indo ter a Ferreira do Alentejo na véspera, pernoitasse na Quinta de S. Vicente, da Família Maldonado Passanha e, no dia seguinte, partisse para a cidade⁵⁶². Conforme o combinado, Patrocínio Dias partiu da Covilhã para Lisboa e no dia 3 de Fevereiro deu ainda uma entrevista ao jornal *O Século*, na qual frisou:

“A minha acção?... mas para qu[ê] traçar programas... As circunstâncias de momento modificam sempre os programas mais laboriosamente traçados. A minha acção na diocese de

acaba no próximo dia 22 do corrente”, perguntando-lhe novamente (já o tinha feito no início do ano) se não poderia ficar a residir temporariamente num hotel da cidade. Na verdade, o nuncio apostólico e o arcebispo de Évora, que tanta pressão faziam para que o novo bispo entrasse na diocese, tiveram de se render às circunstâncias e, este último, até aceitava que D. José fosse para um hotel (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. Manuel (2.II.1921); IDEM, carta de D. Manuel (13.VII.1921)). O Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, terá recusado essa ideia, como o fez chegar a Patrocínio Dias (Cf. IDEM, carta de D. José (15.VII.1921)). Entretanto, D. José partiu para Lisboa em 18 de Julho, de modo a ficar mais próximo da sua diocese (Cf. IDEM). Como a resolução da situação demorava, regressou à Covilhã em finais de Agosto (Cf. IDEM, carta de D. José (25.VIII.1921)). A ideia do hotel foi recusada totalmente, quando D. Manuel Mendes enviou um sacerdote (Pe. Costeira) a Beja para saber da situação. Este ter-se-á informado de que “Ir para hotel póde trazer mt.o desprestigio quanto ao publico da diocese, será uma solução que póde provocar commentarios menos respeitosos da imprensa local e como sabe, isso a principio é preciso evitar-se o mais possivel. Podia até o facto ser tornado por alguns como uma desfeita” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. Manuel (15.VII.1921)). A posse por procuração realizou-se a 3 de Dezembro, embora D. José desejasse que fosse a 21 de Novembro. Quanto às datas de entrada, para 1921, foram combinadas, sem efeito: 5 de Agosto, 15 de Agosto, 8 de Setembro, durante a primeira semana de Outubro, 5 de Novembro, 6 de Novembro, primeiros dias de Dezembro; para 1922, pensou-se em 6 de Janeiro, 29 de Janeiro, 2 de Fevereiro, e finalmente, por carta de 28 de Janeiro ao cônego Marques, ficou definido o dia 5 de Fevereiro (Cf. AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (28.XII.1921)). O bispo de Beja partiu da Covilhã para Lisboa em 29 de Janeiro de 1922, de modo a, sem qualquer tipo de outros desvios, entrar na diocese no dia 5 de Fevereiro (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (28.I.1922)).

⁵⁵⁹ AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (6.X.1921); IDEM, telegrama do Prelado (12.XI.1921): “Fiquei profundamente amargurado noticia horrendo desastre envio expressão sentimento vitimas e famílias peço obsequio fazer representar funerais”; AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões (1922-1945)* – 19D, 1) Livro de Cartas Pastoraes e Provisões (1922-1943), 6-6v.

⁵⁶⁰ AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (30.I.1922); AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (28.I.1922).

⁵⁶¹ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 263-264.

⁵⁶² A causa desta escolha fora porque “os ferro-viarios não inspiram hoje confiança a ninguem e o recinto da estação não é dos melhores [...] Podem por malicia demorar o andamento do comboio e chegar aqui a horas que tudo prejudicariam” (Cf. AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (12.XI.1921)).

Beja, resume-se a servir a Igreja e a Pátria. Sempre as tenho servido na medida das minhas forças [...] Não conheço ainda a minha diocese... tudo depende das circunstâncias... Vou animado da melhor vontade de servir útilmente a Igreja e a Pátria”⁵⁶³.

O redactor terminou frisando: “D. José do Patrocínio Dias bispo moço e moderno, figura prestigiosa na Igreja e fora dela, é o prelado que se impunha para pastorear a diocese pacense”⁵⁶⁴. Mesmo com toda esta publicidade, as autoridades civis de Beja decidiram, no dia seguinte, não aceitar o convite de participação na solene entronização. As razões moviam-se pela indiferença de “que para Beja venha ou não um Bispo” e porque a Câmara não devia representar-se em festas religiosas⁵⁶⁵.

Às 14 horas do dia 5 de Fevereiro, Patrocínio Dias abandonou a Quinta de S. Vicente em direcção a Beja, seguido de um pequeno cortejo automóvel⁵⁶⁶. Desconhecendo a «armadilha», alguns que o esperavam na estação ferroviária para lhe fazer uma recepção desagradável, ouvindo o ribombar dos sinos da igreja de S. Tiago, correram imediatamente até ao templo⁵⁶⁷. Diante do vigário geral, do clero e com a Igreja cheia, o recém-chegado antístite pronunciava a sua primeira alocução pastoral:

“GRATIA VOBIS ET PAX DEO. Saúdo-vos na verdade, no amor, na Paz de Cristo, Senhor Nosso. Christãos e Senhores: Enviado para o meio de vós pela mão generosa e providencial de Deus [...] É a VERDADE, é o AMOR, é a PAZ que vos saúdam pela minha alma toda a vibrar de fé, pelo meu coração inteiro a consumir-se por vós de affecto. Eu saúdo-vos a todos, diocesanos carissimos, a todos, – Clero e fieis”⁵⁶⁸.

⁵⁶³ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 272-274.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

⁵⁶⁵ *Boletim do Municipio de Beja*, Beja, (s.a. pub.)/13, Janeiro a Março de 1922, 195. Apesar disso, nas páginas seguintes, o “Bibliotecário Municipal” narra, nos seus “Apontamentos para a Historia de Beja”, uma pequena memória do bispado, com a cronologia dos seus prelados. Depois de mencionar D. Sebastião de Vasconcelos, faz um pequeno panegírico ao “inteligente e esmolero prelado o Sr. D. José do Patrocínio Dias” (Cf. *Ibidem*, 204-205).

⁵⁶⁶ A insegurança era tanta que até alguns membros da comissão organizadora iam armados. Só na chegada ao Paço na tarde desse dia é que tiraram dos bolsos as suas pistolas e colocaram-nas sobre uma mesa, diante do bispo, dizendo: “- Senhor Bispo: estas não serviram, mas estavam prontas a defender V. Ex.^a Rev.^{ma}” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 279; 286).

⁵⁶⁷ *Ibidem*, 279-280.

⁵⁶⁸ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões*, 1) Livro de Cartas Pastoraes e Provisões (1922-1943), 1-6; D. J. P. DIAS, *Verdade, Amor, Paz - Alocução Pastoral*, 1.

São de sublinhar os principais destinatários que o prelado, sucessivamente, vai enumerando e que, deste modo, constituem as linhas mestras do seu futuro trabalho pastoral: os sacerdotes da diocese, desde o vigário geral até ao “mais humilde e pobre pároco de aldeia”⁵⁶⁹; os fiéis de todas as classes, condições e estados⁵⁷⁰; os “descrentes, irmãos nossos, ovelhas tresmalhadas do divino aprisco”⁵⁷¹; os que assumiam funções de autoridade; as instituições de carácter religioso ou de caridade, nomeadamente as Misericórdias; as organizações de carácter social, particularmente, as associações de socorros mútuos, as agremiações de cultura e instrução popular e até “os organismos operários que desfraldam bandeiras em prol do bem”⁵⁷². Por fim, saudou a cidade de Beja e, depois de lhe fazer uma breve «epopeia», adiu:

“Saudar Beja, é saudar as lindas villas do sul alentejano, aldeias esbranquiçadas, herdades, montes, casas, choupanas, até ao intimo das cearas onde palpita um coração, onde vive uma alma, onde mora esquecido o mais humilde de todos os seres humanos. A tudo e a todos se estendem as minhas saudações, que são bênçãos enternecidas de Pae e votos carinhosos de Pastor”⁵⁷³.

Esboçou em seguida o contexto da época, afirmando a vivência inédita de uma “hora de perturbação mundial”: a guerra, que “arrasou finanças e desorientou espíritos”, as revoltas sociais, a perda dos princípios orientadores das sociedades, a desconfiança mútua dos povos, o fomento ainda inseguro da paz por parte da “Sociedade das Nações”, o avanço científico e as novas conquistas da humanidade; tudo isto, porém, feito “criminosamente” por parte do homem, pois a principal intenção fora “riscar o nome de Deus da obra grandiosa do

⁵⁶⁹ D. J. P. DIAS, *Verdade, Amor, Paz - Alocução Pastoral*, 1.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, 2: “[...] ricos e pobres, iletrados ou cultos, senhores e servos, aos que mandam e aos que obedecem, proprietários e trabalhadores, bafejados da fortuna ou ricos de talento pessoal, aos humildes, mas benemeritos filhos do Povo, que no campo, á luz fagueira do sol, na officina ao som dos instrumentos, na fabrica sob o ruído compassado das machinas, e nas entranhas da terra, em ambiente de tristeza, cumprem a nobre Lei do trabalho, ganhando o pão com o suor do seu rosto, a todos sem excepção saúdo do mais intimo da minha alma”.

⁵⁷¹ *Ibidem*.

⁵⁷² *Ibidem*, 3. Destaca-se o modo como o prelado aborda este tema: “Foi, é e há-de ser sempre ao povo que a Igreja consagra os melhores e mais constantes esforços, elevando-o, amparando-o, ensinando-o, por um lado, a suportar com resignação as provas duras da sua vida atribulada e exaltando a honrosa lide do trabalho; apontando-lhe por outro, o caminho da justiça e equitativa nobreza por onde deve enveredar nas suas reclamações e chamando com energia e desassombro aos poderosos que os pobres têm direitos sagrados que ninguém de consciência pode calcar aos pés” (Cf. *Ibidem*). É de acrescentar que os “organismos operários” foram convidados para se fazerem representar na entronização do Prelado, no entanto, não compareceram (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, Manifesto (Fev. 1922)).

⁵⁷³ D. J. P. DIAS, *Verdade, Amor, Paz - Alocução Pastoral*, 3-4.

universo”⁵⁷⁴. Diante de tudo isso, D. José do Patrocínio apresenta-se como “Mensageiro de Christo” e “Pioneiro da Patria”, servindo-se dos símbolos episcopais para ilustrar a magnitude da sua missão:

“Uma *cruz* ao peito prega-me sacrifício, lembrando-me que o Mestre Divino *se deu todo a todos*, e que veio ao mundo, não para ser *senhor*, mas para de todos se tornar *servo* [...] Um *anel* no dedo a encadear-me misticamente como um esposo aos destinos d’esta Igreja, á qual devo um amor fiel e imaculado. A *mitra* que me arma cavalleiro das pugnas da Verdade e me faz Guia para santificar as almas, Chefe para presidir á união das vontades, Doutor para fomentar a cohesão dos espíritos, Pae para robustecer e acalentar os corações, elevando-os das míseras considerações terrenas ao desejo das eternas. Um *baculo* pastoral, para o empunhar, sagradas me foram as mãos, a recommendar-me o exercicio da mais serena justiça, profligando o vício, protegendo a virtude, bordão de Pastor para apoiar-se quem tem o dever de ir em busca das ovelhas perdidas. Estes distinctivos clamam com symbolica eloquencia que não me pertenco mais a mim, mas que tudo devo á grei confiada ao meu cuidado pastoral: - saude e forças, energias e faculdades, o próprio sangue, a mesma vida... tudo vos pertence, como propriedade inalienavel dos meus diocesanos, filhos meus em Christo”⁵⁷⁵.

Terminou, afirmando a todos que, já conhecendo o povo de Beja em França com os soldados alentejanos vinha, agora como “filho das montanhas, descido da serra dos Herminios”, aprender a viver os hábitos sentimentais e afectivos daqueles que lhe tinham sido confiados como património espiritual⁵⁷⁶.

Contudo, a recepção seria marcada por alguns «atrevimentos» revolucionários, pois ao formar-se um cortejo da igreja para a residência episcopal, um grupo de operários sindicalistas começaram a gritar “morras”, “abaixo a reacção” e “viva à República”⁵⁷⁷, tentando intimidar o prelado. Este, ao entrar no Paço, acalmou os que o acompanhavam dizendo: “já cá estou; agora só morto me poderão tirar! O terreno da Flandres era bem mais

⁵⁷⁴ D. J. P. DIAS, *Verdade, Amor, Paz - Alocução Pastoral*, 4-5.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, 6-7.

⁵⁷⁶ *Ibidem*, 8. Patrocínio Dias afirmará mais tarde: “Tendo nascido em terra da Beira, hoje sou alentejano e sou de Beja, como ninguém. Já não posso escrever o meu nome sem que lhe acrescente o nome desta cidade. O céu confiou-me esta grei, com ela me identifiquei à imolação total” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 262).

⁵⁷⁷ *A Guarda*, Guarda, XVIII/775, 11 Fev. 19221, 2. Não se sabe ao certo quantos seriam pois a imprensa da época não fez uma reportagem rigorosa do sucedido. Assim sendo, alguns apontam “meia dúzia de dísculos”, “uma dúzia de ignorantes”; e outros “umas dezenas de operários”, “algumas centenas de manifestantes” ou “duas centenas de arruaceiros” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 291-297).

ensanguentado e nunca de lá arredei pé!”⁵⁷⁸. A imprensa nacional deu grande repercussão ao facto manifestando o seu desagrado: se os revoltosos não o aceitavam pelo seu múnus, ao menos deveriam tê-lo respeitado por ser uma figura de prestígio da nação, confirmadas pela Cruz de Guerra e outras condecorações que constelavam o seu peito⁵⁷⁹. Dias depois, José do Patrocínio narrará as suas primeiras impressões a D. Manuel Mendes:

“Ha uma semana que não sei de mim. Sabe que esta cidade é n’este momento o que foi a Guarda quando o meu bom am.º foi para lá: é perfeito o modelo! A mesma atmospha, um grande medo de cada um exteriorizar a sua fé, um jornaleco de páta levantada a esmagar os fracos... de resto, aqui encontro talvez vantagens sobre a Guarda. Os tempos são outros... ha maiores e mais eficazes dedicações [...] O Divino Coração ha-de pôr olhos de misericordia n’este póbre povo [...] A população mostrou-se curiosa, mas respeitadora”⁵⁸⁰.

Na verdade, não faltariam inicialmente razões que fizessem o novo bispo entristecer-se com a situação⁵⁸¹. Ainda nesse mês, escreveria novamente a D. Manuel confessando-lhe um “grande abatimento fisico e moral”⁵⁸². Será o metropolitano que o tranquilizará:

“Não deixarei de notar uma pontinha de desalento, que transparece na sua ultima carta, desalento velado muito embora sob uma edificante capa de humildade. É bom que reconheça a sua incapacidade para a grande tarefa que o Senhor lhe distribuiu: evidentemente não podemos nada, somos uns instrumentos bem mesquinhos. Mas por isso mesmo, meu caro am.º, a confiança deve ser maior: com instrumentos rombos e defeituosos realiza Deus grandes obras. Foi elle que para ahi o mandou, confie nelle [...] Diga como S. Paulo: ‘omnia possum in eo qui me confortat’; e vá seguindo tranquillamente o seu caminho”⁵⁸³.

⁵⁷⁸ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 286. No trajecto, um sapateiro revoltado com a presença episcopal, começou a bradar “desmesuradamente” contra o bispo, até à exaustão. Anos depois, veio a «vingança» do prelado: assistiu à sua morte, confortando-o com os últimos sacramentos (Cf. *Ibidem*, 285).

⁵⁷⁹ Na obra *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, fez-se uma recolha dos jornais que noticiaram o sucedido. Particularmente interessante são os comentários de um jornal de Beja, *Lidador*, que afirma: “Ficámos deveras envergonhados por vermos aquela apaixonada juventude que tão mal compreendia a liberdade [...] compele-nos também o nosso critério desaprovador a torva atitude dos inspiradores do vergonhoso desacato, por haverem criado calculadamente, uma ambiência desagradável ao novo Bispo” (Cf. *Ibidem*, 295).

⁵⁸⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (11.II.1922).

⁵⁸¹ Já em Dezembro de 1921, em carta ao arcebispo de Évora, Patrocínio Dias confessava um certo medo de si mesmo, bem como muitas dúvidas sobre como iria proceder ao chegar a Beja: “meu bom amigo, é do ‘ao de dentro’... é de mim que eu tenho medo. Se aquele meio me absorve! Se as necessarias transigencias do começo, me inutilizam o espirito para o futuro? Se as côres da prudencia me enganam e me torno vitima da preguiça? Se o zelo se dilui n’aquela athmosphera de indiferença? Santo Deus!” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (26.XII.1921)).

⁵⁸² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (16.II.1922).

⁵⁸³ IDEM, carta de D. Manuel (27.II.1922).

Animado por estes e outros conselhos, Patrocínio Dias iniciou os seus trabalhos em várias frentes. Constatando, segundo as suas palavras, a “montanha de escombros” e o “cataclismo espiritual” vivido na diocese⁵⁸⁴, consequência da “desoladora ignorância” e de uma “barreira de preconceitos” criados pela onda de maus exemplos urgia, pois, começar o “ressurgimento cristão da nossa querida Diocese”⁵⁸⁵. Por isso, em primeiro lugar, inaugurou uma pastoral de presença e visibilidade: deslocando-se a pé por entre as ruas da cidade, suscitava ao mesmo tempo a maior admiração e surpresa de alguns, com os olhares franzidos e reacções evidentes de outros, ao ponto de o seu secretário, cónego Rebelo dos Anjos, “dar sopapos” aos homens das tabernas que queriam enxovalhar ou fazer mal ao prelado⁵⁸⁶. Apesar disso, as atitudes do bispo de Beja iam cada vez mais desmoronando todos os preconceitos criados em torno de si. Não passariam 2 meses completos da sua permanência em Beja, sem que começasse as visitas Pastorais: em Maio de 1922, visitou Serpa, deixando em todos uma grande admiração quer pelas suas palavras, quer pelo seu porte⁵⁸⁷. Indo de um extremo ao outro da diocese, por períodos de três dias a uma semana, só em 1923 fez 9 visitas pastorais e, instaurando em 1924 a chamada “Acção Quaresmal”, avolumou ao todo 14 visitas pastorais⁵⁸⁸.

Em segundo lugar, montou uma pastoral de caridade: logo no dia seguinte à sua entrada, ao fazer-se na cidade uma colecta a favor da Casa Pia e do Hospital, foi o bispo de

⁵⁸⁴ D. J. P. DIAS, *Carta ao Clero – Dezembro-1923*, Gráfica Eborense, Évora, 1923, 1.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, 2-3.

⁵⁸⁶ Testemunho recolhido do Pe. José da Cunha Carvalho (em 12.I.2013), de quem o cónego Rebelo fora professor de latim e francês no Seminário de Beja. Apesar da repercussão na imprensa dos incidentes que fizeram na entrada do bispo, as forças contraditórias não desistiram de persegui-lo, distribuindo “manifestos” com os seguintes dizeres: “[...] Ainda terão a coragem de se manifestar contra a permanência de um bispo em Beja? Oh não! Isso é impossível! Seria a maior prova de cobardia que poderiam demonstrar e para que isso não suceda, todos os livre pensadores, todos os libertários, todos os anticlericais, deverão afirmar bem alto o seu protesto na praça publica, gritando: Abaixo a reacção! Abaixo a seita de Loyola! Viva a emancipação humana!” (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, Manifesto (Fev. 1922)). Importa ainda salientar os dois atentados de que D. José foi alvo logo no início da sua estada em Beja. Em Fevereiro de 1923, mão criminosa colocou uma bomba de dinamite à porta do Paço, danificando paredes e janelas, inclusive a escadaria interna da casa. D. José terá dito: “Eles querem-me fazer sair à força, mas enganam-se. O Bispo de Beja já andou na guerra e lá viu rebentar muitas bombas” (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 300). Numa noite, durante a Semana Santa desse ano, outra bomba rebentou à porta da igreja de S. Tiago (que servia de Catedral e que se situava próximo do Paço episcopal de então). Patrocínio Dias, ao ter conhecimento, foi imediatamente ver o sucedido. Advertindo-o alguém de que seria mais prudente ficar em casa, respondeu: “Lembre-se de que o 9 de Abril, a que eu assisti, foi pior do que isto” (Cf. *Ibidem*, 301).

⁵⁸⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 16) Alocução de entrada, Maio de 1922 – Serpa; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 299.

⁵⁸⁸ A “Acção Quaresmal” foi uma das obras iniciais mais eficazes do prelado. Constava de uma semana da Quaresma nas localidades mais relevantes da diocese. Todos os dias iniciava-se com Missa, depois uma primeira conferência para todos; outra à tarde para as crianças e, ao final do dia, uma outra para homens (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/2, Fev. 1924, 35).

Beja quem deu a esmola mais avultada⁵⁸⁹. Para uma acção mais eficaz, aproveitando alguns membros da comissão composta aquando da sua entrada Solene, fundou em 15 de Fevereiro de 1922 a *Comissão de Beneficência S. Sisenando*⁵⁹⁰. A finalidade desta obra, com base nos princípios da caridade cristã, consistia em recolher dádivas para auxiliar as famílias mais desfavorecidas e distribuir alimentos, por meio de visitas domiciliárias, aos mais carenciados⁵⁹¹. No mês seguinte, a 11 de Março, formou-se outra iniciativa semelhante com o apoio do prelado: a *União de Caridade das Senhoras de Beja*, com o intuito de pôr fim ao “numero crescente de meninos e meninas que viviam sem ter recebido o baptismo”; dando-lhes o necessário para a sua subsistência, essas senhoras propunham-se catequizar as crianças pobres de Beja⁵⁹². Esta instituição teve depois um papel mais abrangente, incluindo não só a caridade associada à piedade – arranjo de igrejas, catequeses, reuniões de formação – mas também no apoio de obras de beneficência como o *Albergue de S. José* (1923) ou o *Bairro dos Pobres* (1929)⁵⁹³. Seguindo o exemplo de Beja, rapidamente outras localidades começaram a formar instituições semelhantes: de 1922 a 1927 foram inauguradas nove *Unões de Caridade das Senhoras*, duas *Casas de Trabalho* e uma creche; em pouco tempo, formaram-se quinze Conferências Vicentinas, organizaram-se onze *Sopas dos Pobres* e dez obras de assistência infantil ou social⁵⁹⁴. Tudo isto, com o desenvolvimento posterior de outras iniciativas do mesmo género em toda a diocese⁵⁹⁵, levou a que Patrocínio Dias ficasse

⁵⁸⁹ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 464.

⁵⁹⁰ *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 272. Foi sem dúvida uma obra muito agradável a D. José, conforme confessará a D. Manuel Mendes: “Já comecei a lançar a rede das obras... está a 1.ª a funcionar para homens. Distribui-se hontem a pimeira esmola às famílias envergonhadas – umas 32 – que receberam, cada uma no seu domicilio um cestinho com jantar completo. Parece-me que começou bem. Os elementos são prometedores. Graças a Deus” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (16.II.1922)).

⁵⁹¹ *Relatório da Comissão de Beneficência “S. Sisenando”*, Tip. A Fôlha de Beja, Beja, 1923, 1-8. Estes relatórios foram editados anualmente até 1931. Neles se fazia, depois de uma breve apresentação, a descrição dos benfeitores, esmolas recebidas, acções realizadas e a contabilidade. É de sublinhar uma das fundações desta Comissão e que ficou chamada como *Sopa dos Pobres*, fundada em 5 de Fevereiro de 1923 e entregue aos cuidados das futuras Oblatas do Divino Coração em 1925 (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Obras fundadas pelo Ex.º e Rev.º Sr. D. José do Patrocínio Dias, nas quais colaboraram as Oblatas desde a 1.ª hora* (manuscrito original)).

⁵⁹² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *União de Caridade das Senhoras de Beja (1922-1943)* – 3A, 1) Livro de Actas I, acta n.º 1.

⁵⁹³ *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 276 ss.; *Noticias de Beja*, Beja, II/57, 14 Fev. 1929, 1; IDEM, II/84, 22 Ago. 1929, 1.

⁵⁹⁴ *Eco Pacense*, Beja, VI/12, Dezembro 1929, 25-43; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 465-466; *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1945-1946*, Minerva Comercial, Beja, 1947, 54-56.

⁵⁹⁵ A título de exemplo, a obra de assistência social de Safára, conhecida como *Casa da Divina Providência e de Maria Auxiliadora*, fundada pelo cônego Joaquim Guerreiro Barbas nos anos 40 (Cf. J. G. BARBAS, *Ao Serviço dos Pobres*

cognominado “Bispo da Caridade”⁵⁹⁶, nomeadamente com a projecção pública dada à sua carta Pastoral *Amparo dos Pobres*, em 8 de Dezembro de 1953⁵⁹⁷.

Em terceiro lugar, D. José organizou uma pastoral de evangelização. Seguindo o modelo de S. Francisco de Sales⁵⁹⁸, era o próprio bispo quem no Advento e Quaresma fazia as pregações⁵⁹⁹, confessava semanalmente na Catedral⁶⁰⁰, dava catequese às crianças e adultos, renovava anteriores práticas de piedade ou incrementava novas devoções na diocese, particularmente a do Sagrado Coração de Jesus⁶⁰¹. Ele próprio escreverá um ano depois da sua entrada: “Na devoção ao Divino Coração espero encontrar a salvação desta desditosa diocese

(*Doutrina e Acção*), vol. I, Gráfica Boa Nova, Lisboa, 1952). Para uma noção mais abrangente de todas as iniciativas de caridade na diocese ver *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1945-1946*, 54-58.

⁵⁹⁶ D. José dizia muitas vezes essa expressão: “Quero ser o Bispo da Caridade” daí que, havendo tantas obras feitas, rapidamente se tornou popular (Cf. *O Nosso Seminário*, Serpa, I/2, Fev. 1932, 1). O maior alcance social deste epíteto deu-se por duas vezes na Assembleia Nacional. Em 1958, por ocasião das Bodas de Ouro Sacerdotais de D. José, o deputado Luís Maria Lima Faleiro fez um discurso a respeito do prelado, no qual confirma: “Bispo da Caridade, sim, bem merece essa designação o das magnificas pastorais, o inspirado criador de tantas e tão prestantes obras de piedade e caridade, nos limites da sua vasta diocese, casas de trabalho, uniões de caridade, Conferências de S. Vicente de Paulo, sopas dos pobres, cozinhas económicas, colónias balneares e essa humanitária e singular instituição que é o Amparo dos Pobres, em favor das crianças, dos inválidos e dos sem trabalho” (Cf. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 10, 10 Jan. 1958, 273). O mesmo voltaria a acontecer aquando do falecimento de D. José, pelo deputado Francisco António da Silva: “Por toda a diocese fez nascer as sementes da caridade [...] A sua acção benemerente ficou bem assinalada nas numerosas obras assistenciais, tais como: as conferências de S. Vicente de Paulo, os asilos, as creches, as uniões de caridade, as cozinhas económicas e, a culminar, o Bairro de Nossa Senhora da Conceição, onde 120 famílias pobres encontraram o seu lar. Desta forma, ficou o Sr. D. José a merecer, também, o titulo de Bispo da Caridade” (Cf. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, 4, 10 Dez. 1965, 26). O Estado Português reconheceu a acção social e caritativa de Patrocínio Dias conferindo-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência, a 20 de Dezembro de 1932 (Cf. J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 426; *O Nosso Seminário*, Serpa, II/1, Jan. 1933, 1).

⁵⁹⁷ D. J. P. DIAS, *Veemente apelo pastoral – O Amparo dos Pobres*, Edição da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, Beja, 1954. Nela denunciou a situação de pobreza no Baixo Alentejo e fundou uma nova organização diocesana com base na divisa: “dar de comer a quem tem fome; dar casa a quem não tem”. É de sublinhar que a censura não deixou publicar esta carta Pastoral na imprensa, excepto nos jornais *Novidades* e *Noticias de Beja* (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Amparo dos Pobres (1953-1966)* – 3G, 1) Lembranças e apontamentos; J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 466-467). O acolhimento deste “veemente apelo pastoral” foi tal que, por exemplo, em Beja construiu-se para mais de 100 famílias o *Bairro de Nossa Senhora da Conceição* (Cf. *Ibidem*, 466; 474).

⁵⁹⁸ Francisco de Sales (Castelo de Sales, Thorens-Glières, 21.VIII.1567 – Lião, 28.XII.1622) foi bispo de Genebra, uma diocese dilacerada pelo Protestantismo e que pela sua actividade apostólica conseguiu restaurar-se, nomeadamente graças às pregações na Quaresma e no Advento que fazia na Catedral ou onde era solicitado, às catequese e missões levadas a cabo na sua diocese, à reforma do clero e ao contributo dado pela Ordem da Visitação de Santa Maria, por ele fundada em 1610. Patrocínio Dias, desde a sua ordenação sacerdotal, teve manifestamente uma devoção particular por este santo, invocando-o aquando das resoluções dos seus Exercícios Espirituais ou dedicando-lhe alguns sermões. Como nota, é ainda de sublinhar que, quando se estabeleceu no Paço episcopal, D. José mandou fazer uma imagem de S. Francisco de Sales que colocou na capela, junto do lugar onde rezava. Para mais desenvolvimentos e até para uma possível comparação pastoral entre estes dois prelados ver obra de A. RAVIER, *Francisco de Sales – Um Sábio e um Santo*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2010.

⁵⁹⁹ Segundo J. G. SERPA, o bispo de Beja fez essas pregações durante 24 anos seguidos e sem interrupções (Cf. *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 416).

⁶⁰⁰ Quando D. José do Patrocínio Dias entrou na diocese, esta carecia ainda de Sé, pois os seus antecessores serviam-se da Igreja do Salvador (junto do antigo Paço episcopal, arrolado em 1910), como Igreja Pró-Catedral. Patrocínio Dias, no entanto, colocando esta questão como prioridade, escolheu, entre as quatro igrejas da cidade, a de S. Tiago em virtude de ser a mais ampla para esse efeito. Assim sendo, pediu à Sagrada Congregação Consistorial para erigir essa igreja paroquial em Catedral, escolhendo como titular o Sacratíssimo Coração de Jesus. A Santa Sé acedeu ao pedido do prelado em 14 de Novembro de 1925 (Cf. *Eco Pacense*, Beja, II/12, Dez. 1925, 206-207). Após as obras de restauro, foi inaugurada pelo cardeal Patriarca, D. Manuel Cerejeira, em 6 de Junho de 1937, sendo sagrada a 31 de Maio de 1946 (Cf. J. G. SERPA, *A Sé de Beja – Sua História em três Épocas*, Tip. Ala Esquerda, Beja, 1984, 14-16).

⁶⁰¹ Tudo isto é aferível pelas suas agendas episcopais, nomeadamente nos primeiros dois anos do seu pontificado (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*). Antes de ficar estabelecido o mês de Junho como tipicamente tradicional da devoção ao Coração de Jesus, o bispo Patrocínio Dias instaurou-a na cidade episcopal no mês de Janeiro, presidindo e fazendo a prática quotidiana. Os resultados foram evidentes: em 1923, primeiro ano em que realizou essa devoção participaram, no último dia, 400 crianças da cidade (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/2, Fev. 1924, 42-43).

e por meio algum melhor se promove do que espalhando nela os centros do Apostolado da Oração”⁶⁰². Restauraram-se alguns dos antigos centros da diocese e, paulatinamente, começaram a surgir outros⁶⁰³; por meio desta devoção, o prelado conseguiu congregiar muitos na tarefa de evangelização, pois para além das práticas de piedade, os centros do Apostolado de Oração assumiam outras responsabilidades, nomeadamente a reconstrução e arranjo das igrejas, a catequese e as primeiras comunhões das crianças, as visitas aos doentes, o acompanhamento aos moribundos e a organização de várias acções de caridade⁶⁰⁴.

Inquieto com a ignorância religiosa da sua diocese, Patrocínio Dias constituiu ainda, por Decreto de 28 de Abril de 1924, a *Associação da Doutrina Cristã* para estabelecer e regulamentar os conteúdos das catequeses paroquiais⁶⁰⁵. Na carta intitulada “A obra inadiável: formar cristãos” escreveu também aos seus cooperadores afirmando:

“Sejam quais forem as circunstâncias, mesmo que só convosco possais contar – infelizmente assim sucede em muitas freguesias – começai quanto antes a vossa missão de ensinar as creanças, que a tendes como dever **próprio e gravíssimo** [...] Rasguem-se à luz da Fé as pequeninas inteligências, lancem-se na vontade os germens da virtude, encham-se de amôr os corações: essas inteligências, essas vontades, esses corações, serão as inteligências, as vontades, os corações dos cristãos de amanhã [...] Começemos a obra do apostolado pelas creanças, senão jamais começaremos. Deus abençoará os nossos esforços”⁶⁰⁶.

⁶⁰² J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 450-451. Na cidade de Beja, a grande parte dos zeladores e zeladoras do Apostolado da Oração pertenciam à *Comissão de Beneficência “S. Sisenando”* e à *União de Caridade das Senhoras de Beja* (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Apostolado da Oração* – 3A, 2) Livro de Registo dos Associados do Apostolado da Oração (1923-1941)).

⁶⁰³ Os centros do Apostolado da Oração já existentes eram os de Baleizão (1876), Pias (1876), S. Matias (1876) e Serpa (?). De 1923 a 1930 foram erectos mais 12 centros na diocese (Cf. *Relatório do Apostolado da Oração em Portugal*, vol. I (1910-1929), Biblioteca do Apostolado da Imprensa, Porto, 1930, 42-48; 598-599). De 1930 a 1947 erigiram-se mais 30 Centros e restauraram-se os de Alvito (o mais antigo, 1872) e o de Vila Nova da Baronia (1875) (Cf. *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1945-1946*, 59-60). Aquando do centenário da festa do Coração de Jesus, em 1957, D. José do Patrocínio, por meio de uma circular ao clero, mandava erigir o Apostolado da Oração em todas as paróquias, inclusive as que não tinham pároco residencial. A justificação que apresentou era legítima: “A Diocese deve muito ao Sagrado Coração de Jesus; deve-lhe, sobretudo, a sua conservação e restauração e graças imensas de salvação” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Diocesano*, 2) Cartas e Portarias, carta de 2.II.1957).

⁶⁰⁴ *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 291; IDEM, III/1,2,3, Jan-Mar. 1926, 54; IDEM, III/12, Dez. 1926, 57-64; IDEM, VI/12, Dez. 1929, 44-49.

⁶⁰⁵ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 409-415; *Eco Pacense*, Beja, I/4, Abr. 1924, 71-84. Esta publicação fez-se acompanhar de um recortável “Catecismo da Comunhão Particular” aprovado pelo prelado com base no estilo do Catecismo de S. Pio X. A Associação da Doutrina era composta por um Conselho Central Diocesano que supervisionava e dava apoio às catequeses paroquiais (Cf. IDEM, I/12, Dez. 1924, 292-294).

⁶⁰⁶ *Eco Pacense*, Beja, I/10, Out. 1924, 197-202. A maior amplitude da sua acção evangelizadora dar-se-ia aquando das Missões Diocesanas entre 1942 a 1946 em que, através de catequistas e pregadores «ambulantes», foram percorridas todas as freguesias da diocese, conseguindo resultados surpreendentes. Neste ponto, é ainda de sublinhar o testemunho (dado em 20.I.2013) do último sacerdote ordenado por D. José, cónego António Domingos Pereira: “A dimensão do anúncio evangelizador, por si próprio ou pelos colaboradores que sabia escolher para cada situação, abrangendo todo o vasto território

Também para apoiar e divulgar a obra de restauração diocesana fundou em 1924 o *Eco Pacense*, uma publicação mensal de estilo eclesiástico-pastoral e, em 1928, para um público mais generalizado, criou o semanário *Notícias de Beja*⁶⁰⁷.

Em 1946, o arcebispo de Évora sintetizaria toda a acção pastoral do prelado de Beja, contrapondo o início do seu pontificado com a evolução demonstrada até então:

“Quando o Senhor D. José entrou em Beja, a impiedade e a descrença e porventura as sociedades secretas julgavam-se em terreno conquistado [...] Ora, medita, começa por estender a mão à pobreza, partilhando com ela as esmolas que recebe; reparte a vida entre a mais que modesta residência e o velho templo em que lhe serve de catedral; é ao mesmo tempo Prelado, pároco, capelão e catequista, numa faina constante sem repouso sem desânimo. Mal compreendido a principio, não tarda a ver surgir em volta de si dedicações generosas: o valoroso comandante começa já a ter uma pequena hoste [...] abre um seminário, funda associações de Caridade, e a pouco e pouco a vida cristã começa a borbulhar”⁶⁰⁸.

No entanto, para assegurar e realizar estas obras, Patrocínio Dias precisaria de cooperadores formados em ordem ao projecto de restauração da diocese por ele iniciado. Assim sendo, fundou o Seminário diocesano, primeiramente em Serpa (1925) e depois em Beja (1940), assumindo-o com particular relevo e preocupação. Além disso, para auxiliar os párocos carecidos de colaboradores ou para assumir muitas das obras de caridade já iniciadas, o bispo de Beja fundaria ainda a Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja. Cabe pois analisar pormenorizadamente estas duas obras.

3.2 O Seminário Diocesano: “Dar vida ao Seminário é operar a ressurreição da Diocese”.

da sua diocese, dominou e prevaleceu ao longo de toda a sua vida. Ainda hoje, por essa diocese fora, se ouve falar da estadia de D. José, semanas inteiras, alojando-se em casas de famílias da aldeia ou da vila, em missão evangelizadora, acompanhando os missionários, convivendo, rezando e pregando ao povo. Assim juntava o seu talento de orador ao saudável afecto personalizado, missionando, reconstruindo a sua diocese”.

⁶⁰⁷ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 351-355. Este semanário continua a ser o órgão oficial da diocese de Beja.

⁶⁰⁸ *Notícias de Beja*, Beja, XIX/940, 1 Jun. 1946, 4.

Com a instauração da República em 1910, o antigo Seminário Episcopal de Beja foi encerrado, deixando para trás 26 anos de existência, pautados por uma história nem sempre linear. A diocese ficaria sem seminaristas até 1915, quando deu entrada no Seminário de Évora um jovem de Serpa⁶⁰⁹; nos anos seguintes, a frequentar esse Seminário pela diocese de Beja, foram admitidos mais dois seminaristas⁶¹⁰. Em Agosto de 1921, oito meses depois da sua nomeação, Patrocínio Dias abordou o cônego Marques a este respeito:

“Era meu vehemente desejo augmentar o numero dos seminaristas [...] Se não formarmos novos sacerdotes, como accorrer as necessidades espirituas dos póvos? Precisamos de elevar a 15 – pelo menos – o numero dos seminaristas. Não é difícil, como parece à primeira vista, nem por parte do Seminario [de Évora] [...] nem pelo lado da manutenção, poq. os meios não hão-de faltar [...] Resta-nos, pois, recrutar os jovens que havemos de destinar à vida sacerdotal. Serà essa a maior dificuldade? Talvez, porque era meu desejo que o recrutamento se fizesse dentro da diocese, recorrendo só em ultimo caso aos de fora. Lembro-me, por isso, deante d’esta tão urgente necessidade, de pedir a V. Ex.^a o obsequio de escrever aos R.R. Parochos da sua maior confiança para que procurem entre as creanças que mais ou menos frequentem as catechéses uma ou outra que pelos signaes de docilidade e talento offereça provaveis garantias de poder seguir a carreira ecclesiástica”⁶¹¹.

Um ano depois, numa circular ao clero, apontou não só a “hora de crise a que atravessa a Diocese”, mas revelou o seu projecto mais ambicioso: “Não temos Seminario

⁶⁰⁹ L. A. S. ÉVORA, *Meio Século de Seminaristas de Évora (1900-1952)*, Gráfica Eborense, Évora, 1964, 17. Este seminarista era Mons. José Delgado Pires (Serpa, 11.XII.1894 – Beja, 31.X.1984), ordenado em 22 de Outubro de 1922 pelo arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes. Incardinado na diocese de Beja no mês seguinte, foi secretário particular de D. José do Patrocínio Dias e secretário da Câmara Eclesiástica. Pároco de várias freguesias próximas da cidade, foi nomeado cônego da Catedral em 1929 e vigário geral em 1931. Deão da Catedral de Beja a 23 de Julho de 1947, em 1956 foi nomeado Prelado Doméstico por Pio XII e Protonotário Apostólico por João XXIII em 1962 (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, LVI/2857, 8 Nov. 1984, 1). É de mencionar também todos os esforços do cônego João Eduardo Marques em tentar recrutar seminaristas, sendo José Delgado Pires um dos frutos da sua acção, pois vindo de Serpa ainda adolescente para o servir, encontrou no Cônego Marques o apoio para enveredar no estado ecclesiástico (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 76). A confirmar mais este seu empenho, note-se que o governador do bispado fez ainda vários apelos ao clero e fiéis, nomeadamente pelo *Boletim Eborense*, para subsidiarem “um alumno pobre com vocação ecclesiastica, no Seminario Eborense” (Cf. *Boletim Eborense*, Évora, I/7, 1 Jul. 1917, 103; IDEM, I/11, 1 Nov. 1917, 168-169; IDEM, V/4, Maio 1921, 34).

⁶¹⁰ D. J. P. DIAS, *Carta ao Clero – Dezembro-1923*, 8.

⁶¹¹ AHDB, Cônego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (21.VIII.1921). O facto de Patrocínio Dias afirmar “recorrendo só em ultimo caso aos de fora” mostra que era conhecedor da anterior situação do Seminário de Beja. Aliás, o bispo da Guarda aconselhou-o: “Cautella tambem com os rapazes que lhe mandarem. A grande desgraça dessa diocese foi admitir, no tempo do Bispo Monteiro, tudo quanto lhe enviavam das outras – gente sem vocação, expulsos dos outros seminarios, etc. Uma verdadeira calamidade! Eu observei isso de perto. Lá foram ter alguns de Coimbra. Seja rigoroso neste ponto. Um mau alumno pode fazer perder a vocação a uma comunidade inteira” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Prelados II – Epistolário (1921-1965)* – 5F, 5) Guarda, carta 16). Apesar do seu desejo, Patrocínio Dias só conseguiu recrutar 5 jovens da diocese apenas em 1924 (Cf. *Eco Pacense*, Beja, III/1,2,3, Jan-Mar. 1926, 6-7).

proprio, infelizmente; mas espero abri-lo logo que uma vontade generosa ponha um edificio adequado ás ordens da Diocese”⁶¹². No ano seguinte, em carta de 31 de Agosto, insistiu novamente: “A preparação de sacerdotes [...] è a grande obra da hora presente”⁶¹³. Na verdade, duas razões justificavam a urgência do bispo em resolver este problema: o “descalabro religioso e moral que tenho diante dos olhos”⁶¹⁴, no meio do qual, sem cooperadores, pouco ou nada se realizaria; e a situação dos seminaristas de Beja no Seminário de Évora que, longe da solicitude episcopal e da família, dificultava ainda mais o “desabrochar das vocações” na diocese⁶¹⁵. Porém, para a concretização dessa obra era necessário, em primeiro lugar, levantar os ânimos dos seus diocesanos. A iniciativa partiria mais uma vez de Patrocínio Dias que, aproveitando a peregrinação diocesana a Lourdes, em Setembro de 1923⁶¹⁶, “com uma comoção ardente”, bradou na gruta do Gave: “Senhora de Lourdes dai um Seminario á Diocese de Beja!”⁶¹⁷. Meses depois recebia uma avultada esmola com a seguinte anotação: “Agradeça esta dádiva a nossa Senhora de Lourdes: é a primeira que Ela lhe envia como resposta ao seu brado”⁶¹⁸. Mesmo assim, continuava a ser fundamental congregar muitos em torno dessa causa, especialmente o clero, tal como lhes demonstrou na carta de 21 de Dezembro de 1923:

“Somos, é certo, em reduzido número. A mésse é grande, os operários são poucos, muito poucos. Das 114 freguesias que formam o Bispado, só 40 teem parochia proprio e residencial. Ao abandono, por vezes completo, estão 76 vilas e aldeias! [...] sem olvidar os amargos e penosos cuidados do presente, não deixemos de attender ao futuro. O futuro é... **O Nosso Seminario!** [...] Não temos Seminario proprio. Do antigo Seminario de Beja nada existe [...] Para lançar as bases do nosso Seminario tudo nos falta, menos a boa vontade, minha e vossa

⁶¹² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões*, 2) Livro de Portarias, Circulares e Offícios (1921-1930), carta de 1.IX.1922. Como resultado desse primeiro apelo, entraram 9 alunos para o Seminário de Évora (Cf. D. J. P. DIAS, *Carta ao Clero – Dezembro-1923*, 8).

⁶¹³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões*, 2) Livro de Portarias..., carta de 31.VIII.1923.

⁶¹⁴ IDEM, carta de 1925.

⁶¹⁵ *Pequeno Boletim do Clero – Suplemento n.º 1 do Eco Pacense*, Beja, II/2, 1925, 1. Na verdade, o Seminário de Évora apresentava quase lotação esgotada. O arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes, quando lhe foi comunicado por D. José a abertura do Seminário de Serpa, informou-o disso: “[...] olhe que, se não o abrir no próximo anno lectivo, terei que pensar já num pequeno seminário. O de cá está cheio...” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. Manuel (2.I.1925)).

⁶¹⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Agenda Eclesiástica de 1923 (s/n.º pag.).

⁶¹⁷ *Eco Pacense*, Beja, I/2, Fev. 1924, 36.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

[...] Estou certo de que este problema há-de ter sem delongas uma resolução. Qual? Ignoro-a. O Divino Coração a quem a Diocese foi consagrada e que dela é legítimo e summo Pastôr não nos abandonará! [...] É esta obra por excelencia. Estão n'ella os únicos fundamentos sólidos da construção religiosa e social de àmanhã”⁶¹⁹.

Multiplicaram-se imediatamente as iniciativas para corresponder ao pedido episcopal: pela mesma carta, ficou estipulado o peditório para o Seminário no primeiro dia do ano⁶²⁰; iniciando-se a publicação do boletim diocesano, *Eco Pacense*, nele se faria a relação das dádivas recolhidas e o apelo constante a auxiliar os seminaristas, sob o lema “Precisamos de Padres! Preparemos Seminaristas!”⁶²¹; e através das diligências dos párocos ou do movimento em torno das visitas pastorais recolhiam-se generosas contribuições⁶²², de acordo com os critérios previstos por D. José:

“Podia dirigir êste apelo a pessoas, com cuja amizade conto, extranhas á Diocese de Beja. Não o fiz e só em ultimo caso o farei. É aos fieis desta Diocese que incumbe a missão, aliaz honroríssima, de prover á abertura do Seminário, escola de elevado alcance religioso, moral e social. As esmolas extranhas viriam ofender a dignidade da Diocese [...] Se, porem, é condão das obras de Deus viverem da caridade e prosperarem pela esmola, que dever o meu senão vencer o retraimento próprio e estender a mão á caridade?”⁶²³.

a) Seminário de Nossa Senhora de Guadalupe, em Serpa (1925-1936).

⁶¹⁹ D. J. P. DIAS, *Carta ao Clero – Dezembro-1923*, 6-8.

⁶²⁰ *Ibidem*, 11.

⁶²¹ *Eco Pacense*, Beja, I/7, Jul. 1924, 139-149.

⁶²² IDEM, I/1, Jan. 1924, 8-9; IDEM, I/2, Fev. 1924, 37-38; IDEM, I/3, Mar. 1924, 57-59. A visita Pastoral a Serpa, nos fins de Maio, evidencia particularmente o apelo pessoal da parte do bispo a respeito do Seminário. Sendo padroeira do local Nossa Senhora de Guadalupe, organizou-se uma procissão à capela que lhe é dedicada. Ao chegar, D. José celebrou Missa e falou ao povo dos motivos daquela peregrinação: a fundação do Seminário diocesano. Na verdade, seria nessa mesma localidade que, um ano depois, o Seminário seria finalmente inaugurado. (Cf. J. G. SERPA, *Os Mártires do Alentejo*, Edição do autor, Beja, 1975, 34-35). Quanto ao zelo dos sacerdotes pela causa do Seminário é particularmente relevante a carta dirigida pelos vigários da Vara da diocese aos párocos, a 21 de Maio de 1925, fazendo-lhes ver que essa instituição era “essencialmente uma obra sacerdotal, é uma obra nossa – dos Padres” e por isso digna de se abrir uma subscrição, entre o clero, para que cada um, na medida das suas possibilidades, contribuísse nessa “santa Cruzada”. O resultado final foi de 2795\$50 (Cf. *Eco Pacense*, Beja, II/7, Jul. 1925, 138).

⁶²³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Diocesano*, 2) Cartas e Portarias (1921-1965), carta de 1925. Naturalmente que esta decisão deixou o bispo preocupado, atendendo à situação económica dos seus diocesanos e aos fracos rendimentos da diocese. D. Manuel Mendes, escreveu-lhe, tranquilizando-o: “Dou-lhe os meus parabens pelos progressos da subscrição a favor do seu Seminario, apesar de todo o seu pessimismo. O Nosso Seminario falla como gente” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. Manuel (8.VIII.1925)).

Nos primeiros dias de 1925, era finalmente comunicado pelo boletim diocesano: “em Outubro, se Deus não mandar o contrário, mas segundo as melhores previsões humanas, deve abrir o *Seminario da Diocese de Beja*!”⁶²⁴. A concretização foi possível, novamente, graças à «subtilidade» episcopal: numa visita casual a Serpa em Janeiro desse ano, deparou-se com o antigo convento de S. Francisco que funcionava como creche para 90 crianças⁶²⁵. Com o apoio do Dr. Eduardo Fernandes d’Oliveira⁶²⁶, conseguiu-se dispor o ânimo da responsável, Ana Isabel de Araujo Parreira⁶²⁷, a fim de que a creche fosse transferida para um prédio no centro da vila, ficando a diocese com o edifício desejado mediante arrendamento⁶²⁸.

No entanto, um facto ainda mais relevante veio apoiar e credibilizar esta obra de D. José: a sua primeira visita *ad sacra limina*, de 7 de Maio a 2 de Junho desse ano⁶²⁹. Durante a audiência com Pio XI⁶³⁰, a 20 de Maio, depois de lhe manifestar o estado da diocese, Patrocínio Dias recebeu do Pontífice o seguinte conselho: “Abra sem demora o Seminario,

⁶²⁴ *Eco Pacense*, Beja, II/1, Jan. 1925, 5.

⁶²⁵ *O Nosso Seminario – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/1, Jul. 1925, 3.

⁶²⁶ Dr. Eduardo Fernandes de Oliveira (Viseu, 1882 - Estoril, 21.II.1943) médico formado na Escola Médica de Lisboa, fixou residência em Serpa, onde abandonou a actividade clínica para se dedicar à agricultura. Assumiu cargos relevantes na política nacional: foi secretário de Estado da Agricultura em 1918 e deputado eleito pelo círculo de Beja em 1918 e 1925 (Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, 117). Em 1930 foi ainda administrador da Casa de Bragança, servindo de mediador entre D. José e os monarcas exilados, D. Manuel II e a rainha D. Amélia, dos quais se obtiveram valiosos auxílios para as necessidades da diocese, nomeadamente uma importante esmola de cinco mil escudos em 1932 (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, V/233, 7 Jan. 1932, 1; *O Nosso Seminario*, Serpa, I/5, Mai. 1932, 2). Numa carta dirigida à rainha D. Amélia, D. José confessou: “Com inúmeras dificuldades, e graças ao concurso indispensável do Senhor Dr. Eduardo Fernandes d’Oliveira, que foi e continua a ser o meu braço direito, pôde abrir-se um humilde seminário” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Cartas de D. Manuel e D. Amélia, carta do Prelado (12.III.1933)). Foi sempre considerado “grande amigo da Diocese” e “grande benfeitor do Seminário” (Cf. *Ala Esquerda*, Beja, V/109, 27. Fev. 1943, 1; 4; *O Nosso Seminario*, Beja, X/211, 20 Mar. 1943, 1).

⁶²⁷ Era cunhada do Dr. Eduardo de Oliveira, por casamento deste com a sua irmã Joana de Araujo Parreira. Natural de Serpa, notabilizou-se sempre pela caridade, nomeadamente com a fundação, à sua custa, da *Creche de Nossa Senhora da Conceição da Notável Vila de Serpa*, inaugurada em 6 de Janeiro de 1923, com presença de D. José do Patrocínio Dias (Cf. *Eco Pacense*, Beja, II/1, Nov. 1925, 191; *Noticias de Beja*, Beja, XIII/595, 22 Jul. 1939, 6). Na verdade, o bispo considerou sempre esta instituição como diocesana – compilada no *Anuário Religioso da Diocese de Beja* – em virtude de ter contribuído para o início da restauração da vida religiosa daquela vila (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 285; *Noticias de Beja*, Beja, XIII/595, 22 Jul. 1939, 6). Não fechar a sua instituição foi a única dificuldade que Ana Isabel colocou ao arrendamento do antigo convento; D. José resolveu o assunto – “vamos fazer uma casa para a Crèche” – reabrindo meses depois, para 150 crianças, juntamente com uma casa de trabalho (Cf. *O Nosso Seminario – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/1, Jul. 1925, 3; *Eco Pacense*, Beja, III/1, 2, 3, Jan.-Fev.-Mar. 1926, 45). Quando D. José foi a Roma, em 1925, pediu a Pio XI uma bênção especial para esta benfeitora. O Papa não só a abençoou, como lhe enviou um “formosíssimo medalhão de prata com a sua própria efigie” (Cf. *O Nosso Seminario – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/1, Jul. 1925, 4). Aquando do seu falecimento, o jornal do Seminário descreveu-a nos seguintes termos: “[...] foi a mãe [sic] do Seminário de Serpa. Todos conhecem os seus grandes benefícios pois cedeu generosamente o edifício onde esteve instalado o Seminário durante 10 anos. O seu amor ao Seminário ocupava no seu coração um lugar especial” (Cf. *O Nosso Seminario*, Beja, VII/105, 4 Nov. 1939, 1).

⁶²⁸ *O Nosso Seminario – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/1, Jul. 1925, 3-4.

⁶²⁹ *Eco Pacense*, Beja, II/3, Mar. 1925, 48; IDEM, II/4, Abr. 1925, 90; IDEM, II/5, Mai. 1925, 106.

⁶³⁰ Ambrogio Damiano Achille Ratti (Desio, 31.V.1857 - Vaticano, 10.II.1939), foi eleito Papa a 6 de Fevereiro de 1922. D. José do Patrocínio teve mais duas audiências com Pio XI: em Setembro de 1929, durante a qual deu ao prelado 25 mil francos (Cf. *O Nosso Seminario*, Beja, VII/68, 18 Fev. 1939, 1); e em 1935, recomendando-lhe: “Senhor Bispo, só a Acção Católica salvará a sua Diocese” (Cf. IDEM, VII/86, 24 Jun. 1939, 1).

dedique-lhe todo o seu zelo, porque só ele conduzirá a diocese a um eficaz renovamento religioso e social”⁶³¹. Ao regressar, o bispo de Beja narrará:

“Não foi longa a audiência, mas foi duma inexprimível consolação e duma eficácia singular para o meu espírito [...] Depois de me recomendar a abertura do Seminário Diocesano, como obra fundamental para o futuro religioso do povo confiado á minha solicitude, o Papa ergueu-se num ar de ternura paternal; eu instintivamente ajoelho aos seus pés, agradecendo comovido as suas palavras e dizendo entre lágrimas: «Santissimo Padre abençoi a Diocese de Beja, todos os fieis, todas as instituições católicas, todas as famílias»! «Sim, respondeu, a todos abenço, do intimo do coração e dissei aos fieis que o Papa tem essa Diocese entre as suas mais queridas e constantes intenções; tende confiança o Divino Mestre será convosco, como é convosco o seu Vigário na terra.» Pio XI fez-me erguer e dignou-se abraçar-me paternalmente”⁶³².

Confortado por este encontro e com o evoluir das obras de reparação do antigo convento, Patrocínio Dias começou a delinear a estrutura necessária ao funcionamento da casa. Porém, isso apresentava-se uma tarefa difícil, pois retirar da acção paroquial qualquer dos seus sacerdotes, seria prejudicar gravemente as paróquias. Como tal, recorrendo a outras dioceses do país, encontrou os colaboradores que precisava⁶³³. Particularmente importante foi a permissão da diocese da Guarda, em finais de Julho de 1925, por insistência da Santa Sé⁶³⁴,

⁶³¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Diocesano*, 2) Cartas e Portarias (1921-1965), carta de 1925.

⁶³² *Eco Pacense*, Beja, II/6, Jun. 1925, 114.

⁶³³ Responderam ao pedido de D. José, para além da diocese da Guarda, a arquidiocese de Braga, que enviou o seminarista Alfredo Augusto de Almeida (incardinado em Abril de 1924 e ordenado presbítero a 25.IX.1925) e o Pe. Abel Varzim da Cunha e Silva (natural da Póvoa do Varzim); mais tarde, a diocese de Viseu cedeu o P. António Pinto Aragão e o subdiácono Marcos Ritto, que regressaram em 1932 (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 86). Importa ainda ressaltar que D. José pediu um sacerdote para vice-reitor ao arcebispo de Évora, que lhe respondeu: “Claro está que só por brincadeira o meu am.^o se lembrou de me pedir um vice-reitor. Só se me quiser a mim, que já tenho prática [foi vice-reitor na Guarda]” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. Manuel (2.I.1925)). Os directores espirituais pertenciam à Companhia de Jesus que discretamente, nos anos 20, regressavam a Portugal: o Pe. Almiro Bastos e, intercalando-se, o Pe. Francisco Pestana (Cf. A. ARAÚJO, / A. LOPES, “JESUITAS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens...*, 201; ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 12v; *Eco Pacense*, Beja, II/10, Out. 1925, 179). Houve alguma dificuldade no processo do Pe. Almiro, pois um officio do Governo pediu ao prelado todos os dados relativos ao pessoal docente do Seminário: “O q. me embaraça é eles pedirem as minuciosidades relativas á pessoa, estudos e local d’estes – e temo q. o nome d’ele [Pe. Almiro] esteja no Diario do Governo. Nosso Senhor há-de permitir q. o demónio não ouça” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (15.XI.1925)). No pessoal docente e disciplinar do Seminário, nomeado por decreto episcopal de 31 de Outubro de 1925, o Pe. Almiro aparece como vindo “da Diocese de Braga” (Cf. *Eco Pacense*, Beja, II/10, Out. 1925, 178-179).

⁶³⁴ A razão da insistência da Santa Sé para com a diocese da Guarda, prende-se pelo facto de D. José ter pedido um sacerdote, em 1921, a D. José Alves Matoso, a fim de o acompanhar para Beja: “Ao aconselhar-me V. Ex.^a Rev.^{ma} a minha elevação ao Episcopado [...] poderia prever e certamente previu o sacrificio que se havia de exigir á diocese [da Guarda]. Não sómente eu havia de abandoná-la, mas, segundo todas as praxes e até segundo o proprio modo de proceder de V. Ex.^a Rev.^{ma}, mais algum sacerdote. [...] Nenhum dos actuais Prelados portugueses [...] deixa de ter um secretario da sua diocese de origem [...] contentar-me-hei com um sacerdote humilde e dos que mais facilmente possam ser substituidos” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Prelados II – Epistolário (1921-1965)* – 5F, 5) Guarda, carta 18a). Se nessa altura a resposta do bispo Matoso foi negativa, aludindo à falta de clero, Patrocínio Dias recorreu à Santa Sé para o conseguir. D. José Matoso em carta

em enviar o Pe. Joaquim Maria Lourenço⁶³⁵ para a orientação do futuro Seminário de Serpa, cuja abertura teve de adiar-se por mais um mês, ao contrário do que tinha sido previsto⁶³⁶. Por fim, a 25 de Outubro de 1925, D. José do Patrocínio Dias assinou a carta Pastoral “Laus Deo!” pela qual dava oficialmente conhecimento à diocese da grande obra que estaria prestes a inaugurar. Nela, é evidente a sua comoção:

“«Bendito seja o Senhor Deus de Israel!»! exclamava há 40 anos, usando as palavras de Zacarias, um dos nossos venerandos antecessores⁶³⁷ ao abrir pela primeira vez o Seminario [...] que tantas e porfiadas fadigas custára [...] um decreto arrasára com a instituição! Se humana fosse, arrasada ficaria. Sendo de Deus, havia de ressuscitar mais esperançosa e pujante. Essa ressurreição, amados Diocesanos, vimos Nós hoje anunciar-vos: a nossa querida Diocése [sic] de Beja tem o seu Seminario! [...] A abertura do Seminario é a garantia da Diocése. Descerram-se para a nossa alma novos horizontes de esperança: a grande mésse, tão extensa e, outr’ora, tão vicejante e florida, vai ser repovoada de operarios [...] Precisamos de Padres! Vai dar-no-los o Seminario, mas verdadeiros e santos ministros do Senhor que sejam *a luz do mundo e sal da terra* [...] Disse-nos alguém que o Seminario de Beja era filho do milagre [...] é obra vossa, que á vossa caridade se deve, recheado do que mais necessário é, a ninguem o devemos senão a vós caríssimos Diocesanos [...] Velai por ele com fervorosas preces aos Senhor [...] Velai por ele com as vossas esmolos [...] Orações e esmolos, tendo-as, tem tudo, de nada mais precisa. Aceitai o Nosso parabem paternal”⁶³⁸.

ao Pe. Joaquim Lourenço, que autorizou a ir para Beja, confirmou: “Efectivamente muito me custa deixá-lo sair; mas o Santo Padre tem este desejo, e nestas circunstâncias não há remédio senão fazer o sacrifício” (Cf. J. M. LOURENÇO, *Testemunho de um Sacerdote*, União Gráfica, Lisboa, 1983, 24).

⁶³⁵ Pe. Joaquim Maria Lourenço (Ninho do Açor, 17.VIII.1900 – V. N. de Milfontes, 11.III.1988) foi aluno, na cadeira de Moral, do então cónego Patrocínio Dias, quando este leccionava no Seminário da Guarda (Cf. *Jornal do Sul*, Beja, XXI/747, 17 Ago. 1983, 1). Ordenado a 22 de Dezembro de 1923 por D. João de Oliveira Matos, foi, por um ano lectivo, professor e prefeito no Seminário do Fundão. Nomeado pároco de Aldeia do Bispo e Aldeia de João Pires (Penamacor), durante a sua “«lua-de-mel» de pároco”, aceitou o convite do bispo de Beja para ir orientar o Seminário de Serpa (Cf. J. M. LOURENÇO, *Testemunho de um Sacerdote*, 21-23). Vindo como prefeito de disciplina, assumiu o cargo de vice-Reitor do Seminário de Serpa por nomeação episcopal de 21 de Novembro de 1926 até Outubro de 1934, altura em que foi incardinado na diocese de Beja e nomeado cónego da Sé, bem como assistente diocesano da Acção Católica. De 1937 a 1939 licenciou-se em Direito Canónico na Universidade de Estrasburgo e, ao regressar à diocese, foi director do jornal *Noticias de Beja* (1944-1953), sendo também nomeado arceidiago do Cabido, por provisão de 26 de Outubro de 1947. Pároco de Cercal do Alentejo e Vila Nova de Milfontes de 1956 a 1959, fundou nesta última, o *Colégio de Nossa Senhora da Graça*, de carácter diocesano, destacando-se como um sacerdote incansável em prol da educação da juventude (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, LX/3018, 17 Mar. 1988, 1; 6).

⁶³⁶ Embora o Pe. Joaquim Lourenço tenha chegado a Beja a 24 de Setembro de 1925, as obras de adaptação do antigo convento estavam ainda por concluir (Cf. J. M. LOURENÇO, *Testemunho de um Sacerdote*, 26). O adiamento da inauguração deu-se pelo atraso na entrega das loiças adquiridas na Alemanha (Cf. *Eco Pacense*, Beja, II/10, Out. 1925, 181).

⁶³⁷ Refere-se a D. António Xavier de Sousa Monteiro (ver nota 508). D. José serviu-se da mesma citação bíblica que outrora esse prelado utilizou na alocução da inauguração do Seminário Episcopal de Beja, em 1885 (Cf. D. A. X. S. MONTEIRO, *Cartas Pastorais e outras providências diocesanas do Bispo de Beja*, vol. I, Tipografia Universal, Lisboa, 1889, 183-184).

⁶³⁸ *Eco Pacense*, Beja, II/10, Out. 1925, 173-178. Importa sublinhar um parágrafo no qual D. José se demonstrou conhecedor da história difícil do antigo Seminário, garantindo assim aos seus diocesanos que, caso houvesse no futuro algo semelhante, não hesitaria em lhe encerrar as portas: “Seja tanta a nossa felicidade em o abrir, como pronta, sendo necessaria, a nossa resolução de o fechar” (Cf. *Ibidem*, 176). O jornal *Novidades* transcreveu por completo a carta Pastoral e fez um breve relato da inauguração (Cf. *Novidades*, Lisboa, XL/9141, 26 Nov. 1925, 1).

A diocese de Beja terminava assim o período em que, pela segunda vez, fora a única do país sem Seminário próprio. Dedicando-o a Nossa Senhora de Guadalupe, conforme a promessa que tinha feito⁶³⁹, D. José marcou para 21 de Novembro desse ano, festa da Apresentação de Nossa Senhora, a entrada dos 40 alunos e a abertura solene das aulas⁶⁴⁰. Com corpo discente e docente completo, na presença de grande número de benfeitores, o bispo de Beja inaugurava o Seminário de Serpa a 22 de Novembro⁶⁴¹, com a “Missa do Espírito Santo” presidida pelo prefeito da disciplina, Pe. Joaquim Lourenço; *Te deum* e consagração do Seminário ao Coração de Jesus, presididas pelo prelado; e uma Sessão Solene, com “Oração de Sapiencia” a cargo do cónego Rebelo dos Anjos, sobre a “excelencia e necessidade do Sacerdocio Católico”⁶⁴². Seguidamente e conforme relata o *Diário do Seminário*:

“Sua Ex.^a Rev.^{ma}, visivelmente comovido e entusiasmado, exprimiu a grande consolação que naquele momento lhe ia na alma pelo extraordinario e feliz acontecimento que se estava desenrolando, e agradeceu, em palavras que bem denotavam um profundo reconhecimento, o valorosissimo auxilio que os circunstantes lhe prestaram na criação do Seminario – a obra mais querida do seu coração de Bispo – e o terem-se juntado a ele para comemorar um facto dos mais memoráveis da Diocese de Beja e um dos mais solenes, se não o mais solene, disse, de toda a sua vida”⁶⁴³.

O acontecimento teve uma repercussão considerável, impressionando não só os diocesanos, mas indo além-diocese, principalmente pelo espaço de tempo, três anos

⁶³⁹ *Eco Pacense*, Beja, II/10, Out. 1925, 177: “Dirigi [as vossas orações] à Virgem Santissima, padroeira do Seminario, sob a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, em cumprimento da promessa por Nós feita de dar-lhe o titulo mais amado da terra onde fosse erecto. Para os Serpenses é de maior enlevo e ternura essa invocação”.

⁶⁴⁰ *Eco Pacense*, Beja, II/12, Dez. 1925, 216-217. Desses 40 alunos, 16 deles já estavam no Seminário de Évora, tendo transitado para o de Serpa em Novembro de 1925. É importante referir também que 22 deles eram naturais da diocese de Beja, 10 da diocese da Guarda e 7 da diocese do Porto (Cf. IDEM, III/1, 2, 3, Jan.-Fev.-Mar. 1926, 7; L. A. S. ÉVORA, *Meio Século de Seminaristas de Évora*, 21-28).

⁶⁴¹ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 1.

⁶⁴² *Ibidem*.

⁶⁴³ *Ibidem*, 1-2. A alocução espontânea do prelado durou três quartos de hora, falando com uma “eloquência arrebatadora” (Cf. *Eco Pacense*, Beja, II/11, Nov. 1925, 191). Mons. Francisco Torrão, um dos sacerdotes mais destacáveis da diocese de Beja, ordenado sacerdote por D. José e vice-reitor e reitor do Seminário de Beja (1942-1957), testemunhou: “[...] certa vez ouvi ao saudoso D. José: «Ao fim daquele dia 22 de Novembro, quando finalmente eu pude dizer ‘já tenho Seminário’, asseguro-te que esse dia foi de todos o mais feliz da minha vida episcopal»” (Cf. AHDB, D. Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão (1974-2012), *1.º Centenário do Nascimento de D. José do Patrocínio Dias (1984)* – 22F, Comunicação de Mons. Francisco Torrão na sessão comemorativa dos 50 anos de sacerdote do Con.º Ernesto Nogueira, integrada nas comemorações do centenário do nascimento de D. José do Patrocínio Dias (Santiago do Cacém, 15.X.1983), 5).

incompletos, em que o bispo de Beja concretizou, do nada, uma obra por muitos vista como ilusória e impossível⁶⁴⁴. O próprio arcebispo de Évora e seu amigo, confessou:

“Só uma vontade de ferro, amparada por uma fé muito viva, era capaz de se abalançar a tanto. Deus abençoou bem os esforços, e o Seminário da diocese de Beja, que hontem se diria um impossível, é hoje uma consoladora realidade. O mesmo poder excelso que, por assim dizer, o fez surgir do nada, o fará florescer; e d’ele sairão anos volvidos, apóstolos ardorosos que coadjuvem a obra renovadora e benéfica, já agora tão notavel, a que V. Ex.^a se vem consagrando”⁶⁴⁵.

Embora a expectativa criada em torno do novo Seminário fosse considerável, as precárias instalações, sempre carecidas de reparação, e os fracos recursos das famílias dos alunos, que a maior parte das vezes nada possuíam, tornaram dificultosa a vida da instituição nos primeiros anos⁶⁴⁶. É certo que lhe acudiam muitos benfeitores, mas sentia-se falta de uma organização autorizada, que concretamente delineasse quais as principais necessidades do Seminário. Foi então criada em Beja a *Comissão Central da Obra dos Seminários*, que durante o ano de 1925, e seguintes, teve uma expansão notável, por meio de outras comissões ou por núcleos agregados às mesmas⁶⁴⁷. O boletim diocesano, na página dedicada ao

⁶⁴⁴ AHDB, D. Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão, *1.º Centenário do Nascimento de D. José do Patrocínio Dias*, Comunicação de Mons. Francisco Torrão... (5).

⁶⁴⁵ *Eco Pacense*, Beja, II/11, Nov. 1925, 202. A Santa Sé também se pronunciou por esse evento enviando, pelo secretário de Estado do Vaticano, o cardeal Pietro Gasparri, um telegrama de felicitações em nome do Santo Padre. Também a maioria dos sacerdotes e muitas das associações religiosas da diocese enviaram as suas saudações (Cf. *Ibidem*, 201-202; IDEM, II/12, Dez. 1925, 217-221).

⁶⁴⁶ O *Eco Pacense*, na página dedicada ao Seminário, revelaria meses depois: “Já o temos [o Seminário], louvôres a Deus, mas quanto custa a sustentar, quantas dificuldades! A vida do nosso Seminário é um constante milage [...] teve inclusive de contrair um empréstimo no ultimo mez para saldar as suas contas e ainda deve algumas” (Cf. *Eco Pacense*, Beja, III/5-6, Mai.- Jun. 1926, 116). Quando à situação dos alunos, o vice-reitor testemunhará: “Os seminaristas, recrutados de gente de modestos recursos financeiros, ou não pagavam mensalidade, ou só pagavam a 3.^a parte do que era necessário. Em alguns casos, até era preciso fornecer-lhes roupas” (Cf. J. M. LOURENÇO, *Testemunho de um Sacerdote*, 29-31). Daí que, nos documentos para a admissão de seminaristas, fosse necessário um “atestado de pobreza, quando os pais dos alunos sejam pobres e não possam por isso custear todas as despesas, como são: mensalidade, vestuário, livros, etc” (Cf. *Eco Pacense*, Beja, III/5-6, Mai.-Jun. 1926, 119).

⁶⁴⁷ *O Nosso Seminário – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/2, Jul. 1925, 4; IDEM, I/7, Ago. 1925, 3. A nível organizativo a Comissão Central Diocesana, sediada em Beja, era composta por um conselho director, uma comissão executiva e uma comissão de acção permanente. À imitação desta, mas mais simplificadas, surgiram as comissões de Odemira, S. Teotónio, Pias e Santiago do Cacém. Quanto aos núcleos agregados, destacaram-se Moura, Mértola, Almodôvar, Vila Nova da Baronia, Vidigueira, Grândola, Barrancos e Beringel (Cf. *Eco Pacense*, Beja, III/1, 2, 3, Jan.-Fev.-Mar. 1926, 55-57). Uma das iniciativas mais destacáveis foi a “Grande tómbola de Caridade”, uma espécie de sorteio, efectuado em toda a diocese e além dela, de Agosto a Outubro de 1925, com 12 prémios (dois deles, uma viagem a Lourdes). Mediante a compra de bilhetes, entre 2\$50 e 5\$00 aos colectores autorizados, a finalidade era “auxiliar 10 crianças muito pobres, talentosas e boas, designadas para iniciarem este ano os seus estudos – e, se alguma verba sobrasse applicava-se nas instantes obras do Seminário” (Cf. *O Nosso Seminário – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/8, Ago. 1925, 3-4; IDEM, I/9, Set. 1925, 1; 3; IDEM, I/10, Set. 1925, 1; 4; IDEM, I/12, Out. 1925, 3).

Seminário, apontou os “mais adequados meios” para o auxiliar: sustentar um seminarista com todas as suas despesas; criar uma bolsa de estudo; dar uma esmola fixa anual ou mensal, em dinheiro ou em géneros (carne, batatas, azeite...); dar vestuário e agasalhos usados ou lã para a sua fabricação; e ainda a doação de objectos para a *Cruzada de Joias*⁶⁴⁸. A resposta aos apelos constantes de ajuda ao Seminário, tiveram ainda o condão de fazer calar, pouco a pouco, um movimento contraditório, inclusive apoiado por alguns católicos, que divulgavam um certo desprestígio da instituição, tentando denegri-la⁶⁴⁹.

Entretanto o ambiente vivido no Seminário, para além da educação religiosa e académica, era marcado pelas circunstâncias pessoais e culturais dos alunos originários da diocese: a ida a casa nas férias tinha um efeito contrário pois vinham sempre “tão modificados que nem pareciam os mesmos”, em virtude do meio ser muito mau e de algumas das suas freguesias nem terem pároco residente⁶⁵⁰. Por isso, tornou-se prioritário criar nos alunos hábitos fortes. D. José do Patrocínio, educado no colégio de S. Fiel, adoptou a pedagogia dos jesuítas para a orientação dos alunos, como o comprovam as várias associações e grupos fundados para enaltecer o mérito, descobrir e colocar a render as qualidades dos jovens e, acima de tudo, prepará-los para a vida paroquial⁶⁵¹. A par disso, visitas de eclesiásticos, ilustres pela fama de santidade ou pelos cargos que ocupavam⁶⁵², e o contacto com o Seminário dos Olivais, do Patriarcado de Lisboa, além do entusiasmo natural que esses

⁶⁴⁸ *Eco Pacense*, Beja, III/1, 2, 3, Jan.-Fev.-Mar. 1926, 69-72. Entre 1931 e 1932 iria ainda ser criada a “Obra de assistência a um seminarista pobre”, que também teve grande divulgação na diocese (Cf. *O Nosso Seminário*, Serpa, I/2, Fev. 1932, 2).

⁶⁴⁹ Entre outras coisas, era dito que os alunos estavam presos no Seminário, do qual tentavam fugir, mas não o faziam por causa do medo das famílias e do “terror da vigilância”; que era uma obra dispensável, em virtude de muitos dos que antes tinham seguido o estado eclesiástico, fizeram-no obrigados pelos pais ou pressão dos superiores (Cf. *Eco Pacense*, Beja, III/10-11, Out.-Nov. 1926, 196-198).

⁶⁵⁰ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 5v; 7-7v. O vice-reitor, vindo da «católica» diocese da Guarda, ficou espantado com o ambiente religioso do Alentejo. Várias vezes, no *Diário do Seminário*, escrevia comentários deste género: “é a grande ignorância religiosa deste povo!” ou “é grande a indiferença religiosa desta terra!” (Cf. *Ibidem*, 3; 5).

⁶⁵¹ Segundo o *Diário*, fundou-se o Apostolado da Oração (13.V.1925), a Congregação de Nossa Senhora da Conceição (5.II.1926), o Agrupamento de Escuteiros (6.XI.1928) e a Fraternidade da Ordem Terceira de S. Francisco (11.II.1935) (Cf. ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 6; 9v; 14; 43v). O agrupamento n.º 38, dos únicos “seminaristas escuteiros”, causou grande impressão até a nível nacional, nomeadamente quando foram a Fátima em 1929: “Na procissão também tomaram parte cerca de quarenta alunos do Seminário de Beja [...] Seminaristas-escuteiros, estes jovens levitas, que são a pupila dos olhos do grande Prelado-Apóstolo da Diocese Pacense” (Cf. *Voz da Fátima*, Leiria, VII/85, 13 Out. 1929, 1).

⁶⁵² Algumas das figuras foram: Mons. António dos Santos Carreto, reitor dos Seminários da Guarda (27.I.1926); Pe. Mateo Crawley-Boevey, da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria e fundador da *Obra de Entronização do Coração de Jesus* (14.VI.1928); D. Manuel Gonçalves Cerejeira, cardeal Patriarca, juntamente com o arcebispo de Mytilene, D. Ernesto de Oliveira e o bispo do Algarve, D. Marcelino Franco (20.II.1934); e o conhecido “Santo” Padre Cruz (17.II.1936) (Cf. ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 4; 14v-15; 39v; 47v).

momentos providenciavam, purificam as maneiras e serviam de estímulo aos seminaristas⁶⁵³. A estes factos é também jus referir a influência do fenómeno, ainda recente, das aparições de Fátima, nomeadamente quando aí se deslocaram nas peregrinações de 13 de Setembro de 1928 e de 1929⁶⁵⁴. Somando tudo isto, os resultados começaram a ser mais positivos. A comprová-lo, veio o Pe. Victor Cadilhac, na qualidade de Delegado Papal, chegando a 15 de Janeiro de 1933: ao ter sido informado da vida da casa e vendo o ambiente interno, bem como as disposições dos alunos, no fim da sua permanência de cinco dias, declarou ter ficado com boa impressão⁶⁵⁵. Ora desse facto, segundo o vice-reitor, todo o Seminário colheu um incitamento para o “mais perfeito cumprimento dos seus deveres”⁶⁵⁶.

A permanência da instituição teve, naturalmente, repercussões na vila que o acolheu, não só no aspecto religioso, em virtude de dispor de vários sacerdotes, mas por uma série de iniciativas que a instituição criara para ajudar ao desenvolvimento sociocultural de Serpa. Foi muito bem aceite a abertura de uma escola primária anexa ao Seminário, bem como uma “escola nocturna para rapazes já fóra da idade escolar”, na qual se inscreveram ao todo 50, incluindo alguns já casados⁶⁵⁷. Aproveitando estes dois «acrescentos», o Seminário transformou-os num complemento para a formação dos seminaristas: prepará-los, mediante a leccionação das aulas, para serem também “párocos-professores”. Dado o bom resultado da experiência e com algumas obras de adaptação necessárias aos requisitos próprios, inaugurou-se a 19 de Novembro de 1933, a *Escola de Nossa Senhora de Guadalupe*⁶⁵⁸. A justificação era ousada para a época, mas denota bem a intenção do bispo diocesano, filho de professores

⁶⁵³ O primeiro encontro dos alunos de Serpa com os alunos dos Olivais deu-se em 8 de Agosto de 1932, após o pedido de D. José do Patrocínio para que os seus seminaristas fossem aí passar três semanas, em colónia de férias. O segundo encontro ocorreu em 28 de Dezembro desse ano, quando os seminaristas teólogos do Seminário Patriarcal visitaram o Seminário de Serpa (Cf. ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 33v-34; 35v). Em 1933 deram entrada no Seminário dos Olivais, para aí realizarem os estudos teológicos e filosóficos, 9 alunos e, em 1934, transitaram para lá 24 (Cf. *O Nosso Seminário*, Serpa, II/13, Jan. 1933, 2; IDEM, III/31, Jul. 1934, 4).

⁶⁵⁴ Em 1928, o Pe. Joaquim Lourenço apontou: “A visita à Cova da Iria muito impressionou os seminaristas e as graças de Nossa Senhora fizeram sentir-se na piedade dos alunos”; e, em 1929: “[...] o ambiente sobrenatural da Cova da Iria impressionou e comoveu os seminaristas. Por seu lado também a sua conduta modesta e recolhida impressionava agradavelmente quem os observava. Deram nota de bons seminaristas” (Cf. ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 15v; 19-19v).

⁶⁵⁵ *O Nosso Seminário*, Serpa, II/13, Jan. 1933, 2; ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 36.

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ *Ibidem*, 26v; 29-29v.

⁶⁵⁸ *Ibidem*, 37v; *O Nosso Seminário*, Serpa, II/23 e 24, Nov. e Dez. 1933, 2. Para além do bispo, estiveram também presentes, entre outras personalidades, o director geral do Ensino Primário, Dr. Braga Paixão, o inspector e o sub-inspector do distrito de Beja (Cf. *Ibidem*).

primários: “É de toda a vantagem que os futuros parocos, antes de irem para uma paróquia, aprendam praticamente como se dirige uma escola primária, para a fundarem na sua freguesia”⁶⁵⁹.

Com tudo isto, não tardou que D. José começasse a ver os resultados da obra que constituiu, desde o início, como prioridade da sua acção pastoral⁶⁶⁰. Formados naquele Seminário, começaram a surgir os primeiros sacerdotes da diocese de Beja «restaurada»: dos 232 alunos admitidos entre 1925 a 1938, foram ordenados 11 presbíteros, tendo em vista mais 21 para os anos seguintes⁶⁶¹. No entanto, estes dados não diminuíram a preocupação do bispo pois, com o falecimento dos sacerdotes mais velhos e o progressivo envelhecimento de outros, a diocese possuía em exercício, transcorridos dezasseis anos da sua entrada, apenas 17 padres para 114 freguesias⁶⁶². Perante esta realidade, afirmou aos seus diocesanos:

“Temos de confessar que o estado actual, no que respeita a escassez de obreiros, reduz a nossa Diocese à condição de uma terra de missão. Sim, no centro da África não chega a tanto a desolação. Estamos assim amargamente reduzidos a um cemitério de almas [...] estamos a caminhar para a ruína espiritual e moral do povo do Baixo Alentejo. Ela é já tamanha!”⁶⁶³.

Longe de abandonar a obra de restauração a que se impôs, rapidamente encontrou uma solução: em Fátima, estando em oração na capelinha das aparições, teve a inspiração de construir um novo Seminário diocesano em Beja⁶⁶⁴. O primeiro, embora tivesse dado os seus frutos, não conseguia responder ao pensamento vocacional do prelado: “aumentar o número

⁶⁵⁹ *O Nosso Seminário*, Serpa, II/23 e 24, Nov. e Dez. 1933, 2.

⁶⁶⁰ *Eco Pacense*, Beja, IV/5, 6, 7, Mai.-Jun.-Jul. 1927, 65: “Entre todas as obras a que consagro a minha solicitude pastoral, não pode deixar de ocupar o primeiro lugar o Seminário [...] é de facto, a minha preocupação de todas as horas, a minha ansiedade constante”.

⁶⁶¹ D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, Tipografia Ala Esquerda, Beja, 1938, 8-19. Os primeiros seminaristas de Beja foram ordenados a 19 de Dezembro de 1931 e a 21 de Maio de 1932, em Roma, por aí estarem a concluir os estudos no Colégio Português, respectivamente o Pe. Manuel Nunes (natural da Torcherios, Guarda) e o Pe. José Maria dos Anjos Brandão (natural do Salreu, Porto). A 10 de Setembro de 1933, já na diocese, foi ordenado o Pe. Ernesto António Nogueira (natural de Jarmelo, Guarda) e, a 10 de Novembro desse ano, o Pe. José António de Jesus Gonçalves, natural de Serpa, o primeiro sacerdote alentejano da fase da «restauração diocesana» (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 90).

⁶⁶² D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 7.

⁶⁶³ *Ibidem*, 7-8.

⁶⁶⁴ “Foi em Fátima que se gerou o pensamento da construção do Seminário – foi em Fátima que me surgiu luminosa idéia” (Cf. D. J. P. DIAS, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, Tipografia Ala Esquerda, Beja, 1940, 9). Já em Setembro de 1929, Pio XI tinha proposto ao prelado a construção de um “bom edifício, bem localizado, arejado, com as condições exigidas e moderno”, tendo inclusive entregado 25 mil francos com essa intenção (Cf. *O Nosso Seminário*, Beja, VII/68, 18 Fev. 1939, 1).

de alunos, para aumentar o número de ordenações”⁶⁶⁵. Assim sendo, por meio de “um veemente brado pastoral”, explicitou as razões para tal empreendimento: as obras intermináveis e a falta de espaço no edifício, que não permitia mais admissões⁶⁶⁶; a distância de Beja, que isolava os alunos da vida litúrgica da Catedral, inaugurada no ano anterior; e a falta de renovação cultural e intelectual que esse ambiente causava aos professores do Seminário, sendo mais abundante no centro da diocese⁶⁶⁷. Justificada a sua motivação e na tentativa de não sobcarregar os seus diocesanos, D. José vendeu o Seminário de Serpa aos Capuchinhos da Província da Andaluzia⁶⁶⁸ e, com o montante recebido, juntamente com uma participação do Estado – “obtido através de mil dificuldades” – iniciou a construção do Seminário de Nossa Senhora de Fátima⁶⁶⁹. Enquanto isso, os seminaristas de Serpa transitaram para o Seminário de S. José em Vila Viçosa, onde permaneceram durante três anos lectivos⁶⁷⁰.

⁶⁶⁵ D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 10-11. Segundo o cónego António Mendes Aparício, esta “filosofia da pastoral vocacional” seria desconsiderada nos anos 70 devido ao aumento da escolaridade obrigatória, da criação de mais estruturas de ensino por parte do Estado e da transformação social das Beiras (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 168).

⁶⁶⁶ “A casa não chega para comportar os alunos! Vejam que lamentável não é a situação de aparecerem jovensinhos que querem entrar para se dedicarem à vida sacerdotal e não teem lugar” (Cf. *Eco Pacense*, Beja, V/1-6, 1.º semestre de 1928, 16). Na verdade, as obras no Seminário de Serpa eram imparáveis: a reconstrução da igreja do Seminário (1927-1928); as obras de ampliação em 1928; e outras obras de reparação em 1929, 1930 e 1931 (Cf. IDEM, IV/5, 6, 7, Mai.-Jun.-Jul. 1927, 66; IDEM, IV/11-12, Nov.-Dez, 1927, 155-156; IDEM, V/1-6, 1.º semestre de 1928, 16; IDEM, VI/1,2,3, Jan.-Fev.-Mar. 1929, 27-28; ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 24v-25v; 30-31v). É de salientar também a preocupação pela saúde dos alunos, visto que, só em 1929, uma epidemia de gripe e outra de tifoide, puseram quase todos os superiores e alunos doentes, tendo mesmo falecido dois deles (Cf. *Ibidem*, 16-19v).

⁶⁶⁷ D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 7. Em carta ao clero, a 16 de Julho de 1936, D. José já tinha revelado o seu desejo de construir um Seminário em Beja, justificando: “aberta ao culto a Catedral, seria sensível a falta de clero e seminaristas para cooperarem nos actos do culto, como a mim se tornam penosas e difíceis as constantes deslocações para acompanhar de perto, como é meu dever, a vida do Seminário” (Cf. IDEM, *Breves instruções Pastorais ao Clero Diocesano*, Minerva Comercial, Beja, 1936, 11).

⁶⁶⁸ Por altura da guerra civil espanhola (1936-1939), os capuchinhos das Províncias de Castela e de Andaluzia refugiaram-se em Portugal (Cf. A. MENDES / J. C. CALAZANS, “CAPUCHINHOS”, in J. E. FRANCO (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens...*, 74). O primeiro capuchinho que ficou instalado no Seminário de Serpa, desde 6 de Novembro de 1924, foi Fr. António de Rosablanco, “destinado a fundar uma casa da sua Ordem em Beja, para onde partirá depois de neste Seminário estudar um pouco de língua portuguesa” (Cf. ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 41v). Em Dezembro já estava também Fr. Félix de Segura, “distinto organista”, que em 11 de Fevereiro de 1935, erigiu a Fraternidade da Ordem Terceira de S. Francisco no Seminário de Serpa (Cf. *Ibidem*, 42v; 43v). O vice-reitor do Seminário apontou no *Diário*, a 8 de Julho de 1936: “Por um telegrama vindo de Sevilha soube-se hoje da venda d’esta Casa aos Capuchinhos Hespanhois da Provincia da Andaluzia [...] foi vendido por 700.000\$00” (Cf. *Ibidem*, 49). No ano seguinte, o edifício era aberto como Colégio Seráfico, sob a direcção dos Capuchinhos da Província da Bética (Cf. *Ibidem*, 50). No entanto, a dívida nunca foi totalmente paga, mas apenas 370.665\$85 (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 107).

⁶⁶⁹ D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 12. A participação do Estado foi de 700.000\$00 (Cf. D. J. P. DIAS, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, 10-11).

⁶⁷⁰ A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 105. O Seminário menor de Vila Viçosa abriu em Outubro de 1935, no antigo Convento das Chagas, cedido por D. Manuel II ao arcebispo de Évora, para esse efeito. No ano lectivo de 1936-1937, frequentaram esse Seminário 15 alunos da diocese de Beja; no de 1937-1938, juntaram-se àqueles, mais dois; e, no de 1938-1939, entraram mais cinco (Cf. L. A. S. ÉVORA, *Meio Século de Seminaristas de Évora*, 46-47; 51; 55).

b) Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Beja (1940).

Quando em 16 de Dezembro de 1937, no 17.º aniversário da eleição de D. José do Patrocínio Dias, o arcebispo de Évora lançava em cerimónia solene a primeira pedra do novo Seminário⁶⁷¹, os esforços do bispo de Beja eram já delineados por um conjunto de acções que preparam a obra: “estive um ano a trabalhar a sós, sem nada comunicar convosco, vivendo comigo horas de dificuldades, de amargura, de lutas incessantes”, escreverá aos seus diocesanos⁶⁷². Construir um Seminário «modelo», com todos os requisitos de higiene e pedagogia modernas, de modo a receber seminaristas para os estudos preparatórios e até teológicos, revelou-se um projecto verdadeiramente ambicioso⁶⁷³. Ultrapassadas as dificuldades com a escolha e compra do terreno⁶⁷⁴, o Arquitecto Amílcar Pinto⁶⁷⁵ elaborou o projecto que, após várias modificações, foi aprovado pelo prelado e pelo Estado⁶⁷⁶. O concurso público da adjudicação da obra foi ganho pela *Constructora Abrantina*⁶⁷⁷, iniciando-se a edificação com a colaboração do construtor Luís Marques dos Santos⁶⁷⁸, do encarregado Manuel António Borda d’Água⁶⁷⁹ e do engenheiro Manuel Vassalo e Silva⁶⁸⁰. Um ano depois,

⁶⁷¹ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 50. Esteve também presente o Ministro das Obras Públicas, Eng. Joaquim Abranches de Oliveira. É importante ressaltar que a pedra angular da construção foi “cortada e trazida das pedreiras de Fátima”, gesto que confirma ainda mais a inspiração do prelado em dedicar o novo Seminário a Nossa Senhora de Fátima (Cf. *Ibidem*, 51v).

⁶⁷² D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 17.

⁶⁷³ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 50; A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 110.

⁶⁷⁴ Segundo o relato do *Diário*, o terreno que a Câmara dispunha era impróprio e o que era desejado não foi cedido pelo dono. Então, providencialmente, foram oferecidos em óptimas condições dois ferragiais: um comprado pelo seu justo valor e o outro foi cedido apenas por 25 contos (Cf. ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 50).

⁶⁷⁵ Amílcar da Silva Pinto (Lisboa, 12.III.1890 – 6.VII.1978) fez os estudos liceais no colégio de S. Fiel, frequentando em seguida a Universidade de Coimbra e a Escola de Belas Artes de Lisboa. Chamado para o Ministério da Instrução, no primeiro governo de Sidónio Pais, exerceu durante 12 anos os serviços de construções escolares em todo o país. Indo para o Ministério das Obras Públicas, elaborou e dirigiu várias obras, entre as quais o projecto da Emissora Nacional. Fez também vários projectos para Beja, inclusive a adaptação do anterior Paço episcopal (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, XIV/659, 12 Out. 1940, 6).

⁶⁷⁶ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 50: “Como porém o Estado Português prometeu uma comparticipação na obra pelo ‘Fundo Desemprego’, quis o Estado examinar o projecto, e introduzir-lhe algumas modificações”. A construção do Seminário contribuiu, desse modo, para atenuar as crises de trabalho e desemprego, ocupando em média 80, 100 e até 170 operários (Cf. D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 13).

⁶⁷⁷ Concorreram apenas duas construtoras, a mencionada e uma outra de Diamantino Tojal, construtor dos Seminários dos Olivais e Almada (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, XIV/659, 12 Out. 1940, 6).

⁶⁷⁸ Fundador da Constructora Abrantina em 1925 (Cf. *Ibidem*).

⁶⁷⁹ Nasceu em Rio de Moinhos (Aljustrel) a 10 de Março de 1879. Estudou na Escola Industrial de Avelar Brotero, em Coimbra, e na Escola Industrial Machado de Castro, em Lisboa (Cf. *Ibidem*, 7).

⁶⁸⁰ Manuel António Vassalo e Silva (Torres Novas, 8.I.1899 - Lisboa, 11.VIII.1985) concluindo os estudos no Liceu de Santarém e no de Passos Manuel em Lisboa, fez os preparatórios de engenharia e o bacharelato de matemática na Faculdade

por meio da carta Pastoral de 16 de Dezembro de 1938, Patrocínio Dias convocava uma “cruzada de esmolas”, pedindo que se organizasse em todas as paróquias uma comissão de colectores da *Obra do Seminário*⁶⁸¹. Apesar das dificuldades económicas do Alentejo e inclusive do recente peditório diocesano para as obras da Catedral, contando também com a repercussão da Pastoral em todo o país, inscreveram-se nessa associação 400 colectoras e 1800 pessoas, no espaço de um mês e meio⁶⁸²; em Abril de 1939 contavam-se já 3100 e, em Setembro de 1940, somavam-se 5000 associados⁶⁸³. Estes resultados foram ainda obtidos graças às digressões apostólicas do incansável “Pastor entre as ovelhas”: a 28 de Janeiro de 1939, era noticiado que percorrera 35 freguesias, visitando as comissões paroquiais da *Obra do Seminário*⁶⁸⁴; e até Julho de 1940, não obstante a convalescença de três cirurgias, visitou mais de 30 freguesias⁶⁸⁵.

Contudo, o evoluir de um conjunto de circunstâncias viria a prejudicar os trabalhos da construção. Em carta de 18 de Março de 1940, D. José pediu ao clero uma redobrada acção em favor do novo Seminário⁶⁸⁶. A morosidade das obras, consequência da natureza dos acabamentos, do aumento feito no plano geral e do mau estado do tempo, juntamente com o crescimento da dívida a rondar os 230 contos, fizeram com que o prelado, embora constrangido, desse a sua anuência para a realização de uma “Grande Tombola” na diocese e

de Ciências da Universidade de Lisboa, completando o curso de engenheiro na Escola Militar. Foi também general do exército português, recebendo o grau de oficial da Ordem Militar de Avis a 25 de Fevereiro de 1928. Desenvolveu durante muito tempo a sua actividade como engenheiro no Alentejo, nomeadamente no distrito de Beja, estudando e presidindo à electrificação das povoações e aos trabalhos de abastecimento de águas e saneamento (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, XIV/659, 12 Out. 1940, 7; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXIV, 342). Na construção do Seminário, o seu papel foi fundamental principalmente nos cálculos de betão armado. Ele próprio afirmou: “[...] a obra do Seminário constitui [sic] uma das mais interessantes sob o ponto de vista de soluções técnicas. Assim no estudo da sua estrutura de betão armado procurou aligeirar o mais possível os diferentes elementos por forma a tornar o interior o mais alegre possível, evitando pesadas [sic] estruturas massiças” (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, XIV/659, 12 Out. 1940, 7). A título de curiosidade, refira-se que foi este general que comandava a força militar do território de Goa que, em 1961, se rendeu ao exército indiano. Para mais desenvolvimentos ver obra de P. Avelar, *História de Goa, de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*, Texto Editores, Alfragide, 2012.

⁶⁸¹ D. J. P. DIAS, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, 15-17.

⁶⁸² *O Nosso Seminário*, Beja, VII/67, 11 Fev. 1939, 1. A carta Pastoral foi citada no jornal *A Voz* e com “elogiosas e merecidas referências” no jornal *O Século*, sendo transcrita por completo no diário católico *Novidades* (Cf. IDEM, VII/64, 21 Jan. 1939, 3).

⁶⁸³ IDEM, VII/76, 15 Mar. 1939, 1; *Notícias de Beja*, Beja, XIV/656, 21 Set. 1940, 1.

⁶⁸⁴ *O Nosso Seminário*, Beja, VII/65, 28 Jan. 1939, 1. O carro que fora oferecido ao prelado em 16 de Dezembro de 1938, da marca Plymouth, percorreu nas suas 4 primeiras semanas 2.400 quilómetros (Cf. *Ibidem*, 2).

⁶⁸⁵ IDEM, VII/88, 8. Jul. 1939, 4. O jornal *O Nosso Seminário* dedicou, em quase todas as suas edições, uma página que relatava as visitas de D. José pela diocese e que era intitulada: “O Pastor entre as ovelhas”. A contabilização das freguesias visitadas advém das informações que essa página disponibilizava. A organização das visitas às paróquias, com a finalidade de acompanhar a *Obra do Seminário*, ficou delineada pela circular ao clero de 17 de Novembro de 1939 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastorais e Provisões*, 1) Livro de Cartas Pastorais e Provisões, 58v-59v).

⁶⁸⁶ *Ibidem*, 60-60v.

no país, a fim de obter resultados eficazes e colmatar as despesas⁶⁸⁷. Graças a essa iniciativa e, naturalmente, ao entusiasmo criado em torno dela, as contribuições para a *Obra do Seminário* aumentaram consideravelmente acelerando o ritmo dos trabalhos⁶⁸⁸. Durante o mês de Julho foram publicadas as normas de admissão aos seminaristas e, no dia 23, aniversário natalício de D. José, este juntamente com o clero, estreou “em particular” o Seminário diocesano, sendo revelado nessa ocasião que a inauguração oficial se realizaria no dia 13 de Outubro⁶⁸⁹.

Finalmente, por meio da carta Pastoral de 15 de Setembro, Patrocínio Dias, fazendo uma análise das duas décadas do seu pontificado, identificou o Seminário como o sinal mais evidente e o culminar de todos os esforços da recristianização da diocese, anunciando, em tom de acção de graças, aos seus diocesanos:

“A tantos benefícios alcançados [pela Providência Divina], seja-nos permitido jubilosamente acrescentar aquele que faz transbordar de reconhecimento as nossas almas, por ser o mais firme esteio a assegurar a vitória final: a conclusão das obras do Nosso Seminário, do querido *Seminário de Nossa Senhora de Fátima*. As palavras pastorais que estamos a dirigir-vos, caríssimos Diocesanos, não tem outro intuito se não o de fazer ecoar dum recanto a outro da Diocese esta grata notícia: *está terminado o Seminário!* [...] Parece-me que há razão para estarmos todos contentes e de nos felicitar pelo resultado dos nossos sacrifícios. Caríssimos Diocesanos: está concluído – e bem – o nosso Seminário!”⁶⁹⁰.

No mesmo documento informou ainda a entrada dos 50 alunos e, para celebrar condignamente a abertura da instituição a 13 desse mês, convidou todos os diocesanos, “sem distinção de categoria, nem de posição social”, a participarem na referida solenidade, contando também com a presença do cardeal Patriarca de Lisboa⁶⁹¹. Dias depois, a 24 de Setembro de 1940, fez as nomeações canónicas necessárias a essa estrutura diocesana:

⁶⁸⁷ A dívida contraiu-se principalmente por causa do agravamento do preço dos materiais, provocado pela II Guerra Mundial, e da suspensão de rendimentos, nomeadamente os que provinham da alienação do Seminário de Serpa (Cf. D. J. P. DIAS, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, 10-11). A “Grande Tombola” fora um meio também usado para a abertura do Seminário de Serpa e para a conclusão da Catedral.

⁶⁸⁸ E isto de tal modo que, em 12 de Junho de 1940, por ocasião das comemorações do duplo centenário da nacionalidade, parte da comitiva do Presidente da República ficou hospedada no Seminário (Cf. *O Nosso Seminario*, Beja, VII/138, 22 Jun. 1940, 1; 4).

⁶⁸⁹ IDEM, VII/140, 6 Jul. 1940, 3; IDEM, VII/142, 20 Jul. 1940, 4; IDEM, VII/143, 27 Jul. 1940, 1; 3-4.

⁶⁹⁰ *Noticias de Beja*, Beja, XIV/656, 21 Set. 1940, 1.

⁶⁹¹ *Ibidem*.

designou o Pe. Ernesto António Nogueira para vice-reitor do novo Seminário e nomeou também todo o pessoal disciplinar e docente⁶⁹². Entretanto, e ao aproximar-se a data da comemoração, começaram a surgir os primeiros testemunhos daquela que outrora fora tão onerosa empresa. D. Manuel Mendes, arcebispo de Évora, afirmou:

“Línguas maldosas quiserem em tempo apodar Beja de Cidade sem fé nem Sé: a tão injusto apôdo é resposta triunfante e esmagadora a festa que a grei pacense vai celebrar no próximo domingo [...] O novo Seminário de Beja, criação arrojada, que ainda há pouco se diria um sonho irrealizável, é só por si uma das mais belas afirmações de fé [...] Era maninho o local, onde, há perto de três anos, a convite penhorante do Antístite pacense, tive a consolação e a honra de benzer a primeira pedra do edifício que estava para surgir [...] O novo Seminário de Beja é um triunfo de hoje, é uma esperança de amanhã: é na sua estrutura, na sua origem e na sua realização um verdadeiro milagre. E quem realizou êste milagre? A fé de um Prelado apostólico e ardente, a fé de um povo generoso e crente”⁶⁹³.

Seria a palavra “milagre” que pautaria todo o decorrer das cerimónias de inauguração. Iniciando-se na véspera, dia 12 de Outubro, acorreram a Beja grande número de autoridades civis e militares, representações municipais, paroquiais e associativas da diocese e do distrito⁶⁹⁴. Pela terceira vez consecutiva, a cidade hospedava D. Manuel Cerejeira, chamando, desse modo, a atenção dos católicos portugueses. Na recepção que lhe fora feita na Câmara Municipal, ele mesmo se apresentou como “peregrino” que vinha “assistir a um milagre”; vinha para pôr “a sua assinatura nesta página gloriosa da ressurreição de

⁶⁹² *O Nosso Seminario*, Beja, VII/152, 29 Set. 1940, 1. O Pe. Ernesto António Nogueira (Jarmelo, Guarda, 15.XII.1908 – Santiago do Cacém, 30.VII.1984) concluídos os estudos preparatórios e teológicos no Seminário de Évora e Serpa, foi ordenado sacerdote a 10 de Setembro de 1933. Recém-ordenado, ficou como prefeito e professor do Seminário de Serpa até 1935, quando foi nomeado pároco de Santiago do Cacém. Em 1940 foi nomeado vice-reitor do Seminário de Beja, deixando o cargo em 1942 para ir paroquiar Grândola, em virtude de um incidente do pároco. Nomeado para S. Tiago Maior (Beja) em 1944, foi ainda pároco de Castro Verde até 1949, altura em que foi nomeado, de novo, para Santigado do Cacém (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, LVI/2845, 2 Ago. 1984, 8).

⁶⁹³ IDEM, XIV/659, 12 Out. 1940, 1; 6.

⁶⁹⁴ Estiveram presentes, para além dos representantes do ministro de Educação Nacional e do ministro das Obras Públicas, as mais altas individualidades do exército português: general Carlos Pereira dos Santos, major general do Exército; general Tasso Miranda Cabral, chefe do Estado-maior do Exército, e o general Casimiro Victor Teles, comandante da Legião Portuguesa. Quanto a figuras eclesíásticas, participaram neste dia o arcebispo de Évora e o bispo de Lamego, D. Agostinho de Jesus e Sousa, e diversos membros do clero de Évora e de Lisboa. Marcaram presença também 16 câmaras municipais e vários grupos associativos (Bombeiros, Juventudes Católicas...) (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, XIV/660, 19 Out. 1940, 6; 8).

Portugal”⁶⁹⁵. Já no Seminário, em sessão de boas vindas, D. Manuel Cerejeira voltou novamente a justificar a sua presença:

“[...] Sua Eminência diz ter vindo associar-se a esta solenidade para cantar juntamente com toda a Diocese de Beja o soléne canto «Magnificat» que um dia saíra do coração agradecido da Virgem Maria, cuja imagem saudará no átrio do Seminário. Elogia a obra de Sua Ex.^a Rev.^{ma} e diz: «No exemplo nobilíssimo do Senhor D. José do Patrocínio Dias eu tenho colhido uma preciosa e profunda lição. Foi – diz – através da fé e da confiança do Senhor Bispo de Beja que a Providência operou êste grande milagre da construção do Seminário». Referindo-se aos alentejanos, e com desvanecimento o repetimos, disse que êles são «os melhores de todos os portugueses, desconfiando apenas do seu próprio valor. Mas o seu Bispo veio despertar-lhes a luz da confiança, a luz da fé, a luz da victória, veio dar-lhes o verdadeiro sentido da vida»⁶⁹⁶.

Devido ao mau tempo, houve uma alteração no horário do dia 13 de Outubro; em substituição da Missa campal na fachada do Seminário, o Patriarca de Lisboa celebrou-a na Catedral, com o templo completamente apinhado. Particularmente tocante foi a homília, ao ter comparado a aparição de Nossa Senhora de Fátima e os seus efeitos em Portugal com a finalidade da nova instituição, afirmando: “o novo Seminário, que é um complemento da missão da Virgem, será um Cenáculo donde irradiará por toda a Diocese o incêndio da luz do Evangelho”⁶⁹⁷. Momento singular deu-se também durante o almoço no Seminário, para mais de trezentos convidados, nomeadamente quando durante os brindes comemorativos, D. José, louvando a presença das altas patentes do exército português, declarou: “debaixo desta batina bate o coração dum soldado português. De cada seminarista eu hei-de formar não só um soldado, mas também um soldado que saiba morrer, sendo preciso, na defêsa da Pátria”⁶⁹⁸. As festas terminariam com uma entusiástica sessão solene, que deixou todos vivamente impressionados⁶⁹⁹.

⁶⁹⁵ *Noticias de Beja*, Beja, XIV/660, 19 Out. 1940, 8.

⁶⁹⁶ *Ibidem*.

⁶⁹⁷ *Ibidem*, 6.

⁶⁹⁸ *Ibidem*, 8.

⁶⁹⁹ *Ibidem*, 6. O diário católico *Novidades* fez uma grande reportagem das cerimónias de inauguração do Seminário de Beja, evidenciando três temas: “Diocese heroica”; “Portento de fé”; “Bispo-milagre” (Cf. *Novidades*, Lisboa, LV/14372, 15 Out. 1940, 1; 4). Também um dos números do *L'Osservatore Romano* referiu-se largamente à inauguração do Seminário,

No entanto, ao completar-se um mês da abertura da instituição, Patrocínio Dias foi obrigado pelas circunstâncias a escrever um “Novo e veemente brado Pastoral”, pois embora se tivesse atingido o prazo marcado para o final das obras, os sacrifícios em prol dessa causa não podiam desaparecer. Revelou aos seus diocesanos que mesmo com o ritmo considerável das esmolos, estas não bastaram para rapidez da construção: os vinte meses em que foi levantado o edifício, permitiram a sua conclusão só à custa de empréstimos consecutivos⁷⁰⁰. A justificação que se impôs foi precisamente a de não se suspenderem as obras pois:

“A suspensão correspondia a um adiamento *sine die*, a uma esperança perdida para a nossa vida; os prejuízos materiais sem conto; a carcassa [sic] do edificio a suportar as consequências das intempéries, calores e a recriminar a verdade de se haver começado. Os anos sucederiam aos anos e as dificuldades às dificuldades, como adiantos a novos adiantos”⁷⁰¹.

A dívida final somava 3455 contos, o que perante as esmolos recebidas – 1446 contos – durante três anos da construção do Seminário, embora bastante, não chegava para liquidar as despesas⁷⁰². A isto, juntava-se ainda, para além dos juros, o facto dos estudos teológicos serem frequentados nos Seminários de Évora e Olivais, por determinação da Congregação dos Seminários, ficando no Seminário de Beja, para estudos liceais, 63 seminaristas. Ora estes dados somavam mais gastos: o pagamento trimestral das contas dos alunos teólogos e a sustentação dos seminaristas de Beja, a maior parte deles sem meios para pagar uma mensalidade completa⁷⁰³. O brado do «Bispo-Soldado» – “Não abandonemos o Pastor!” – serviu para reanimar o ânimo dos fiéis na “trincheira do sacrifício”⁷⁰⁴. As palavras com que concluiu a narração dos “contratempos insuperáveis”, manifestam claramente a sua audácia: “Com o auxílio de Deus [a] Diocese pagará a dívida actual que tem por hipoteca a

afirmando que a sua construção era “obra de um Bispo que soube lutar heroicamente por ele, pela glória de Deus” (Cf. *Novidades*, Lisboa, LV/14440, 22 Nov. 1940, 1; *O Nosso Seminario*, Beja, VII/155, 26 Nov. 1940, 1).

⁷⁰⁰ D. J. P. DIAS, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, 8-10.

⁷⁰¹ *Ibidem*, 9.

⁷⁰² *Ibidem*, 11.

⁷⁰³ *Ibidem*, 13-14.

⁷⁰⁴ *Ibidem*, 15.

dignidade do seu Bispo e por fiadores os corações dos bons e dedicados diocesanos”⁷⁰⁵. Todas estas preocupações, descritas na carta Pastoral, transpareceram ainda, nesse mesmo dia, no pontifical comemorativo do primeiro aniversário do Seminário. Dirigindo-se à Padroeira da casa, confiou-lhe a fragilidade da instituição e a boa vontade dos associados da *Obra do Seminário*⁷⁰⁶. Assim, mais uma vez, em resposta ao apelo do bispo, uma série de iniciativas centraram as atenções no Seminário: a presença dos seminaristas nas Missões Diocesanas, nomeadamente entre 1942 a 1944⁷⁰⁷; a fundação da *Obra das Vocações Sacerdotais e do Seminário*, em 5 de Fevereiro de 1948, com grande divulgação nas paróquias⁷⁰⁸; um novo peditório, no ano seguinte, por toda a diocese, à responsabilidade das Irmãs Oblatas⁷⁰⁹; e, em 1950, o início das semanas de oração pelas vocações⁷¹⁰. O prelado como pioneiro desta causa, acompanhava todo esse movimento com particular desvelo, tal como comprovará: “Com suma consolação e inefável alegria podemos verificar que se ama o Seminário!”⁷¹¹.

Naturalmente que todas estas acções, não dispensaram a solicitude que D. José para com os seminaristas, influenciando, desse modo, na sua formação. Na verdade, a assistência contínua que lhes dispensava era fruto da sua reflexão e propósitos, aquando da realização dos bianuais ou trianuais Exercícios Espirituais, de onde resultou o axioma: “Conhece-los um por um”⁷¹². O conceito que presidia a esta sua opção pastoral era o da santificação do clero, a necessidade de que a grande obra do seu pontificado não se limitasse apenas a «dar padres», mas, pelo modo de viver destes, se recuperasse a dignidade sacerdotal na diocese outrora

⁷⁰⁵ D. J. P. DIAS, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, 8-10.

⁷⁰⁶ “Aceitai, ó Virgem de Fátima, o sacrifício desta Diocese; aceitai, ó Mãe bendita, os sacrifícios destas almas que vos são queridas; aceitai, ó Senhora e Rainha nossa, o coração dêste Pastor que se imola em holocausto, por estas almas presadas, por êste Seminário querido” (Cf. *O Nosso Seminario*, Beja, VII/174, 25 Out. 1941, 2).

⁷⁰⁷ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 74; 81-83.

⁷⁰⁸ *Ibidem*, 90; *O Nosso Seminario*, Beja, ser. II, I/1, Abr. 1948, 1; 4.

⁷⁰⁹ ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 93v.

⁷¹⁰ *Ibidem*, 95; *O Nosso Seminario*, Beja, ser. II, II/22, Jan. 1950, 1.

⁷¹¹ IDEM, ser. II, IV/38, Mai. 1951, 1.

⁷¹² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Exercícios Espirituais (1937-1951), 20-25.VI.1950. O cónego Manuel Nazário Correia (Cabeça Gorda, 23.II.1917 – Beja, 19.VII.2001) ordenado em 19 de Março de 1941, testemunhou: “Ficou proverbial, no Seminário dos Olivais – o cuidado e solicitude com que visitava e acompanhava os seus seminaristas [...] os alunos das outras dioceses que também ali se encontravam a estudar, sentiam como que uma pontinha de inveja, ao ver-nos tão acarinhados pelo nosso Bispo” (Cf. *Jornal do Sul*, Beja, XXI/749, 6 Set. 1983, 5). O mesmo afirmou o Pe. Manuel Alves (em 12.I.2013): “D. José visitava os seus seminaristas sempre que ia ao Seminário dos Olivais e tinha uma conversa particular com cada um, perguntando-lhes quais as dificuldades que sentiam e estimulava-os ao lembrar aspectos positivos que tinha colhido dos formadores a respeito do respectivo aluno”.

minada por uma onda de maus exemplos⁷¹³. Numa alocução final de um dos primeiros Exercícios Espirituais ao clero, revelou-lhes o seu maior intuito: “eu quero entrar no ceo, não desacompanhado, não só, mas ornado com uma corôa de eterna beleza – a companhia dos meus padres; com eles quero ver, gozar e possuir a Deus por toda a eternidade”⁷¹⁴.

Patrocínio Dias não tratou com aspereza a herança que lhe fora deixada; pelo contrário, empregou todos os esforços para recuperar a maior parte desses sacerdotes, pois no seu entender, sem a virtude comprovada, ao menos, de uma boa parcela do clero antigo, a formação dos futuros ministros ficaria fragilizada. Assim sendo, para os primeiros, delineará quais as três classes que os tornavam dispensáveis ao ressurgimento diocesano:

“1.º Dispensio o serviço daqueles que tornaram o sacerdocio um modo de vida e que exigem do povo o que ele não pode dar, com tal espírito que pensam primeiro nos seus interesses e só depois no bem das almas [...] estes padres não teem espírito sacerdotal e fazem um grande mal à vida da Igreja e comprometem o apostolado. 2.º Dispensio o serviço daqueles que ou burocratisaram o seu sacerdocio ou vivem como qualquer negociante, deixando-se absorver pelas coisas materiais e tendo como um enfado, um fardo insuportável a vida espiritual. Estes Padres não teem fé e, com o seu exemplo, arrebata-na aos corações que ainda a possuem. 3.º Dispensio finalmente os serviços daqueles que, afastados da puresa sacerdotal, constituíram família e são um elemento de escandalo [...] Estes pobres Padres são peores que um incêndio que devorasse a casa de Deus e são a ruína de todas as almas”⁷¹⁵.

Quanto ao clero mais novo afirmará que, tendo em atenção os defeitos da formação dos anteriores sacerdotes e conseguindo dar-lhes uma outra totalmente diferente, seria

⁷¹³ Este tema foi uma das suas preocupações iniciais, tal como escreveu ao clero: “O mau exemplo foi uma onda de corruptora e devastadora, enovelando a mentira de situações publicas que não brotavam da dignidade da vida particular, arrancando no torvelinho flagrantes contradições de actos e palavras, de doutrinas que só se prêgavam e normas que não se praticavam [...] Traidores á causa de Deus, jamais! nem na vida moral [...] nem na falta de respeito á própria dignidade sacerdotal de que estamos revestidos” (Cf. D. J. P. DIAS, *Carta ao Clero – Dezembro-1923*, 4-6). Interessante que D. José soube, inclusive, aproveitar a vida do Seminário para estimular os sacerdotes ao cumprimento da sua vocação: “O Conselho Disciplinar foi interrompido por Sua Ex.^a Rev.^{ma} que incitou os Rev.^{dos} Padres, encarregados da formação dos alunos, a uma vida interior cada vez mais perfeita, para que ao julgarem os seminaristas não tenham de condenar-se a si próprios” (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 136).

⁷¹⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Episcopais*, 4) Alocução no final dos Exercícios Espirituais ao clero. Em 1942 apontou ainda: “Máxima sugerida pela SS. Virgem: ser santo com o meu clero! Quero ser santo... mas a minha santidade p.^a ser verdadeira deve promover a santidade dos meus padres” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Exercícios Espirituais (1937-1951), 17-23. VIII.1942).

⁷¹⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Antigo I Epistolário (1921-1940)* – 19F, 1) Adelino E. C., carta de 20.IX.1940.

inexorável com a primeira falta pública de qualquer sacerdote formado no seu Seminário, garantindo: “vigio-os como quem guarda os próprios filhos”⁷¹⁶.

Como resultado do seu zelo pastoral, deixaria à diocese de Beja 66 sacerdotes, ordenados em média de 2 a 3 por ano⁷¹⁷. Interrogado certa vez a respeito do futuro do Seminário que criara, responderia com uma palavra: “Amemo-lo!”⁷¹⁸; e, sob lema: “Stellam Sequentes”, perdura ainda hoje como legado do seu fundador, sofrendo no decorrer dos anos as vicissitudes de cada época⁷¹⁹.

3.3 A Congregação das Oblatas do Divino Coração: “um pequenino escol de corações”.

As perseguições movidas contra a Igreja, a decadência do espírito religioso e o enfraquecimento e tibieza da vida eclesial, provocaram na diocese de Beja “um quebramento quase completo das actividades cristãs”⁷²⁰. Como já foi mencionado, D. José do Patrocínio Dias, consciente destes efeitos, começou imediatamente um projecto de restauração marcado, em primeiro lugar, pela pregação e pela caridade. Daí resultaram as primeiras dedicações: um mês depois da sua entrada, constituiu-se em Beja um grupo de senhoras – a *União de Caridade das Senhoras de Beja* – com a finalidade de socorrer as famílias carenciadas e dar assistência a crianças pobres por meio da educação e da

⁷¹⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Antigo I Epistolário*, 1) Adelino E. C., carta de 20.IX.1940. O cónego António Pereira (em 20.I.2013) lembrou: “Jovem padre, tenho bem presente a sua preocupação em acompanhar-nos desde o primeiro instante, convidando-nos para a sua própria casa, num estágio inicial personalizado, exigente, mas afectuoso e cheio de sabedoria contagiante. Do seu projecto para o clero fazia parte uma constante preocupação por uma formação permanente que desse a cada um a possibilidade de reformular os seus conhecimentos e retemperar as forças espirituais”.

⁷¹⁷ Destes 66 sacerdotes, 2 foram ordenados em Roma em 1931 e 1932. Quanto aos sacerdotes ordenados na diocese, de 1925 a 1962, vivem actualmente 8 na diocese e 4 residem fora da diocese (Cf. A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja*, 384-283; dados recolhidos no AHDB).

⁷¹⁸ *O Nosso Seminário*, Beja, ser. II, V/63, Jun. 1953, 1.

⁷¹⁹ IDEM, X/101, Mai. 1957, 1. Para uma visão mais ampla da evolução do Seminário de Beja (até 1997) ver: A. M. APARÍCIO, *Os Seminários da Diocese de Beja, Beja – Subsídios para a sua história*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.

⁷²⁰ *Constituições das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, Livraria Cruz, Braga, 1951, 7.

catequese⁷²¹. No entanto, embora os resultados fossem bastante significativos, Patrocínio Dias queria algo mais que um mero empenho social, tal como descreveu:

“desolava[-me] o facto de não encontrar por toda ela [a Diocese] um certo núcleo de almas, de famílias, que conhecessem a Nosso Senhor e se dessem num espírito de verdadeira vida cristã a amá-Lo e a fazê-Lo amar os outros [...] Ao lado do apostolado público da pregação e da acção de caridade, comecei a iniciar uma certa acção junto das almas, uma como que sondagem nos espíritos para lhes conhecer as disposições para Nosso Senhor. Denunciaram-se, sem grande dificuldade, resultados consoladores, verdadeiros milagres da graça e sentiu-se logo a diferenciação das almas: umas caminhavam velozmente, outras iam devagar, muitos permaneciam no estado anterior, mas dando no exterior, quase todos, sinais de boa vontade”⁷²².

A cidade de Beja seria então o núcleo escolhido para congregar aqueles “resultados consoladores”. De modo a acompanhá-los mais de perto, fundou em Maio de 1923 a Congregação Mariana⁷²³ e em Junho desse ano restaurou a Associação do Apostolado de Oração, ambas na paróquia de S. Tiago Maior⁷²⁴. Contactando com os membros, principalmente pela prática sacramental e devocional e ainda pela direcção espiritual, foi obtendo as primeiras respostas⁷²⁵. Entretanto, a 12 de Agosto de 1923, era inaugurado o Albergue de S. José, um asilo para idosas, resultante do legado de D. Camila Champalimaud à diocese e concretizado com o apoio da União de Caridade⁷²⁶. D. José do Patrocínio, que desde o início acompanhara essa obra, desejava também dar-lhe outra finalidade: “fazer dele um

⁷²¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *União de Caridade das Senhoras de Beja*, 1) Livro de Actas I, acta n.º 1. Nesta primeira reunião, a 11 de Março de 1922, compareceram 38 senhoras e justificaram a sua ausência outras 13 (Cf. *Ibidem*).

⁷²² ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações sobre a “Obra de Jesus”*.

⁷²³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Congregação da Imaculada Conceição e de S. José (1923-1950)* – 3C, 1) Livro de Actas I (1923-1943), acta I; ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*.

⁷²⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Apostolado da Oração*, 2) Livro de Registo dos Associados do Apostolado da Oração, 1. O Apostolado da Oração na cidade, fora fundado a primeira vez na paróquia do Salvador a 11 de Fevereiro de 1905 sem, no entanto, ter tido qualquer desenvolvimento (Cf. IDEM, 1) Livro da Liga do Apostolado da Oração (1905), 2v).

⁷²⁵ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*.

⁷²⁶ D. Camila Infante Maldonado Passanha Champalimaud deixou à Misericórdia de Beja uma casa na rua de S. Gregório, juntamente com o rendimento de duas herdades, para se criar nela um asilo de idosas dos concelhos de Beja e Ferreira – “que será denominado – de S. José” – sob gerência e direcção da diocese (Cf. *Noticias de Beja*, Beja, II/84, 22 Ago. 1929, 1). D. José tomou conhecimento desta herança a 23 de Setembro de 1921, por meio do cónego Marques. Vendo em perigo de expirar o prazo (um ano) e atendendo a que essa obra poderia favorecer a sua acção pastoral, confiou esta causa à União de Caridade que, por meio de diversas iniciativas, concretizaram o projecto (Cf. AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta para D. José (23.IX.1921); IDEM, carta do Prelado (27.IX.1921); AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *União de Caridade das Senhoras de Beja*, 1) Livro de Actas I, acta n. 6). Esta obra perdura ainda, sendo denominada *Mansão de S. José*.

centro de piedade mais intenso e um meio de atracção de algumas almas”⁷²⁷. Para a realização deste intuito, conseguiu juntar quatro senhoras das principais famílias de Beja e uma de condição humilde, respectivamente, Mariana Durão de Sá Ferreira, Maria Dionísia Durão de Sá Ferreira, Maria Henriqueta Ramos Cid, Maria José Raposo e Maria da Luz Mendes, para que, ao frequentarem o asilo, aí tivessem uma vida de piedade intensa⁷²⁸. No entanto, embora produzisse algum bem, o Albergue não conseguiu corresponder plenamente ao que D. José tinha previsto: “Chegou a desanimar-me: não gerava aquele espírito sobrenatural que Deus queria”⁷²⁹. Por esta ou outras circunstâncias da instituição, o bispo de Beja resolveu então convidar para directora a jovem Beatriz de Gambôa⁷³⁰. Chegando a 17 de Novembro de 1925⁷³¹, empenhou-se imediatamente, tal como as outras cinco, na União de Caridade das Senhoras, no Apostolado da Oração, na grande obra do Seminário de Serpa e inclusive na constituição, por sua iniciativa, de um grupo coral para a igreja de S. Tiago Maior⁷³². Porém, a

⁷²⁷ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*.

⁷²⁸ As principais práticas eram “a oração, o amor à Santa Comunhão, a fidelidade à meditação, a inclinação ao sacrifício”, bem como outros “meios que a espiritualidade ensina” (Cf. *Ibidem*). Segundo as informações disponibilizadas, as duas primeiras, Mariana Durão (Beja, 6.X.1886 - ?) e Maria Dionísia (Beja, 7.XI.1907 - Viseu, 13.V.1975) eram irmãs: a primeira pertenceu à União de Caridade e foi Zeladora do Apostolado da Oração (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 278; 236); a última pertencia à *União de Caridade das Meninas de Beja* (Cf. IDEM, III/12, Dez. 1926, 49-50); Maria Henriqueta, sabe-se que era a mais velha das 5, pertenceu também à União de Caridade e era Zeladora do Apostolado da Oração, tendo falecido em 29 de Abril de 1932, considerada como grande benfeitora do Seminário de Serpa (Cf. IDEM, I/12, Dez. 1924, 278; 237; *O Nosso Seminário*, Beja, I/5, Maio 1932, 4); Maria José Raposo (Cabeça Gorda, 5.VII.1883 - ?) participava nas mesmas associações (Cf. IDEM, I/12, Dez. 1924, 278; 237). Também todas elas pertenciam à Congregação Mariana da Sé de Beja (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Congregação da Imaculada Conceição e de S. José*, 1) Livro de Actas I (1923-1943), acta III; acta XII). Sobre Maria da Luz Mendes, apenas se sabe que era “vinda de longe para criada do Albergue” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação* (manuscrito original, autenticado em 19.III.1989)). D. José ao narrar como se deu o início da “sondagem”, explicou a respeito das 4 primeiras: “Três de entre vós devem particularmente o seu conhecimento íntimo de Nosso Senhor a esta acção religiosa de Beja, uma deve-o ao seu colégio” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*).

⁷²⁹ *Ibidem*.

⁷³⁰ Beatriz Bandeira de Mello de Gambôa, nasceu em Lisboa (Mercês), a 13 de Julho de 1896, mas cedo foi viver para Castelo Novo (Fundão). A relação com Patrocínio Dias adveio da amizade com o seu irmão Tomás Gambôa (desde os tempos de S. Fiel e Coimbra – ver nota 69) e estendeu-se aos restantes membros da família, nomeadamente após a morte do pai, Francisco de Gambôa. Data de 1917 a correspondência do cónego Patrocínio, ainda na Flandres, com Beatriz, pela qual é evidente que ele era o seu “director de consciência”. Vinda para Beja em 1925, em substituição da primeira directora do Albergue, D. Cristina Sepulveda Veloso, seria a co-fundadora da Congregação, falecendo a 5 de Janeiro de 1989 (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, II/84, 22 Ago. 1929, 1; IDEM, LX/3059, 12 Jan. 1989, 2).

⁷³¹ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1960*.

⁷³² A vinda de Beatriz para Beja apenas se pôde concretizar, após o falecimento de sua mãe, em 25 de Maio de 1925 (Cf. *Novidades*, Lisboa, (XL)II/(8961)512, 26 Mar. 1925, 6). Ainda antes de entrar na diocese era já elencada como uma das “Heroicas dedicações” da Grande Tombola a favor do Seminário de Serpa (Cf. *O Nosso Seminário – Suplemento ao Eco Pacense*, Beja, I/12, Out. 1925, 5). A 12 de Dezembro de 1925 foi admitida como Zeladora no Apostolado da Oração da Catedral (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Apostolado da Oração*, 2) Livro de Registo dos Associados do Apostolado da Oração (1923-1941)); foi agregada na Congregação Mariana de Beja a 7 de Dezembro de 1927, vinda da “Congregação do Santíssimo Rosário, erecta na Igreja do Corpo Santo de Lisboa” (Cf. IDEM, *Congregação da Imaculada Conceição e de S. José*, 1) Livro de Actas I, acta LXI e LXII); e em 1929, assumiu o cargo de vice-secretária da União de Caridade de Senhoras de Beja (Cf. IDEM, *União de Caridade das Senhoras de Beja*, 2) Livro de Actas II, acta n.º 34). O *Orfeon Femenino* fora constituído, por sua iniciativa, para o serviço da Catedral funcionando até 1940, altura em que o Seminário foi inaugurado em Beja (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José*; G. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), Beja, 1976, 64).

incapacidade de Beatriz em prender simpatias e a incompreensão de todas a respeito dos intuitos do prelado, fizeram com que a tentativa do centro de piedade mais uma vez fracassasse⁷³³. Juntando a isto, alguma desarmonia consequente do temperamento das seis, Patrocínio Dias chegou mesmo a antever, entre Janeiro e Fevereiro de 1926, a impossibilidade de realizar o seu desejo. No entanto, convidando as seis senhoras a viverem fervorosamente a Quaresma e autorizando a presença permanente do Santíssimo Sacramento no Albergue⁷³⁴, os resultados foram mais promissores:

“Tenho pensado muito desde hontem na inefavel consolação em que deve sentir-se com a presença de Jesus n’essa casa [...] Que triste era essa casa... que deserto... que desolação em tudo e em todos! Chegou-me a enervar o Albergue! Agora penso n’ele com tanta ternura! Parece-me que as minhas filhas encontraram o seu verdadeiro e unico Pai... teem tudo... refloriram os seus pequeninos meritos... servem de adorno os seus defeitos... tornaram-se meritorias as suas miserias. Chegou-me aqui bem o efeito da presença de Jesus n’essa casa! Incite muito, minha filha, as suas companheiras ao amôr terno, sacrificado de Nosso Senhor, anime-as a oferecerem-se pelos pecadores [...] Bispo, sacerdotes, seminário, pecadores... devem ser os motivos da reparação de todos os dias”⁷³⁵.

Começando o mês de Maio, as seis senhoras propuseram-se viver com intensidade o *Mês de Maria*, apontando cada uma as suas disposições e actos de consagração⁷³⁶. Entretanto, a pedido de D. José, iniciaram a 7 desse mês uma novena ao Espírito Santo, pedindo para todos, bispo e associadas, a graça de “descobrirmos claramente os superiores designios de Deus”⁷³⁷. No dia 15 de Maio, depois de se confessarem na Sé, o pequeno grupo de senhoras

⁷³³ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*. A falta de adaptação de Beatriz, nomeadamente a diferença do meio religioso a que estava habituada, terá sido causa de algumas divergências. Vinda da «católica» Beira Baixa, teve sempre uma educação religiosa inflexível, mesmo aquando das perseguições da República: “Foi proibida pela autoridade administrativa a festa do Coração de Jesus que devia realizar-se no ultimo domingo [...] realizou-se todavia, dentro da igreja, a cerimonia da primeira comunhão ministrada a numerosas creanças de ambos os sexos tendo vindo expressamente de Castelo Novo um grupo de meninas dirigidas pelo sr. Dr. Julio Pereira de Almeida [...] faziam parte a senhora D. Beatris [sic] de Gamboa, que acompanhou ao órgão” (Cf. *A Gardunha*, Fundão, II/9, 28 Jun. 1917, 2).

⁷³⁴ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*.

⁷³⁵ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 26.

⁷³⁶ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*; ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Particular menção tem as disposições de Beatriz Gambôa: “Vencer por todos os meios o meu feitio altivo orgulhoso e reservado. Imolação: pela Diocese, pelas almas desta cidade, pelo Seminario, mas sobretudo pelos Padres maus” (Cf. IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 1.V.1926).

⁷³⁷ IDEM, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 28.

foi convocado pelo prelado para uma reunião no Paço episcopal⁷³⁸. Revelou-lhes então o conteúdo da carta de uma religiosa doroteia, Ir. Maria Manuela de Brito, datada de 16 de Abril de 1923⁷³⁹:

“[...] Vai de certo V. Ex.^{cia} Rev.^{ma} estranhar, e muito, a minha ousadia. Nem o meu nome conhece, mas lembrar-se-à talvez de ter visto ha poucas horas a Mestra Geral do Sardão. Já ha muito que penso em aproveitar qualquer ocasião para contar a V. Ex.^{cia} Rev.^{ma} um pequeno facto da minha vida íntima [...] O caso é este, em toda a sua simplicidade: Um dia de Junho de [1]922, estando eu em oração, deu-me Nosso Senhor a conhecer que precisava de almas que, pela oração e pelo sofrimento, ajudassem os seus Sacerdotes [...] Disse-me então Nosso Senhor que se tratava da Diocese de Beja e desde aquêlo momento começou para mim uma agonia que se não pode descrever”⁷⁴⁰.

Depois, numa breve explicação, Patrocínio Dias fez-lhes entender que, embora o seu desejo fosse há algum tempo a realização de um centro de piedade, esta confiança consistia na instituição de um “centro de desagravo e expiação diocesano”⁷⁴¹. Questionando cada uma se queriam formá-lo, todas foram unânimes, inclusive Beatriz Gambôa, em responder

⁷³⁸ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Beatriz apontou nesse dia apenas o nome das cinco, excluindo a criada do Albergue, Maria da Luz Mendes (Cf. IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 15.V.1926). Patrocínio Dias, ao relatar os antecedentes da Congregação, em 1927, dirige-se apenas às cinco, excluindo a mesma (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*). No entanto, num relato feito anos depois por Beatriz Gambôa, ela afirma que participaram as “6 almas” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*). Maria da Luz abandonou o Albergue em finais de Julho de 1926, por incompatibilidades com a Directora. O prelado escreveu a Maria Henriqueta comentando essa situação: “Agradeço m.to a sua franqueza a respeito da M[aria]. da L[uz]. Como eu andei iludido até à ultima hora. Eu atribuía à pobre da S. D. B[eatriz]. o motivo de todas as pequenas coisas q. havia e nunca pensei q. houvesse, como me diz, uma falta de respeito [...] tenho grande dó d’ela. Se tivesse havido franqueza comigo, te-la-ia mandado ficar em casa, quando pelo Natal lá estive – e certamente a não teria introduzido no «queridíssimo canteiro de Jesus». Ofereçamos-lhe esta contrariedade” (Cf. ACODC, Maria Henriqueta Cid, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Henriqueta*, carta 30.VII.1926).

⁷³⁹ Madre Manuela Ferreira de Brito (S. Vicente de Fora (Lisboa), 12.XI.1891 – Lisboa, 8.VI.1976) estudou no colégio do Quelhas desde 1898 a 1909, entrando para o postulante das doroteias, em Vila do Conde, a 2 de Outubro de 1910. Com a saída das religiosas de Portugal, consequência da instauração da República, acompanhou-as no exílio, fazendo a sua Profissão Perpétua a 2 de Outubro de 1922, em Tuy. Provincial da sua Congregação de 1952 a 1962, foi no seu governo que a Província Portuguesa se constituiu autónoma (Informações cedidas pelo APPISD). O primeiro encontro de D. José com a madre Brito deu-se a 16 de Abril de 1923, dias antes de ter escrito a carta referida, no colégio do Sardão, no qual exercia o cargo de Mestra Geral (Cf. APPISD, *Diário do Colégio do Sardão – N. N. de Gaia, Diário (17.VII.1921 – 19.X.1925)*, 16.IV.1923). Esta religiosa teve, sem dúvida, uma grande importância na fundação das Oblatas, tal como lhes afirmou D. José: “Por muitos motivos [a madre Brito] deve ser considerada como um instrumento de Deus – de particularíssimo valor e de singulares desígnios – tendo recebido missão especial para as vossas almas e para a nossa Diocese [...] Deseja N.S. que essa dedicação continue e que a considérem como uma Mestra, recorrendo a ela, pedindo os seus Conselhos, procurando os seus exemplos [...] Aproveitem-na, pois, como uma enviada de Deus” (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Escritos Espirituais para a Congregação*, carta para a Superiora, 24.IX.1934).

⁷⁴⁰ IDEM, *Correspondência da Ir. Maria Manuela de Brito com D. José (1923-1943)*, carta 1.

⁷⁴¹ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Breves explicações*.

afirmativamente⁷⁴². Após combinarem segredo sobre o facto e de estabelecerem uma reunião semanal, deixaram o Paço dirigindo-se para suas casas “todas inflamadas de amor e prontas para tudo”⁷⁴³. Porém, nessa tarde, como por instinto, voltaram a reunir-se e decidiram convidar o prelado para ir celebrar ao Albergue no dia seguinte, Domingo de Pentecostes. Este, cedendo ao pedido, confessou à directora os seus sentimentos:

“Sabes? Nosso Senhor preparou-me muito para a nossa reunião d’ esta manhã, mas tirou-me d’ ela todas as consolações. Fiquei como que n’ um vácuo sem saber se era compreendido, sem perceber o estado das almas, sem lêr nos corações. Nosso Senhor não me deixou nada, ficou Ele só! [...] De ti mesma fiquei com muitas hesitações... Foste, pois, agora o instrumento de Jesus... Consola-me saber q. as suas filhas lhes estão unidas!”⁷⁴⁴.

No dia 16 de Maio, depois da Missa e prática do bispo, quando o grupo estava ainda reunido a trocar impressões, inesperadamente, um criado do Paço fez-lhes chegar um envelope com um “acto de consagração e desagravo”, redigido por D. José, para ser feito antes de se separarem. Voltando à capela, a mais velha das seis, seguida pelas demais, recitou-o e, tendo todas assinado, foi colocado debaixo do sacrário⁷⁴⁵. Do seu conteúdo destaca-se:

“Amorosíssimo Jesus, aqui nos tendes! Ouvimos a vossa terna voz e conhecemo-la: ereis vós, Jesus, a indicar a estas humildes ovelhas do vosso rebanho o caminho a seguir para entrarmos nos desígnios do vosso Santíssimo Coração [...] Para a vida, ou para a morte, para a saúde ou para a doença, para os louvôres ou para as afrontas, para as humilhações e desprezos... para tudo, Senhor, aqui estamos e desde este momento solene nos consagramos todas, para sempre, ao vosso Santíssimo Coração. (Com a face por terra) Aqui tens, Jesus, a Oblação total, absoluta

⁷⁴² ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Para Beatriz foi sem dúvida um choque, pois desde os 17 anos que escondia o seu desejo de ser carmelita (Cf. IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 2.V.1926). A sua vinda para Beja era apenas, no seu entender, uma preparação para a separação da família. Esta reunião veio pois confundi-la inteiramente, conforme apontou: “A tal alma [Beatriz] estava aflita e perplexa e muito admirada! Pois, [D. José] sabia o que ela queria, o desejo ardente do seu coração, e ia fazer-lhe um pedido tão contrário a tudo a que ela se destinava?!?! Não podia ser, responderia que já tinha o seu futuro marcado. De facto, chegada a vez fez-lhe o mesmo pedido! A alma sentiu que tudo se quebrava, que o seu ideal seria sacrificado, que o Senhor a queria ali, vítima de expiação e amor e num tom firme e resolutivo respondeu: Sim, quero! Não se pode saber quem ficou mais admirado e comovido, se quem convidou, ou quem respondeu” (Cf. IDEM, *História da Congregação*).

⁷⁴³ *Ibidem*. A razão do segredo compreende-se pelo anticlericalismo ainda muito sentido na cidade. Num clima assim, divulgar a formação de um grupo de carácter «congregacional» seria uma imprudência, podendo provocar alguma perseguição, inclusivamente da parte das próprias famílias.

⁷⁴⁴ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 29 (3).

⁷⁴⁵ IDEM, *História da Congregação*; IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 16.V.1926.

e completa do nosso ser. Todas de Jesus e só de Jesus... (um momento de silencio e erguem-se) Queremos reparar do melhor modo possível as ofensas de todos os homens, sobretudo as ofensas da nossa Diocese! Queremos expiar da forma que Vós quisèrdes os delictos d'esta cidade e d'um modo particularíssimo os crimes dos sacerdotes! Perdão, Jesus, perdão para todos! Venham sobre nós os golpes da tua justiça, mas poupai o Vosso Coração amorosíssimo a tantos ultrajes [...] Vossas, sempre vossas, todas vossas, hoje e sempre na vida e na morte!”⁷⁴⁶.

a) Da “Obra de Jesus” à Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino.

Vivendo nos ambientes familiares e sociais com toda a discrição, consequência do meio «anticongregacionista»⁷⁴⁷, juntavam-se no Albergue para a oração comum, intercalando aí ou no Paço episcopal reuniões mensais de formação⁷⁴⁸. Estabeleceram-se as regras de vida⁷⁴⁹, bem como os exercícios de piedade, nomeadamente o “dia de desagravo”⁷⁵⁰; foram-lhes explicados os três votos da vida religiosa⁷⁵¹; e fizeram a votação da “irmã mais velha”, que recaiu sobre Beatriz Gambôa⁷⁵². Na 6.^a reunião, a 11 de Julho de 1926, a “elite do

⁷⁴⁶ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Acto de Consagração* (15.V.1926).

⁷⁴⁷ Em 1954, no primeiro capítulo depois da aprovação das Constituições, Beatriz Gambôa, descreve: “[a Obra] viveu aquele espaço de tempo tão escondida que nem os mais íntimos familiares daquelas que a formavam, sequer dela tinham conhecimento. Assim era preciso. O nosso meio, enfraquecido ao maximo no seu espirito religioso, assim o exigia” (Cf. ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração (10.X.1945-14.VI.1972), acta n.º 24).

⁷⁴⁸ “Para se dedicarem com plena liberdade a estas obras [de caridade] e para mais se reunirem na vida em comum, as oblatas devem considerar o Albergue como a sua casa-Mãe” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Regulamento das Oblatas da Diocese de Beja* (manuscrito original), n.º 15).

⁷⁴⁹ Não se sabe, ao certo, quando foram entregues ao grupo. Pelos apontamentos de Beatriz Gambôa, terá sido nos fins de 1926 e inícios de 1927 (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*). Nestas “pequenas regras” é expressa a dupla finalidade da Obra: “santificação própria” e “vida perene de desagravo a Nosso Senhor em expiação dos pecados da Diocese e um meio de propiciação para que os pecadores se arrependam” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Regulamento das Oblatas da Diocese de Beja*, n.º 1). Copiadas por cada uma, constavam de 17 tópicos, sendo a matriz da sua formação, nomeadamente na reunião semanal com a superiora (Cf. *Ibidem*, n.º 17).

⁷⁵⁰ As principais práticas eram: Ofício de N.ª Senhora, Via Sacra, Terço, exames de consciência e meditações” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*, 22.V.1926). O “dia de desagravo” seria depois mais explicitado no *Regulamento das Oblatas da Diocese de Beja*. Nesse dia, cada Oblata ficava livre dos seus trabalhos e ocupações, dedicando-se principalmente à oração e à meditação. Nos intervalos desses momentos praticava obras de caridade (visita aos idosos, esmolas...) e tinha também uma breve conferência com o director ou com a superiora da Obra (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Regulamento das Oblatas da Diocese de Beja*, n.º 13). D. José atribuirá ao “dia de desagravo” uma atenção muito especial. Meses depois da fundação escreve a Maria Henriqueta afirmando-lhe que essa prática já faz sentir os seus efeitos no clero, principalmente durante os Exercícios Espirituais em Serpa: “Não imagina as lágrimas [dos Padres] que se derramaram n'este quarto. Tenho agora muitas esperanças. Veja, m.[inha] f.[ilha], os primeiros frutos da obra queridíssima de Jesus! Falei n'ela ao santo Dr. Cruz. Teve um movimento de entusiasmo e disse-me: «é obra de Deus, abençoada obra!» Fiquei muito contente com estas palavras” (Cf. ACODC, Maria Henriqueta Cid, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Henriqueta*, carta 30.VII.1926). Esta prática continua ainda hoje na Congregação.

⁷⁵¹ D. José inquiriu Beatriz Gambôa sobre este assunto na tarde do dia da primeira reunião, para que ela recolhesse a opinião das outras. Os conselhos evangélicos ficaram então estabelecidos como promessas (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 29; IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 8.VI.1926).

⁷⁵² IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 26.VI.1926.

desagravo” realizava pela primeira vez as “promessas-votos”; mesmo assim, segundo a superiora, embora esse momento fosse vivido com fervor, “não foi ainda compreendido. Assustou!”⁷⁵³. Só no mês seguinte, após redobrada assistência espiritual de D. José, conseguiram renovar mais conscientemente essas promessas⁷⁵⁴.

Além da vida espiritual, o grupo de senhoras começou a ser pioneiro em diversas obras diocesanas: nas catequese, no arranjo das igrejas da cidade, dirigindo a *Sopa dos pobres* e a *Casa de trabalho*, colaborando no boletim *Eco Pacense*⁷⁵⁵. Por sua iniciativa, criaram também, a nível diocesano, a *Obra piedosa das Igrejas*, com a finalidade de “compor paramentos e confeccionar outros, renovar os pavilhões [dos sacrários], fazer paninhos para a Santa Missa”⁷⁵⁶. Os primeiros meses de experiência terminariam com a peregrinação a Lourdes, em Setembro de 1926, durante a qual quatro das seis senhoras fizeram a sua oblação⁷⁵⁷. Regressando a suas casas, tiveram um tempo de férias; a superiora, Beatriz Gambôa, mantinha a correspondência com o prelado, recebendo indicações que transmitia à “Obra de Jesus”⁷⁵⁸ e que constavam em edificar a todos com uma vida sincera e piedosa, estimulando-as a fazer apostolado, procurando “entrar na intimidade das almas”⁷⁵⁹.

No entanto, as férias causariam algumas mudanças⁷⁶⁰; em Novembro desse ano, a obediência à superiora tornara-se um peso para algumas, o que levou ao levantamento da promessa e à deposição de Beatriz⁷⁶¹. Patrocínio Dias comentaria:

⁷⁵³ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*, 11.VII.1926.

⁷⁵⁴ Foi sem dúvida uma questão muito delicada, nomeadamente a respeito da pobreza, pois a maioria pertencia a famílias ricas, bem como da obediência, em virtude de algumas não viverem no Albergue e não conseguirem entender como cumprir este voto para com a superiora, mesmo tendo esta apenas um papel representativo. D. José, em carta a Beatriz, afirma-lhe: “Socégue [sic] as suas boas irmãs dizendo-lhes que as promessas feitas em nada alteraram o que havia [...] Renovaram o voto de castidade por um ano, como já estava feito, e renovaram a promessa de obediência e de pobreza, uma e outra na forma e sentido que lhes expliquei” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 33). A explicação será mais evidente, como se verá, aquando da redacção das Constituições da Pia Sociedade.

⁷⁵⁵ A respeito da colaboração nas outras obras mencionadas ver: ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José do Patrocínio Dias, nas quais colaboraram as Oblatas desde a 1.^a hora* (manuscrito original).

⁷⁵⁶ *Eco Pacense*, Beja, III/10 e 11, Out-Nov. 1926, 202-203.

⁷⁵⁷ Esta peregrinação iniciou-se a 6 de Setembro e terminou a 17 desse mês. Na lista dos peregrinos de Beja destacam-se quatro elementos do grupo: Maria e Mariana de Sá Ferreira, Maria José Raposo e Beatriz Gambôa, que tinham pedido licença ao prelado para participarem na peregrinação (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*, 21.VIII.1926; 10.IX.1926; 11.IX.1926; *Eco Pacense*, Beja, III/10 e 11, Out-Nov. 1926, 194-195).

⁷⁵⁸ Expressão usada por D. José em carta à superiora. Deste então, o grupo será assim identificado ou como “Obra de Nosso Senhor” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 33).

⁷⁵⁹ IDEM, carta 34.

⁷⁶⁰ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*.

“[...] Devemos, porém, ver que, desde o momento em que pensámos em aumentar a perfeição das almas com os actos de obediência, o demónio nunca mais sossegou, tem-se revolvido nas consciências dum modo inesperado. Foi incontestavelmente o passo que mais o importunou. D’este modo de pensar, facil é concluir que a mudança de pessoa, não mudará a tactica infernal. Por outro lado, e isso me preocupa, pode tudo ser resultante da falta de preparação dos espíritos. Foi rápido de mais o caminhar. Foi forte de mais o alimento [...] Criei a auctoridade para dar conexão... deu afinal mais desconexão. Ainda não sei se esta ideia é de Nosso Senhor, se a dita algum pensamento humano”⁷⁶².

A conclusão seria, de facto, estratégica: o cargo de superiora passou a ser rotativo, sendo atribuído um mês a cada uma⁷⁶³. Ainda nesse ano, a 27 de Dezembro, dar-se-ia outro avanço no grupo com a explicação do nome religioso. Respondendo afirmativamente à nova proposta, cada uma escolheu um “nome espiritual” que usaria de modo privado⁷⁶⁴.

Nos anos seguintes, as informações sobre o grupo são muito escassas, em virtude da “prudência excepcional” com que viviam⁷⁶⁵. Na verdade, a evolução da Obra de Jesus seria longa e pouco linear: a 2 de Janeiro de 1927, deu-se a entrada de mais um membro, Maria

⁷⁶¹ Este facto deu-se a 21 de Novembro de 1926 (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*). Beatriz apontou em adenda: “No dia 21, na combinada reunião, depôs a pobre superiora e desligou todas da obediência! Foi um alívio para todas e a maior amargura para mim!” (Cf. IDEM, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 38). E ainda: “houve um inconveniente: o feitio e índole da escolhida era bem diferente das alentejanas... a pouca formação e prática dos costumes da vida religiosa, etc, etc... tudo era difícil. Havia choques, queixas, desgostos” (Cf. IDEM, *História da Congregação*).

⁷⁶² ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 39.

⁷⁶³ G. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração*, 34.

⁷⁶⁴ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Beatriz Gambôa, embora estivesse presente, ficou sem nome para escolher. (Cf. *Ibidem*). Os nomes foram dados depois pelo prelado, a 29 de Janeiro de 1927, após a Missa no Albergue: Maria José Raposo – Maria do Divino Coração; Maria Henriqueta Cid – Maria Madalena; Mariana Ferreira – Margarida Maria; e Maria Ferreira – Teresinha do Menino Jesus (Cf. IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*). Causou certa tristeza a Beatriz não ter ficado com o nome atribuído a Maria José que, dias depois, trocaria por Marta do Coração Divino. A 2 de Fevereiro de 1927, Beatriz apontará: “Deu-me o nome: Maria do Divino Coração! Nunca o pedi mas anceava por ele” (Cf. *Ibidem*). Na verdade, este gosto de Beatriz está provavelmente associado com a Beata Maria do Divino Coração (Münster, 8.IX.1863 – Porto, 8.VI.1899), religiosa da Congregação do Bom Pastor. Também ela foi surpreendida com a escolha do seu nome religioso aquando da tomada de hábito em 1889. Vinda para Portugal em 1894, como superiora do convento do Bom Pastor no Porto, aí terá recebido uma revelação particular, para que o Papa Leão XIII consagrasse o mundo ao Coração de Jesus. Tal pedido seria atendido pelo Pontífice por meio da encíclica *Annun Sacrum* (25.V.1899) e da *Consagração do Género Humano* (11.VI.1899). Para mais desenvolvimentos ver: A. RICCIARDI, *Mais noble pela caridade – A Bem-aventurada Maria do Divino Coração Droste Zu Vischering (1863-1899)*, Humbertino, Porto, 1984. Beatriz de Gambôa terá conhecido a biografia desta religiosa ainda antes de vir para Beja: o jornal *Novidades*, do qual seu irmão Tomás era o redactor principal noticiava em 1924, os 25 anos do falecimento da Ir. Maria do Divino Coração (Cf. *Novidades*, Lisboa, (XXXIX)I/(8521)179, 8 Jun. 1924, 1); e também entre os seus livros pessoais, destaca-se a primeira biografia traduzida em português: L. CHASLE, *Irmã Maria do Divino Coração: chamada no século Droste de Vischering – religiosa do Bom Pastor (1863-1899)*, Typ. Catholica de Fonseca & Filho, Porto, 1907.

⁷⁶⁵ ACODC, Documentos da Aprovação das Constituições, *Carta de D. José do Patrocínio a Mgr. Luca Pasetto (Jan. 1950)*.

Amália Braz de Faria⁷⁶⁶; e, apesar da temática da “união entre todas” ser dominante nas reuniões mensais⁷⁶⁷, em 20 de Junho desse ano, Mariana de Sá Ferreira (Margarida Maria) abandonava o grupo⁷⁶⁸.

Ficando reduzido a cinco membros, apenas algumas notícias da época mostram o seu constante empenho nas diversas acções diocesanas⁷⁶⁹: estão presentes, como membros da União de Caridade, na inauguração do *Bairro dos Pobres*, em Beja, a 12 de Fevereiro de 1929⁷⁷⁰; em 1931, ao espalhar-se uma série de falsos depoimentos, num dos jornais da cidade, a respeito do Albergue de S. José, Beatriz Gambôa teve uma intervenção que mostrou a força do seu carácter e a sua influência social⁷⁷¹; e dedicam-se, inteiramente à *Obra de Assistencia a um Seminarista Pobre*, em finais de 1931 e princípios de 1932, como membros do conselho central ou como colectoras⁷⁷². Entretanto, o grupo voltaria a ficar mais reduzido, com a saída de Maria Dionísia Ferreira para Lisboa, por razões familiares⁷⁷³, e com o falecimento de Maria Henriqueta Cid, a 29 de Abril de 1932⁷⁷⁴.

⁷⁶⁶ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*, 2 de Janeiro. Maria Amália Braz de Faria (Beja, 25.III.1893 – Beja, 9.XI.1973), antes da entrada no grupo pertencia ao Apostolado da Oração da Sé (como zeladora) e à Congregação Mariana da Sé (admitida a congregada a 30.V.1923) (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Apostolado da Oração*, 2) Livro de Registo dos Associados do Apostolado da Oração; IDEM, *Congregação da Imaculada Conceição e de S. José*, 1) Livro de Actas I, acta III). Era catequista na paróquia do Salvador, assinante do *Eco Pacense*, membro da Irmandade de N.ª S.ª ao Pé da Cruz e uma das benfeitoras do Seminário de Serpa (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 237; 293; 296; *Ibidem*, III/1,2,3, Jan-Mar. 1926, 18; 21; 48). A 2 de Fevereiro de 1927 tomou o nome de Teresa de Jesus (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*), fazendo os seus Votos Perpétuos em 15 de Maio de 1951 (Cf. ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (18.II.1936 - 29.XII.1988).

⁷⁶⁷ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1926 e 1927*, 24.VI.1927; 27.VI.1927; 17.VIII.1927.

⁷⁶⁸ IDEM, *Agenda de 1926 e 1927*, 20.VI.1927.

⁷⁶⁹ Provavelmente algum entusiasmo, sempre «discreto», terá dado à Obra a encíclica de Pio XI *Miserentissimus Redemptor* (8.V.1928) e que D. José comentou como a “Encíclica monumental sobre a Reparação devida ao Sacratíssimo Coração de Jesus” (Cf. *Eco Pacense*, Beja, V/1 a 6, 1.º semestre de 1928, 10-13). De 1928 a 1929 apenas há dois documentos a sublinhar, os denominados “Actos de Abandono”, um de Beatriz (8.XII.1928) e outro de Maria Henriqueta (12.VI.1929) (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Escritos Íntimos*; ACODC, Maria Henriqueta Cid, *Escritos Íntimos*).

⁷⁷⁰ *Noticias de Beja*, Beja, II/45, 14 Fev. 1929, 1-2.

⁷⁷¹ IDEM, IV/160, 5 Fev. 1931, 3. As acusações constavam de maus tratos às idosas aí internadas, hospedarem e receberem seminaristas e sacerdotes e realizarem festas e diversões extravagantes. Feita uma inspecção por ordem do governador civil, os inquiridores não confirmaram esses boatos, chegando-se à conclusão de que essas insinuações eram ainda fruto do “ambiente desfavorável criado pela imprensa contra o clero e por espírito de maldade”. A respeito de Beatriz, o semanário diocesano sublinhou: “Resta-nos render os merecidos louvores: Em primeiro lugar a Ex.ma Sr.ª D. Beatriz Gamboa [...] Directora do Albergue de S José, não só pela coragem com que se defendeu e defendeu a instituição que dirige, mas pela justiça que foi feita às suas notáveis qualidades de dedicação e inteligência. A sua corajosa atitude pode ser contraposta ao de tantos homens que fogem vergonhosamente ao menor perigo” (Cf. *Ibidem*).

⁷⁷² *O Nosso Seminario*, Serpa, I/2, Fev. 1932, 3.

⁷⁷³ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Maria Dionísia entrou para as Doroteias, em Tuy, a 18 de Setembro de 1929, realizando a sua Profissão Perpétua a 3 de Outubro de 1938, em Vila do Conde (APPISD, Informações dadas pela Arquivista).

⁷⁷⁴ *O Nosso Seminario*, Serpa, I/5, Mai. 1932, 4. O jornal do Seminário ao noticiar o óbito de Maria Henriqueta, colocou a fotografia da mesma, como homenagem à sua grande dedicação por essa instituição (Cf. IDEM, I/6 e 7, Jun.-Jul. 1932, 6).

Longe de desanimar com este aparente fim, Patrocínio Dias continuava a sua sondagem: as visitas pastorais, os retiros para senhoras, a fundação de mais Uniões de Caridade e o movimento em torno da sustentabilidade do Seminário por toda a diocese, adivinhavam possíveis membros para a Obra de Jesus. Desse modo, a 9 de Dezembro de 1932, juntaram-se às três senhoras de Beja, mais duas de Almodôvar, Maria da Cruz Cordes Piçarra e Maria Luiza Cordes da Ponte que, continuando nas suas famílias, dispuseram-se a viver o regulamento da Obra⁷⁷⁵. O ano seguinte ficaria marcado pela reorganização do Hospital da Misericórdia de Beja, preparando a entrada das Franciscanas Hospitaleiras⁷⁷⁶; pela contribuição dada ao dealbar da Acção Católica por toda a diocese, nomeadamente à Juventude Católica Feminina⁷⁷⁷; e pela fundação do *Asilo de Infância Manuel Gerardo de Sousa e Castro*, por disposição de sua esposa Mariana d'Assunção Nunes e Castro⁷⁷⁸. Para a direcção desta instituição, que recolhia meninas pobres e órfãs, foram convidadas duas senhoras pertencentes à União de Caridade, sendo uma delas, Maria José Raposo, «associada» à Obra de Jesus⁷⁷⁹.

Com o consentimento do prelado, transferiu-se para o Asilo de Infância toda a vida de piedade, retiros e reuniões de formação que antes se realizavam no Albergue de S. José. A razão principal era a falta de espaço que esse edifício ia tendo, não só pelo aumento do

⁷⁷⁵ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Maria da Cruz Cordes Piçarra (Almodôvar, 14.VI.1898 – Beja, 11.X.1972) ou Ir. Maria de Jesus Crucificado, era bastante considerada no ambiente social da sua terra não só por pertencer a uma das famílias mais abastadas, mas também pela sua vida de piedade e caridade. Foi secretária da União de Caridade das Senhoras de Almodôvar e uma das primeiras e mais consideráveis benfeitoras da *Obra de Assistência a um Seminarista Pobre* (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 282; IDEM, III/1,2,3, Jan-Mar. 1926, 17; *O Nosso Seminário*, Serpa, I/2, Fev. 1932, 3). Maria Luiza Cordes da Ponte (Almodôvar, 11.XI.1909 – Beja, 24.V.1998) ou Ir. Maria do SS.^{mo} Sacramento, era prima da anterior fazendo parte, tal como ela, da União de Caridade de Almodôvar (sócia activa) e destacando-se no auxílio ao Seminário como uma das principais colectoras (Cf. *Eco Pacense*, Beja, I/12, Dez. 1924, 283; IDEM, III/1,2,3, Jan-Mar. 1926, 17; *O Nosso Seminário*, Serpa, II/23 e 24, Nov.-Dez. 1933, 3). Ambas entraram também na Congregação Mariana da Sé a 15 de Maio de 1933 (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Congregação da Imaculada Conceição e de S. José*, 1) Livro de Actas I, acta CXXIX).

⁷⁷⁶ *Notícias de Beja*, Beja, LX/3059, 12 Jan. 1989, 2.

⁷⁷⁷ Beatriz Gambôa foi a primeira presidente da JCF de Beja. Entrou na AC a 5 de Fevereiro de 1933 e percorrendo toda a diocese, criou várias secções paroquiais (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Acção Católica e JCF (1933-1964)*). A inauguração da casa da JCF deu-se em 5 de Fevereiro de 1934 e, em Outubro desse ano, D. José escreveu uma Pastoral incentivando o movimento (Cf. J. G. SERPA, D. José do Patrocínio Dias, *Bispo-Soldado*, 415). O jornal diocesano, várias vezes, durante a década de 30, fazia alusões à AC, quer à sua estrutura organizacional, quer noticiando eventos diocesanos (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, VI/306, 7 Dez. 1933, 1; IDEM, VI/316, 18 Jan. 1934, 1; IDEM, VIII/368, 14 Fev. 1935, 1; IDEM, VIII/416, 9 Jan. 1936, 4). Em 1944, o quadro geral da AC apresentava 16 organismos diocesanos; 3 secções locais (em Beja) e 36 secções paroquiais (Cf. *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1945-1946*, 65).

⁷⁷⁸ A abertura solene do Asilo foi a 9 de Novembro de 1933 e a sessão inaugural a 26 do mesmo mês e ano (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, VI/304, 16 Nov. 1933, 3; *Ibidem*, VI/305, 30 Nov. 1933, 1-2).

⁷⁷⁹ *Notícias de Beja*, Beja, VI/305, 30 Nov. 1933, 2. A outra era Mariana Durão de Sá Ferreira que, como já foi referido, deixou o grupo em Junho de 1927.

número de idosas internadas, mas também pelo crescimento repentino da Obra de Jesus⁷⁸⁰. Assim sendo, entre Março e Novembro de 1934, fizeram a sua oblação mais sete senhoras, continuando a viver nas suas localidades, tal como estava estabelecido⁷⁸¹.

Entretanto, D. José do Patrocínio Dias diante deste considerável número de entradas e sofrendo com as respostas negativas de diversas Congregações convidadas a abrirem casas na diocese⁷⁸², decidiu avançar, com o consentimento das senhoras do grupo, para constituição de um instituto. Ao mesmo tempo que procurava um esquema-base para a organização da Obra⁷⁸³, confiou imediatamente a tarefa da formação religiosa do grupo à madre Maria Manuela de Brito⁷⁸⁴. Assim, de 11 de Agosto a 25 de Setembro de 1934, aquelas que tinham entrado até 1932 foram para o Lar Universitário das Doroteias, em Lisboa, realizar Exercícios

⁷⁸⁰ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José*; IDEM, *História da Congregação*. Na inauguração do Asilo estiveram também presentes Beatriz Gambôa e Maria Amália de Faria (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, VI/305, 30 Nov. 1933, 2). Talvez esta transferência do “centro de desagravo” já estaria premeditada, não fosse a capela dessa instituição dedicada ao Sagrado Coração de Jesus (Cf. IDEM, VI/304, 16 Nov. 1933, 3).

⁷⁸¹ Chamava-se “Oblação” ao dia de entrada no grupo. Os novos membros foram: Maria Rosa Sant’Anna Rego e Teresa Sant’Anna Rego, de Almodôvar; Raquel da Costa Mira e Carlota Palma Branco, de Beja; Antónia Rodrigues Baptista e Helena da Cruz Dias Moita, de Pias; e Maria das Piedras Albas Martins, de Aldeia Nova de S. Bento (Cf. ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja). É de mencionar que, observando os anuários diocesanos de 1924 a 1929, todas elas aparecem inseridas nos movimentos da época espalhados na diocese: Apostolado da Oração, União de Caridade, Congregação Mariana, Associação da Doutrina Cristã (catequistas), organismos da Acção Católica e o apoio ao Seminário de Serpa.

⁷⁸² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões*, 2) Livro de Portarias..., Decreto de 29.I.1935: “Infelizmente, porém, nas nossas instancias reiteradas a varias Congregações só temos encontrado decepções, ou causadas pela falta de membros de que possam dispor ou receosas de que o meio não seja favorável ao desenvolvimento da vida religiosa”. O mesmo explanará, com detalhes mais pormenorizados, à Congregação dos Religiosos, quando pedir a aprovação das Constituições, em 1949 (Cf. ACODC, Documentos da Aprovação das Constituições, *Carta de D. José do Patrocínio Dias* (8.IX.1949)).

⁷⁸³ Foi graças ao arcebispo de Évora, que D. José encontrou um modelo de organização das Oblatas: “Estou com vontade de ouvir o meu bom amigo a respeito das suas conversas com a senhora belga dirigente das «Auxiliaires de l’Apostolat». Desejava mandar alguém á Belgica estudar esta organização [...] Valerá a pena? Eu tenho duvidas sobre se a mentalidade das nossas boas senhoras estará á altura da preparação que teem a receber?” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. José (30.X.1933)). De facto assim o fez, compondo uma série de artigos baseados nos dessa fundação (Cf. ACODC, Documentos da Aprovação das Constituições, *Circular ao Clero de 13 de Maio de 1951*). Formadas pelo Cardeal Mercier, arcebispo de Malines, as Auxiliares do Apostolado são (ainda hoje) leigas que, mantendo-se como tais, se entregam a actividades apostólicas, dependendo exclusivamente do bispo diocesano. Tiveram alguma expressão em Portugal, nomeadamente em Lisboa (Cf. M. F. FALCÃO, “O Cardeal Cerejeira, Pastor da Igreja Lisbonense”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 2 (1990) 114). Cabe ainda ressaltar o papel decisivo que D. Manuel Mendes na fundação de algumas Congregações portuguesas nos inícios do século XX, nomeadamente as Servas da Santa Igreja (Évora), as Servas de N.ª S.ª de Fátima, as Concepcionistas ao Serviço dos Pobres e as Reparadoras Missionárias da S. Face (Cf. *SERVAS DA SANTA IGREJA, Sementes da Planície – 50 Anos ao Serviço da Igreja*, Gráfica Eborense, Évora, 1996, 40-50). Destas três, o caso mais próximo com o das futuras Oblatas foi o das Servas N.ª S.ª de Fátima: abrindo o noviciado em Junho de 1934, também com o apoio e direcção das Doroteias, receberam o rescrito *Nihil obstat* a 10 de Dezembro de 1935 e, em 11 de Outubro de 1939, foram aprovadas canonicamente como Congregação de Direito Diocesano (Cf. D. PEDROSO, *Audácia e Serviço – Vida de Luíza Andaluz*, Livraria Apostolado da Imprensa, Braga, 1989, 78-84).

⁷⁸⁴ Só pela descrição dos diários do *Lar Universitário da Sagrada Família*, das Doroteias, em Lisboa, é que se sabe que a madre Brito foi, de facto, a mestra desta «espécie» de noviciado (Cf. APPISD, *Diário do Lar Universitário da Sagrada Família – Lisboa, Diário (30.III.1932 - 12.III.1934); Diário (13.III.1934 - 31.XII.1934); Diário (1.I.1935 - 31.XII.1938)*). Beatriz Gambôa apenas aponta que foi uma doroteia que vinha a Beja ou que a ela se dirigiam as irmãs, por períodos de um mês, na casa da avenida Fontes e Calvanas (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*).

Espirituais e prepararem-se para a vida religiosa⁷⁸⁵. Nesse mês e meio que aí estiveram e que constituiu um “princípio de noviciado”⁷⁸⁶, para além do acompanhamento espiritual de D. José, receberam uma série de *Instruções* da madre Brito, nas quais se denotam referências àquela carta anteriormente revelada pelo bispo na primeira reunião do grupo:

“Vós estais aqui reunidas para estudardes a vossa vocação, para conhecerdes melhor a Obra a que vos consagrastes. Votadas ao serviço da Diocese o vosso fim é orar pelos Sacerdotes, reparar pelos que o não sabem ser, suprir a falta de Ministros do Senhor, que é tão grande na vossa Diocese. O vosso sexo, a vossa posição, podem fazer-vos até certo ponto, supri-los com vantagem. Há meios em que vós entráis à vontade e onde o Sacerdote não seria recebido. A vossa acção é portanto mais ampla, porque é mais largo o campo do vosso apostolado. A par do espírito sacerdotal, deveis cultivar o espírito de vítima. Não consiste este espírito em andardes tristes [...] Ser vítima é ter uma participação mais completa na missão redentora de Jesus Cristo; é saber dizer a Deus a cada momento da nossa vida: «Ecce venio!»⁷⁸⁷.

Formadas nas virtudes e votos, hábitos e costumes da vida religiosa, mesmo não sendo previsto viverem em comunidade⁷⁸⁸, na 57.^a e última instrução, receberam mais uma vez o estímulo «fundacional» da religiosa doroteia:

“As outras almas, amai-as todas, todas! Os sacerdotes infiéis, esses pobrezinhos que nos causam dó, amai-os particularmente. Numa alma que se deu a Nosso Senhor é preciso que se encontre a misericórdia. Tenhamos misericórdia desses desgraçados que caíram tão baixo! São talvez essas pobres almas as que mais atraem os castigos de Deus sobre a vossa Diocese; a vós pertence imolar-vos para as salvar e salvar a Diocese. Sacrificai-vos também pelos bons sacerdotes, porque não basta que eles sejam bons, é preciso que sejam santos. Vós sois as associadas desses sacerdotes porque fostes chamadas a colaborar com eles na salvação das almas”⁷⁸⁹.

⁷⁸⁵ Esse grupo era constituído por Maria José Raposo, Beatriz Gambôa, Maria Amália de Faria, Maria da Cruz Cordes Piçarra e Maria Luiza Cordes da Ponte. Em carta a D. José, a madre Brito mostrou alguma dificuldade em esconder das suas irmãs de comunidade o segredo da vinda daquele grupo àquela casa, adiantando: “Forçosamente se perceberá que lhes falo em reunião e particularmente. Que explicação darei eu a esses factos?” (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência da Ir. Maria Manuela de Brito com D. José*, carta 5).

⁷⁸⁶ ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Instruções da Madre Maria Manuela de Brito*, 217.

⁷⁸⁷ *Ibidem*, 3-4.

⁷⁸⁸ *Ibidem*, 39-40: “Vós não estais obrigadas à vida de comunidade porque o vosso Instituto tem de ser disfarçado para se poder introduzir em toda a parte e assim conseguirdes levar Deus às almas. Tereis, porém casas onde vos reunireis durante algum tempo ficando então sujeitas à vida comum”.

⁷⁸⁹ *Ibidem*, 219-220.

Regressando a suas casas, terá sido provavelmente no final daquele ano que o prelado, com o apoio da madre Brito, compôs o primeiro esquema das Constituições⁷⁹⁰. Finalmente, a 29 de Janeiro de 1935, D. José do Patrocínio Dias, “tendo ouvido o parecer de pessoas esclarecidas e até sondando o pensamento da Santa Sé n’uma consulta verbal feita por Nós pessoalmente”⁷⁹¹, emitiu o decreto episcopal de erecção canónica, “*ad experimentum*”, da *Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino*⁷⁹². Nesse documento, para além de outras cláusulas, ficaram determinados dois tipos de vida religiosa – em comunidade ou nas próprias famílias – e estabeleceu-se o Asilo de Infância Manuel Gerardo como Casa-Mãe da Sociedade⁷⁹³. Pouco tempo depois, foram-lhes entregues as Constituições, nas quais se reafirmou que as Oblatas, em virtude das duas opções de vida religiosa⁷⁹⁴, continuassem a viver de modo escondido e sem qualquer tipo de identificação⁷⁹⁵. Ficou também redefinido que, para além da vida de recolhimento e oração, mantivessem as tarefas de sempre: educação das crianças, cuidado dos pobres e dos doentes, colaboração com todos os movimentos, nomeadamente a Acção Católica, e generosidade completa a tudo o que envolvesse a vida paroquial onde habitassem, como “devotadas e humildes auxiliares dos sacerdotes”, exercendo primordialmente, “por virtude da sua vocação”, a função de catequistas⁷⁹⁶.

O prelado diocesano, como superior da Pia Sociedade, continuava a acompanhá-las quer por meio de correspondência, quer por retiros mensais ou conferências na Casa-Mãe,

⁷⁹⁰ A própria madre Brito afirmou ao pequeno grupo: “Pedi a Deus para que se apresse o momento de terdes as vossas regras. Só elas marcarão a duração do vosso noviciado” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Instruções da Madre Maria Manuela de Brito*, 215). Ela mesma se deslocaria ainda a Beja, de 8 a 17 de Janeiro de 1935, ficando hospedada no Asilo Manuel Gerardo, para dar mais alguma formação e ver «in loco» a vida da Obra de Jesus (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência da Ir. Maria Manuela de Brito com D. José*, carta 9).

⁷⁹¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões*, 2) Livro de Portarias..., Decreto de 29.I.1935.

⁷⁹² *Ibidem*.

⁷⁹³ *Ibidem*.

⁷⁹⁴ “[as Oblatas] não fazem profissão da vida de comunidade, vivem como régra geral no meio do mundo e no seio das suas famílias, cumprindo em qualquer situação o Regulamento da Sociedade dentro da prática dos Conselhos Evangelicos. Haverá, porem, uma Casa Central [...] na qual se instituirá, para as que nela vivem e para as que, habitual ou ocasionalmente a visitem, uma vida regulamentar com horários [...]” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Constituições da Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino*, Cap. I §IV).

⁷⁹⁵ “Destinada esta Sociedade a levar uma vida escondida no meio do mundo, a não ter publicidade da sua existência e a receber pessoas, a quem a idade, situação na família e outras condições especiais, não permitem tornar conhecido o elo da sua vida religiosa, compreende-se quanto é necessário que nenhum sinal externo destinga as Oblatas. Quer, pois, estejam em comunidade, quer vivam fora de comunidade, não terão modo de vestir uniforme [...]”; “Sem licença expressa da Superiora não se dê conhecimento a pessoa alguma da existência da Sociedade, nem se fale dela a quem a [quer] conhecer sem necessidade. Deve viver com o seu character de pequenez, escondida [...]” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Constituições da Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino*, Cap. I §V; Cap. V §II, 2.º).

⁷⁹⁶ *Ibidem*, Cap. I §VIII.

para onde se dirigiam todas as senhoras sempre que solicitadas. Assim aconteceu, após um período de férias, a 26 de Outubro de 1935, véspera da solenidade de Cristo Rei. Nesse encontro, Patrocínio Dias inaugurou o novo ano do grupo e fê-lo usando termos comuns:

“Embora nos prendam os laços de família já não nos sentimos bem compreendidos por ela. Numa palavra, estávamos com saudades de encontrar quem como nós só vive em Jesus e só para Ele quer viver [...] Vamos iniciar o nosso novo ano e vamos começá-lo o melhor que é possível porque o vamos começar sob os auspícios do nosso Rei. Uma Oblata é uma alma devorada pelo Coração Divino de Jesus. O nosso ser, a nossa vida é inteiramente d’Ele [...] Reavivemos os três fins para que Nosso Senhor nos chamou à Sua Obra: Santificação própria, expiação, apostolado”⁷⁹⁷.

Na reunião de 16 de Dezembro seguinte, aniversário da sua eleição episcopal, chegou mesmo a comparar a vocação religiosa daquele grupo com a sua vocação, partindo da afirmação do Evangelho: “Não fostes vós que me escolhestes, fui eu que vos escolhi” (Jo15, 16):

“Consideremos a vossa vocação. A história das vocações resume-se nestas palavras: um milagre! Na nossa vida que série de coisas Nosso Senhor preparou para um dia nos poder chamar! [...] Vim para o meio de vós e Nosso Senhor chama-vos para o meio de mim! Vim para salvar a Diocese e vós fostes chamadas para cooperar nessa salvação. O objectivo essencial, meu e vosso é a santificação própria. Só realizam os desígnios de Deus os instrumentos santos! Chamou-nos para nos tornar como vitimas e para que vivamos só para Ele e por amor d’Ele [...] Deixai-me aproveitar este dia para vos fazer uma afirmação solene, categórica: O Senhor ama a Sua Obra! O Senhor quer a Sua Obra, há-de fazer triunfar a Sua Obra! Isto é certo, é esta a vontade de Deus!”⁷⁹⁸.

Sendo necessário proceder à imediata organização do governo da Pia Sociedade, foi novamente confiada à madre Brito a missão de preparar os membros para esse efeito⁷⁹⁹.

⁷⁹⁷ ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Escritos Espirituais para a Congregação*, Conferência de 26.X.1935.

⁷⁹⁸ *Ibidem*.

⁷⁹⁹ APPISD, Diário do Lar Universitário da Sagrada Família – Lisboa, *Diário (I.I.1935-31.XII.1938)*, 9.II.1936; *Ibidem* 19.II.1936; ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência da Ir. Maria Manuela de Brito com D. José*, carta 12; carta 13: “Os Exercícios de Fevereiro foram uma grande graça sobretudo pela cerimonia [sic] que os terminam e que tanta importância devia ter para o desenvolvimento [fixação] da Obra como também para a resolução das almas. Com tudo isto me regozijo”. A madre Brito continuaria a exercer a sua influência, muito discreta, na Pia Sociedade até finais dos anos 40. Numa carta de 1939, confessará a D. José que já não se sentia à vontade para dar qualquer apoio espiritual à Obra, em virtude dos seus Superiores não aprovarem (Cf. IDEM, carta 14).

Assim, a 18 de Fevereiro de 1936, foi nomeada pelo prelado a primeira superiora diocesana, a Ir. Marta do Coração Divino (Maria José Raposo) e escolhidas as duas assistentes que, emitindo logo os seus votos simples, constituíram o conselho diocesano⁸⁰⁰. Nesse mesmo dia, iniciou-se também o noviciado, sendo nomeada como mestra a Ir. Maria do Santíssimo Sacramento (Maria Luiza Cordes da Ponte)⁸⁰¹. Em 30 de Maio, mais cinco irmãs faziam os seus votos nas mãos de D. José do Patrocínio, continuando, porém, cada uma a residir nas suas localidades⁸⁰². E assim, já como uma instituição organizada e com o devido recato, as Oblatas continuaram a sua presença nas sucessivas acções diocesanas, mormente nas dos finais dos anos 30 e inícios dos anos 40, percorrendo a diocese na recolha de dádivas para a restauração da Catedral (1936-1937) ou apoiando, como colectoras nas suas terras, a *Obra do Seminário de Nossa Senhora de Fátima* (1938-1944)⁸⁰³.

b) Da Pia Sociedade à Congregação das Oblatas do Divino Coração (1950).

⁸⁰⁰ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Nas Constituições é explícito que “A primeira Superiora Diocesana é nomeada pelo Prelado e desempenhará esse lugar enquanto, a arbitrio do mesmo Prelado, fôr necessária á perfeita organização da Sociedade” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Constituições da Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino*, Cap. III §III). Entre as duas (Beatriz e Maria José) que permaneceram na Obra desde a reunião de 15 de Maio de 1926, a mais velha para ocupar o cargo de superiora era Maria José (com 53 anos), em virtude do regulamento: “A Superiora Diocesana não pode ter menos de quarenta anos de idade” (Cf. *Ibidem*, Cap. III §IV). As duas assistentes escolhidas pela superiora (Cf. *Ibidem*, Cap. III §III) e que fizeram os seus votos simples foram a Ir. Maria de Jesus Crucificado (Maria da Cruz Piçarra) e a Ir. Maria Gertrudes (Antónia Rodrigues Baptista) (Cf. ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja).

⁸⁰¹ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Este noviciado era marcado por reuniões de formação ou por meio de correspondência (Cf. G. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração*, 38).

⁸⁰² As 5 que emitiram os votos simples foram: Ir. Maria do Divino Coração (Beatriz), Ir. Teresa de Jesus (Maria Amália), Ir. Maria do SS.^{mo} Sacramento (Maria Luiza Cordes) e Ir. Maria do Sagrado Coração (Teresa Rego) e Ir. Maria da SS.^{ma} Trindade (Maria Rosa Rego) (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1960*). Em 4 de Dezembro desse ano também emitiu votos simples a Ir. Maria da Sagrada Eucaristia (Maria das Piedras Martins) (Cf. ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja). De facto, embora causasse alguma estranheza que se fizessem votos, nomeadamente os de obediência e pobreza, com a mesma intensidade e «disposições interiores» de qualquer outro instituto religioso, o certo é que as Constituições previam-nos com os dois tipos de vida religiosa possíveis (em comunidade ou em família): “Assim as que vivem em comunidade e estão fora dos deveres de família, teem só uma forma de ligação absoluta [...] porque não teem outros superiores além dos da Obra e como se despojam de todos os seus haveres, a comunidade da-lhes o que é necessário para viver. As que estão no meio do mundo, podem ter outros superiores – os da Família – podem ter outros deveres a desempenhar e conservando a administração dos seus bens em harmonia com estas regras, a Sociedade não fornece, ordinariamente, os meios de subsistência” (Cf. ACODC, Documentos do princípio da Congregação, *Constituições da Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino*, Cap. VI §I, 4.º).

⁸⁰³ Rara é a edição do jornal *O Nosso Seminário*, no período de 1939-1945, em que o nome de cada uma (precisamente nas terras onde viviam) não apareça na lista das dádivas recolhidas mensalmente para o Seminário (p. ex. *O Nosso Seminário*, Beja, VII/85, 17 Jun. 1939, 2-3; IDEM, VII/104, 29 Out. 1939, 2-3; *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, Minerva Comercial, Beja, 1945, 15-40).

Não tardou que D. José do Patrocínio Dias reconhecesse, tal como apontou na resolução dos seus Exercícios Espirituais: “A Obra das Oblatas é de Deus! Depois do clero deve merecer a minha principal preocupação”⁸⁰⁴. Na verdade, o número de oblações ia aumentando, com o fenómeno curioso de todas serem naturais da diocese de Beja. Assim sendo, em 1939, somavam-se já 18 professoras de votos temporários⁸⁰⁵.

Concluída a obra material do Seminário de Beja, com a inauguração em 1940, surgiu no prelado o desejo de iniciar outra de carácter mais apostólico. É certo que até então visitara as principais paróquias da diocese; contudo, em 1942, anunciou um novo projecto: percorrer de «lés-a-lés», em visita Pastoral, todo o território eclesiástico indo também às freguesias mais abandonadas⁸⁰⁶. Na primeira provisão episcopal para essa acção nos concelhos de Almodôvar, Mértola e Odemira, D. José do Patrocínio determinou, entre outras indicações, que:

“Um mês antes da Visita Pastoral enviaremos a cada paróquia um grupo de duas a quatro catequistas recrutadas voluntariamente em toda a Diocese, que irão auxiliar as catequistas locais na sua piedosa tarefa e ajudarão a vencer com a sua prática de ensino do catecismo as dificuldades das inteligências mais rudes”⁸⁰⁷.

Estas catequistas voluntárias, “abandonando o conforto dos seus lares e pondo caridosamente de lado outros cuidados da sua vida”⁸⁰⁸, foram as Oblatas⁸⁰⁹. Dias depois da Provisão, o prelado escreveu a uma das suas religiosas, comunicando-lhe: “Há muito q. fazer nas freguesias. Não há tempo a perder! É trabalho da honra e glória de Deus! Agora é que as

⁸⁰⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Exercícios Espirituais (1937-1951), 3-10.V.1938.

⁸⁰⁵ ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja. As proveniências eram em geral de Almodôvar, Beja, Safara, Pias e S. Miguel do Pinheiro (Mértola) e estavam todas relacionadas com a recolha de fundos para o Seminário, as Uniões de Caridade de Senhoras (Pias e Almodôvar), o Apostolado da Oração e a Associação da Doutrina Cristã (Cf. *Eco Pacense*, Beja, VI/12, Dez. 1929, 20-46).

⁸⁰⁶ *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, 69.

⁸⁰⁷ *Ibidem*, 70.

⁸⁰⁸ *Ibidem*.

⁸⁰⁹ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*: “Para cada Concelho iam Padres Missionários e Irmãs com o nome de catequistas”. As Oblatas-catequistas foram Maria da Cruz Piçarra, Maria Rosa Rego, Helena Moita, Natércia Amaro, Maria Luiza Cordes da Ponte, Evangelina Godinho, Maria Amália de Faria, Beatriz de Gambôa, Maria Augusta Sequeira, Carlota Branco e Maria Piedras Martins (Cf. *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, 87-99). Destas 11, Natércia Amaro e Evangelina Godinho seriam dispensadas de votos em 1943, mas continuaram como catequistas nas missões (Cf. ACODC, Documentos de Dispensas de Votos (1939-1944)).

nossas Oblatas vão mostrar o que valem n'este santo apostolado!”⁸¹⁰. A sua actividade consistia então, num primeiro momento, em preparar o ambiente e a casa para os missionários, compor as Igrejas, apostolado de «porta em porta», catequizar adultos e crianças⁸¹¹; a meio do mês, iniciava-se a parte sacramental com a chegada dos sacerdotes que, como relata Beatriz Gambôa, “baptizavam de cada vez 20, 30 e 50 pessoas [e] as catequistas escreviam os assentos necessários para os arquivos”⁸¹². Mesmo sendo uma tarefa de grande exigência, em virtude dos sacrifícios a que estavam expostas, é jus destacar que algumas percorreram entre 15 a 21 freguesias, alojando-se nas casas das escolas e comendo do que lhes era dado⁸¹³. Com resultados evidentes, num entusiasmo constante de três anos, ao “Pentecostes Divino [que] vai descendo ao coração do bom povo deste Baixo Alentejo” tal como asseverou o bispo, muito contribuíram e mereceram os mais destacáveis louvores as “Catequistas diocesanas que têm sido infatigáveis Martas nesta longa travessia apostólica, não se poupando a penosos sacrifícios e a longas caminhadas, para levarem Jesus ás almas”⁸¹⁴.

No entanto, o empenho nas Missões diocesanas não impediu D. José nem as Oblatas de darem continuidade à estruturação da Pia Sociedade. Já em 1938 o prelado pensava numa casa própria – “construída, arrendada, adaptada” – para a Obra, porém, sem grandes

⁸¹⁰ ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 22.IX.1942.

⁸¹¹ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*.

⁸¹² *Ibidem*. Inclusivamente no sacramento do matrimónio, após a sua celebração, os documentos para o Registo Civil eram preenchidos e enviados pelas «missionárias» (Cf. *Ibidem*). Segundo as estatísticas foram realizados durante esse tempo: 28.713 baptismos de crianças e adultos; 3.779 matrimónios; 9.520 crismas; 15.330 confissões; 28.502 comunhões; 3.145 pregações (exceptuando as do bispo que foram mais de 500); 115.476 crianças e adultos catequizados (Cf. *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, 76-99).

⁸¹³ Segundo a contagem feita no anuário diocesano, relativo à parte das missões, Maria da Cruz Piçarra percorreu 21 freguesias (Cf. *Ibidem*, 87-99). O cônego Serpa relata que “em algumas localidades, os alojamentos [das Irmãs] tiveram que se fazer nas casas das escolas que as autoridades ministeriais puseram à disposição do prelado da diocese. Aí se armavam camas e aí se dormia. Quanto ao comer sabe Deus. Havia pessoas caritativas, mas em dados momentos apareceram privações” (Cf. G. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração*, 70).

⁸¹⁴ *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, 73-74. É de mencionar também que o arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes, ao substituir D. José (que havia adoecido) na visita Pastoral a Ferreira do Alentejo, em 13 de Fevereiro de 1944, teve ocasião de verificar a acção das Irmãs (era conhecedor do segredo da Pia Sociedade). Segundo a Ir. Leonilde Cidraes, o arcebispo terá dito: “Era uma obra deste género que eu desejava na minha Diocese!”, sendo este pensamento impulsor a que fundasse, em Évora, as Servas da Santa Igreja (Cf. *SERVAS DA SANTA IGREJA, Sementes da Planície – 50 Anos ao Serviço da Igreja*, 52). O metropolitano escreverá ainda a D. José, em Outubro desse ano, de Fátima, afirmando: “[...] Aqui estou pregando um retiro a um pequenino grupo de almas boas, a ver se consigo arranjar também um núcleo de catequistas, à semelhança das suas” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Correspondência com D. Manuel Mendes*, carta de D. Manuel (19.X.1944)).

resultados⁸¹⁵. A concretização deste desejo deu-se a 1 de Novembro de 1943 quando, a expensas da Ir. Maria de Jesus Crucificado⁸¹⁶, foi comprada uma casa no centro de Beja que imediatamente se começou a chamar “Casa de Santa Maria”⁸¹⁷. Aproveitando o movimento das Missões e tendo o objectivo de acolher as Oblatas-catequistas, quer partissem quer regressassem desse apostolado⁸¹⁸, o bispo de Beja assinou uma Provisão, a 13 de Fevereiro de 1944, pela qual, atendendo ao pedido feito pelas Oblatas do Coração Divino, autorizou não só a aquisição do edifício, como determinou que no mesmo se estabelecesse a Casa-Mãe da Sociedade⁸¹⁹. Começou-se então a compor o regulamento da vida comunitária dessa casa, segundo os planos da superiora, Ir. Maria do SS.^{mo} Sacramento, e o pensamento do D. José, no intuito de “dar á Casa um ambiente religioso, de compostura e gravidade, mas sem rigidez”⁸²⁰; de encontrar meios de harmonizar a caridade com a vida religiosa⁸²¹; de adaptar, quando aí se reunissem, os dois tipos de vida previstos na Pia Sociedade⁸²²; e ainda, de receber as várias iniciativas diocesanas, como cursos de catequese, retiros mensais ou anuais para senhoras, reuniões e colecções da Acção Católica⁸²³. Seria esta última intenção, apesar da permanência pouco regular de um grupo considerável de Oblatas nessa casa, que faria descobrir o segredo da Pia Sociedade, como o narrou Beatriz Gambôa:

⁸¹⁵ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Exercícios Espirituais (1937-1951), 3-10.V.1938. Pela correspondência com a madre Maria Luísa, descobre-se que a razão deste desejo do bispo era porque a Casa-Mãe, que funcionava no Asilo de Infância, não permitia que as Irmãs vivessem como religiosas devido às diversas tarefas de assistência às crianças e ao pouco pessoal empregado (Cf. ACODC, Madre Maria Luíza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luíza*, carta de 20.IX.1941; carta de 9.X.1941).

⁸¹⁶ ACODC, Pasta de escrituras, cadernetas, contratos e arrendamentos, *Certidão da Escritura de 1.XI.1943*. A casa pertencia anteriormente a José Duarte de Sequeira Manso Gomes Palma e sua Esposa Eugénia de Vilhena Gomes Palma (Cf. *Ibidem*).

⁸¹⁷ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*: “Assim lhe começaram a chamar por ser no Largo de Santa Maria”.

⁸¹⁸ “O meu maior empenho não é tanto a inauguração como ver a casa em ordem. Queria q. quando viessem [as catequistas-Oblatas] no intuito de partir para a Missão já se hospedassem e partissem da sua casa. Isto era o q. eu desejava. Será possível? É preciso abrir a casa e termos como nova a casa” (Cf. ACODC, Madre Maria Luíza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luíza*, carta de 20.XII.1943). As Oblatas-catequistas que aí iam ser acolhidas, vindas da Missão de Ferreira, foram respectivamente Maria da Cruz Piçarra, Helena Dias Moita, Maria Rosa Rego e Maria dos Remédios Sequeira (Cf. *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, 92-93).

⁸¹⁹ ACODC, Pasta de escrituras, cadernetas, contractos e arrendamentos, *Provisão Episcopal de 13.II.1944*. Segundo a agenda de Beatriz Gambôa a ocupação da casa fez-se a 13 de Fevereiro e a inauguração, com Missa, a 16 desse mês (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Agenda de 1960*).

⁸²⁰ ACODC, Madre Maria Luíza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luíza*, carta de 28.VIII.1945.

⁸²¹ Nomeadamente acerca das visitas (Cf. IDEM, carta 6.IX.1945).

⁸²² Dirá o prelado à superiora: “[é necessário] distinguir ainda o que a mais se pode fazer em comunidade e para as que vivem em comunidade e o que cumpre como dever para as que vivem no seio da família” (Cf. IDEM, carta 26.IX.1945).

⁸²³ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*; IDEM, *Obras fundadas pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José*. O primeiro curso de catequese realizou-se em Março de 1946 (Cf. ACODC, Madre Maria Luíza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luíza*, carta de 27.II.1946).

“Um dia, a meio de um retiro de senhoras da cidade, como sempre pregado por sua Ex.cia. Rev.^{ma}, começou uma prática assim: ‘Minhas senhoras, está a correr este retiro num ambiente de silêncio, não faltando nada, no meio da cidade e no maior recolhimento, rodeadas das atenções e até de carinho das donas desta casa. E eu quero que penseis um pouco, no motivo porque elas, nos recebem sempre tão bem e não se enfadam de lhe evadirmos a casa e de lhe perturbarmos a sua vida. Porque será? Eu vou dizer-vos o que até agora tem sido um grande segredo: é que elas são almas que se consagraram a Deus e são verdadeiras religiosas. Formam um grupo já numeroso e que o Senhor há-de fazer crescer para se dedicarem aos trabalhos da nossa querida Diocese.’ Que admiração! Umas diziam: Nós já desconfiávamos; Outras: Nós bem dizíamos que elas pertenciam a qualquer coisa”⁸²⁴.

Tendo uma boa aceitação no ambiente em que viviam, foi necessário, porém, continuar a dar garantias de que as senhoras daquela casa eram “verdadeiras religiosas”. A voz do fundador constantemente afirmava: “Peça a N. S. sempre p.^a transformar a Casa de S.^{ta} Maria n’uma verdadeira Casa Religiosa – custe o q. custar”⁸²⁵. Em 10 de Outubro de 1946 dava-se mais um novo passo na Sociedade: reunido o Conselho Geral, sob a presidência de D. José, para além de se constatar que a vida de comunidade na Casa-Mãe estava quase “normalizada”, decidiu-se admitir à mesma as Irmãs Maria do Divino Coração (Beatriz) e Teresa de Jesus (Maria Amália), bem como instalar aí o noviciado no dia 15 de Outubro desse ano sob a orientação da mestra de noviças, Ir. Maria da Sagrada Eucaristia (Maria das Piedras Martins)⁸²⁶. Deste modo, no anuário diocesano, editado em 1947, as Oblatas do Coração Divino foram pela primeira vez identificadas como “casa religiosa”, com sede na Casa de Santa Maria, contando em vida de comunidade 6 religiosas⁸²⁷. Em 24 de Maio de 1948 estabelecia-se em Beja outra comunidade, após a inauguração das obras de restauração e

⁸²⁴ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*.

⁸²⁵ ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 16.IX.1946.

⁸²⁶ ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 1. Esta acta, talvez por ter sido escrita posteriormente, tem um erro no ano da data. D. José apontou na sua Agenda de 1946, no dia 15 de Outubro: “Pela Obra – abertura solene da comunidade e do Noviciado” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*). O mesmo se pode aferir pelo dia de oblação/entrada (8.X.1946) de uma dessas duas postulantes, Rosária de S. Brás (Cf. ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja) e pela carta de D. José à Madre Maria Luiza pedindo-lhe que comunicasse a todas as Irmãs a “festa da constituição da comunidade e da abertura do noviciado” (Cf. ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 10.X.1946).

⁸²⁷ *Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1945-1946*, 54.

alargamento do Albergue de S. José, que fora o “berço da Congregação”. Para lá transitou aquela que era sua directora há 24 anos, a Ir. Maria do Divino Coração, juntamente com as Irmãs Maria de Jesus Crucificado e Teresa de Jesus⁸²⁸. No Conselho Geral seguinte, a 10 de Dezembro desse ano, “sabendo que não haverá inconvenientes no meio em que vivem”, foi aprovado um modelo e resolveu-se proceder à confecção de um Hábito para as Oblatas que vivessem em comunidade, sendo a “vestição” geral marcada para 2 de Fevereiro de 1949⁸²⁹. Dias depois deste acto, D. José apontava nos seus Exercícios Espirituais:

“O desenvolvimento da Obra das Oblatas deve continuar a merecer a maior solicitude. É indispensável – Nosso Senhor assim m’o mostrou – á acção da Diocese. As Oblatas devem percorrer os centros mais importantes, a titulo, por exemplo, de pedirem esmolas p.^a o Seminário. É preciso procurar vocações dentro e fora da Diocese. Não deixar parar a Obra q. é do Senhor! É forçoso preparar as novas regras”⁸³⁰.

De facto, a aplicação do verbo “percorrer” viria a suceder meses depois, por meio da Portaria de 28 de Junho de 1949. Nela o Fundador, apesar de algumas se terem afastado com a inauguração da vida comunitária e a decisão de se usar Hábito religioso⁸³¹, constituiu as Oblatas do Coração Divino como missionárias e “dedicadas pedintes”, enviando-as novamente por toda a diocese a fim de recolherem ofertas que ajudassem a saldar as dívidas e a manutenção do Seminário⁸³².

⁸²⁸ ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 3.

⁸²⁹ *Ibidem*: “Foi aprovado um [Hábito], muito simples, de côr preta avivado a branco”; ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*: “Estava combinado desde muito tempo que, em sendo possível, envergaríamos um Hábito. Quase todas o desejavam. Começava a ser difícil vestir-se com modéstia! Umhas senhoras dirigiram-se ao Sr. Bispo assim: ‘Senhor Bispo, porque não dá um Hábito áquelas senhoras? Elas bem o merecem e ficava muito bem’ [...] Começaram as combinações, arranjaram-se desenhos, modelos, etc, até que venceu o modelo que ainda hoje se usa. Muito simples e modesto, a todas agradou”. Esta opção, de usar hábito no Alentejo e principalmente em Beja, deixou escandalizado o próprio D. Manuel Mendes que, segundo D. José, sendo um dos primeiros a vê-las assim vestidas terá dito: “Mas o que é isto? Isto é uma loucura! No Alentejo um Hábito religioso!? O que é que vão fazer a estas pobres almas?” (Cf. ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Gravações de práticas e retiros mensais*, cassette de 1961-1962). Na verdade, o arcebispo de Évora ao fundar as Servas da Santa Igreja iria optar, segundo o conselho de Pio XII, de não lhes dar hábito (Cf. *SERVAS DA SANTA IGREJA, Sementes da Planície – 50 Anos ao Serviço da Igreja*, 54).

⁸³⁰ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Exercícios Espirituais (1937-1951), 16-25.II.1949.

⁸³¹ ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*: “Vida de Comunidade, Irmãs com Hábito – Então se deu novo desgosto. Algumas não puderam deixar as famílias, ou pelos pais serem de idade, doentes, filhas únicas; outras por falta de generosidade, e... ficaram para trás”.

⁸³² AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Clero Diocesano*, 2) Cartas e Portarias, Provisão de 28.VI.1949; ASB, *Diário do Seminário (1925-1951)*, 93v: “As Oblatas do Divino Coração, por disposição do Nosso Venerando Prelado, começaram a

Obtidos resultados convincentes com mais esta experiência e conforme prometera no decreto de 1935⁸³³, D. José do Patrocínio Dias escreveu ao Santo Padre a 8 de Setembro de 1949⁸³⁴ suplicando-lhe que, pela Sagrada Congregação dos Religiosos, se dignasse aprovar as “Bases” da Pia Sociedade a fim que, por meio delas se lhes desse uma constituição que as erigisse em Congregação de Direito Diocesano⁸³⁵.

Enquanto esperava a resposta de Roma, o bispo de Beja começou por fazer um esboço das futuras Constituições: reorganizou e alterou as regras da Pia Sociedade, consultou constituições de outros Institutos e harmonizou todos os itens segundo o Direito Canónico. Esse “trabalho de estudo” foi depois apresentado à superiora em finais de Setembro desse ano, pedindo-lhe que, com as Irmãs do Conselho, as lessem e lhe enviassem as suas opiniões⁸³⁶. Não obstante a demora da resposta, também a Sociedade das Oblatas ia progredindo: a 29 de Novembro de 1949, mais duas Irmãs realizaram os seus votos temporários⁸³⁷ e, em 6 de Janeiro de 1950, abriu-se a terceira comunidade em Moura, com três Oblatas, para tomarem a direcção de uma casa de assistência a crianças pobres⁸³⁸.

A 19 de Janeiro de 1950, D. José do Patrocínio recebeu a primeira comunicação da Sagrada Congregação dos Religiosos pedindo-lhe que cuidadosamente recolhesse uma série de requisitos necessários à aprovação da Congregação, desde o envio das Constituições (em

fazer um peditório através da Diocese a favor do Seminário, serviço que prestam cheias de santo entusiasmo e muito amor por esta grande causa”.

⁸³³ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Cartas Pastoraes e Provisões*, 2) Livro de Portarias..., Decreto de 29.I.1935: “Quando as religiosas da Casa Mãe fôrem pelo menos seis, em perfeita vida de comunidade, e quando o numero das restantes fôr razoável e a sua actividade beneficemente sensível na Diocése, pedir-se-à a aprovação ou, ao menos, o decreto de louvôr da Santa Sé Apostólica”.

⁸³⁴ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração (1949-1951), *carta de D. José do Patrocínio Dias* (8.IX.1949). Em 29 de Novembro D. José recebe a confirmação da Nunciatura de que toda a documentação referente às Oblatas aí chegara e fora enviada para a Sagrada Congregação dos Religiosos (Cf. IDEM, *carta de Mons. Humberto M.* (29.XI.1949)).

⁸³⁵ IDEM, *carta de D. José do Patrocínio Dias* (8.IX.1949). As “Bases” anexas a esta carta consistiam num resumo que o prelado fez das regras da Pia Sociedade: Natureza, fim e espírito do Instituto; Vida Peculiar; Hábito e disposições; Governo do Instituto.

⁸³⁶ ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 23.IX.1949: “[trata-se] de um trabalho para estudo [...] Há assuntos repetidos, em suma, há m.^{to} ainda que emendar, cortar e corrigir [...] Eu procurei aproveitar, como preciosa recordação, tudo o que foi possível das antigas Regras [...] está assim organizada a base das nossas Constituições [...] Consultei bastantes constituições d’outros Institutos e parece-me que coligi tudo o q. podia interessar ao nosso e parece-me q. ficaram mais completas estas Constituições do q. as que consultei”.

⁸³⁷ ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja.

⁸³⁸ ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 10.

Latim), a definição concisa do nome⁸³⁹, o desenvolvimento e o seu parecer sobre a Obra, a garantia da estabilidade dos membros⁸⁴⁰, a história do princípio do grupo, entre outras alíneas⁸⁴¹. O prelado respondeu então ao secretário da Congregação, Mons. Luca Pasetto, dando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e afirmando-lhe que apenas queria o *Nihil obstat*, para depois proceder à redacção das Constituições do Instituto, das quais já tinha um esboço geral ainda por concluir⁸⁴². Entretanto, nova carta da Secretaria da Congregação dos Religiosos, datada de 10 de Março, vinha novamente pedir o envio de dois exemplares das Constituições, nas quais constasse uma explicação detalhada das “precauções tomadas para q. as irmãs q. vão prestar serviço nas paróquias possam conservar a integridade da sua vida religiosa”⁸⁴³. Dada mais esta instrução, D. José do Patrocínio juntamente com o vice-reitor do Seminário, Mons. Francisco Torrão⁸⁴⁴, dedicaram-se arduamente a organizar e traduzir para o latim as Constituições a fim de serem entregues em Maio desse ano, durante a Peregrinação Nacional a Roma por ocasião do Ano Santo⁸⁴⁵. E, de facto, assim sucedeu: a 12 de Maio de

⁸³⁹ De facto, D. José ao escrever as ditas “bases”, intitulou a Congregação de dois modos: “Oblatas do Divino Coração” e “Oblatas do Coração Divino” (Cf. ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *carta de D. José do Patrocínio Dias* (8.IX.1949), 3; 8). Não se sabe ao certo quem tomou a decisão final, mas a definição concisa foi dada no rescrito da Congregação dos Religiosos: “Sorores Oblatae Divini Cordis” (Cf. IDEM, *Rescrito n.º 10963-49* (29.XII.1951)).

⁸⁴⁰ Segundo a carta enviada ao secretário da Congregação dos Religiosos, a Congregação contava com 18 membros e duas noviças, acrescentando também que: “Desde o seu início contou com um total de 32 admissões, tendo sido despedidas por inaptidão ou falta de vocação 11, faleceram 2 e uma entrou nas Irmãs de Santa Doroteia” (Cf. ACODC, Documentos da Aprovação das Constituições, *carta de D. José do Patrocínio a Mgr. Luca Pasetto* (1950)).

⁸⁴¹ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *carta da SSCR* (19.I.1950).

⁸⁴² IDEM, *carta de D. José do Patrocínio a Mgr. Luca Pasetto* (1950). Mesmo tentando evitar o envio das Constituições, alegando que, segundo as Normas da Congregação dos Religiosos de 1921, essas só poderiam ser terminadas após o rescrito *Nihil obstat*, Patrocínio Dias começou ainda nesse mês a revê-las e a organiza-las, ficando ao todo com 645 artigos (Cf. ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 30.I.1950).

⁸⁴³ IDEM, carta de 12.IV.1950; ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *carta da SSCR* (13.III.1950). Este esclarecimento fora pedido por causa de estar escrito nas Bases que “atenta a falta de clero, não podem os núcleos paroquias [das Oblatas] ter capela privativa, por isso as Religiosas dadas ao apostolado das freguesias assistem aos actos religiosos da paróquia e aceitam resignadas a falta da Santa Missa quando a não houver, e da Sagrada Comunhão quando faltar o sacerdote” (Cf. IDEM, *carta de D. José do Patrocínio Dias* (8.IX.1949) – [Bases das] *Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, alínea n.º 19). Este item foi eliminado das Constituições.

⁸⁴⁴ Mons. Francisco Marques Torrão (Pedrogão (Penamacor), 18.XI.1919 – Beja, 2.XII.1993) entrou no Seminário de Serpa em 1930, sendo ordenado sacerdote por D. José do Patrocínio a 23 de Março de 1940. Prefeito do Seminário de Beja entre 1940 a 1942, foi nesse ano nomeado vice-reitor, cargo que exerceu até 1957. Cónego da Sé de Beja em 1944, foi nomeado Monsenhor (Camareiro Secreto) em 1953 e Prelado Doméstico em 1956. Entre 1957 a 1959 licenciou-se em Direito Canónico na Pontifícia Universidade Gregoriana. Quanto à sua actividade pastoral, foi assistente da Acção Católica Diocesana, pároco de Trindade e Albernoa, capelão da Fundação Manuel Gerardo, director do Apostolado da Oração e das Obras Missionárias Pontifícias (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, LXV/3304, 9 Dez. 1993, 1).

⁸⁴⁵ *Notícias de Beja*, Beja, XXI/1141, 13 Mai. 1950, 1; ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 12.IV.1950. Participaram nessa peregrinação a superiora diocesana, Ir. Maria do SS.^{mo} Sacramento, e a Ir. Maria do Divino Coração graças à generosidade de dois benfeitores que lhes ofereceram as viagens (Cf. ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 11). D. José fez questão de que as Oblatas fossem com o seu Hábito religioso completo (Cf. ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 16.IV.1950). Num dos momentos da Peregrinação tiveram um encontro com Pio XII, que “poisando a sua mão sobre a cabeça da superiora geral a abençoava com

1950, o bispo de Beja entregava directamente na Secretaria da Congregação dos Religiosos as Constituições das Oblatas do Divino Coração⁸⁴⁶.

Regressando à sua diocese e preparando-se para outra peregrinação a Roma, desta vez em Setembro, acompanhando a Juventude Católica Portuguesa, Patrocínio Dias não a fez sem antes insistir em diversas «frentes» para conseguir trazer, nessa altura, o desejado rescrito⁸⁴⁷. Quando parecia não haver uma resolução rápida, eis que a 13 de Dezembro de 1950, o vice-reitor do Colégio Português, Dr. Custódio Alvim, comunica ao prelado bejense: “Está pronto o rescrito do ‘nihil obstat’ para as Oblatas”⁸⁴⁸. Finalmente a 29 de Dezembro de 1950 foram devolvidas as Constituições, “classificadas de ‘optimo spiritu’, mediante certas advertências (animadversiones)”⁸⁴⁹, e enviado o rescrito n.º 10963/49 com a seguinte declaração: “acerca da erecção canónica do novo Instituto [...] é-me grato significar a V. Ex.^a que da parte desta S. Cong. *nihil obstatre quominus*, que seja reconhecida a sua erecção canónica”⁸⁵⁰.

O documento da Sagrada Congregação chegou a Beja a 14 de Janeiro de 1951, tendo sido imediatamente comunicado por D. José do Patrocínio à superiora e suas assistentes⁸⁵¹.

estas consoladoras palavras: «Sim, minha filha, abençoamos de todo o Nosso Coração o vosso apostolado pelo Divino Coração de Jesus e para salvação da vossa Diocese»” (Cf. *Cruzada Salvadora – As Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, Neogravura, Lisboa, 1952, 2; 10).

⁸⁴⁶ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Escritos e Correspondência (1948-1954)*, Livro XXXIX, carta ao Pe. Larraona (24.VIII.1950).

⁸⁴⁷ IDEM, carta ao Vice-Reitor do Colégio Português (24.VIII.1950); IDEM, carta ao Cardeal Masella (24.VIII.1950). Só no decorrer de 1950, D. José foi três vezes a Roma. Para além das já mencionadas, participou ainda na definição dogmática da Assunção, a 1 de Novembro de 1950 (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, XXI/1164, 28 Out. 1950, 4; ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 17.XII.1950).

⁸⁴⁸ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *carta do Pe. Custódio Alvim (13.XII.1950)*: “Ontem fui encontrar Mons. Sposeti [secretário da Congregação dos Religiosos] com as mãos na massa. Disse que a praxe é mandá-lo só juntamente com as constituições que eles estão a retocar. Retocar não digo bem; estão a passar à máquina as observações que desejam fazer e já fizeram”.

⁸⁴⁹ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Decreto de Erecção da Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (15.V.1951)*. Em carta à superiora, madre Maria Luiza, Patrocínio Dias comenta: “[...] as advertências às Constituições são m.^{to} minuciosas, acompanhando-as artigo por artigo! Fazem esta declaração: “Estas Constituições estão repletas de óptimo espirito, mas algumas d’elas são um pouco confusas”. Não querem que se chame Instituto, mas Congregação. Não querem Superiora Diocesana, mas Superiora Geral. Etc. Nem querem q. se fale em almas victimas. Querem q. a Congregação esteja apta a alargar-se p.^a fóra da Diocese! São 21 páginas de observações descendo a todas as minuciosidades. Estudaram-nas a sério, o q. é motivo de satisfação para nós” (Cf. ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 14.I.1951). A questão de não se falar em “almas victimas” também já tinha sido anteriormente negada às Servas de N.^a S.^a de Fátima: “De Roma não [...] querem que se fale nas Constituições da obrigação de fazer o voto de vítima pelo clero” (Cf. D. PEDROSO, *Audácia e Serviço – Vida de Luiza Andaluz*, 79).

⁸⁵⁰ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Rescrito n.º 10963-49 (29.XII.1951)*; G. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração*, 53.

⁸⁵¹ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Telegramas para Lisboa e Moura (14.I.1951)*. Entre as várias notificadas, é de ressaltar a carta enviada a Beatriz Gambôa: “Venho agora da Capela, onde comovidamente rezei um Te Deum de acção de graças e entoei com a minha alma agradecida um Magnificat. Chegou agora o texto da aprovação

No dia seguinte reunia-se o Conselho Geral para transmitir oficialmente a todas as Oblatas “o aleluia de reconhecimento pela aprovação, pela Santa Sé, das Constituições da Congregação”⁸⁵². Enquanto se corrigiam e compendiavam as Constituições em latim e português⁸⁵³, resolveu-se que a comemoração de tal acontecimento ocorreria a 15 de Maio desse ano, precisamente nas Bodas de Prata da Congregação⁸⁵⁴, com a assinatura do decreto de erecção canónica e com a profissão perpétua de seis Oblatas: Maria do Divino Coração, Teresa de Jesus, Maria do SS.^{mo} Sacramento, Maria de Jesus Crucificado, Maria do Sagrado Coração e Maria da Sagrada Eucaristia⁸⁵⁵. Também o clero diocesano foi informado pelo prelado, em circular de 13 de Maio, que a Congregação era já um “facto consumado”, apelando à sua cooperação no desenvolvimento futuro das Oblatas e confessando-lhes:

“Não ignorais, caríssimos Padres, quanto esforço dispendi [sic], para alcançar a graça de que vos estou a fazer comunicação com o coração profundamente comovido. Tudo pude fazer sempre com os olhos no maior interesse espiritual da Diocese e na ânsia de desagrar o Coração Divino de Jesus, a cujo amor consagrei os meus trabalhos apostólicos. Resta-me agora, ao ver concluída a primeira e mais difícil fase desta iniciação de vida religiosa, entregar a Congregação aos cuidados, ao zelo, ao fervor dos meus caríssimos Padres, com os meus

das Oblatas do Divino Coração na forma mais guerreira e penhorante! Temos, pois, a completa sanção do Venerando Chefe da Igreja para tudo o q. se fez e facultades para tudo o q. se há-de fazer! Creio q. para o seu coração, como para o das boas Irmãs será este um dos dias grandes da sua vida religiosa. Reuna-as, sem demora, na Capela – chame as do Albergue – e diga com elas um Te – Deum e um Magnificat. Considerem o dia d’hoje, como de festa” (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com Beatriz*, carta 63).

⁸⁵² ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 13.

⁸⁵³ ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 15.IV.1951.

⁸⁵⁴ ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 14. A 12 de Maio o jornal diocesano noticiava: “No próximo dia 15 celebram as Irmãs Oblatas do Divino Coração o 25.º aniversário da sua fundação que teve lugar em 15 de Maio de 1926. Estas «Bodas de Prata» são comemoradas com a publicação do Decreto da criação [sic] oficial da Congregação” (Cf. *Notícias de Beja*, Beja, XXIV/1191, 12 Mai. 1951, 4).

⁸⁵⁵ Em virtude do grupo inicial se ter dispersado, excepto a Ir. Maria do Divino Coração (Beatriz Gambôa), as outras professoras foram as que fizeram a sua oblação/entrada com data mais próxima do início da fundação (15.V.1926), respectivamente, Maria Amália de Faria (2.I.1927), Maria Luiza Cordes da Ponte (9.XII.1932), Maria da Cruz Cordes Piçarra (9.XII.1932), Teresa Santana Rego (4.III.1934) e Maria das Piedras Albas Peres Martins (4.III.1934) (Cf. ACODC, Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja). A preparação para os votos, orientada pelo Pe. António Julião S.J., demorou um mês, terminando com os Exercícios Espirituais coordenados pelo Pe. José Craveiro S.J. (Cf. ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*). Na verdade, foi o próprio Provincial dos Jesuítas em Portugal, P. Júlio Marinho, que não só disponibilizou os mencionados sacerdotes para a referida preparação e retiro, como também incentivou o prelado a dar imediata execução à erecção canónica: “Falei hontem ao R.^{do} P. Provincial na nossa Congregação e pu-lo ao facto do estado em q. as coisas actualmente se encontram. Ficou impressionado com o q. se tinha alcançado da Santa Sé e aconselhou-me a que não demorasse a execução d’um plano q. tinha tão manifestamente o selo de Deus” (Cf. ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 15.IV.1951).

paternais votos de que encontrem nela a cooperação fiel [...] e a actividade operosa como a vemos tomar rumo seguro mediante a aprovação da nossa Mãe, a Santa Igreja”⁸⁵⁶.

Às 9h do dia 15 de Maio, na Capela da Casa de Santa Maria, sobre a presidência de D. José e na presença do Cabido, vários sacerdotes, todas as Oblatas e seus familiares, bem como algumas autoridades civis e militares, foi lido o *Decreto de Erecção da Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*⁸⁵⁷. De seguida, o prelado celebrou Missa e na altura própria foram feitos os votos perpétuos⁸⁵⁸. Na homilia, não esconderia a sua emoção pelo momento:

“[...] Exulta hoje a Diocese e mais ainda o coração do seu Bispo. Levanta-se esta Congregação com armas bem poderosas: a Oração, tão esquecida e tão precisa que sem interrupção vai levantar-se destas almas; a Reparação, que acompanhará a oração e que como reflexo consolador irá até ao Divino Coração suavizar e apagar as nossas ofensas. Exulta o Clero que suspira por quem o auxilie na imensa messe; as crianças que esperam luz para os seus espíritos; os velhinhos que precisam de amparo carinhoso. Exultam mais que todos as seis almas que deixaram tudo para seguir a voz de Deus. Sim, minhas queridas Irmãs [...] Ouvistes também as belas palavras de S. Paulo: «Eu vos suplico que vos deis e consagreis ao Senhor em holocausto perene como hóstias vivas...» Sim, sêde hóstias puras e vivas. Ao Senhor não se oferece só carne, mas espírito e coração. Viestes substituir as antigas vítimas, para que em sacrifício espiritual subais ao Céu em suave odor. É assim que Ele as quer [...] Ó meu Deus, eu Vos agradeço do fundo da minha alma todos os sacrifícios que no decorrer destes 25 anos fiz por esta Congregação e que afinal éreis Vós que a eles me estimuláveis para nesta hora, exultando de alegria vos cantar o aleluia, até o poder cantar pelos séculos em fora, na Vossa presença”⁸⁵⁹.

⁸⁵⁶ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Circular ao Clero (13.V.1951)*. No mesmo documento D. José do Patrocínio nomeou Mons. Francisco Torrão como “Superior-Delegado” da Congregação, tal como apontara nas resoluções dos seus Exercícios Espirituais de Fevereiro desse ano: “entregar o lugar de superior das Oblatas a um sacerdote como meu delegado” (Cf. AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Agendas Episcopais e recordatório*, Exercícios Espirituais (1937-1951), 20.II-1.III.1951).

⁸⁵⁷ ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 16; ACODC, Madre Beatriz Gambôa, *História da Congregação*. Nesse decreto o bispo aprovou também a existência da Casa Generalícia e confirmou no cargo de superiora, por mais um triénio, a Ir. Maria do SS.^{mo} Sacramento (Cf. ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Decreto de Erecção [...] (15.V.1951)*).

⁸⁵⁸ Conforme previa o rescrito da Congregação dos Religiosos, em primeiro lugar fez os votos perpétuos a superiora geral, Ir. Maria do SS.^{mo} Sacramento, nas mãos do Prelado; as restantes fizeram-nos nas mãos da superiora (Cf. ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Rescrito n.º 10963-49 (29.XII.1951)*). Alguns órgãos da imprensa católica noticiaram este acontecimento: *Mensageiro do Coração de Jesus*, Braga, LXIX/817-818, Set.-Out. 1951, 427; *Stella*, Leiria, XIV/174, Jun. 1951, 6.

⁸⁵⁹ ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Escritos Espirituais para a Congregação*, Alocução de 15.V.1951.

As comemorações terminaram, com efeito, após a recepção das Constituições, mandadas imprimir pelo prelado em 31 de Maio desse ano⁸⁶⁰. A partir desse momento, depositou nas mãos das Oblatas o seguimento da obra, tal como escreverá à superiora geral:

“[...] eu devo pôr a Congregação na sua marcha própria, sem me intrometer no seu governo e só intervir n’aquilo q. pelas Constituições pertence ao Ordinário. É assim que Nosso Senhor quer [...] Eu dei-me de alma e coração à Congregação: tornei-a o maior dos meus cuidados pastorais. Era assim preciso. Mas já não é preciso dar-lhe a mesma intensidade. Ela deve caminhar dentro das [suas] normas religiosas [...] Quére Nosso Senhor q. agora atenda mais intimamente os Sacerdotes e q. me dê mais ao apostolado paroquial [...] Comprometi toda a minha melhor actividade na formação da Congregação – está organizada – agora deixem-me voltar para outras almas q. pedem a minha solitudine”⁸⁶¹.

Deste modo, o fundador garantia apenas a sua presença paternal, tantas vezes manifestada nos retiros mensais ou assistindo aos eventos principais da Congregação. Foi ainda na sua presença que, a 3 de Maio de 1954, o primeiro Capítulo Geral, realizado depois da aprovação canónica, chegou à seguinte conclusão: “O numero de Oblatas seria irrisório se não se tratasse de uma obra de Deus, que não precisa de numero, mas actua como, onde, e com quem e na medida que quer”⁸⁶². Neste mesmo espírito, propõem-se ainda hoje, perante as circunstâncias do nosso tempo, a continuar o legado recebido e que se resume no lema episcopal de D. José: “Omnia traham ad me ipsum” (Jo 12, 32)⁸⁶³.

⁸⁶⁰ *Constituições das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, Livraria Cruz, Braga, 1951. Estas Constituições constavam de 10 capítulos com 481 artigos, que seriam simplificadas em 1970 e revistas em 1989, a fim de ajusta-las com as directivas do Concílio Vaticano II. Mantendo-se o espírito das originais, o bispo de Beja D. Manuel Falcão aprovou em 15 de Maio de 1990 a nova redacção das Constituições com 5 Capítulos e 108 números (Cf. *Constituições das Oblatas do Divino Coração*, Beja gráfica, Beja, 1990, 5-7; 25-26).

⁸⁶¹ ACODC, Madre Maria Luiza Cordes da Ponte, *Correspondência de D. José do Patrocínio Dias com M. Luiza*, carta de 17.V.1951.

⁸⁶² ACODC, Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração, acta n.º 24.

⁸⁶³ J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 261.

CONCLUSÃO

Ao propor-me estudar a figura de D. José do Patrocínio Dias foi minha principal intenção demonstrar o homem, o militar e o bispo que foi, atendendo aos mais diversos contextos em que se desenrolou a sua vida. Certamente poderia ter coordenado de outro modo o campo de análise, balizando apenas as referências já existentes na obra de J. G. SERPA. E seria bastante.

Contudo, tive necessidade de apurar factos e circunstâncias de modo a descobrir mais concretamente a evolução da vida deste prelado: a recolha de documentos de arquivo, a visita aos locais onde viveu e que marcaram as suas decisões, revelou-se uma experiência muito gratificante e indispensável para o trabalho. Deste modo, se na obra *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado* encontramos um estilo narrativo de carácter laudatório e com falta de alguma fundamentação histórica, em virtude de ter sido escrita ainda em vida da personagem, o certo é que a distância que nos separa de então, permitiu saber o que nessa altura não se achou conveniente tratar.

Assim sucedeu, desde a descrição do seu ambiente familiar e infância, marcados pela espiritualidade da época em torno do Coração de Jesus e influenciados por um instituto educacional exemplar da Companhia de Jesus, que fora o colégio de S. Fiel. Enviado para uma experiência «no mundo», matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde soube testemunhar as sólidas bases cristãs que o definiam, nomeadamente ao participar na restauração da Congregação Mariana e na fundação do CADC, não deixando também de ser um jovem dependente das futilidades do meio, na procura da sua realização pessoal. No entanto e marcado por tudo isto, soube dar o passo, abraçando o ideal sacerdotal a que outrora tinha colocado algumas reservas. Impressionando uns, comovendo outros, definiu desde logo o lema do seu ministério: “Alegre no Coração de Jesus, Generoso no Coração de Jesus,

Varonil no Coração de Jesus. E tudo farei n’Elle, por Elle e para Elle”⁸⁶⁴. Com o apoio de D. Manuel Vieira de Matos, pôs-se ao serviço da diocese da Guarda nos mais diversos âmbitos pastorais, inclusive no campo político-social, sobretudo na viragem do novo regime em 1910 e, por consequência, na perseguição à Igreja daí resultante.

Impregnando os seus trabalhos pastorais com uma espiritualidade sacerdotal exigente, não colocou reticências a um novo “oferecimento total” diante da dificuldade em garantir a assistência religiosa aos soldados portugueses, decidindo alistar-se no CEP aquando da I Guerra Mundial. Deste modo e sem esperar qualquer tipo de recompensa – porque nem sequer as havia – conseguiu concretizar a mensagem evangélica: “Ninguém tem maior amor do que dar a vida pelos amigos” (Jo 15, 13), atribuindo-lhe o sentido mais amplo da Pátria. Adaptando-se a um meio por si desconhecido, orientando como capelão-chefe outros capelães militares, tornou realidade o seu desejo de “voltar a unir a Cruz e a Espada”⁸⁶⁵. Estratégico e inovador, este axioma revelou uma atitude permanente de Patrocínio Dias: mais do que querer impor a sua fé, mediante o exemplo e a acção desinteressada no meio militar, soube aproximar muitos dela, mostrando que a Igreja tem mais a dar e a receber quando se coloca “lado a lado” com homens de todos tempos e em quaisquer circunstâncias. Tudo isto decorreu não sem uma mudança da sua mentalidade, aliás bem visível aquando do seu regresso a Portugal, como ele mesmo escreveria: “urge que o clero se introduza nas massas pobres, lhes ganhe a confiança e, adaptando-se às suas circunstâncias, as chame para o caminho onde podem tornar-se uteis á vida social e aptas para a vida christã”⁸⁶⁶.

Vivendo e actuando de modo discreto, foi então que “n’este lapso de tempo”⁸⁶⁷, como ele próprio impressionado viria a apontar, se deu a sua elevação ao episcopado, sendo-lhe confiada a pastoreação da cátedra de Beja, uma diocese há muito desprovida de quase tudo. Sabendo que nada acontece por acaso, para Patrocínio Dias esta nomeação constituiu

⁸⁶⁴ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Sermões Sacerdotais*, 1) Resoluções dos Exercícios Espirituais – 1915.

⁸⁶⁵ IDEM, 17) Último Livro de Sermões (1919-1923).

⁸⁶⁶ *Boletim da Diocese da Guarda*, Guarda, V/2, Jul. de 1919, 22-25.

⁸⁶⁷ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

mais outra missão, para a qual Deus e o seu passado há muito o vinham preparando. A afirmação categórica: “nem um campo de batalha semeado de cadáveres foi capaz de diminuir a minha confiança em Deus”⁸⁶⁸, foi a certeza de que não temeu diante da realidade que lhe era legada, começando de imediato a obra de restauração da diocese.

Para um clero fragilizado e com hábitos contrários ao seu ministério, iniciou a empresa extraordinária e impensável de abrir o Seminário Diocesano em Serpa (1925) onde se formou a nova geração de sacerdotes fiéis e zelosos, que conseguiram restabelecer a figura do padre há muito desfigurada nas mentalidades do Baixo Alentejo; necessitando de mais espaço e melhores condições de educação, para assim atrair mais vocações, estendeu a mão aos que antes tanto dele receberam, a fim de construir o “milagre” do Seminário de Nossa Senhora de Fátima em Beja (1940)⁸⁶⁹. Aí não só se continuariam a formar os seus colaboradores de acordo com o seu plano de recristianização, mas ficou construído e constituído para o futuro da história aquilo que todos ainda hoje consideram como a sua principal herança.

Carecendo de meios eficazes que ajudassem ao apostolado dos sacerdotes e não obtendo respostas positivas aos diversos pedidos para a vinda de Congregações religiosas que o amparassem nessa missão, D. José lançou mão ao que tinha e descobriu, num pequeno grupo de senhoras, mais outro meio para o seu projecto de evangelização da diocese. Colocando-as em todas as frentes da sua acção pastoral e caritativa e, apesar de todos os contratempos demonstrados na evolução histórica da “Obra de Jesus”, o bispo de Beja conseguiu constitui-las em primeiro lugar numa Pia Sociedade (1935) e, obtendo a autorização de Roma (1950), erigiu-as em Congregação de Direito Diocesano (1951), unindo deste modo ao título de «Oblatas do Divino Coração» o carisma da reparação e missionação para a sua diocese⁸⁷⁰.

Olhando agora para a concretização e o resultado final desta dissertação é de salientar que apareceram algumas dificuldades, nomeadamente a selecção criteriosa dos

⁸⁶⁸ AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta do Prelado (5.II.1921).

⁸⁶⁹ *Notícias de Beja*, Beja, XIV/660, 19 Out. 1940, 8.

⁸⁷⁰ ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, *Rescrito n.º 10963-49 (29.XII.1951)*.

materiais a utilizar e a organização das diversas temáticas com base nas fontes necessárias e numa bibliografia suficiente. Assim sendo, este trabalho quis apenas evidenciar não só todo um percurso histórico, mas ressaltar a hodiernidade da espiritualidade sacerdotal do «Bispo-Soldado»: “apostolo do Coração de Jesus”⁸⁷¹ e sacerdote em tudo o que fazia, foi também sacerdote para todos, tanto na diocese da Guarda, como nas trincheiras da I Guerra, mas muito especialmente na diocese de Beja, pela qual se consumiu plenamente.

É certo que passou o Homem e passaram as circunstâncias de outrora; mas também é dado comum que mesmo passando a vida não passa o ter vivido. O resultado final do seu empenho continua ainda hoje em tantas obras materiais que legou à diocese; este trabalho quer porém redescobri-lo como um Pastor, do qual há muito a aprender. Por isso, preferi não me deter no episódio da sua morte, ocorrida a 24 de Outubro de 1965, e deixar como que «em livro aberto» a sua vida e o seu exemplo.

Como tal, muito fica por dizer, desejando ser este trabalho um simples contributo para futuras investigações de outros estudiosos, mormente no estudo dos prelados portugueses que pautaram o decorrer cronológico do século XX. O «Bispo-Soldado», D. José do Patrocínio Dias, aparece então como uma figura a redescobrir e na qual muitos ainda se podem inspirar para a construção do futuro da Igreja em Portugal, não fosse a História uma verdadeira «escola» onde todas as suas personagens tem a missão de, pela sua vida, ser um “toque de clarim para os altos”⁸⁷².

⁸⁷¹ AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 54) Excertos do Diário Íntimo.

⁸⁷² J. G. SERPA, *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, 15.

BIBLIOGRAFIA

I - FONTES

A) Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO DA DIOCESE DE BEJA

- Livro de Ordens e Matriculas
- Livro de Registo I (1806-1852)
- Livro de Registo II (1854-1887)
- Cónego João Eduardo Marques,
 - * Correspondência (1915-1920/1922) – 19C
- D. José do Patrocínio Dias (1920-1965),
 - * Livro “D. José do Patrocínio Dias – Bispo-Soldado” de Gonçalves Serpa, 1958 (original) – 1B
 - * Escritos e Correspondência (1948-1954) – 1C
 - * Correspondência com D. Manuel Mendes (1920-1955) – 1D
 - * Bulas de Posse, Entrada e Entronização – 2E
 - * União de Caridade das Senhoras de Beja (1922-1943) – 3A
 - * Apostolado da Oração (1923-1943) – 3A
 - * Congregação da Imaculada Conceição e de S. José (1923-1950) – 3C
 - * Amparo dos Pobres (1953-1966) – 3G
 - * Prelados II – Epistolário (1921-1965) – 5F
 - * Documentação importante (1883-1938) – 19C
 - * Cartas e Agendas Sacerdotais (1902-1920) – 19D
 - * Sermões Episcopais (1921-1934) – 19D
 - * Sermões Sacerdotais (1907-1920) – 19D
 - * Conferências, Exercícios Espirituais - 19D
 - * Agendas Episcopais e recordatório (1923-1947) – 19D
 - * Cartas Pastoraes e Provisões (1922-1945) – 19D
 - * Clero de Fora Epistolário (1922-1940) – 19E
 - * Clero Diocesano (1922-1965) – 19E
 - * Clero Antigo I Epistolário (1921-1940) – 19F
 - * Correspondência I (1920-1935) – 20D
- D. Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão (1974-2012)
 - * 1.º Centenário do Nascimento de D. José do Patrocínio Dias (1984) – 22F

ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DA COMPANHIA DE JESUS-Lisboa

- Colégio de S. Fiel – Diário dos Professores (1893 – 1900)
- Colégio de S. Fiel – Estampas e Folhetos (1901 – 1902)
- Diário do Barro – Noviciado (1.I.1891 – 3.VIII.1903)
- Relatórios da Associação de Exercícios Espirituais - Porto e Braga (1874 – 1900)
- Carta do P. Guilherme Vilas Boas S.J. ao P. Alves, 18-VIII-1912 (transcrição)
- Relação do P. António Borges Vieira sobre o Colégio de S. Fiel (transcrição)
- TRIBUT, C., *Um anno com os soldados portugueses*, 4 de Abril de 1920.

ARQUIVO DA PROVÍNCIA PORTUGUESA DAS IRMÃS DE SANTA DOROTEIA

- Diário da Casa da Covilhã
 - * Diário (10.IV.1895 – 31.X.1904)
- Diário do Colégio do Sardão – V. N. de Gaia
 - * Diário (17.VIII.1921 – 19.X.1925)
- Diário do Lar Universitário da Sagrada Família – Lisboa
 - * Diário (30.III.1932 – 12.III.1934)
 - * Diário (13.III.1934 – 31.XII.1934)
 - » História da Casa da Sagrada Família (8-12.XII.1934)
 - * Diário (1.I.1935 – 31.XII.1938)

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- Processos de Inscrição e Matricula (1767 – 1972)
 - * Matriculas de Theologia I-V, 1902 – 1903

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Fundo: Direcção-Geral da Justiça e dos Cultos

Secção: Beja

Subsecção: Beja

Série: Processos Disciplinares

Processo: 001- D. Sebastião Leite de Vasconcelos, bispo de Beja

PT / ARQUIVO HISTORICO MILITAR

- D1/35/CX 1243 - Caixa com o arquivo da Assistência Religiosa
- DIV1/35A/1/06/1753 - Ficha CEP do Alferes Capelão-Chefe José do Patrocínio Dias

REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 15 – BIBLIOTECA,

- CONCEIÇÃO, C. S., *Infantaria 15 de Tomar na Flandres* (manuscrito) s.d.

ARQUIVO DO SEMINÁRIO DE BEJA

- Pastorais de D. António Xavier de Sousa Monteiro (1883-1906)
- Diário do Seminário (1925-1951)

ARQUIVO DA CONG. OBLATAS DO DIVINO CORAÇÃO

- D. José do Patrocínio Dias
 - * Documentos relativos à I Guerra
 - » RODRIGUES, J. A., *Relatório das Operações em que tomou parte o HOSPITAL DE SANGUE Nº1 nos dias 9 e seguintes do mês de Abril de 1919* (manuscrito original dactilografado)
 - ALMEIDA, J. P. M., *Anexo-Relatório*
 - * Escritos Espirituais para a Congregação
 - * Correspondência da Ir. Maria Manuela de Brito com D. José (1923-1943)
- Documentos do princípio da Congregação (1926-1935)
- Livro de Actas do Conselho da Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (10.X.1945 – 14.VI.1972)
- Livro de Registo dos Actos de Profissões e Renovações das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (18.II.1936 – 29.XII.1988)
- Documentos de Dispensas de Votos (1939-1944)
- Pasta de escrituras, cadernetas, contratos e arrendamentos
- Documentos da Aprovação das Constituições (1949-1951)
- Maria Henriqueta Cid (1925-1932)
- Madre Beatriz Gambôa (1917-1964)
- Madre Maria Luiza Cordes da Ponte (1933-1965)
- G. SERPA, *História da Congregação das Oblatas do Divino Coração* (manuscrito original dactilografado), Beja, 1976.

B) Fontes impressas

Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1902-1903, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1902.

Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1903-1904, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1903.

Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1906-1907, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1907.

- Anuario da Universidade de Coimbra – Anno lectivo de 1907-1908*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1907.
- Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1944*, Minerva Comercial, Beja, 1945.
- Anuário de contas, organização, mapas comparativos e estatísticas diocesanas 1945-1946*, Minerva Comercial, Beja, 1947.
- AZEVEDO, L. G. de, *Proscritos*, vol. II, Tipografia E. Daem, Bruxelas, 1914.
- BOAVIDA, A. J., *Memoria acerca do Bispado de Beja*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880.
- IDEM, *Trabalhos Pastoraes*, Typ. Diário da Manhã, Lisboa, 1883.
- DIAS, D. J. P., *Verdade, Amor, Paz - Alocução Pastoral*, A Tipografica, Lisboa, 1922.
- IDEM, *Carta ao Clero – Dezembro-1923*, Grafica Eborense, Évora, 1923.
- IDEM, *Breves instruções Pastorais ao Clero Diocesano*, Minerva Comercial, Beja, 1936.
- IDEM, *Seminário de Nossa Senhora de Fátima – Um veemente brado pastoral*, Tipografia Ala Esquerda, Beja, 1938.
- IDEM, *Não abandonemos o Pastor! – Novo e veemente brado pastoral*, Tipografia Ala Esquerda, Beja, 1940.
- IDEM, *Veemente apelo pastoral – O Amparo dos Pobres*, Edição da Junta Diocesana do Amparo dos Pobres, Beja, 1954.
- COLLEGIO DE S. FIEL, *Distribuição dos Prémios no dia 3 de Agosto de 1897*, Typographia Universal, Lisboa, 1897.
- IDEM, *1901-1902 ANNUARIO*, Typ. C^a Nacional Editora – L. do Conde Barão, Lisboa, 1902.
- IDEM, *Jubileu da Congregação de N. Senhora*, Typ. da Companhia Nacional Editora, Lisboa, 1900.
- Constituições das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, Livraria Cruz, Braga, 1951.
- Constituições das Oblatas do Divino Coração*, Beja gráfica, Beja, 1990.
- Cruzada Salvadora – As Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja*, Neogravura, Lisboa, 1952.
- Homenagem ao Bispo de Beja – Numero Unico*, Propriedade dos Educandos da Real Officina de S. José, Porto, 2 Fev. 1908.
- MONTEIRO, D. A. X. S., *Cartas Pastorais e outras providências diocesanas do Bispo de Beja*, vol. I, Tipografia Universal, Lisboa, 1889.

Quarto Relatório da Associação dos Exercícios Espirituais ao Clero na Diocese do Porto, Typ. Real Oficina de S. José, Porto, 1909.

REFOIOS, J. A. S., *O Collegio de S. Fiel no Louriçal do Campo e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã*, Coimbra, 1901.

Relatório do Apostolado da Oração em Portugal, vol. I (1910-1929), Biblioteca do Apostolado da Imprensa, Porto, 1930.

Relatório da Comissão de Beneficência “S. Sisenando”, Tip. A Fôlha de Beja, Beja, 1923.

VASCONCELOS, D. S. L., *Primeira Carta Pastoral*, Typ. a vapor da Real Officina de S. José, Porto, 1908.

IDEM, *Quarta Carta Pastoral*, Typ. Fonseca&Filho, Porto, 1910.

C) Fontes multimédia

ARQUIVO DA CONG. OBLATAS DO DIVINO CORAÇÃO (ACODC),

- Gravações de práticas e retiros mensais

* cassette de 1958

* cassette de 1961-1962

D) Periódicos

Acta Apostolicae Sedis (AAS 12, 1920, 590)

Acção Escolar – Lisboa (Supl. *Novidades*) (1965)

Acção Catholica – Guarda (1914)

Acção Católica – Braga (1932)

Ala Esquerda – Beja (1943)

Apóstolo, O – Braga (1916-1923)

Boletim da Diocese da Guarda – Guarda (1915-1923)

Boletim da Diocese de Portalegre – Portalegre (1916-1918)

Boletim Eborense – Évora (1917-1921)

Boletim do Municipio de Beja – Beja (1921-1922)

Correio da Covilhan – Covilhã (1890)

Correio da Beira, O – Fundão (1901-1903)

Diário do Governo,

I Ser./15, 22 de Outubro de 1910, 141-142

I Ser./91, 20 de Abril de 1911, 1697-1608

I Ser./92, 21 de Abril de 1911, 1624

I Ser./229, 30 de Setembro de 1911, 4042
I Ser./102, 24 de Maio de 1916, 487-489
Diário das Sessões da Assembleia Nacional,
10, 10 Jan. 1958, 273
4, 10 Dez. 1965, 26
Eco Pacense – Beja (1924-1929)
Estudos Sociaes – Coimbra (1905-1908)
Gardunha, A – Fundão (1917)
Guarda, A – Guarda (1907-1922)
Ilustração Portuguesa – Lisboa (1920-1922)
Jornal do Sul – Beja (1983)
Mensageiro do Coração de Jesus – Braga (1924-1965)
Monarquia, A – Lisboa (1917-1918)
Nosso Seminario, O
– Beja (Supl. *Eco Pacense*) (1925)
– Serpa (1932-1934)
– Beja (1938-1945)
– Beja - Ser. II (1948-1965)
Novidades – Lisboa (1923-1965)
Noticias da Covilhã – Covilhã (1921-1965)
Noticias de Beja – Beja (1928-1993)
Pequeno Boletim do Clero – Beja (Supl. *Eco Pacense*) (1925)
Petardo, O – Porto (1908)
Stella – Leiria (1951)
União, A – Lisboa (1920-1922)
Vida Catholica – Lisboa (1915-1929)
Voz de Fátima – Leiria (1929)

II - INSTRUMENTOS DE TRABALHO

D' ALMEIDA, C. M. F., *Canones e Decretos do Concilio Tridentino*, Typ. Revista Catholica, Vizeu, 1900.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro, 1935.

Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular, Tipographia Privada do Diccionario Chorographico, Villa do Conde, 1936.

Encyclopedia Portugeza Illustrada, Maximiliano Lemos (Dir.) Lemos&C.º, Porto. S.d.

III - ESTUDOS

- ALÇADA, J., “A industria de Lanifícios da Covilhã”, *A Guerra* 36 (1928) 799-800.
- ALMEIDA, F. de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Livraria Civilização, Porto, 1970.
- AMORIM, P., “Projecção Nacional do CADC”, *Estudos* XXIX/298-299-300-301 (1951) 85-101
- ANJOS, C. A. R., “Apostolado Fecundo”, *Noticias de Beja*, Beja, XV/[Número especial no XIX aniversário da entrada de D. José do Patrocínio Dias na Diocese], 5 de Fevereiro de 1941, 5-7.
- APARÍCIO, A. M., *Os Seminários da Diocese de Beja – Subsídios para a sua história*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1999.
- ARAÚJO, A. / LOPES, A. “JESUÍTAS”, in FRANCO, J. E. (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de Vida Consagrada em Portugal*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2010, 195-206.
- ARAÚJO, A. / BARBOSA, D., “DOROTEIAS”, in FRANCO, J. E. (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de Vida Consagrada em Portugal*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2010, 393-398.
- ASSUNÇÃO, A. R., *O movimento operário da Covilhã*, vol. I (1890-1907), Gráfica Almondina, Torres Novas, 2006.
- Autobiografia de Santo Inácio de Loiola*, Editorial A.O., Braga, 2005.
- AVELAR, P., *História de Goa, de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*, Texto Editores, Alfragide, 2012.
- BARBAS, J. G., *Ao Serviço dos Pobres (Doutrina e Acção)*, vol. I, Gráfica Boa Nova, Lisboa, 1952.
- BOLÉO, J. P., “A Conferência Académica de S. Vicente de Paulo de Coimbra”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 835-858.
- BORGES, L. F., *Monografia de Pias*, Edição do Autor, Pias, 1986.
- BORGES, A. G., *História da Freguesia de S. Pedro da Covilhã*, Edição da Junta de Freguesia de São Pedro, Covilhã, 2009.
- CARDOSO, A. P., “A Fundação do Colégio Português em Roma e a formação do clero em Portugal no final do século XIX”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, 3 (1991) 291-348.

- CARVALHO, J. A. S., *Um Bispo para o nosso tempo*, Oficinas de S. Miguel, Guarda, 1972.
- CARVALHO, J. A. R. de, “Jesuitismo e catolicismo em Portugal e a sua contestação nas vésperas da I República (1881-1910) – breve panorâmica histórica”, *Brotéria* 168 (2009) 229-247.
- CEREJEIRA, D. M. G., *Vinte anos de Coimbra*, Edições Gama, Lisboa, 1943².
- COELHO, F. J. S., *D. Augusto Eduardo Nunes, Professor de Coimbra – Arcebispo de Évora*, Paulus Editora, Lisboa, 2010.
- COELHO, J. M. A., “D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado e Restaurador de Diocese de Beja”, *Eborensia*, Évora, XVIII (2005) 169-194.
- IDEM, “A Diocese de Beja e a sua Catedral – Vicissitudes de um caminho”, *Eborensia*, Évora, XXI (2008) 41-42, 51-82.
- CÔRTE-REAL, M. A. P., *A História da Sociedade de S. Vicente de Paulo em Portugal*, vol. I, MM, Lisboa, 2000; *Ibidem*, vol. III, MM, Lisboa, 2000.
- CORDEIRO, A. M. R. M., “Dr. António Francisco de Menezes Cordeiro fundador do Centro Académico da Democracia Cristã”, in *O CADC na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa - Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*, 25-51.
- CORDEIRO, A. M., “Trabalhos do Centro Académico de Propaganda Católica”, *Estudos* XXXII/332 (1954) 583-598.
- CORDEIRO, P. V. A., *D. Marcos de Noronha (1890-1926)*, Imprensa Lucas&C.^a, Lisboa, 1929.
- CORREIA, J. A., “Origens do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 803-807.
- IDEM, “O meu depoimento”, *Estudos* XXIX/298-299-300-301 (1951) 107-113.
- CORTESÃO, J., *Memórias da Grande Guerra (1916-1919)*, Renascença Portuguesa, Porto, 1919.
- COSTA, G., *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra – A Batalha do Lys*, Renascença Portuguesa, Porto, 1920.
- IDEM, *Soldados de Portugal*, Imprensa Nacional, Macau, 1923.
- COSTA, C., *A Igreja Católica e Sidónio Paes*, Coimbra Editora, Coimbra, 1921
- COUTINHO, A. F. “Recordando os primeiros tempos do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 761-765.

- CRUZ, M. B. da “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)”, *Análise Social*, vol. XIV (55), 1978 - 3.º, 525-607.
- IDEM, “CENTRO ACADÉMICO DA DEMOCRACIA CRISTÃ”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 329-331.
- IDEM, “Origens e primeiros tempos do CADC”, in *O CADC na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa - Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2001, 17-24.
- DELGADO, R., *História da Covilhã (1800-1926)*, vol. 2, *Instrução e Cultura*, Câmara Municipal da Covilhã, Covilhã, 1992.
- DORES, H., “Situação Religiosa no início do século XX: do caso Clamon à Lei da Separação (1901-1911)”, *Agência Ecclesia* 1258 (2010) 8-13.
- FALCÃO, M. F., “O Cardeal Cerejeira, Pastor da Igreja Lisbonense”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, 2 (1990) 89-121.
- FERNANDES, A. M., *25 Anos servindo a Igreja na Covilhã e na Região*, Oficina Gráfica do Notícias da Covilhã, Covilhã, 1991.
- FERREIRA, A. M., *Um católico militante diante da crise nacional – Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Centro de Estudos de História Religiosa-UCP, Lisboa, 2007.
- FERREIRA, M. J. A., *Notas biográficas do Ex.mo e Rev.mo Senhor D. Manoel Vieira de Mattos*, Tip. «Minerva», Famalicão, 1927.
- FIGUEIREDO, A., *A Cruz na Guerra*, Edição do Autor, Lisboa, 1960.
- FIGUEIREDO, F., *O P.e Donaciano de Abreu Freire – O homem e o sacerdote do seu tempo*, Casa Municipal da Cultura, Estarreja, 1989.
- FONSECA, A. D., “Elementos para a história do CADC”, *Estudos* IV/38-39 (1925) 126-139; *Ibidem*, *Estudos* IV/40-41 (1925) 221-229; *Ibidem*, *Estudos* IV/47-48 (1926) 771-802.
- IDEM, “Como começou o CADC?”, *Estudos* XX/215 (1943) 118-124.
- FONTES, P. F. O., “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in CLEMENTE, M. / FERREIRA, A. M. (Coor.), *História Religiosa de Portugal*, III vol., Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 129-351.
- FRANCO, J. E., “Antijesuitismo pedagógico e científico e o nascimento da Brotéria”, *Brotéria* 155 (2002) 295-318.

- FREITAS, P. S., “Origem da Sociedade ou «Conferencia de S. Vicente de Paulo», de Coimbra”, *Estudos Sociaes* I/8 (1905) 341-349.
- GOMES, J. F., “UNIVERSIDADE DE COIMBRA”, in C. M. AZEVEDO (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 314-320.
- GOMES, J. P., *História da Diocese da Guarda*, Editora Pax, Braga, 1981.
- IDEM, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos – Vice-Reitor do Seminário da Guarda (1905-1916) e Bispo de Portalegre (1916-1920)*, Gráfica Eborense, Évora, 1995.
- IDEM, *Dom Manuel Martins Manso Bispo do Funchal e da Guarda (Escritos Pastorais)*, Edição do Autor, Lisboa, 1996.
- IDEM, *Os Congressos Católicos em Portugal*, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, Lisboa, 1984.
- IDEM, “O diálogo Igreja/Mundo na Revista «Estudos Sociaes» (Coimbra, CADC, 1905-1911)”, *Estudos* N.S. 5 (2005) 619-638.
- IDEM, “D. Manuel Vieira de Matos, Bispo da Guarda (1903-1914)”, *THEOLOGICA*, 2.^a Série, 43, 2(2008) 451-468.
- IDEM, “Hipólito Raposo - seminarista na Guarda (1902-1904)”, *Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*, vol. XXXIX, 1988, 33-79.
- IDEM, *Caminhos de Lourdes seguidos de Portugal*, Paulinas, Lisboa, 2002.
- IDEM, *A Imprensa na Guarda (Subsídios)*, Editora Pax, Braga, 1983
- IDEM, “GUARDA, Diocese da”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 309-318.
- GONÇALVES, H. A., *Rescaldo da Flandres*, Companhia Portuguesa Editora, Porto, 1926.
- GUERREIRO, J. S., “A Diocese de Beja no final do século XX”, *Lusitania Sacra*, 2^a Série, 8/9 (1996-1997) 35-169.
- IDEM, “BEJA, Diocese de.”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, A-C, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 188-201.
- HIPÓLITO, I. A., “Nas origens do CADC I- O Centro Académico de Propaganda Católica”, *Estudos* N.S. 3 (2004) 739-766.
- INFANTE, C. F., *Monsenhor Joaquim Alves Brás*, Impretipo, Lisboa, 1976.

- L. A. S. ÉVORA, *Meio Século de Seminaristas de Évora (1900-1952)*, Gráfica Eborense, Évora, 1964.
- LAMY, A. S., *A Academia de Coimbra*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, 1990.
- LOURENÇO, J. M., *Testemunho de um Sacerdote*, União Gráfica, Lisboa, 1983.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “O surto industrial”, in SERRÃO, J. / MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 115-145.
- MARQUES, I. P., *Memórias do General 1915-1919 – “Os Meus Três Comandos” de Fernando Tamagnini*, Fundação Mariana Seixas, Viseu, 2004.
- MARTINS, A., *As tropas do 1.º Grupo de Companhias de Saúde, em França, na Grande Guerra*, Imprensa Beleza, Lisboa, 1936.
- MARTINS, E. C., “De Colégio de S. Fiel a Reformatório (séculos XIX-XX). Contributos à (re)educação em Portugal”, in *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – “Percurso e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação”*, Universidade de Uberlândia, Uberlândia (MG) Brasil, 2006, 826-851.
- MENDES, A., / CALAZANS, J. C., “CAPUCHINHOS”, in FRANCO, J. E. (Dir.), *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de Vida Consagrada em Portugal*, Gradiva Publicações, Lisboa, 2010, 71-77.
- MONIZ, E., *A nossa casa*, Paulino Ferreira Lda., Lisboa, 1950.
- MORAIS, A. M. A. de, “O Concelho da Covilhã”, *A Guerra* 36 (1928) 791-793.
- MORGADINHO, A., *Cidade da Covilhã – Homens e factos*, Edição do autor, Covilhã, 1987.
- MOURA, M. L. B., “As Doroteias em Portugal (1866-1910): Uma difícil implantação”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 8/9 (1996-1997) 245-298.
- IDEM, *A «Guerra Religiosa» na I República*, Centro de Estudos de História Religiosa – UCP, Lisboa, 2010.
- IDEM, *Nas trincheiras da Flandres: com Deus ou sem Deus, eis a questão*, Edições Colibri, Lisboa, 2010.
- NETO, V. P., *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

- IDEM, “ENSINO. III. Época Contemporânea (até 1910)”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, Círculo de Leitores, Mem Martins, 2000, 123-127.
- NOGUEIRA, D. E. D., “O CADC e a Hierarquia”, in *O CDCA na vida da Igreja e da Sociedade Portuguesa - Actas do Congresso (17-18 de Março de 2001)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2001, 263-267.
- OLIVEIRA, M. de / CRUZ, L. da / MACHADO, R., *Anuário Católico de Portugal*, I, União Gráfica, Lisboa, 1930.
- PEDROSO, D., *Audácia e Serviço – Vida de Luiza Andaluz*, Livraria Apostolado da Imprensa, Braga, 1989.
- PROENÇA, A. T., *Beira Baixa Periódicos Religiosos, Artísticos, Informativos, Noticiosos, Literários, Científicos e Políticos (1500-2000)*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2001.
- PERES, D., “Sob o signo da Guarda Republicana”, in PERES, D. (Dir.), *História de Portugal – Edição Documental*, Suplemento, Portucalense Editora, Porto, 1954, 284-312.
- RAMOS, L. O., “REGALISMO”, in AZEVEDO, C. M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, 96-99.
- RAMOS, R., “A segunda Fundação”, in MATTOSO, J. (Dir.), *História de Portugal*, vol. XII, Lexicultural, Rio de Mouro, 2002.
- RAVIER, A., *Francisco de Sales – Um Sábio e um Santo*, Edições Tenacitas, Coimbra, 2010.
- REIS, A., “A Primeira República”, in SARAIVA, J. H. (Dir.), *História de Portugal*, vol. III, Publicações Alfa, Lisboa, 1986, 517-533.
- RIBEIRO, A., *Um escritor confessa-se*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1972.
- RIBEIRO, H., *Cartas de uma Tricana (Coimbra de 1903-1908)*, Edição do Autor, Lisboa, 1936.
- RICCIARDI, A., *Mais nobre pela caridade – A Bem-aventurada Maria do Divino Coração Droste Zu Vischering (1863-1899)*, Humbertino, Porto, 1984.
- SAMPAIO, G., “Religião, República e Guerra”, *Agência Ecclesia* 1258 (2010) 54-61.
- SERPA, J. G., *D. José do Patrocínio Dias, Bispo-Soldado*, União Gráfica, Lisboa, 1958.
- IDEM, *A Sé de Beja – Sua História em três Épocas*, Tip. Ala Esquerda, Beja, 1984.
- IDEM, *Os Mártires do Alentejo*, Edição do autor, Beja, 1975.

- SERRÃO, J. “Escolas e ensino”, in SERRÃO, J. / MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 519-576.
- IDEM, “A Conjuntura”, in SERRÃO, J. / MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 678-745.
- IDEM, “Programação e Estrutura Política”, in SERRÃO, J. / MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Editorial Presença, Lisboa, 1991, 368-438.
- SERRÃO, J. V., *História de Portugal*, vol. X – A queda da Monarquia (1890-1916), Editorial Verbo, Lisboa, 1996.
- SERVAS DA SANTA IGREJA, *Sementes da Planície – 50 Anos ao Serviço da Igreja*, Gráfica Eborense, Évora, 1996.
- SILVA, A. B. M., “Os católicos e a «República Nova» (1917-1918)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 8/9 (1996-1997) 385-499.
- SILVA, A. C., *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.
- SILVA, D. F. M., *A Alma do Arcebispo Apóstolo – D. Manuel Mendes da Conceição Santos*, Oficinas Gráficas Pax, Braga, 1960.
- SOUSA, J. T., *O Cónego José Ferreira de Lacerda – A Assistência Religiosa na Flandres*, Editora Folheto, Leiria, 2006.
- TRINDADE, M. A., *O Padre Luis Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Casa do Castelo-Editora, Coimbra, 1958.
- IDEM, “A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina”, *Lumen* XVII/XI (1953) 623-634; *Ibidem*, XVII/XII (1953) 696-704; *Ibidem*, XVIII/I (1954) 5-19.
- TROGAL, L. R., “A instrução pública”, in J. MATTOSO (Dir.), *História de Portugal*, vol. X, Lexicultural, Rio de Mouro, 2002, 347-388.
- VASCONCELOS, A., “Precursores do CADC”, *Estudos* IV/47-48 (1926) 690-704.
- VELOSO, F. S. G., “Via Appia”, *Estudos* III/35 (1925) 590-622.
- VOLOVITCH, M.-C., “As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12)”, *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1197-1210.
- ZURARA, G., “O primeiro Prémio Nobel português aluno dos Jesuítas”, *Brotéria* 52 (1951) 413-425.

ANEXO II

Excerto do diário de José do Patrocínio Dias com o seu oferecimento para acompanhar as tropas portuguesas.

[AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 27) Recorte do Diário – 1 de Fevereiro de 1917]

1 de Fevereiro de 1917 - Aniversário da minha solemne entrada para Filho de Maria em S. Fiel. 21 annos passaram depois do meu alistamento n'esse exército tão predilecto do Céu. Entreguei-me todo a Nosso Senhor, fiz um acto de abnegação e offereci-me para acompanhar as tropas p.^a a guerra. Motivos: 1.^o necessidade de reparar com um grande sacrificio ou até com a minha vida as desordens dos annos que tem decorrido longe de N. Senhor. 2.^o exercicio de abnegação e correspondência à vontade do meu Senhor. Fez-me ouvir a sua voz - que fazer? 3.^o A salvação de tantas almas, que é preciso encaminhar para o Céu. Meu Deus, acceta a pobre offerta - Meu Deus sou todo e só e para sempre teu!...

1 de Fevereiro de 1917 – Aniversário da minha solemne entrada para Filho de Maria em S. Fiel. 21 annos passaram depois do meu alistamento n'esse exército tão predilecto do céu. Entreguei-me todo a Nosso Senhor. Fiz um acto de abnegação e offereci-me p.^a acompanhar as tropas para a guerra. Motivos: 1.^o necessidade de reparar com um grande sacrificio ou até com a minha vida as desordens dos annos que tem decorrido longe de N. Senhor. 2.^o exercicio de abnegação e correspondência à vontade do meu Senhor. Fez-me ouvir a sua voz – que fazer? 3.^o A salvação de tantas almas que é preciso encaminhar para o céu. Meu Deus acceta a pobre oferta – Meu Deus sou todo e só e para sempre teu!...

ANEXO III

Licença de D. José Alves Matoso para o alistamento do Pe. José do Patrocínio Dias.

[PT/ARQUIVO HISTORICO MILITAR (AHM)/D1/35/CX 1243 (Caixa com o arquivo da Assistência Religiosa)]

Embora o M. R. Supplicante, Conego da Nossa Sé Cathedral, faça grande falta nesta diocese, onde presta tão bons serviços, deferimos com muitos louvores. Guarda, 1 de Fevereiro de 1917. José, Bispo da Guarda

Embora o M. R. Supplicante, Conego da Nossa Sé Cathedral, faça grande falta nesta diocese, onde presta tão bons serviços, deferimos com muitos louvores. Guarda, 1 Fevereiro de 1917 + José, Bispo da Guarda

ANEXO IV

Proposta de louvor anexa ao relatório do tenente-coronel médico, José Rodrigues, chefe do Hospital de Sangue N.º 1.

[ACODC, D. José do Patrocínio Dias, *Documentos relativos à I Guerra*, J. A. RODRIGUES, *Relatório das Operações em que tomou parte o HOSPITAL DE SANGUE N.º 1 nos dias 9 e seguintes do mês de Abril de 1919* (manuscrito original dactilografado), 22]

C. E. P. / AMBULANCIA N.º 2 / PROPOSTA N.º 2

Proponho que seja louvado – se mais alta recompensa não fôr julgado merecer – o capelão-chefe conego JOSÉ DO PATROCÍNIO DIAS por, nos combates dos dias 9, 10, 11 e 12 de abril ultimo, se ter mantido no H.S. 2 (Saint-Venant), onde fazia serviço, apesar do pessoal do P[osto]. S[ocorros]. ter retirado todo, abandonando o H.S., tendo por companheiros apenas duas praças, que se recusaram a retirar afim de o acompanharem, e, por antes do auxilio recebido no P.S. do H.S. 1, curar e alimentar feridos e estropiados, provocando a sua evacuação para Lillers e para a rectaguarda, ajudando a preparar o material sanitário que devia ser retirado e ao abandonar o H.S. quando recebeu ordem do oficial medico, que dirigia o serviço, para retirar com êle em consequencia do bombardeamento ser tão violento que a situação se tornou insustentável revelando belas qualidades morais, altissima compreensão dos deveres do seu sagrado ministerio, grande aptidão, zelo e dedicação pelo serviço, aliados á prudencia, energia, abnegação, desprezo da vida em face do perigo e valor militar em elevadíssimo grau.

*O Chefe do extinto H.S. N.º 1
(a) JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES
Tenente-coronel medico*

ANEXO V

Índice do Relatório da Assistência Religiosa no CEP feito pelo capelão-chefe.

[AHDB, D. José do Patrocínio Dias, *Documentação importante*, 44) Relatório da Assistência Religiosa]

[Preambulo] I A Legislação da Assistencia Religiosa	A) Decretos e intervenções do poder central B) Determinações locais do Comando do CEP
II Acção da Assistencia Religiosa	Introdução a) Adaptação ao meio militar b) Da ocupação do sector à ofensiva d' Abril c) A ofensiva d' Abril e suas consequencias d) A ultima reorganização ofensiva do CEP Conclusões Propostas
Appendices	a) Documentos [20 docs.] b) Louvores e condecorações c) Modêlos usados pela AR no CEP d) Relação dos capelães que serviram no CEP com a indicação das funções que desempenham

ANEXO VI

Carta do governador do bispado de Beja, cónego João Eduardo Marques, ao administrador apostólico de Portalegre e arcebispo eleito de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos. [AHDB, Cónego João Eduardo Marques, *Correspondência*, carta ao Bispo de Portalegre (25.11.1920)]

Ex.^{mo} Rev. Sr.

Em carta reservada de 2 de dezembro do anno findo, o falecido arcebispo d'Evora [D. Augusto Nunes], com quem sempre muito bem me entendi, comunicou-me da incumbencia da diocese pacense pela nomeação do seu Prelado, D. Sebastião de Vasconcellos, para arcebispo titular de Damietta, e encarregou-me de preparar a atmosphaera para a acceitação do novo bispo. Para tal fui entender-me com alguns amigos, sondei differentes pessoas, lancei a ideia da necessidade da vinda de Prelado [...] escrevi aos vigários da vara mostrando-lhes a necessidade de procederem egulamente em seus intuitos e indicando-lhes a urgência de organizarem commissões que se encarregassem de obter donativos para a cõngrua de sustentação de seu bispo. Uns acceitaram bem a idéa organizaram effectivamente as commissões principalmente formadas, como lhes disse, por elemento pruvisorio; e em Serpa estava assegurada a quantia mensal de 500\$.s, em Alvito trabalhava-se com gosto, Odemira concorria tambem, em Mertola o capellão da Mina promettia interessar a Empresa de S. Domingos e desta alguma somma e nas restantes alguma coisa se fazia em virtude do estímulo. Aqui tinha pessoas com sommas já fixas, outras aguardavam a vinda e creio que a commissão central se organizou com elementos de suspeitabilidade. Isto communiquei ao Sr. Conego Simão em meu officio de 6 de maio findo, salientando todavia a difficuldade inseparavel de encontrar casa para a habitação do Prelado. Á pergunta que elle me fazia se o Prelado podia vir já para Beja respondi que não podia tomar a responsabilidade de dizer se era ou não opportuna a vinda immediata do Prelado porque com a instabilidade politica do paiz d'um momento para outro podiam mudar as circumstancias e que por isso me parecia conveniente meter no caso o Nuncio Apostolico que podia tratar officialmente do caso com o governo e d'elle obter garantias d'ordem e segurança pessoal do Prelado. Nesse mesmo dia e fiado nas indicações do Sr. Conego Simão escrevi ao Ex. Sr. D. Domingos Fructuoso, apresentando-lhe as minhas felicitações como futuro súbdito e após alguma demora obtive de S. Ex.^a resposta em contrario das informações recebidas d'Evora. Continuou a doença do fallecido arcebispo e sem poder sair d'aqui não tive mais occasião de falar-lhe, e em Evora e á pressa me falou V. Ex.^a sobre o assumpto, dando me os esclarecimentos pedidos. D. Domingos era aqui apreciado por grande numero, havia e há muitos indifferentes [...] La foi para Portalegre que encontrou bem dirigida devido ao esforço, intelligencia e trabalhos de V. Ex.^a. Aqui não encontrava tão bom terreno, faltando-lhe cooperadores e tinha de desbravar as seitas que irriçam os caminhos [...]

ANEXO VII

Excerto da notícia da nomeação de D. Domingos Maria Frutuoso para bispo de Beja.
 [Illustração Portuguesa, Lisboa, II ser./743, 17 Maio 1920, 346]



ANEXO VIII

Capa do jornal *A Guarda*,
 aquando da sagração
 episcopal de D. José do
 Patrocínio Dias,
 juntamente com os
 sagrantes e uma
 perspectiva da Sé da
 Guarda.
 [*A Guarda*, Guarda,
 XVII/744, 2 Jun. 1921, 1]

ANEXO IX

Testemunho recolhido a 11 de Janeiro de 2013 ao Pe. José da Cunha Carvalho (Rapa, Celorico da Beira, 7.XII.1924) ordenado sacerdote por D. José do Patrocínio Dias a 26 de Junho de 1950.

O Cónego António Rebelo dos Anjos, antigo capelão-militar com D. José na Iª Guerra Mundial, foi seu professor de latim e francês no Seminário de Beja. Contou certa vez que quando veio para Beja como secretário do Prelado, «chegou a dar sopapos» aos homens das tabernas que queriam enxovalhar e fazer mal ao Sr. Bispo quando este por alguma razão tinha de se deslocar a pé pela cidade [...]

Dois dias depois da ordenação sacerdotal, D. José pediu ao Pe. Carvalho para o confessar. Dirigindo-se aos seus padres, D. José costumava dizer: «Dai-me só uma hora depois do almoço! Depois a minha porta está sempre aberta para vos receber!».

Uma Serva de Jesus [da Diocese da Guarda] irmã do Dr. Fragoso, na época conservador do Registo Civil de Cuba e futuro Governador Civil de Beja, veio uma temporada visitar o irmão, e assistiu a uma visita do Sr. D. José a essa vila. No regresso dizia-se escandalizada, pois nunca tinha visto um Bispo «entrar na Igreja e cumprimentar toda a gente pelo seus nomes e esses coincidirem na perfeição» [...]

Quando foi o funeral do Sr. D. José em Outubro de 1965, enquanto o cortejo exequial ia em direcção ao Cemitério de Beja, o Pe. Carvalho ouviu, à passagem do féretro no Largo da Sé [Largo do Lidador], uma mulher do povo que, com lágrimas nos olhos, gritava: «Bem-aventurado o ventre que te trouxe e os seios que te amamentaram!»

ANEXO X

Testemunho recolhido a 13 de Janeiro de 2013 ao cónego António Domingos Pereira (Pínzio, Pinhel 25.XI.1937) ordenado sacerdote por D. José do Patrocínio Dias a 15 de Julho de 1962 e actual vigário geral da diocese de Beja.

D. José do Patrocínio Dias - figura ímpar de Bispo

A imagem e a memória que me ficou do Bispo D. José do Patrocínio Dias tem-me permitido olhar para as pessoas deste Alentejo com confiança e muita esperança. As suas imensas capacidades fizeram dele, para mim, uma figura apaixonante e sedutora que traduzirei neste breve apontamento.

Aquela figura de fino trato e afável, inteligente, de espírito arguto, de personalidade vigorosa, profundo amante da Igreja, orador exímio, empreendedor incansável, apresentou-se à sua diocese como humilde apóstolo. No entanto, sobre ele pesava a mesma responsabilidade com que os Apóstolos ficaram depois de Cristo lhe ter confiado a sua Igreja. O segredo da sua resistência terá passado por essas muitas vezes que o encontrei sozinho na sua capela, em oração profunda ao Coração de Jesus por quem tinha especial devoção, ganhando força sobrenatural junto do sacrário para a sua actividade pastoral.

Com ardor e um projecto audacioso, próprio de quem trabalha com horizontes largos, soube reunir à sua volta um conjunto de pessoas competentes e fiéis. Desta forma, no seu longo pontificado, conseguiu fazer de uma diocese desmantelada e decadente, uma seara trabalhada e a dar frutos. De facto, o início da sua actividade como pastor desta Igreja, abandonada durante muitos anos, exigia a coragem de alguém que estava habituado a não desertar do campo de batalha. Com a mestria de um combatente pacífico, soube enfrentar corajosamente e de modo positivo as muitas adversidades. Deste modo, com persistência e fidelidade a um projecto sempre em construção, adaptado às pessoas e ao meio, foi obtendo resultados lentos mas consistentes.

Diante do seu testemunho fascinante, cedo me apercebi que o Alentejo se abre à palavra de Deus desde que oferecida como caminho de libertação. Todavia, bem à sua maneira, mostrou-me que é preciso zelo e trabalho intenso, programado e corajoso, alicerçado na força do Espírito. Por outro lado, deixou-me claro que essa palavra deve ser proposta de forma simples e humilde e a um ritmo respeitador das circunstâncias de cada um. Como observador atento, digo, com gratidão, que o seu pontificado foi particularmente marcado pela preocupação de ter um clero bem preparado em ordem aos objectivos que havia delineado para o seu ministério episcopal. Um clero que o acompanhasse neste projecto de restauração estrutural da diocese, um clero evangelizador de um povo afastado de Deus e dos seus caminhos. Para a sua formação escolheu o Seminário dos Olivais, em Lisboa, que visitava com frequência, escola de alta referência no contexto da formação dos novos presbíteros. Assim evidenciava o desejo clarividente de ter um clero de formação aberta ao mundo, preparado para colaborar adequadamente na execução do seu projecto pastoral, num campo missionário difícil mas esperançoso.

Jovem padre, tenho bem presente a sua preocupação em acompanhar-nos desde o primeiro instante, convidando-nos para a sua própria casa, num estágio inicial personalizado exigente, mas afectuoso e cheio de sabedoria contagiante. Do seu projecto para o clero fazia parte uma constante preocupação por uma formação permanente que desse a cada um a possibilidade de reformular os seus conhecimentos e retemperar as forças espirituais. A dimensão do anúncio evangelizador, por si próprio ou pelos colaboradores que sabia escolher para cada situação, abrangendo todo o vasto território da sua diocese, dominou e prevaleceu ao longo de toda a sua vida. Ainda hoje, por essa diocese fora, se ouve falar da estadia de D. José, semanas inteiras, alojando-se em casas de famílias da aldeia ou da vila, em missão evangelizadora, acompanhando os missionários, convivendo, rezando e pregando ao povo. Assim juntava o seu talento de orador ao saudável afecto personalizado, missionando, reconstruindo a sua diocese. As grandes carências materiais que durante muito do seu tempo, enquanto Bispo de Beja, afectaram duramente as famílias e as populações do Alentejo, encontraram em D. José um coração generoso e criativo. Também aqui ele soube testemunhar, pelo seu projecto de carácter social, que a Igreja exerce verdadeiramente a sua missão quando acolhe e trata os mais frágeis da sociedade.

O meu testemunho é próprio de quem se deixou fascinar por uma figura ímpar. Mas isto mesmo poderia dizer antes, sem o conhecer, antes de estar perto dele. Bastaria estar atento e, tal como na transmissão da fé, pela via do testemunho, ouvir aqueles que me precederam nesta relação presbiteral. Tal significa que a sua pessoa e a sua obra deixaram marcas que foram passando de boca em boca, chegaram até mim que confirmei e testemunho.

ANEXO XI

Quadro sinóptico do primeiro ponto dos regulamentos iniciais até composição definitiva do I capítulo das Constituições da Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (1951).

<p>Regulamento das Oblatas da Diocese de Beja (1926/1927)</p> <p>[ACODC, Documentos do princípio da Congregação]</p>	<p>1. As Oblatas da Diocese de Beja teem em vista a sua <u>santificação propria</u> e por ela procuram que a sua vida seja um <u>peréne desagravo</u> a Nosso Senhor em expiação dos pecados da Diocese e um meio de propiciação para que os pecadores se convertam</p>	<p>CONSTITUIÇÕES DAS OBLATAS DO DIVINO CORAÇÃO DA DIOCESE DE BEJA (1951)</p> <p>[Livraria Cruz, Braga, 1951, 9-8]</p>
<p>Constituições da Pia Sociedade das Oblatas do Coração Divino (1935/1936)</p> <p>[ACODC, Documentos do princípio da Congregação]</p>	<p style="text-align: center;"><u>Capitulo I - Natureza e fim da Obra</u></p> <p>I As Oblatas do Coração Divino da Diocese de Beja constituem [sic] uma Pia Sociedade, erecta pelo Prelado Diocesano, para numa oblação total, se tornarem devotadas auxiliares do apostolado: a) trabalhando, em primeiro lugar, sem cessar, pela sua própria santificação [...] b) tornando propicio o Coração Divino á conversão dos pecadores, já levando uma vida de expiação pelos crimes cometidos na Diocese contra a Justiça de Deus, já de desagravo constante pelos escândalos dos sacerdotes; c) dirigindo, depois, a sua acção á conquista directa das almas segundo as normas e instituições diocesanas e na dependência do seu Bispo [...]</p>	<p style="text-align: center;">Capitulo I Da natureza e fim da Congregação</p> <p>Art. 1- As Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja , constituem uma Congregação, erecta pelo Prelado Da Diocese, para formação de almas que se tornem devotadas auxiliadoras do Apostolado, por meio de uma oblação de si mesmas.</p> <p><u>O fim geral</u> da Congregação das Oblatas do Divino Coração é a glória de Deus e a santificação das Irmãs, pela observância dos três votos [...] e destas Constituições.</p> <p><u>O fim especial</u> é tornar propicio o Divino Coração para a conversão dos pecadores. As Irmãs esforçar-se-ão por conseguir este fim, levando uma vida de expiação pelos pecados cometidos na Diocese contra a justiça Divina, e de reparação, em união com os sacerdotes; auxiliando os Pastores de alma no seu ministério; ensinando a doutrina [...] servindo os doentes, [...] tratando do asseio e decoro nas igrejas, confeccionando e restaurando paramentos, abrindo casa para Exercícios Espirituais [...] colaborando na Acção Católica e noutras semelhantes obras paroquiais.</p>
<p>“Bases” do Instituto (1949)</p> <p>[ACODC, Documentos da Aprovação das Oblatas do Divino Coração, carta de D. José do Patrocínio Dias (8.IX.1949) – “Bases”]</p>	<p style="text-align: center;"><u>Natureza, fim e espírito do Instituto</u></p> <p>1) - Este instituto coloca-se inteiramente sob a protecção do Sagrado Coração de Jesus, por isso, adopta o título de CONGREGAÇÃO DAS OBLATAS DO DIVINO CORAÇÃO DA DIOCESE DE BEJA e põe-se ao serviço do Prelado Diocesano para formar almas que se consagrem à missão de auxiliares devotados do apostolado do clero diocesano.</p> <p>2) – Um tríplice fim domina a sua actividade: a) a sua própria santificação, procurando atingi-la na maior perfeição por meio da vida religiosa em comum; b) a expiação dos pecados cometidos na Diocese contra a justiça de Deus, tornando propicio o Coração Divino à conversão dos pecadores e à reparação em união com os sacerdotes; c) a acção directa para a conquista das almas em cooperação com a acção paroquial, segundo as normas e instituições [...]</p>	<p>Art. 2 - A Congregação das Oblatas encontra o centro e a fonte do seu tríplice fim – isto é, da própria santificação, da expiação e desagravo e da acção – na adoração ao Divino Coração [...]</p>

APÊNDICE FOTOGRÁFICO



Retrato da Família em 1890

Da esquerda para a direita: tia materna, Álvaro (2 anos),
Claudina dos Prazeres, José do Patrocínio (6 anos)
e Claudino Dias.



Congregação Mariana do Colégio de S. Fiel em 1900

José do Patrocínio, de pé, na fila da esquerda



**Patrocínio Dias quintanista da Faculdade de
Teologia de Coimbra (1907)**



**Dr. Fernando de Figueiredo, Dr. Mendes Santos
e Dr. Patrocínio Dias**



1.º Grupo de capelães militares no CEP (1917-1918)

De pé, da esquerda para a direita: António Rebelo dos Anjos, Jacinto Mota, Luís Lopes de Melo, Ângelo Ramalheira, Álvaro dos Santos e António de Pina; sentados, da esquerda para a direita: José Manuel de Sousa, José do Patrocínio e Avelino de Figueiredo



Alocação do capelão-chefe na entrega da bandeira à Brigada do Minho (França, 1919)



Primeiro retrato como Bispo de Beja (1921)



Armas episcopais com o lema:
"Omnia traham ad me ipsum"



Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Beja, logo após a inauguração (1940)



D. José do Patrocínio Dias com o Clero formado nos Seminários de Serpa e Beja (anos 60)



D. José do Patrocínio Dias com a Congregação das Oblatas do Divino Coração da Diocese de Beja (29.I.1959)